UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE SOCIOLOGIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA

PRISCILA PEREIRA FARIA VIEIRA

Trabalho e Pobreza no Brasil entre Narrativas Governamentais e
Experiências Individuais

Versão Corrigida

São Paulo

2017

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE SOCIOLOGIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA

**Trabalho e Pobreza no Brasil entre Narrativas Governamentais e
Experiências Individuais**

Priscila Pereira Faria Vieira

Tese apresentada ao Programa
de Pós-Graduação em Sociologia
do Departamento de Sociologia
da Faculdade de Filosofia, Letras
e Ciências Humanas da
Universidade de São Paulo,
para a obtenção do título de
Doutor em Sociologia

Orientadora: Profa. Dra. Nadya Araujo Guimarães

Versão Corrigida

São Paulo

2017

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE SOCIOLOGIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA

**Trabalho e Pobreza no Brasil entre Narrativas Governamentais e
Experiências Individuais**

Priscila Pereira Faria Vieira

Tese apresentada ao Programa
de Pós-Graduação em Sociologia
do Departamento de Sociologia
da Faculdade de Filosofia, Letras
e Ciências Humanas da
Universidade de São Paulo,
para a obtenção do título de
Doutor em Sociologia

Orientadora: Profa. Dra. Nadya Araujo Guimarães

Versão Corrigida
São Paulo
2017

DE ACORDO.

27.11.2017

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Catálogo na Publicação

Serviço de Biblioteca e Documentação

Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo

V657t

Vieira, Priscila Pereira Faria

Trabalho e Pobreza no Brasil entre Narrativas
Governamentais e Experiências Individuais / Priscila
Pereira Faria Vieira ; orientadora Nadya
Araujo Guimarães. - São Paulo, 2017.

250 f.

Tese (Doutorado)- Faculdade de Filosofia, Letras
e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo.

Departamento de Sociologia. Área de concentração:

Sociologia.

1. Trabalho. 2. Pobreza. 3. Brasil. 4. Políticas
Sociais. I. Guimarães, Nadya Araujo Guimarães ,
orient. II. Título.

Resumo

Trabalho e pobreza no Brasil entre narrativas governamentais e experiências individuais

Como é representado o trabalho dos pobres? Esta tese objetiva compreender as transformações, deslocamentos, tensões e disputas em torno das articulações das categorias “trabalho” e “pobreza”, analisando-as sob duas óticas diferentes, mas conectadas, a governamental e a individual. Por isso, a investigação empírica se realizou em dois âmbitos: o do Estado brasileiro que, com suas políticas, classifica alguns de seus cidadãos como “pobres”, e o dos indivíduos por ele assim classificados. Analisamos as ações governamentais e as formulações institucionais que pautaram as políticas sociais brasileiras nos anos 2000 e 2010, revelando as estratégias e narrativas que sustentaram as ações governamentais voltadas para o problema da inserção dos indivíduos “pobres” no mundo produtivo. Esse processo foi reconstituído a partir da consulta a materiais institucionais e de entrevistas com agentes governamentais nos níveis federal e municipal. Documentamos que, conforme a conjuntura brasileira se transformava e as políticas sociais se desenvolviam, os discursos governamentais produziam novas formas simbólicas de enlaçar pobreza e trabalho. A temática foi igualmente investigada pela ótica das experiências cotidianas de um grupo de indivíduos e famílias beneficiárias dos programas de superação da pobreza. Com base em uma pesquisa etnográfica em um bairro periférico do município de São Paulo, analisamos as trajetórias de famílias institucionalmente categorizadas como “pobres”, evidenciando tanto a multiplicidade de arranjos de sobrevivência e garantia de renda e bem-estar, quanto a diversidade de formas nativas de descrevê-las e representá-las. Composição e dinâmica familiar, origem, gênero e geração foram dimensões cruciais de análise. Esta revelou a intensidade com que diferentes significados de trabalho eram construídos, manipulados e disputados no cotidiano dos indivíduos em contextos de pobreza. Observamos que se transformavam as narrativas, as estratégias e as dinâmicas de relações dos pobres com os circuitos estruturantes da sua sobrevivência: os mercados, o Estado, a família e as redes de amizade e vizinhança. Essa trama complexa de atividades que os indivíduos desempenham para ganhar a vida - formais e informais, legais e ilegais, morais e imorais, visíveis e invisíveis -, desafiam tanto os discursos e práticas governamentais, quanto a compreensão da Sociologia do Trabalho.

Palavras- chave: trabalho; pobreza; Brasil; políticas sociais.

Abstract

Work and Poverty in Brazil. Government narratives and individual experiences

This thesis intends to grasp transformations, displacements, tensions and disputes concerning the articulations of the categories “labor” and “poverty”, by analyzing them from two different but connected points of view, the governmental and the individual perspectives. Consequently, the empirical investigation is conducted considering two frameworks: the Brazilian state perspective, which, through its policies, classifies some of its citizens as “poor”, and the individuals’ categorized as poor outlook. We analyzed the governmental actions and institutional formulations that drove Brazil’s social policies in the 2000s and 2010s, revealing the strategies and narratives that have sustained government actions oriented to the problem of placing “poor” individuals in the productive world. This process was reconstructed through the extensive examination of institutional materials and interviews with governmental agents at federal and municipal levels. We documented that, as the scenario in Brazil transformed and social policies developed, governmental discourses produced new symbolic ways to entangle poverty and labor. These subjects were likewise investigated considering the point of view and everyday experiences of a group of individuals and families who benefitted from poverty relief programs. To do so, we conducted an ethnographic study in an peripheral neighborhood in São Paulo city, analyzing the families’ trajectories institutionally categorized as “poor”, demonstrating the multiplicity of survival strategies and means of guaranteeing income and well-being, as well as the diversity of native forms of describing and representing these strategies. Familial composition and their dynamics, origin, gender and generation appeared as crucial dimensions in analysis. It revealed the intensity with which different meanings of labor were constructed, manipulated and disputed in the daily lives of individuals in contexts of poverty. We observed the transformations in the narratives, strategies and dynamics of poor people’s relationships with the structural circuits of their survival: markets, State, family, friendships and neighborhood networks. This complex mesh of activities with which individuals engage in to earn a living – formal and informal, legal and illegal, moral and immoral, visible and invisible –, challenge governmental discourses and practices as well as the understanding of the Sociology of Labor.

Key-words: work; poverty; Brazil; social policies.

AGRADECIMENTOS

Felizmente todos os aprendizados do doutorado não cabem na tese. Foi um período intenso de ensinamentos de ordem teórica, metodológica e política. Esse percurso de formação se deve, sem dúvidas, ao privilégio de contar com a contribuição de muitas pessoas e instituições.

Agradeço, em primeiro lugar, a todas e todos informantes da pesquisa. Aos de Brasília e aos de São Paulo. Aos que me receberam em seus escritórios ou em suas casas. Penso que, mais que informantes, tive interlocutores generosos que me abriram frestas, janelas e portas de mundos empíricos ricos e desafiadores que me esforcei em explorar com interesse e respeito. No Ministério do Desenvolvimento Social agradeço especialmente a Margarida Cardoso, Luciano Maduro, Marcelo Souza e Paula Montagner. Na Prefeitura de São Paulo agradeço à ajuda de Maria Rita Freitas e Luis Henrique de Campos. Aos participantes da pesquisa etnográfica - que me entristece não agradecer nominalmente por compromisso de anonimato - registro minha enorme gratidão acompanhada do desejo de que nossa experiência de diálogos não se encerre por aqui. Foi uma vivência rica e transformadora. Não poderia faltar uma menção especial àquelas informantes que chamo aqui de Aurora, Leila, Silvia, Miriam, Tita, Karina, Marilene, Ligia, Fabiana e Patrícia. Dos cafés com bolacha e churrascos com pagode às histórias tristes narradas com lágrimas nos olhos: não tenho como agradecer a confiança e o acolhimento.

A Nadya Araujo Guimarães, minha orientadora de longa data, que desde a Iniciação Científica me ensina a olhar o mundo pela lente da Sociologia: agradeço as trocas, o estímulo intelectual e o admirável exemplo de pesquisadora e professora. Sua influência é determinante da minha trajetória acadêmica.

Nessa caminhada contei com a contribuição de alguns professores comprometidos com o diálogo e com o processo de formação dos estudantes. Cito e agradeço especialmente a Renata Bichir e Gabriel Feltran que, tanto no exame de qualificação quanto na defesa, me privilegiaram com suas sugestões e com uma rica interlocução que extrapolou tais momentos de avaliação. A Helena Hirata e Luciana Jaccoud registro meus agradecimentos pela disposição em compor a banca de defesa, pelas leituras generosas e comentários pertinentes que propiciaram uma discussão instigante. Agradeço a Eduardo Marques e Maria Carla Corrochano o debate de versões preliminares do trabalho, que muito se beneficiou de suas leituras cuidadosas. A Serge Paugam as aulas e o grande interesse em ouvir e partilhar achados de campo. A Álvaro Comin a provocação feita desde o mestrado para perseguir os links entre as dimensões macro e micro dos fenômenos. A Márcia Lima a disponibilidade de dialogar com os estudantes do PPGS/USP.

Aos colegas da Oficina de Sociologia Econômica e do Trabalho, meu “obrigada” pela caminhada compartilhada: André Nahoum, Gustavo Taniguti, Ian Prates, Jaime Santos, Jonas Bicev, Larissa Barbosa, Laura Chartain, Lilian Khron, Marcel Maia, Murillo Brito, Rogério Barbosa e Silvio Matheus. A Ana Carolina Andrada e Monise Picanço, um agradecimento especial pela amizade e parceria que transbordou muito as fronteiras da vida acadêmica e profissional. Meu agradecimento aos amigos e amigas que me acompanharam nesse processo: Ana Paula Silva, Ana Carolina Borges, Beatriz Pasqualino, Bianca Briguglio, Claudia Sciré, Débora Pavenelli, Enrico Spaggiari, Eduardo Martins, Florbela Ribeiro, Isabel Mesquita, Leonardo Barone, Lilian Aveiros, Lucas Amaral, Marilia Jahnel, Marcos Garcia, Nem, Paula Wolthers, Thais Oliveira, Thiago Oliveira, Tatiana Waldman, Talita Bedinelli, Renata Del Vechio, Rodrigo Pavanelli, Rogério Fernandes e Verônica Borges. A Gislene Maria agradeço a imensurável ajuda na pesquisa etnográfica e a confiança que fortaleceu nossa amizade. Thais Waldman, obrigada por me acompanhar nessa trajetória de cair, levantar e dar a volta por cima, tal como no samba. Rodrigo Lobo, um obrigado (com sotaque português) pela força que nasceu do interesse, do estímulo e da parceria cotidiana.

Agradeço a minha família o carinho e o suporte tão importantes à minha formação. A minha irmã Thais, agradeço a paciência nos momentos em que a tese tomou conta da vida e da casa. Ao meu pai Marcio e a minha madrastra Rose, um agradecimento especial pelo apoio aos meus planos e por se orgulharem das minhas escolhas, mesmo quando elas pareciam exigir renúncias. Enfrentar juntos os desafios desse percurso nos fortaleceu.

Por fim, registro meus agradecimentos às instituições que apoiaram essa pesquisa, condição fundamental para seu desenvolvimento. Ao Programa de Pós Graduação em Sociologia, que recebeu meu estudo e forneceu todo o apoio institucional, e a Gustavo Mascarenhas pela pronta ajuda sempre que solicitado. Ao Centro de Estudos da Metrópole por acolher mais uma vez minha investigação e permitir que ela se beneficiasse de sua estrutura e ambiente intelectual privilegiado. Por fim, ao CNPq, pela bolsa de estudos que financiou esse estudo.

Glossário de Siglas

BPC- Benefício de Prestação Continuada

CRAS- Centro de Referência da Assistência Social

CadÚnico- Cadastro Único da Assistência Social

DIPU- Diretoria de Inclusão Produtiva Urbana

FAT- Fundo de Amparo ao Trabalhador

IPEA- Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas

MEC- Ministério da Educação e Cultura

MDS- Ministério do Desenvolvimento Social

MTE- Ministério do Trabalho e Emprego

OIT- Organização Internacional do Trabalho

PBF- Programa Bolsa Família

PBSM- Programa Brasil Sem Miséria

PAIF- Proteção e Atendimento Integral à Família

PLANFOR- Plano Nacional de Educação Profissional

PLANSEQ - Plano Setorial de Qualificação

Pronatec- Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego

SAE- Secretaria de Assuntos Estratégicos

SASF- Serviço de Acompanhamento Social Familiar

SESEP- Secretaria Especial para Superação da Extrema Pobreza

SINE- Sistema Nacional de Emprego

SMADS- Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social de São Paulo

SPETR- Sistema Público de Emprego, Trabalho e Renda

SUAS- Sistema Único da Assistência Social

SUS- Sistema Único da Saúde

SUMÁRIO

1. APRESENTAÇÃO	3
1.1. A PESQUISA	3
1.2. POBREZA E TRABALHO: PROBLEMATIZANDO AS CATEGORIAS-CHAVE DO ESTUDO	7
1.3. ESTRUTURA DA TESE	9
2. O DESENHO DA PESQUISA E A CONSTRUÇÃO DO TRABALHO DE CAMPO	12
2.1. INVESTIGANDO ARRANJOS E REPERTÓRIOS DE NARRATIVAS GOVERNAMENTAIS	13
2.1.1. <i>Governo federal e a formulação das políticas: materiais institucionais e entrevistas com gestores</i>	13
2.1.2. <i>O governo municipal e a implementação local: entrevistas, observações e grupos focais</i>	16
2.2. EXPLORANDO AS EXPERIÊNCIAS INDIVIDUAIS: A PESQUISA ETNOGRÁFICA	20
2.2.1. <i>Conjuntura social: a etnografia e as transformações no país</i>	22
2.2.2. <i>Trajetória da pesquisa etnográfica</i>	23
3. NARRATIVAS GOVERNAMENTAIS: TRABALHO E POBREZA PELA PERSPECTIVA DO ESTADO BRASILEIRO	34
3.1. O “TRABALHADOR POBRE” E O “POBRE TRABALHADOR” NOS DESLOCAMENTOS DA QUESTÃO SOCIAL. TRAJETÓRIAS DE RECONFIGURAÇÃO DAS POLÍTICAS SOCIAIS.	36
3.2. O TRABALHO E O TRABALHADOR	40
3.3. O “POBRE TRABALHADOR”: ARTICULAÇÕES ENTRE POBREZA E TRABALHO NA EMERGÊNCIA DAS POLÍTICAS DE INCLUSÃO PRODUTIVA ..	42
3.4. DE POBRE TRABALHADOR A POBRE DESOCUPADO: A CRISE, O RETORNO DO DESEMPREGO COMO QUESTÃO SOCIAL E A DEFESA DAS “PORTAS DE SAÍDA”	65
4. EXPERIÊNCIAS INDIVIDUAIS: TRABALHO E POBREZA PELA PERSPECTIVA DOS INDIVÍDUOS CLASSIFICADOS COMO POBRES	72
4.1. PERSPECTIVA ANALÍTICA	72
4.1.1. <i>Por que contrapor narrativas governamentais e individuais?</i>	73
4.1.2. <i>Por uma noção ampliada de trabalho</i>	75
4.1.3. <i>Problematizando a “imoralidade” dos pobres</i>	78
4.1.4. <i>Em busca da heterogeneidade de formas laborais e de arranjos de sobrevivência</i>	79
4.2. CONTEXTO SOCIAL	82
4.2.1. <i>O bairro</i>	82
4.2.2. <i>As tramas da Rede Sócio-Assistencial</i>	85
4.2.3. <i>As famílias</i>	97
5. A FAMÍLIA “HONESTA E TRABALHADORA”	111
5.1. A CASA DAS SEIS MULHERES	111
5.2. ENTRE A INDEPENDÊNCIA DOS HOMENS E A DEPENDÊNCIA DO MERCADO: MULHERES EM BUSCA DO TRABALHO MERCANTIL, LEGAL E MORALIZADOR	132
6. A FAMÍLIA “PROBLEMÁTICA”	140
6.1. A CASA DO TOPO DA ESCADA	140
6.2. AS RELAÇÕES SOCIAIS E OS MECANISMOS INVISÍVEIS NOS ARRANJOS DE SOBREVIVÊNCIA	168
7. A FAMÍLIA “EMPREENDEDORA”	177
7.1. A CASA COM JARDIM E LOJA	177
7.2. NEGÓCIOS FAMILIARES E EMPREENDEDORISMO. TENSÕES E NEGOCIAÇÕES ENTRE AS DIMENSÕES RELACIONAL E MERCANTIL DO TRABALHO POR CONTA PRÓPRIA	199
8. CONSIDERAÇÕES FINAIS	209
8.1. ENCONTROS E DESENCONTROS ENTRE NARRATIVAS GOVERNAMENTAIS E EXPERIÊNCIAS INDIVIDUAIS	211
8.2. OS ARRANJOS DE SOBREVIVÊNCIA E OS SENTIDOS DE TRABALHO	215
9. BIBLIOGRAFIA	225
ANEXO 1. LISTA DE MATERIAIS INSTITUCIONAIS ACESSADOS PELA INTERNET	240
ANEXO 2. ROTEIROS DE ENTREVISTA E GRUPOS FOCAIS	241

ANEXO 3. QUADROS DE CARACTERIZAÇÃO DAS FAMÍLIAS	248
---	-----

1. APRESENTAÇÃO

1.1. A Pesquisa

Como é representado o trabalho dos pobres? Esta tese objetiva compreender as transformações, deslocamentos, tensões e disputas em torno das articulações das categorias “trabalho” e “pobreza”, analisando-as sob duas óticas diferentes, mas conectadas, a governamental e a individual. Isso nos levou a dois âmbitos privilegiados de análise empírica: o do Estado brasileiro, que, com suas políticas, classifica alguns dos seus cidadãos como “pobres”, e o dos indivíduos por ele assim classificados. Analisamos as estratégias e narrativas que sustentam tanto as políticas sociais voltadas para o problema da inserção dos pobres no mercado de trabalho, quanto as experiências cotidianas dos indivíduos que, classificados como tal, teriam um engajamento considerado problemático no mundo produtivo. Para tal, a pesquisa empírica, de natureza qualitativa, teve um partido analítico: captar a dimensão simbólica tanto das ações governamentais, como das experiências individuais, a partir das narrativas e estratégias/ações dos produtores de políticas e daqueles a quem essas estavam endereçadas.

Com efeito, a questão do trabalho e da renda da população em situação de pobreza é considerada um problema ou questão social (Castel, 2005) em determinados contextos históricos e sociais. No Brasil, o assunto ganhou maior visibilidade nas décadas de 2000 e 2010, período marcado por intensas e particulares transformações sociais; nele um conjunto de dispositivos normativos e de políticas sociais foi desenvolvido pelo governo federal para enfrentar a questão da pobreza e outras correlacionadas. Na esteira desse processo surgem as políticas de inclusão produtiva, políticas de emprego voltadas aos segmentos pobres da população. O fortalecimento do tema da inclusão produtiva na agenda pública estava atrelado a um processo de transformações no campo das políticas sociais e de reconfiguração da questão social. Seguindo inspiração de Castel (2005), acreditamos que as transformações das políticas sociais revelam muito a respeito do que desafia, mobiliza e questiona uma sociedade em determinado momento. As políticas sociais também funcionam como um bom articulador entre os níveis macro e micro de análise. Isso porque, elas são elementos constitutivos tanto dos contextos institucionais/normativos, como das experiências sociais dos indivíduos, dimensões que estão sempre articuladas, especialmente quando se trata de trabalho (ou sua ausência). Diferentes contextos institucionais configuram distintas possibilidades de engajamento produtivo e, por consequência, diversificadas estratégias de sobrevivência e garantia de renda e experiências de trabalho, emprego e desemprego, o que, de resto, tem sido

fartamente documentado por recentes estudos no campo da sociologia do desemprego¹ (Guimarães, 2002; Guimarães, Hirata, Montagner & Sugita, 2004, Demazière, Guimarães, Hirata, Sugita, 2013). Convém sublinhar que as particularidades do mercado de trabalho e do sistema de proteção social brasileiro estiveram sempre na primeira linha da nossa análise. Elas carecem ser consideradas enquanto elementos de uma conjuntura institucional específica, que produz experiências práticas e simbólicas singulares, irredutíveis à experiência e impossíveis de serem diluídas na comparação com os países de capitalismo desenvolvido.

A partir dessa perspectiva analítica, perseguir o modo como, no Brasil nas décadas de 2000 e 2010, se enlaçaram trabalho e pobreza nas narrativas governamentais foi um dos objetivos dessa pesquisa. Por outro lado, nos importava contrastar essas narrativas com aquelas produzidas pelos indivíduos a quem o Estado atribuía a classificação de pobres. Apostamos em uma abordagem que permitisse coletar e analisar as narrativas dos indivíduos classificados como pobres sobre suas experiências, de modo a revelar as suas práticas e categorias de interpretação. Com esse esforço almejamos construir uma análise mais rica e multifacetada sobre as articulações entre trabalho e pobreza e confrontar as experiências individuais com discursos públicos e governamentais. O alvo foi compreender as transformações, deslocamentos, tensões e disputas em torno das articulações das categorias trabalho e pobreza nessas duas dimensões empíricas e, ao mesmo tempo, perseguir os elos analíticos entre elas.

Integrar esses dois níveis de análise – governamental e experiência individual –, representou um grande desafio, prenhe de limitações de ordem prática. Confrontá-lo foi, a nosso ver, necessário e pertinente. Necessário pela riqueza das questões que, assim fazendo, puderam ser suscitadas; pertinente porque investigações no tema tenderam a priorizar um dos planos de análise, via de regra o das políticas sociais e da ação do Estado, e a tratar o outro, o da experiência dos trabalhadores pobres, de forma alusiva, quando não apenas ilustrativa.

O desenho de pesquisa demandou mobilizar diferentes fontes de dados e articular distintos materiais empíricos, relativos a cada um dos dois planos de análise. Na análise das narrativas governamentais as políticas sociais foram o material empírico; mais especialmente as políticas de inclusão produtiva, por serem políticas de emprego e geração de renda para a população pobre. As narrativas

¹ Quando o desemprego se torna uma questão social (Castel, 2005) na Europa, e especialmente na França, sociólogos se apropriam do fenômeno como tema de pesquisa e como questão sociológica, reivindicando a pertinência de uma “Sociologia do desemprego”. Para completar as abordagens estatísticas e fazer face ao tratamento econômico da questão, os autores sublinhavam a importância de encarar o desafio de analisar a vivência do desemprego, incorporando à agenda intelectual do campo os estudos da dimensão do vivido com respeito a esse fenômeno. Exemplos emblemáticos dessa corrente de estudos: Demazière, 1995, Schnapper, 1981; Freyssinet, 1984. Para mais detalhes sobre os variados tipos de tendências teóricas e metodológicas que seguiam esses trabalhos dedicados ao desemprego ver Demazière (1995, 2003, 2006, 2008).

e estratégias governamentais foram reconstituídos a partir da consulta a materiais institucionais disponibilizados nos sites, portais e redes sociais do Governo Federal; igualmente cruciais foram as entrevistas conduzidas com agentes governamentais dedicados à formulação e implementação das políticas de inclusão produtiva, tanto no nível federal, como no nível local. A pesquisa evidenciou que, conforme a conjuntura brasileira se transformava e as políticas sociais se desenvolviam, os discursos governamentais produziam novas formas simbólicas de enlaçar pobreza e trabalho.

Já para apreender a dimensão das narrativas e experiências individuais realizamos um estudo etnográfico no município de São Paulo. Acompanhamos um conjunto de nove famílias e indivíduos beneficiários de políticas de transferência de renda, moradores de um bairro periférico da cidade, caracterizado por altos índices de vulnerabilidade social – de acordo com o Índice Paulistano de Vulnerabilidade Social (IPVS) – e por um elevado número de famílias abaixo da linha governamental de pobreza (SMADS, 2015). Analisamos as trajetórias de indivíduos e famílias beneficiários de programas de superação de pobreza e, portanto, institucionalmente categorizadas como pobres. Nesse trabalho etnográfico de 15 meses (janeiro de 2016 a março de 2017) buscamos investigar como as políticas sociais são incorporadas ao cotidiano desses grupos familiares e compreender as múltiplas formas de engajamento em atividades de trabalho e garantia de renda, bem-estar, reprodução e mobilidade. Esse empreendimento nos permitiu recuperar e analisar a pluralidade de significados atribuídos a essas atividades e, em especial, as representações sobre trabalho em contextos de pobreza. Composição e dinâmica familiar, origem, gênero e geração foram dimensões analíticas privilegiadas. A sistematização do material etnográfico nos levou a eleger três famílias como casos de estudo. Vamos recompor as trajetórias desses três grupos familiares e de seus integrantes com ênfase na descrição e análise i) das múltiplas fontes, práticas e atividades mobilizadas e desempenhadas para garantir trabalho, renda, sobrevivência, bem estar e mobilidade e ii) suas representações simbólicas. Esta etapa da pesquisa revelou a intensidade com que diferentes significados de trabalho eram construídos, manipulados e disputados no cotidiano dos indivíduos em contextos de pobreza. Por outro lado, percebemos que, conforme a conjuntura brasileira (histórica, econômica e política) se transformava, também eram alvo de reconfigurações as narrativas, estratégias e as dinâmicas de relações dos pobres com os circuitos estruturantes da sobrevivência: os mercados, o Estado, a família e as redes de amizade e vizinhança.

Mas, por que eleger a cidade de São Paulo, um contexto com indubitáveis particularidades? A nosso ver, um conjunto de características analiticamente relevantes justificam essa escolha. Primeiro, São Paulo é um caso especialmente elucidador para a apreensão das mudanças nos mercados metropolitanos de trabalho, locais onde se concentra, hoje, a maior parte da população ativa do país. Quando os indicadores nacionais de trabalho apresentam variações, temos visto que os seus efeitos

são sentidos com mais intensidade e velocidade na realidade paulista. O município e seu mercado de trabalho operam, por isso mesmo, como uma caixa de ressonância ou um termômetro para oscilações de âmbito nacional (Guimarães, 2009-a; Guimarães, Brito, Andrada, Picanço, Prates e Vieira, 2016). Em segundo lugar, sendo este um estudo que trata de políticas sociais e, mais especialmente, de políticas de inclusão produtiva, São Paulo se torna interessante em razão da sua particular história de consolidação da Assistência Social, marcada pelas tensões nas relações institucionais entre as áreas da Assistência e Trabalho, justamente aquelas que mais nos importam do ponto de vista da produção e gestão de políticas sociais voltadas a nosso tema. A falta de articulação entre políticas municipais e estaduais também é uma característica marcante do caso de São Paulo. Além disso, o desenvolvimento da área da Assistência Social no município sempre esteve fortemente relacionado às entidades e organizações sociais não-governamentais, que se revelaram atores fundamentais na implementação das políticas na cidade (Amâncio, 2008). Ou seja, São Paulo é um exemplo local da complexidade do contexto institucional marcado pelos desafios postos pela arquitetura do nosso federalismo e pelas tensões da articulação inter-setorial, tanto quanto pela pluralidade de atores ali presentes na cadeia de operacionalização das políticas públicas. Tal contexto produziu arranjos locais singulares e disputas simbólicas analiticamente relevantes em torno dos temas “trabalho” e “pobreza”². É evidente que, ao nos dedicarmos à realidade particular da pobreza urbana na periferia do município de São Paulo, não pretendemos construir generalizações para outras realidades. Por outro lado, a imersão em um contexto específico e delimitado mostrou-se necessária e especialmente enriquecedora num exercício de recompor analiticamente os elos entre o macro e micro, desafio metodológico que nos moveu nesta tese.

²A literatura aponta especificidades no histórico de consolidação da política municipal de Assistência Social em São Paulo, caracterizado pelo assistencialismo, pela lógica fragmentária dos programas e pela resistência na adesão às diretrizes nacionais do setor, como prova a implementação tardia da Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), atrasando o processo de adesão ao Sistema Único da Assistência Social (SUAS) e dificultando o acesso aos recursos federais (Sposati, 2002; Yazbek, 2004 e Amâncio, 2008). A falta de sinergia da política municipal com as políticas federais também se expressou na lentidão da consolidação do Cadastro Único e do Programa Bolsa Família. O SUAS em SP ainda é um sistema em construção. No que tange às especificidades municipais que impactam nas ações de inclusão produtiva, há que destacar o histórico de desarticulação e tensões nas relações institucionais entre as áreas da Assistência Social e Trabalho (Bichir, 2011, Amancio, 2008, Yazbek, 2004). Em 2001, a atividade da Assistência Social no município foi dividida em duas secretarias, a Secretaria de Assistência Social e a Secretaria do Trabalho, Desenvolvimento Social e Solidariedade. Tal estratégia acentuou a lógica fragmentária e as tensões institucionais e políticas, bem como a disputa por recursos, entre as duas pastas. Atualmente elas são nomeadas Secretaria Municipal da Assistência e Desenvolvimento Social (SMADS) - responsável pelos CRAS, CREAS e implementação das políticas de assistência social, tais como programas de transferência de renda e inclusão produtiva - e Secretaria Municipal de Desenvolvimento, Trabalho e Empreendedorismo (SMDTE) - responsável pelas políticas de trabalho, emprego e renda, dentre elas a intermediação pública de mão-de-obra através dos CATs (Centros de Atendimento ao Trabalhador).

1.2. Pobreza e trabalho: problematizando as categorias-chave do estudo

O desenvolvimento desta investigação foi um constante problematizar das duas categorias centrais da nossa pesquisa: “pobreza” e “trabalho”.

O questionamento sobre a categoria analítica “pobreza” se deu desde o início deste empreendimento. O tratamento sociológico do tema passa, em grande medida, pelo esforço de contextualizá-la, como a revisão de literatura comprovou. A categoria “pobreza”, central para as políticas sociais e para esta investigação, é uma construção social que varia no tempo e no espaço e diz respeito, em tese, a uma situação de carências e necessidades materiais que não pode ser aceita em um contexto social. Ou seja, a idéia de pobreza funciona como um limite do que não é aceitável em uma sociedade, mas tanto esse limite quanto os tipos de carências são subjetivos e de difícil precisão (Paugam, 1993). Ademais, os limites que definem essa categoria variam de acordo com diferentes realidades sociais e momentos históricos. Não sem razão tem sido tão controversa a sua definição e mensuração.

Para a operacionalização das políticas públicas, o uso da categoria pobreza passa a ser instrumentalizado, o que acontece normalmente através da noção de “linhas de pobreza”. Paugam (1991) chama atenção para fato de que a noção de “pobres” só reifica a noção de “pobreza”, categorização que é, em muitos casos, construída de maneira arbitrária pela sociedade e, mais especificamente, pelo Estado, a fim de delimitar quem é o público-alvo das políticas sociais. As categorizações são, portanto, arbitrárias e flutuantes. Tal como certa literatura atenta já o havia indicado, e como o nosso trabalho etnográfico com famílias beneficiárias dos programas de transferência de renda o comprovou, as populações classificadas como pobres se caracterizam por uma notável heterogeneidade de situações sociais e econômicas que precisam ser diferenciadas dos tipos de “público-alvo”, ou “clientelas”, da assistência social. Nesse sentido, muito nos influíram as recentes reflexões de Feltran (2014) sobre a realidade da pobreza urbana brasileira. Nelas critica-se a forma agregada e homogênea do uso dos termos “pobreza” e “periferia” e questionam-se os modos de gestão de pobreza em uma realidade empírica marcada pela coexistência de regimes normativos. O regime estatal seria um dentre eles; destacável em sua permanente ação no sentido de classificar e recortar a população a partir das lógicas de “elegibilidade” e de diferentes “vulnerabilidades” em “públicos-alvo” e tipos de intervenção.

Isso nos permite retornar à interpretação clássica de Simmel (1907), que já apontara para o fato de que é a partir do momento em que são assistidos pelo Estado que os indivíduos se tornam oficialmente “pobres”. Seria a categorização estatal, acompanhada da atribuição de um benefício social, o que definiria o estatuto do “pobre” e seu pertencimento à condição da “pobreza”. Seguindo

essas pegadas, e no sentido sociológico forte, podemos ressaltar que “os pobres” representam um conjunto de pessoas que têm seu status social definido pelas instituições públicas que os classificam como tal. Seguindo a inspiração dessa linhagem teórica, assumimos como recorte para a investigação empírica as próprias categorias governamentais. Em consonância com a perspectiva clássica de Simmel, quando nos referimos neste trabalho à pobreza e aos pobres, estamos partindo das definições usadas pelo governo brasileiro. Mas estaremos igualmente assumindo que essas são construções sociais, tanto quanto frutos de decisões governamentais, parciais e limitadas. Ou seja, nosso ponto de partida é a categoria institucional, aquilo que é categorizado pelo Estado como “pobreza” e como “pobres” e, assim sendo, representado como um problema social e uma situação de carência a ser superada através de ações que podem (ou não) incluir o trabalho. Mas, utilizar a classificação institucional de pobreza como recorte empírico para a seleção dos grupos participantes do estudo etnográfico nos permitiu investigar as interpretações dos indivíduos sobre as políticas e, assim, desenvolver uma análise transversal que passa pelas narrativas governamentais sobre os pobres e pelas narrativas individuais sobre os suportes governamentais de superação da pobreza. Permitiu apontar encontros e desencontros dessas narrativas, compreensões e incompreensões de um conjunto de atores em relação ao outro, proximidades e distâncias entre o que circula nesses dois níveis de análise.

Já a problematização do uso da categoria “trabalho” foi fruto do desenvolvimento da pesquisa bibliográfica e etnográfica. Com efeito, mesmo ciente de que as representações sobre trabalho são múltiplas e variam em diferentes contextos sociais, e muito embora buscando apreender essa diversidade, só no curso da investigação foi possível perceber que era necessário pensar a categoria “trabalho” de forma ampliada. Sem questionar sua relevância prática, analítica e simbólica, central nas sociedades capitalistas, no entanto, percebemos que ao persegui-la sem problematizá-la, e ao buscarmos conter os relatos individuais no âmbito da definição institucional e socialmente aceita para trabalho, estávamos revelando apenas uma parte da realidade empírica e reiterando interpretações apressadas e invisibilidades.

Coletamos na literatura pertinente e na pesquisa de campo um conjunto significativo de evidências que nos demandavam tratar do trabalho da população pobre levando em conta sua pluralidade e complexidade. Assim, tornou-se central à investigação identificar as múltiplas modalidades de trabalho desenvolvidas pelos indivíduos, suas variantes mercantis e não-mercantis, e mesmo aquelas atividades que, por não se encaixarem nas representações vigentes de “trabalho legítimo”, não eram denominadas pelos informantes como tal. Foi possível constatar que os indivíduos articulavam distintos trabalhos e que essa prática era fundamental à produção e reprodução dos indivíduos e grupos familiares. Mais que isso, o curso da análise mostrou que era importante

entender também como os diversos tipos de trabalho se articulavam a mecanismos e recursos de garantia de renda, bem estar e mobilidade tecidos fora do mundo produtivo (políticas sociais, caridade, crime e recursos provenientes de circuitos relacionais). Assim, incorporamos à análise o esforço de compreender o lugar das diversas modalidades de trabalho dentro dos arranjos de sobrevivência. Em síntese, tratamos aqui como arranjos de sobrevivência as articulações entre distintos mecanismos (atividades, práticas e fontes) que garantem trabalho, renda e bem-estar. Buscamos captar como indivíduos e famílias teciam esses arranjos práticos de sobrevivência e, ao mesmo tempo, formulavam narrativas sobre eles, representando-os simbolicamente. Nesse sentido, foi fundamental ao desenvolvimento dessa pesquisa situar os diversos tipos de trabalho (e seus significados) nos arranjos de sobrevivência das famílias. Essa abordagem enriqueceu a análise, pois revelou a trama complexa de atividades que os indivíduos desempenham para garantir a sobrevivência, o bem estar e a mobilidade- formais e informais, legais e ilegais, morais e imorais, visíveis e invisíveis -, e que desafiam tanto os discursos e práticas governamentais, quanto a compreensão sociológica. Com esse esforço, o “trabalho” não deixou de ser uma categoria central à análise, pelo contrário. Tal como o uso da categoria pobreza, é através da noção de trabalho que desenvolvemos as interpretações que nos permitem articular as narrativas governamentais e individuais e contrapor esses dois níveis analíticos.

1.3. Estrutura da Tese

A tese contém seis capítulos, além dessa Apresentação e de uma seção de Considerações Finais.

O segundo capítulo é dedicado a apresentar o desenho da pesquisa e a construção do trabalho de campo. Nesse capítulo de natureza metodológica fazemos uma descrição detalhada do percurso do trabalho empírico, aí compreendidos os métodos de coleta de dados, os recortes, as escolhas, as restrições e as potencialidades das decisões tomadas.

No Capítulo 3 nos dedicaremos a deslindar como o problema do trabalho da população pobre é tratado na perspectiva do Estado. Buscamos revelar o modo como, no Brasil das décadas de 2000 e 2010, as categorias "trabalho" e "pobreza" se (des) articularam nos discursos institucionais que conferem sentido à ação governamental. Analisamos as narrativas que sustentaram as políticas voltadas para o problema da inserção dos pobres no mundo produtivo. O capítulo é dedicado a investigar a dimensão simbólica dos discursos mobilizados nas políticas e as representações sociais associadas aos seus beneficiários.

A partir do Capítulo 4 a tese faz um movimento analítico em direção à dimensão das experiências individuais. Analisaremos os temas do trabalho e da pobreza, bem como suas articulações, através

das vivências, narrativas e percepções de um grupo de indivíduos e famílias institucionalmente classificados como pobres.

No Capítulo 4 apresentaremos a perspectiva analítica que orientou a pesquisa etnográfica e o contexto social no qual ela foi conduzida. Em diálogo com a literatura pertinente, explicitamos os fundamentos da construção da análise e a abordagem teórica em que nos apoiamos para a investigação das experiências individuais. Nesse Capítulo apresentamos o contexto no qual transcorreu a etnografia, caracterizando o meio social em que as experiências individuais são engendradas e descrevemos o bairro, a rede sócio-assistencial local e as características de indivíduos e famílias que integram o estudo. Ao final detalharemos os critérios de seleção e construção analítica dos casos de estudo que serão detidamente apresentados nos capítulos subsequentes.

Os Capítulos 5, 6 e 7 tratam das três famílias selecionadas como casos privilegiados de estudo. Elas representam distintas configurações analíticas e encarnam diferentes formas de articulação simbólica entre pobreza e trabalho, tal como apreendidas nas narrativas governamentais: pobres trabalhadores, pobres empreendedores e pobres que não trabalham. Ademais, as três famílias tipificam configurações variadas de engajamento no trabalho e construção de arranjos de sobrevivência, assim como formas diferentes de representá-los simbolicamente. A partir da análise de cada um desses casos, discutimos os limites das narrativas governamentais bem como revelamos os diferentes significados de trabalho construídos e disputados em contextos de pobreza.

O Capítulo 5 analisa o grupo reconhecido como “Família Trabalhadora”. Nesse caso o trabalho mercantil e remunerado (exercido tanto no mercado formal quanto informal) é o mecanismo predominante nos arranjos de sobrevivência. É um caso emblemático de família que constrói a identidade de “pobre, mas trabalhadora e honesta”, na qual o trabalho remunerado é um valor constitutivo da identidade e do cotidiano e um símbolo de status e diferenciação.

No Capítulo 6 apresentamos o grupo familiar que vista pela vizinhança e pela rede sócio-assistencial como “Família Problemática”. O caso representa os grupos onde a mercantilização do trabalho é fraca e prevalecem mecanismos não mercantis de sobrevivência (como trocas de serviços e produtos, sistemas de reciprocidade, doações e caridade) e o engajamento em diversos mercados ilegais e imorais (tráfico de drogas, crime, prostituição, entre outros). Essa família encarna a representação dos pobres que não trabalham.

O capítulo 7 trata da família do estudo que melhor representa a imagem de “Família Empreendedora”. Esse grupo exemplifica os arranjos de sobrevivência construídos em torno do trabalho por conta própria. O caso é ilustrativo das representações de empreendedorismo popular que passam pela valorização da inventividade e da capacidade de adaptação dos pobres.

Por fim, há uma seção de Considerações Finais onde retomamos algumas pistas e evidências da investigação. Buscamos sistematizar e contrapor achados coletados na análise das duas perspectivas que nos importam, as narrativas governamentais e as experiências individuais. Nas contraposições entre esses dois níveis de análise sublinhamos, por um lado, encontros e sobreposições e, por outro, distanciamentos e desencontros.

2. O DESENHO DA PESQUISA E A CONSTRUÇÃO DO TRABALHO DE CAMPO

Nesse capítulo apresentaremos detalhadamente o desenho da pesquisa empírica e os procedimentos realizados, expondo o objetivo e a construção de cada passo. Buscamos descrever o processo de entrada nos distintos espaços empíricos, explicitando dificuldades e estratégias de contorno. Ensaíamos algumas reflexões de natureza metodológica sobre estudar objetos em efervescente transformação e sobre a construção da relação com os informantes e seus universos sociais. Acreditamos que explicitar a construção do trabalho de campo é fundamental para refletirmos sobre o tipo de dado coletado, a natureza dos discursos acessados e embasar a construção da interpretação.

O trabalho empírico realizado foi de natureza qualitativa, articulou diferentes métodos (análise documental, entrevistas, grupos focais, observações e etnografia) e procurou variar as fontes e os pontos de vista para captar as transformações, as disputas e os deslizamentos de significados de pobreza e trabalho (e suas articulações). A pesquisa de campo foi composta de duas grandes etapas. Na primeira etapa nos dedicamos a investigar as narrativas que compõem e sustentam as ações governamentais voltadas para o problema do trabalho da população pobre. Buscamos entender o processo histórico que levou até a emergência das políticas de inclusão produtiva no início dos anos 2010, a construção dos arranjos de operacionalização dessas políticas e, em especial, as narrativas institucionais que a sustentavam simbolicamente. Essa fase do trabalho foi significativamente afetada pela crise nacional que se desenrolou ao longo do período de investigação (2013-2017) e exigiu reformulações no desenho de pesquisa. Essa etapa do estudo doutoral também integrou o projeto “*Estratégias individuais e políticas de intermediação na procura de trabalho. Desafios para a inclusão produtiva da população de baixa renda*” (Chamada MCTI-CNPQ/MDS-SAGI No. 24/2013. Ministério do Desenvolvimento Social)³, no quadro do qual desenvolvemos parte do trabalho de campo da tese e nos beneficiamos da entrada no universo empírico das instituições de Assistência Social federal e municipal (São Paulo).

A segunda etapa da pesquisa empírica foi dedicada às experiências cotidianas de indivíduos e famílias em situação de pobreza. Nesse momento, realizamos um trabalho etnográfico de acompanhamento de um grupo de famílias beneficiárias das políticas federais de transferência de renda e que, por essa razão, se encaixava na categoria institucional de pobreza. Buscamos compreender, do ponto de vista desses indivíduos, a construção de estratégias para garantir trabalho,

³ Esse projeto foi coordenado pela Profa Nadya Araujo Guimarães, orientadora dessa tese, e contou com Ana Carolina Andrada, Ian Prates, Jonas Bicev, Monise Picanço e Murillo Brito na equipe. Para resultados do trabalho ver: Guimarães, Brito, Andrada, Picanço, Prates e Vieira, 2016.

renda, bem-estar e mobilidade a partir da relação com mecanismos governamentais, mercantis e relacionais. E, a partir desse esforço, captar e interpretar os significados de trabalho partilhados, disputados e/ou contestados em um contexto de pobreza. A partir das trajetórias de vida, perseguimos a articulação entre as experiências individuais e os contextos institucionais e históricos.

A seguir descrevemos e detalhamos cada uma dessas etapas do trabalho de campo e os métodos e procedimentos de pesquisa mobilizados. Antes, vale registrar que, para honrar compromisso de anonimato e sigilo, omitimos algumas informações que poderiam identificar instituições e atribuímos aos indivíduos nomes fictícios.

2.1. Investigando arranjos e repertórios de narrativas governamentais

Essa grande etapa de trabalho empírico foi realizada entre fim de 2013 e meados de 2015. Esse empreendimento tinha dois objetivos. O primeiro era compreender e analisar as ações governamentais de inclusão produtiva em curso, buscando captar quais questões sociais essas políticas buscavam resolver e de que forma, entender o desenho operacional dos programas, os arranjos institucionais construídos e as características do público para o qual eram dirigidos. O segundo objetivo era compreender, através das narrativas institucionais, as representações sociais sobre trabalho e pobreza mobilizadas na formulação e divulgação institucional dos programas.

Essa fase da investigação contemplou os níveis de governo federal e municipal de São Paulo.

2.1.1. Governo federal e a formulação das políticas: materiais institucionais e entrevistas com gestores

A primeira aproximação com o objeto da pesquisa foi através de materiais institucionais disponibilizados na internet pelo governo federal (através de sites, vídeos, redes sociais). Essa primeira investida de trabalho empírico começou no final de 2013 e se estendeu durante o ano de 2014.

O que chamamos aqui de materiais institucionais compreende um conjunto amplo de materiais sobre Pronatec e inclusão produtiva elaborados e veiculados pelo governo federal, especialmente antigo Ministério do Desenvolvimento Social (MDS), tais como: textos, relatórios, portarias, normatizações, cartilhas de implementação, propaganda governamental, vídeos de formaturas de alunos do programa, entrevistas e discursos de atores governamentais ligados às ações de inclusão produtiva (gestores de políticas) ou de atores políticos tratando desses temas. Estamos usando o

termo “material institucional” de forma abrangente e, talvez, com pouca precisão, à medida que o objetivo inicial era recolher o máximo possível de informações governamentais sobre as ações federais de inclusão produtiva vigentes para se aproximar do objeto, compreender o funcionamento dos programas e mapear os atores importantes da política. Tratava-se, portanto, de uma pesquisa exploratória. É importante destacar que o MDS mantinha muitos canais de divulgação das suas ações na internet (sites diversos, redes sociais, canais do Youtube) com a produção intensa de diversos tipos de materiais institucionais como textos, entrevistas, relatórios, vídeos e textos publicitários, discursos políticos, etc... O mapeamento desses canais de comunicação institucional revelou um conjunto amplo e rico de materiais.

Esse trabalho exploratório com os materiais institucionais também colaborou para a preparação das etapas seguintes da investigação, à medida que proporcionou subsídios para formulação de roteiros de entrevistas aplicados a diferentes atores envolvidos na política estudada. A lista de materiais institucionais examinados nessa etapa da investigação pode ser encontrada na seção de Anexos (Anexo 1).

Posteriormente, incorporamos os gestores dos programas de inclusão produtiva ao estudo como informantes privilegiados. Acreditamos que entrevistar atores governamentais envolvidos com a formulação e coordenação das políticas federais de inclusão produtiva poderia contribuir para o desenvolvimento da pesquisa na compreensão mais detalhada do movimento de fortalecimento do tema da inclusão produtiva na agenda governamental. Além de colaborar no fornecimento de pistas sobre o tipo de questão social que se almejava responder com essas políticas e sobre processo de construção institucional desses programas, explicitando estratégias, tensões e disputas existentes nesse campo.

O principal critério de seleção dos informantes foi trabalhar na Diretoria de Inclusão Produtiva Urbana (DIPU) da antiga Secretaria Extraordinária de Superação da Extrema Pobreza (SESEP) do MDS⁴, em cargos de gestão e coordenação federal do Pronatec/BSM e/ou outro programa de inclusão produtiva urbana do governo federal. Buscamos alcançar atores em posições estratégicas e decisórias (como diretores) e atores mais próximos da gestão (como técnicos) que, de preferência, estivessem envolvidos com essas iniciativas federais desde o início e/ou que tivessem trajetória de envolvimento com programas relacionados a trabalho e emprego.

Essa etapa foi iniciada em maio de 2014, com um mapeamento dos atores-chave e do estabelecimento dos primeiros contatos e foi concluída em setembro de 2014, quando foram agendadas e realizadas as entrevistas em profundidade no Ministério do Desenvolvimento Social,

⁴ A SESEP era Secretaria responsável pela gestão federal e intersetorial do Plano Brasil Sem Miséria e a DIPU a diretoria responsável pelo Pronatec e outras políticas de inclusão produtiva, parte da SESEP.

em Brasília.

A aproximação inicial com esses informantes se deu através de contatos da minha rede pessoal. Em uma primeira viagem à Brasília (maio/2014) fui apresentada a uma gestora do Programa Acessuas Trabalho, relacionado às ações de inclusão produtiva urbana do MDS a quem pedi ajuda para entrar em contato com os gestores da Diretoria de Inclusão Produtiva Urbana (DIPU) da Secretaria Extraordinária de Superação da Extrema Pobreza (SESEP). Ela se tornou minha primeira informante e me ajudou a mapear nomes para a continuidade da pesquisa. Em seguida, me colocou em contato com um gestor do Pronatec/BSM na DIPU que se tornou depois um dos principais informantes do trabalho. Esse, por sua vez, abriu as portas naquele espaço e intermediou o contato com outros informantes importantes envolvidos com a formulação e coordenação federal do Pronatec/BSM. A partir desses contatos-chave comecei a aproximação com os informantes no governo federal através de email e telefone e solicitei o agendamento de entrevistas.

Na segunda viagem à Brasília, em setembro de 2014, foram realizadas, após agendamento prévio por email, oito entrevistas em profundidade com gestores e técnicos do MDS envolvidos com o trabalho de formulação e coordenação federal do Pronatec/BSM (seis entrevistas) e do Programa Acessuas Trabalho (duas entrevistas), na Secretaria Extraordinária de Superação da Extrema Pobreza (SESEP). Dos oito entrevistados, apenas dois não eram servidores concursados e estavam igualmente divididos entre homens e mulheres. Todos com Ensino Superior completo, quatro com pós-graduação em áreas como Sociologia, Ciência Política e Administração Pública. As suas idades variavam entre 28 e 60 anos, e o tempo de serviço público entre 3 a 30 anos. Foi possível entrevistar três atores em posições mais estratégicas e decisórias, e os demais eram ligados à gestão dos programas. Os três informantes em posições estratégicas participaram do processo de formulação e construção institucional dos programas de inclusão produtiva, foram alguns dos primeiros convidados a integrar a recém-inaugurada Diretoria, em 2011, e, assim, se revelaram informantes fundamentais acerca dessa empreitada.

Além das entrevistas citadas, o período de estadia em Brasília com visitas diárias ao MDS ao longo de quase dez dias permitiu uma aproximação com os informantes que resultou em conjunto rico de conversas informais e na coleta de materiais institucionais, documentos, portarias, materiais de trabalho e dados estatísticos. Esses materiais e interações forneceram informações adicionais que puderam enriquecer a compreensão do contexto institucional. Todas as entrevistas aconteceram nas dependências do Ministério do Desenvolvimento Social, em horário comercial, durante o expediente de trabalho.

Importante ressaltar a abertura e disponibilidade dos informantes nessa etapa da pesquisa. Possivelmente essa receptividade esteja relacionada ao fato de que minha inserção em campo se deu

através de indicações pessoais e porque parte desses informantes tinha uma trajetória acadêmica ligada a temas correlatos aos da investigação ou demonstravam interesse e sensibilidade com questões acadêmicas. Ademais, em setembro de 2014, quando as entrevistas foram realizadas eu já estava vinculada à pesquisa financiada pela Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação (SAGI) do MDS citada acima e, portanto, atuando também como pesquisadora de um estudo financiado pela própria instituição. Essa vinculação com certeza influenciou positivamente no processo. Mas, nessas situações de pesquisa a identidade de “doutoranda da USP” foi predominante, primeiro, pois foi assim que me apresentei inicialmente e, segundo, porque as questões do roteiro de entrevista giravam, de fato, em torno, dos temas da tese em andamento. Engajada neste projeto, tive a oportunidade de estreitar laços com os informantes do governo federal e aprofundar a compreensão desse universo empírico, por um lado, mas, por outro, o desafio de estranhar e desnaturalizar o discurso destes informantes se tornou mais difícil. Cientes desse perigo, procuramos enfrentar essa potencial dificuldade a partir do contraste entre discursos de diferentes atores envolvidos na realidade estudada.

2.1.2. O governo municipal e a implementação local: entrevistas, observações e grupos focais

Encerrado o trabalho de coleta junto ao governo federal, desenvolvemos um conjunto de esforços empíricos no plano local do poder público. Essa fase da investigação tinha foco no governo municipal (São Paulo), na implementação local da política de inclusão produtiva e nas experiências sociais dos atores envolvidos nesse processo (burocracia e beneficiários). Os objetivos iniciais eram aprofundar a compreensão sobre as políticas de inclusão produtiva, especialmente o Pronatec-BSM, e captar as representações sociais sobre trabalho e pobreza, tal como mobilizadas nas práticas de implementação do programa através das interações entre seus agentes implementadores e beneficiários.

Porém, esse estágio da pesquisa contou com muitos imprevistos e problemas que nos conduziram a reformular os passos seguintes e as próprias perguntas da investigação. Primeiro, enfrentamos dificuldade para entrar em campo e, quando finalmente obtivemos a autorização, as ações federais de inclusão produtiva já tinham sido afetadas pela crise econômica, política e institucional que assolou o país a partir do curso do ano de 2015. Assim, não foi possível implementar o desenho original da investigação, que era o de conduzir etnografias nas situações de implementação das políticas de inclusão produtiva.

A dificuldade inicial dessa fase da pesquisa foi acessar os gestores municipais do programa na área

da Assistência Social e obter autorização para observações nas situações de implementação das políticas. Foi quase um ano (2014) de tentativas, tanto por vias institucionais quanto através de redes pessoais. Vencidas as dificuldades iniciais de acesso aos informantes municipais entre fim de 2014 e início de 2015 e obtida a autorização para realização das etnografias, surgiu uma nova dificuldade, essa mais difícil de transpor: a suspensão temporária do Pronatec em decorrência de grandes cortes sofridos pelo MEC no bojo do ajuste fiscal implementado pelo governo federal. Como a interrupção dos programas era apresentada pelo poder público como temporária, seguimos a pesquisa no município de São Paulo em 2015, aguardando seu retorno e usando estratégias de contorno nesse ínterim.

Entre dezembro de 2014 e durante todo primeiro semestre de 2015, realizei um conjunto de entrevistas com gestores locais das políticas de inclusão produtiva em São Paulo, observações em reuniões de trabalho e em eventos e ações municipais voltadas ao tema, entrevistas e observações em quatro CRAS da cidade e três grupos focais com egressos do Pronatec-BSM. No entanto, ao fim de 2015 a crise brasileira se intensificou significativamente, dando pistas do colapso institucional que observamos posteriormente em 2016. Nesse momento, desistimos definitivamente da realização de observações das situações de implementação das políticas federais de inclusão produtiva e desenhamos um trabalho etnográfico de acompanhamento de famílias institucionalmente classificadas como pobres. Essa foi a nova estratégia metodológica para a apreensão da articulação entre trabalho e pobreza no nível micro das experiências individuais e constitui a segunda grande etapa da pesquisa, a qual será descrita no item 2 desse capítulo. Antes, seguimos tratando do trabalho empírico desenvolvido junto ao poder público municipal.

O trabalho de campo em São Paulo só começou efetivamente após intermediação dos informantes da pesquisa no governo federal, o que aconteceu em novembro de 2014⁵. A partir de então realizei entrevistas com atores responsáveis pela gestão do Pronatec em São Paulo e participei- como observadora- de reuniões de trabalho que discutiam os programas de interesse da pesquisa, entre elas as reuniões do Comitê Municipal Intersetorial do Pronatec-BSM⁶.

⁵ Nessa ocasião a DIPU-MDS enviou à SMADS uma solicitação formal de colaboração com o estudo de doutorado e com a pesquisa financiada pela SAGI/MDS junto com o CNPq. Essa etapa do trabalho de campo foi articulada ao desenvolvimento da pesquisa financiada pelo MDS/CNPq, de forma que a entrada em campo se beneficiou sobremaneira da minha integração em tal projeto e seu desenvolvimento foi feito sob a direção geral da orientadora (e coordenadora do Projeto). Essa integração ao projeto também viabilizou a posterior realização de grupos focais com os ex- beneficiários do Pronatec/BSM, procedimento que integrava o escopo de atividades da referida pesquisa. Em que pese tal atividade não estivesse inicialmente planejada como parte da tese, o meu engajamento na mesma promoveu um aprofundamento na familiarização com o *modus operandi* dos CRAS e me colocou, por primeira vez, em contato com as apreciações e representações de beneficiários da política de inserção.

⁶ O Comitê Gestor Municipal do Pronatec representava uma articulação entre as Secretarias de São Paulo que implementavam o Pronatec no município. Uma das principais atribuições do Comitê era desenvolver uma ação integrada e articulada na interlocução com as unidades ofertantes de ensino e o governo federal, além de promover a

Nessa etapa entrevistei informantes ligados a Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social de São Paulo (SMADS/SP) e a outras secretarias como Planejamento e Desenvolvimento Econômico e Trabalho. Mas, como era de se esperar, o informante-chave nesse processo foi o interlocutor municipal do Pronatec/BSM, alocado na Coordenação de Atenção Básica da SMADS. Concedeu-me três longas entrevistas em diferentes momentos da pesquisa e muitas informações solicitadas por email e telefone. O interlocutor municipal era o principal gestor do programa no nível local, responsável pela intermediação entre o governo federal e a burocracia implementadora municipal. Nessa etapa, as entrevistas giraram em torno de um roteiro com questões sobre a história das iniciativas de inclusão produtiva, tensões e disputas entre atores e instituições no nível local, arranjos para operacionalização municipal dos programas, relação com o governo federal e com a burocracia nível de rua, dificuldades e boas práticas locais.

Além das entrevistas e do acompanhamento das reuniões de trabalho, realizamos nessa etapa observações de ações e eventos da Prefeitura de São Paulo voltadas ao tema do trabalho da população pobre e vulnerável, tais como ações de parceria da Secretaria do Desenvolvimento Econômico e Trabalho com a Secretaria de Desenvolvimento e Assistência Social e com a Secretaria de Direitos Humanos. Cito como exemplos: Primeira Semana do Trabalho, Emprego e Renda (Maio de 2015), Oficinas sobre Mercado de Trabalho (abril de 2015) e Ações de intermediação para população de rua e imigrantes (abril de 2015).

Nessa fase buscamos colher junto aos gestores municipais informações sobre a implementação do Pronatec nos CRAS e indicações de equipamentos que se destacaram na operacionalização do programa. Essa coleta nos levou a uma listagem inicial de CRAS para a seleção dos futuros casos etnográficos. Realizamos um esforço de compreensão das características dos CRAS indicados a partir de uma exploração dos dados do Censo SUAS⁷ de 2013, o último disponível até então. Exploramos características como tipo de público atendido, vulnerabilidade, programas implementados e o volume de atendimento dos equipamentos. O Censo SUAS não colhia informações sobre iniciativas de inclusão produtiva. Fizemos uma seleção de oito CRAS com base nesse agregado de dados e em características como zonas da cidade, dinamismo do mercado de trabalho local e distância de instituições de intermediação pública de mão-de-obra. Buscamos diversidade entre essas variáveis de forma que cada um dos equipamentos representasse uma realidade particular. Chegamos ao seguinte conjunto de CRAS: Cidade Tiradentes, Itaquera, São Miguel Paulista, Ipiranga, Vila Mariana, Sé e Lapa. Na sequência, e novamente graças ao aval e

integração entre as diferentes iniciativas municipais de qualificação profissional.

⁷ O Censo Suas é uma ferramenta de monitoramento e acompanhamento dos serviços oferecidos pela Assistência Social, é realizado anualmente desde 2007. Composto por vários questionários, tem um formulário dedicado aos CRAS que coleta informações sobre a estrutura, o funcionamento e os recursos humanos destas unidades.

intermediação dos gestores nacionais do MDS, conseguimos acesso aos bancos de dados das pré-matrículas do Pronatec/BSM realizadas nos CRAS pré-selecionados. Fizemos um estudo exploratório do perfil dos beneficiários da política de cada um desses equipamentos. Levando em consideração esses achados, refinamos a seleção prévia e focamos em quatro CRAS da cidade, dois na zona leste e dois na zona Sul: Cidade Tiradentes, São Miguel Paulista, Ipiranga e Vila Mariana⁸. Em cada um dos quatro CRAS selecionados, fizemos um conjunto de três entrevistas (totalizando 12 entrevistados) e pelo menos um dia de observações do espaço do entorno, das instalações do equipamento e do atendimento do público. Entrevistei a coordenadora de cada um dos CRAS e as pessoas responsáveis diretamente pela operacionalização do Pronatec naqueles equipamentos. Buscamos entender como se deu a implementação do Pronatec e outras ações ligadas à inclusão produtiva em cada CRAS. Por fim, tentamos apreender as representações sobre trabalho e pobreza nos discursos dos atores da burocracia implementadora do programa, ou seja, aqueles que interagem diretamente com os beneficiários. Durante as observações tentei captar a dinâmica dos espaços internos das instituições, as interações de atendimento do público na recepção e no atendimento e as interações entre os beneficiários.

Em julho de 2015, realizamos três grupos focais, dois no CRAS Ipiranga e um no CRAS Vila Mariana, dos quais participaram 16 egressos do Pronatec/BSM no ano de 2014⁹. As atividades aconteceram dentro dos CRAS, fora do horário comercial e do expediente ordinário de funcionamento. Buscamos contemplar beneficiários de dois perfis etários: jovens entre 16 e 29 anos e adultos com mais 30 anos. De acordo com os objetivos do estudo financiado pelo MDS/CNPq, nesses grupos focais estimulamos a discussão de dois temas principais: 1) a experiência do curso de qualificação e as expectativas relacionadas a essa iniciativa e 2) a procura de trabalho e inserção profissional pós-curso, estratégias e dificuldades.

Diante da paralisação do Pronatec, que inviabilizou a proposta de etnografia das situações de implementação, a realização desse conjunto de esforços empíricos junto ao poder municipal, aos

⁸ Os três primeiros representavam diferentes padrões de vulnerabilidade do território e do público atendido e volume muito grande de atendimento, além de diferentes formas de implementar o Pronatec, segundo relatos dos informantes. Ademais São Miguel Paulista e Ipiranga eram os dois CRAS com maior volume de pré-matrículas do programa no ano de 2014, sendo este último o responsável pelo atendimento da favela de Heliópolis e muito próximo do ABC paulista, região caracterizada pela concentração de indústrias e de escolas técnicas e profissionalizantes. O CRAS Cidade Tiradentes funcionaria como o exemplo de extrema vulnerabilidade do território e precariedade do equipamento, além do baixo dinamismo do mercado local de trabalho e da distância em relação ao centro da cidade e das unidades de ensino profissionalizantes do Pronatec. Já o CRAS Vila Mariana figuraria como um contra caso, o caso oposto ao de Cidade Tiradentes, representando uma realidade de menor vulnerabilidade, localizado em um bairro nobre da cidade, próximo ao Centro e às oportunidades de trabalho, além do menor volume de atendimento, mas com uma infra-estrutura mais completa e citado com um CRAS modelo de implementação do Pronatec na cidade. Como o trabalho de campo posterior revelou, os casos selecionados realmente representam realidades particulares e pertinentes aos objetivos do estudo.

⁹ Os membros da equipe de pesquisa do projeto CNPq/MDS co-participaram do trabalho de planejar e realizar os grupos focais.

CRAS e aos egressos do programa acabou favorecendo nossa compreensão do funcionamento da Assistência Social e das ações de inclusão produtiva no nível local, o que foi importante para a realização da etapa posterior. Essa aproximação do universo da Assistência Social municipal ajudou no mapeamento de instituições e serviços e a identificação de algumas abordagens e narrativas a respeito dos temas trabalho e pobreza e suas articulações.

Na etapa seguinte da investigação, a rede sócio-assistencial foi incorporada ao trabalho etnográfico principalmente através do olhar dos beneficiários das políticas. Ali, deslocamos o foco das instituições para as experiências individuais. Na abordagem desenvolvida na etnografia, nos importava os arranjos de articulação de múltiplos mecanismos e fontes de trabalho, renda e bem-estar, na qual as políticas sociais e assistenciais eram apenas uma dimensão entre outras. Ou seja, na pesquisa etnográfica com os indivíduos e famílias a dimensão governamental - suas políticas, instituições e atores- foi capturada a partir de uma experiência mais ampla, como e quando pertinente para cada caso.

2.2.Explorando as experiências individuais: a pesquisa etnográfica

Contornando os imprevistos narrados acima, redesenhamos o trabalho etnográfico para abordar os temas do trabalho e da pobreza (e suas articulações) através das experiências de indivíduos e famílias institucionalmente classificados como pobres. Ao invés de observar as situações de implementação das políticas de inclusão produtiva, planejamos investigar as trajetórias de indivíduos e famílias pobres a partir de suas relações com o mercado de trabalho e com as políticas assistenciais (aí incluídas as de inserção produtiva). No início do trabalho, e em razão dos achados etnográficos, esse escopo foi expandido e incorporou outras dimensões para além da governamental e da mercantil. Isso porque as redes de relações (familiares, amigos e vizinhança) e os mecanismos não mercantis de sobrevivência se mostraram fundamentais para a compreensão das experiências. Como veremos, na vivência cotidiana das famílias pobres, mercado de trabalho e políticas assistenciais são apenas algumas das múltiplas fontes de renda, bem-estar e sobrevivência que podem ser mais ou menos importantes dependendo do caso. Assim, buscamos tirar a maior vantagem possível da abordagem etnográfica e sua possibilidade de apreender múltiplas dimensões das experiências. E, como veremos, construir arranjos para garantia de trabalho, renda e bem-estar na pobreza é, via de regra, uma experiência de constante articulação e manipulação de diferentes dimensões da vida social.

No final de 2015 começou a última fase do trabalho empírico da pesquisa, uma etnografia com indivíduos e famílias beneficiárias de programas de transferência de renda residentes de um bairro

periférico no extremo da zona Leste de São Paulo. A etapa se estendeu durante todo ano de 2016- com mais intensidade e sistematicidade entre janeiro e setembro – e se encerrou em março de 2017, somando quinze meses de etnografia.

O objetivo geral dessa etapa da investigação foi compreender como se constroem os engajamentos no mundo do trabalho e as estratégias de sobrevivência e provimento de renda dos indivíduos classificados como pobres a partir de sua relação com três dimensões fundamentais da análise sociológica: família, mercado e Estado. No trabalho etnográfico procuramos inicialmente pistas sobre as dinâmicas familiares, mercantis e governamentais e sobre como elas se entrelaçam no cotidiano dos indivíduos em seu esforço de garantir a sobrevivência e renda e partindo do pressuposto de que, obviamente, isso acontece de formas variadas. Ao longo da etnografia incluímos no escopo de análise a rede de relações de amizade e vizinhança e o universo do crime e das ilegalidades.

Realizamos observações e entrevistas com um conjunto de indivíduos que conhecemos durante os meses de trabalho de campo, mas acompanhamos mais sistematicamente um grupo de nove famílias, todas residentes do mesmo bairro e beneficiárias de programas de transferência de renda. A seleção das nove famílias acompanhadas pelo estudo levou em conta as especificidades de suas relações com o mercado e com a política governamental, bem como a composição do grupo familiar, suas dinâmicas internas (relações de poder, gênero, geração) e as relações com os vizinhos e com o entorno. Outro fator que influenciou na escolha foi a receptividade à pesquisa etnográfica, que é fundamental em um trabalho como este, tão estruturado na relação de confiança dos informantes com o/a pesquisador/a e com a investigação. A partir do amplo conjunto de materiais e dados coletados junto às famílias durante a etnografia, realizamos um trabalho de organização, sistematização e análise preliminar que nos levou à seleção de três grupos familiares. Esses adquiriram estatuto de casos privilegiados de análise por seu potencial de suscitar debates sobre os temas e questões que são objeto da pesquisa. No capítulo 4 apresentaremos as características do conjunto de famílias que participaram da investigação e detalharemos justificativa e critérios de seleção das três famílias tomadas como casos de estudo. As histórias dessas três famílias serão analisadas em detalhe nos capítulos 5, 6 e 7 da tese. Através dessas famílias fomos apresentados às instituições que implementam serviços sócio-assistenciais no bairro. Entre elas, destacamos o CRAS local e, mais especialmente, uma organização social conveniada à Prefeitura que desenvolve um serviço de acompanhamento das famílias classificadas como mais vulneráveis, o qual integra uma gama de atividades, inclusive ações de inserção produtiva. Por essa razão, tal organização adquiriu relevância na etnografia. Por intermédio dos informantes também incorporamos ao estudo uma instituição beneficente que realiza atividades filantrópicas há mais de 20 anos no bairro. O

trabalho empírico incluiu o acompanhamento de alguns indivíduos em suas atividades cotidianas de busca de trabalho e renda e programas e benefícios sociais.

Antes de descrever a inserção em campo e detalhar a trajetória da pesquisa etnográfica, é importante revelar a conjuntura na qual ela se desenvolveu, destacando que foi em uma circunstância diferente daquela na qual se desenvolveram as etapas anteriores.

2.2.1. Conjuntura social: a etnografia e as transformações no país

A etapa etnográfica da investigação aconteceu entre o final de 2015 - primeiro ano da segunda gestão presidencial de Dilma Rousseff no qual a crise econômica, o desemprego e as medidas de ajuste fiscal já eram perceptíveis - e o ano de 2016, período em que se desenrolou o processo de *impeachment*. Ou seja, a etnografia transcorreu exatamente no momento em que a incerteza e a insegurança quanto aos rumos do país, e das políticas, afetaram com intensidade os mais diversos segmentos sociais. Durante os meses de abril e setembro de 2016, ápice deste processo turbulento, eram temas inescapáveis de qualquer conversa mais banal a política nacional e os anúncios de medidas de ajuste fiscal e reformas trabalhista, previdenciária, no Sistema Único de Saúde e nos programas assistenciais. Protestos contra e a favor do *impeachment*, comparado a um golpe de Estado, e das medidas de austeridade se multiplicaram em todo país. Desenrolava-se uma crise social que afeta tanto as estruturas e narrativas governamentais, quanto as experiências biográficas. A pesquisa etnográfica transcorreu justamente nesse período em que reveses afetavam os indivíduos em suas oportunidades ocupacionais e suportes governamentais. Dessa forma, em campo, representações sobre trabalho e políticas sociais afloravam recorrentemente. Nesse contexto, buscamos coletar as manifestações espontâneas sobre o tema e, quando cabível, questionávamos abertamente sobre as percepções individuais dos efeitos da crise na vida cotidiana.

Interessante notar que, entre os meses do auge da crise política, a pesquisa em curso começou a despertar mais interesse nos participantes do estudo. A expressão de curiosidade sobre os resultados da investigação se tornou mais frequente, bem como a manifestação da opinião de que o estudo tratava de assuntos importantes e a reiteração do desejo de colaboração com ele. Durante esse período fomos procurados pelos informantes para confirmar notícias, dissipar boatos e, principalmente, ajudar a sanar dúvidas sobre as possíveis mudanças nas políticas, informações que, infelizmente, não éramos capazes de fornecer. Assim, de alguma forma, a crise intensificou o processo de construção de laços em campo e passamos a ser vistos como “informantes” dos informantes. Eles, em um momento de incertezas, tentavam coletar dados para interpretar os

processos sociais em andamento e (re) formular seus planos e estratégias de sobrevivência¹⁰.

Em setembro de 2016, alguns dias após a finalização do processo do *impeachment*, a organização social incorporada ao estudo nos convidou a realizar rodas de conversas sobre a crise com os beneficiários dos serviços sócio-assistenciais. A idéia surgiu em decorrência da constatação dos técnicos sociais de que o tema, os boatos e as dúvidas começaram a tomar conta de todas as atividades desenvolvidas pela organização junto à comunidade do bairro. Os técnicos não se sentiam capacitados para fornecer as respostas demandadas pelos beneficiários. Porém, acreditavam que a confissão sincera dessa incapacidade poderia aumentar o clima de insegurança, já que eles representavam a ponta mais concreta do poder público naquele contexto e, portanto, precisavam manter a *performance* de que estava tudo sob controle. Fizemos uma proposta inversa: uma atividade com perguntas sobre o tema para que os participantes formassem suas interpretações a partir de um debate coletivo. Assim, em setembro de 2016, foram realizados três debates nessa organização com um formato muito parecido ao dos grupos focais realizados na etapa anterior da pesquisa com os egressos do Pronatec/BSM. Foi uma oportunidade muito rica que possibilitou estreitar os laços com a organização social e coletar percepções e narrativas de indivíduos fora da rede das famílias que a pesquisa vinha acompanhando.

Finalizando esse tópico, o contexto social em que a etnografia foi conduzida se distancia daquele da etapa anterior no qual, apesar de sentidos os primeiros efeitos da crise, havia, na percepção dos informantes, algum horizonte de recuperação econômica e retomada das políticas de inclusão produtiva. Menos de um ano depois, o cenário era muito mais crítico e não dava margem para visualização de continuidades: a percepção mais difusa dos indivíduos era de mudança. A crise e seus efeitos nos discursos e nas estratégias individuais e governamentais tornaram-se, inevitavelmente, objeto do estudo.

2.2.2. Trajetória da pesquisa etnográfica

Voltando à trajetória da pesquisa, narramos a seguir o processo de inserção em campo.

De início, o plano era desenvolver a pesquisa em dois bairros considerados pobres e periféricos no município de São Paulo. No fim de 2015 fizemos contatos que nos levaram a uma inserção em dois bairros da zona Leste de São Paulo, ambos considerados pobres, mas, ao mesmo tempo, diferentes

¹⁰ Importante registrar que eram limitadas as condições para fornecer as respostas por eles almejadas e que compartilhávamos da experiência de incerteza e insegurança já que, ademais, desenvolvemos atividades acadêmicas e profissionais vinculadas a instituições governamentais de educação e fomento à pesquisa, substancialmente afetadas pelo ajuste fiscal desde 2015. O receio do atraso ou corte de bolsas e suportes governamentais que atingia aos meus informantes também atingia a mim e a meus colegas estudantes e pesquisadores.

entre si, especialmente no que diz respeito à infra-estrutura urbana, dinâmica econômica, acesso a transportes público e distância em relação ao Centro e às oportunidades de trabalho. Iniciamos a pesquisa nos dois bairros, realizando entrevistas e observações. Mas, o desenrolar do trabalho de campo facilitou a inserção e propiciou melhores condições para um estudo mais aprofundado, do tipo etnográfico, em um deles. Esta é a razão pela qual concentramos tempo e esforço analítico em apenas um dos bairros, ainda que tenhamos mantido contato com os informantes do outro. A tese vai se concentrar na análise do material coletado com os informantes residentes desse bairro onde foi realizado o estudo etnográfico e um acompanhamento mais sistemático das experiências individuais. No entanto, quando possível e, se pertinente, usaremos informações coletadas no outro bairro para auxiliar na compreensão das particularidades do contexto onde a etnografia se desenvolveu. Para garantia de anonimato e sigilo das instituições e informantes, o nome do bairro não será revelado, mas faremos no capítulo 4 um esforço de descrição e recomposição do contexto social e espacial em que transcorreu a etnografia.

Nessa fase buscamos famílias que são ou já foram beneficiárias de programas de transferência de renda (e, portanto, dentro da categoria governamental de pobreza), mas também de políticas sociais diversas, especialmente de emprego e geração de renda: Pronatec, cursos de qualificação profissional, seguro-desemprego e serviços públicos de intermediação de mão de obra. Sendo beneficiárias dos programas de transferência de renda, todas as famílias que participaram da pesquisa se encaixam na definição institucional de pobreza.

A inserção no campo se deu através de uma família residente no bairro com a qual entramos em contato por intermédio de redes pessoais. Após primeiros contatos para apresentação da pesquisa, conversas e visitas, aceitaram participar e se disponibilizaram a colaborar fazendo a ponte com outras famílias da vizinhança que se encaixavam no perfil almejado. Assim, Leila e sua mãe, Aurora, personagens que compõem a Família1 do estudo e o Capítulo 5 da tese, se tornaram as primeiras informantes da pesquisa, as quais nos abriram as portas de suas casas e nos introduziram no seu círculo de relacionamentos.

Em dezembro de 2015, realizamos uma reunião com algumas famílias do bairro. Essa conversa aconteceu em um final de semana, contando com a colaboração e intermediação fundamental de Leila e Aurora que foram responsáveis por convidar, entregar cartas de apresentação no bairro e organizar esse evento em sua casa. Na ocasião, explicamos a pesquisa aos convidados, perguntamos sobre a disponibilidade em conceder entrevistas e apresentar outros membros de suas famílias, bem como amigos e vizinhos. Foi importante deixar claro que não tínhamos vínculo com o governo (municipal, estadual ou federal) e nem filiação a partido político, pois esses questionamentos apareceram. Onze mulheres com idades entre 18 e 65 anos participaram dessa reunião,

acompanhadas de filhos ou netos pequenos; nenhum homem presente, apesar de alguns convidados do sexo masculino. Todas elas eram parte da rede de amizade e vizinhança de Leila e Aurora, com laços mais ou menos fortes com a família que sediou a conversa, e todas se conheciam. Esse encontro gerou uma lista de pessoas dispostas a participar da pesquisa e mais uma lista de potenciais participantes. Sendo meados de dezembro, foi sugerido que as entrevistas começassem em janeiro do ano seguinte, após as festas de final de ano. E assim foi feito.

Em janeiro de 2016, agendamos conversas e entrevistas com as pessoas que participaram da reunião do ano anterior. A partir delas, nos aproximamos de outros membros de suas famílias e, posteriormente, de outras famílias da vizinhança em um esquema bola de neve. Inicialmente, Leila teve um papel ativo e intermediou o contato com os demais membros de sua família e com amigas e vizinhas, entre elas Miriam e Vânia (Família 2), Tita (Família 3), Fernanda e Flávia (Família 4) e Alessandra (que se mudou do bairro no curso da investigação). Essas seis mulheres fazem parte de um grupo de amigas de longa data que mantém fortes laços de apoio à sobrevivência e geração de renda e bem estar. Todas elas, com exceção das irmãs Flávia e Fernanda, se conhecem desde a infância, cresceram no bairro, estudaram juntas na escola estadual mais próxima e mantém o vínculo desde então. Fernanda mudou para o bairro há 15 anos e, através de Miriam, entrou no grupo, onde introduziu sua irmã Flávia. Através delas fomos apresentados às cinco primeiras famílias acompanhadas no estudo. Como Leila trabalha fora como faxineira diarista todos os dias, Miriam se tornou a informante mais presente e colaborativa. Ela é extremamente conhecida e querida por todos no bairro e é o nó fundamental da rede que inclui sua família, as amigas citadas acima e boa parte da vizinhança, além de ser ilustre conhecida dos técnicos sociais das instituições que atuam ali. Foi através dela que conseguimos acesso inicial a informações sobre os mecanismos ilegais constitutivos dos arranjos de sobrevivência dos indivíduos, aí incluídos ela própria, suas amigas e seus familiares. E foi, em grande parte, através do convívio com Miriam, que percebemos a importância dos meios não mercantis de sobrevivência para parte considerável das pessoas daquele contexto.

A inserção em campo foi muito beneficiada pelo acolhimento inicial da pesquisa por Leila e Miriam, o que agilizou o processo de aproximação com as demais famílias e aumentou a receptividade e confiança. Com o desenrolar da pesquisa, outras informantes se tornaram tão importantes quanto elas, desempenhando um papel ativo de mediação, colaboração e interlocução.

Com o tempo, e o aumento da confiança e da densidade das interações, surgiram relatos sobre assuntos controversos como fornecimento de informações falsas para Assistência Social, violência doméstica e de gênero, conflitos e relações de poder dentro das famílias (quem é

obrigado/constrangido a trabalhar, quem é obrigado/constrangido a não trabalhar), administração da renda familiar, uso e tráfico de drogas e participação ativa em outros tipos de mercados ilegais e/ou imorais. Esses tópicos se mostraram determinantes para compreensão dos nossos interesses de pesquisa. Por essa razão, optamos por tirar o máximo proveito dessa oportunidade de acesso a dados e concentrar esforços de trabalho nesse bairro, em detrimento da expansão da pesquisa para outro espaço.

Contar com o forte engajamento das informantes influenciou de forma muito positiva o transcorrer da pesquisa, mas, em um primeiro momento, os contatos no bairro ficaram restritos às suas redes pessoais. Buscamos, então, alcançar indivíduos e famílias fora dessas redes, através da estratégia bola de neve (Família 5), por meio de contatos tecidos em situações de observação no bairro (Família 6) e a partir das observações na organização social que atua no bairro (Famílias 7,8 e 9).

Nos momentos iniciais da pesquisa procuramos compreender a política de Assistência Social a partir das percepções dos indivíduos e suas interações com os equipamentos, serviços e servidores públicos. Foi uma decisão deliberada não se apresentar, de início, como pesquisadora nos equipamentos da Assistência Social. Preferimos chegar até eles através dos informantes e na condição de acompanhante dos mesmos. O principal objetivo dessa estratégia era manter certa distância em relação aos discursos institucionais para focar nas narrativas e percepções dos indivíduos em relação às instituições. Também julgamos importante deixar claro para os informantes que não tínhamos relação com essas organizações para, pela primeira vez nesse estudo, fazer uma inserção no campo que não se desse de cima para baixo e, assim, poder vir a construir laços sem a intermediação e interferência de qualquer instituição governamental. Em um segundo momento da etnografia, após coletar informações e percepções dos indivíduos sobre as organizações e serviços, os próprios informantes nos apresentaram para as instituições pertinentes. Aos indivíduos que aceitaram participar da pesquisa, propusemos entrevistas baseadas em um roteiro (Anexo 2) que partia de uma caracterização geral de cada participante (idade, escolaridade, estado civil, origem, composição do domicílio, situação ocupacional, programas sociais no presente) e seguia a partir de três grandes temas:

- 1) Família: Caracterização da família e de seus membros principais, buscando entender o papel de cada membro na dinâmica familiar e no provimento de renda.
- 2) Trabalho: trajetória ocupacional do participante buscando recompor os elos com o mercado de trabalho ao longo da vida, explorando também as formas de procura e obtenção de trabalho e a percepção dos entrevistados sobre a sua própria inserção no mercado em diferentes momentos da vida.
- 3) Políticas sociais: mapeamento dos programas recebidos (tipos, datas, períodos),

identificar tentativas sem sucesso, percepções sobre os programas e sobre a relação com os equipamentos públicos. Também questionava sobre percepções a respeito do bairro e da vizinhança e sobre planos para o futuro (próprio e da família).

Buscamos entrevistar os membros das diferentes famílias a partir desse mesmo roteiro que servia para desenhar um perfil geral de cada participante e mapear outros potenciais participantes (da mesma família ou não). Não nos concentramos em uma família por vez, assumimos diferentes frentes de trabalho, aproveitando os dias e horários disponíveis de cada um e maximizando as oportunidades de contato em campo para estreitar laços, incluindo encontros ocasionais na rua, no ônibus, na padaria, na casa de parentes. Transitamos entre diferentes famílias e compomos aos poucos o quebra-cabeça de cada grupo familiar e das relações de amizade e conflito entre os diferentes grupos. Foi possível observar como as histórias de vida de indivíduos da mesma família ou da mesma rede de contatos de vizinhança e amizade se cruzavam em diferentes dimensões (afetiva, financeira, profissional, educacional, etc...).

Após a primeira rodada de entrevistas e a partir de informações nelas obtidas, propusemos novas conversas, essas mais customizadas para cada indivíduo, buscando preencher lacunas de informação e explorar temas que se mostraram mais relevantes para cada um deles. Nessa segunda abordagem tratamos também da dimensão relacional para além da família, explorando as relações de amizade e vizinhança, e, quando pertinente, o tema do crime e dos mercados ilegais. Quando necessário, propusemos mais uma rodada de entrevistas. Mas a relação estabelecida com parte significativa dos informantes permitiu diversas conversas informais tecidas fora das situações de entrevista (presencialmente, por telefone e através de redes sociais) de modo que as informações coletadas nas entrevistas foram constantemente atualizadas e enriquecidas com novos dados e relatos.

Nas entrevistas e nas diversas interações tentamos captar as representações sobre trabalho e pobreza e a percepção dos informantes sobre sua inserção no mercado de trabalho em diferentes momentos da vida e contextos históricos (há aproximadamente 5 e 10 anos atrás ou outros momentos que pareciam mais pertinentes para a trajetória de cada pessoa).

Sempre que parecia adequado, consultávamos os informantes sobre a possibilidade de acompanhá-los em atividades conexas aos objetivos da pesquisa: busca de trabalho, visita ao CRAS, visita ao Poupatempo, atividades das instituições da rede de assistência social, etc... Diferentemente do que imaginávamos, algumas pessoas aceitaram sem constrangimento. Elas tinham a expectativa de que pudéssemos ajudar com dicas e informações sobre oportunidades de trabalho e renda e serviços públicos, as quais fornecíamos sempre que possível.

Durante o trabalho de campo usamos uma concepção aberta de família, baseada no próprio

reconhecimento dos informantes sobre quem eles consideravam familiar e deixando claro que não havia restrições à família nuclear, à família de sangue e nem à condição de coabitação. Incorporamos, sempre que possível e que correspondia ao reconhecimento nativo, a família extensa com seus núcleos mais próximos, mas nos limitando àqueles residentes no bairro e imediações, em função da logística da pesquisa. Exceções a esse recorte de residência nas imediações foram feitas para membros que, mesmo morando fora da vizinhança, eram de extrema importância para a dinâmica familiar. Em alguns casos não foi possível entrevistar uma grande parcela dos membros por motivos de migração, conflitos familiares (quando o próprio entrevistado não reconhecia outros membros como parte da família) e, em um caso, por motivo de violência doméstica. Procuramos entrevistar todos os membros das famílias que desempenhassem papel nas dinâmicas de deveres e obrigações e nas estratégias coletivas de provimento de renda e sobrevivência. Isso incluiu membros de diferentes gerações, entre eles idosos e jovens com responsabilidades domésticas, e/ou participantes das dinâmicas familiares de provimento de renda, e/ou procurando trabalho ou planejando iniciativas de natureza profissional como cursos profissionalizantes e negócios próprios. O estudo etnográfico tentou captar a dimensão histórica/temporal por meio de duas estratégias metodológicas. A primeira delas diz respeito ao esforço de captar as transformações nas trajetórias e nas narrativas ao longo do período da investigação, que compreendeu o momento de intensificação da crise política e econômica no país. Por outro lado, realizamos o esforço de captar as diferenças nos percursos e discursos das diferentes gerações de cada grupo familiar. Ou seja, realizamos um esforço de incorporar no estudo as diferentes gerações dos grupos familiares, atribuindo à questão geracional uma importância analítica e buscando compreender as diferenças nas formas de viver e representar a inserção produtiva e as relações com as políticas sociais.

No total, entrevistamos e acompanhamos 59 indivíduos de nove famílias nessa etapa.

Após as primeiras entrevistas e conversas, percebemos a repetição da referência a uma organização social que atuava no bairro. Ninguém sabia explicar muito bem suas atribuições e nem se era uma instituição pública, privada ou do terceiro setor, mas parecia uma instituição importante no cotidiano das famílias. Pelos relatos iniciais parecia mais significativa que o CRAS. Constatou-se posteriormente que tal entidade implementava no bairro um programa da assistência social chamado SASF (Serviço de Acompanhamento Social Familiar), através de um convênio com a Prefeitura. É um programa monitorado pelos CRAS, implementado por entidades sociais conveniadas e voltado às famílias consideradas mais vulneráveis dos territórios de referência da Assistência social. Todas as famílias do estudo eram atendidas por esse serviço e interagem com essa organização. Fomos apresentados a um técnico da instituição por Miriam. Este, por sua vez, intermediou contato com o gerente da entidade que deu autorização para acompanhamento das atividades e entrevistas com os

demais funcionários. Entrevistamos o gerente, os quatro técnicos sociais da equipe e dois orientadores sociais, totalizando sete entrevistas nessa instituição. Também acompanhamos as atividades por eles organizadas junto à comunidade como seis reuniões socioeducativas e seis oficinas de geração de renda. Em setembro de 2016, recebemos um convite da entidade para desenvolver uma atividade com as famílias beneficiárias para tratar da crise política vigente. Aproveitamos a oportunidade para ampliar os contatos com as famílias do bairro e desenvolver uma atividade em um formato misto de roda de conversa e grupo focal, com objetivo de fomentar uma discussão sobre a percepção individual dos efeitos da crise econômica e política na vida cotidiana. A partir da etnografia nos espaços dessa entidade integramos à pesquisa indivíduos que não faziam parte da rede de amizade das informantes iniciais, mas também residentes do bairro e com perfil social semelhante. Com as Famílias 7, 8 e 9 a relação começou dentro da organização, mas passamos a acompanhá-las até o fim do trabalho de campo.

Ainda que essa organização tenha se mostrado mais importante para as famílias que o CRAS, essa última instituição também foi incorporada ao estudo. Isso se deu, primeiro, através de visitas como acompanhante de informantes entre março e junho de 2016 e, posteriormente, através de entrevistas com funcionários. Em junho de 2016, solicitamos ao CRAS colaboração para o desenvolvimento da pesquisa através de entrevistas e observações, mas tal pedido ficou parado por meses. Por insistência, conseguimos conversar informalmente com um recepcionista, uma cadastradora, e uma assistente social. A coordenadora do CRAS cancelou quatro vezes a conversa agendada. Assim, não foi possível realizar mais entrevistas e observações complementares nesse equipamento por falta de colaboração da coordenação.

As entrevistas revelaram que havia uma entidade beneficente de natureza religiosa que tinha relevância na história de algumas famílias. Uma das informantes, que era assistida através de doação de cestas básicas, intermediou a inserção nesse espaço. Entrevistamos uma das coordenadoras, dois voluntários e observamos algumas atividades como oficinas de qualificação.

Registramos que o trabalho etnográfico se constituiu de um conjunto de entrevistas com 59 informantes de nove famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família, 7 funcionários da organização social conveniada à Prefeitura, 3 do CRAS local, 3 informantes da entidade beneficente, além de um conjunto de observações nessas instituições, acompanhamento de informantes em situações de busca de trabalho e programas sociais e três rodas de conversa sobre a crise nacional na sede da organização social.

É importante pontuar que durante a etnografia construímos relações com famílias que se encaixavam na classificação institucional de pobreza, mas, como era de se esperar, apresentavam situação material e condições de vida diversas. Tal diversidade poderá ser observada adiante nos

capítulos que analisam em detalhe a trajetória de três grupos familiares. Porém, todas as famílias apresentavam trajetórias marcadas por grandes dificuldades materiais e financeiras, situação que parte delas havia superado, mas não todas. Assim, no estudo etnográfico encontramos algumas famílias em situação de extrema pobreza e carência material. Podemos dizer que os indivíduos que incorporam o estudo etnográfico eram mais pobres, menos escolarizados e menos inseridos no mercado de trabalho do que aqueles que fizeram parte dos grupos focais com egressos do Pronatec. Cabe enfatizar que a inserção no campo se deu através de mulheres com mais ou menos a nossa idade (cerca de 30 anos), que nos apresentaram para outras mulheres - amigas, vizinhas e parentes - que, por consequência, nos apresentaram para suas famílias. Assim, entramos em todas as instituições e famílias da etnografia a partir de uma mulher. E, com exceção de uma família da qual nos aproximamos através de uma jovem de 17 anos e outra através de uma senhora de 60 anos, todas as demais mulheres que nos inseriram em suas famílias tinham mais ou menos a nossa idade. A condição de gênero e a proximidade etária ajudaram na interação com elas, facilitando o acesso a assuntos delicados como problemas com maridos e ex-companheiros, violência doméstica, abortos, doação e venda de bebês, prostituição, o peso da condição de “mãe solteira” ou a necessidade de engravidar para garantir um provedor, entre outras questões similares, todas com impacto considerável nas estratégias de sobrevivência.

Apesar de compartilhar com boa parte das informantes-chave do estudo a condição geracional e de gênero, obviamente uma série de outras diferenças estava colocada entre nós. A raça/cor é uma delas, já que eu sou branca e a minoria dos indivíduos que fez parte do estudo etnográfico poderia ser classificada da mesma forma; a predominância é de pardos e negros. Ainda que essa diferença possa ser a mais visualmente perceptível, tudo que dela decorre é geralmente silenciado e a questão racial nunca apareceu de forma explícita nas conversas e interações. O que obviamente não significa que ela não tenha impactos nas relações tecidas entre nós em campo e nas oportunidades de acesso a trabalho e renda por parte desses informantes. Mas, infelizmente, esse tema foi pouco explorado na etnografia à medida que outras dimensões analíticas mostravam-se mais centrais para nossas perguntas de pesquisa.

Sendo estudante da USP - instituição ultra seletiva e completamente distante daquele universo social - e constatando que boa parte dos informantes das primeiras e segundas gerações das famílias não tinha nem Ensino Fundamental completo, supomos que a escolaridade - e a desigualdade de acesso às oportunidades dela decorrentes -, constituía a maior diferença social entre nós. Mas, ainda que essa disparidade fosse reconhecida, para os informantes, o fato de não ter filhos representava a nossa principal diferença. Todas as mulheres na faixa dos 30 anos com quem tivemos contato durante a etnografia tinham filhos e a grande maioria delas engravidou na adolescência. Ou seja,

com 30 e poucos anos elas já tinham filhos adolescentes ou adultos e, algumas, com menos de 35 anos já eram avós. Leila (Família 1) e Tita (Família 3), duas informantes essenciais ao estudo, se encaixavam nessa situação. O espanto com a falta de filhos e com a forma como isso resultava em diferenças nos nossos cotidianos foi verbalizado várias vezes. A responsabilidade de sustento e cuidado lhes demandava tempo e recursos materiais que poderíamos empregar de outras formas. Contrariando nossa visão, para eles o símbolo mais forte da nossa desigualdade de oportunidades e diferença de classe estava, portanto, na (não) maternidade. De fato, como veremos, a maternidade é um evento determinante das trajetórias daquelas mulheres e de seus grupos familiares. Mas, por outro lado, essa característica criava alguma margem de aproximação com os membros mais jovens das famílias.

Já a relação com os homens adultos e idosos não foi tão fluída e intensa, inclusive porque eles ficam pouco em casa, circulam mais para fora do bairro que as mulheres, e a dinâmica de agendamento de entrevistas era mais difícil. Enquanto a relação com as mulheres extrapolou muito as situações de entrevistas e observações, desdobrando-se em inúmeras conversas ao vivo, por telefone e por internet, a relação com a maior parte dos homens foi mais limitada. Os homens com quem conseguimos estabelecer relações mais próximas foram os jovens, nenhum com mais de 35 anos, e mais escolarizados. Com algumas exceções, como João (Família 2) e Ernesto (Família 4), para os homens mais velhos a participação na pesquisa soava como uma obrigação familiar, algo que eles faziam por pedido da esposa, da mãe ou da filha.

Dessa forma, ainda que não tenha sido planejado, tivemos muito mais acesso a informações sobre o cotidiano das mulheres de todas as idades e dos jovens, aí compreendidos rapazes e moças. Necessário reconhecer que, a despeito de esforços para tentar contornar essa dificuldade, com a maior parte dos homens adultos das segundas e terceiras gerações das famílias que integram o estudo, não conseguimos estabelecer relações que extrapolassem os limites das entrevistas e, mesmo como entrevistados, que permitissem o tratamento de assuntos controversos ou íntimos. Na relação com esse grupo de informantes, o tema que permitia mais abertura era trabalho, mas num sentido mais restrito, que deixava de fora atividades ilegais e/ou imorais ou não mercantis. Portanto, é preciso reconhecer que o peso do gênero nessa etapa de campo foi maior do que o planejado e teve impacto na coleta nos dados etnográficos. Este viés se explica, em parte, pela nossa própria condição etária, de gênero e de classe que ajudava a abrir algumas portas, mas fechava outras. Mas, acreditamos que tal viés também se explica pelo fato de que, entre os indivíduos das primeiras e segundas gerações das famílias, havia poucos homens. Os maridos das senhoras das primeiras gerações eram ausentes por motivo de separação ou morte em cinco das nove famílias acompanhadas (Famílias 1, 3, 5, 6 e 9). Entre os indivíduos das segundas gerações também é maior

o número de mulheres, geralmente separadas, que criam sozinhas seus filhos e netos por motivo de morte, separação ou abandono. Ou seja, há predominância de domicílios chefiados por mulheres no contexto estudado.

Apesar da realidade de dificuldade material enfrentada por algumas pessoas e famílias, em nenhum momento me pediram ajuda financeira. Mas, outros tipos de ajuda foram solicitados, como, por exemplo: ajuda para achar trabalho, para fazer currículo, para conseguir vaga em cursinho pré-vestibular popular ou em cursos gratuitos de qualificação profissional, para conseguir informações sobre programas de aprendizagem de menores, para resolver problemas com recebimento de programas sociais, para conseguir atendimento médico. Disponibilizamo-nos a ajudar sempre que possível, cientes de que a assimetria de acesso às informações era também reflexo da desigualdade social existente entre nós.

É importante registrar que ao longo do trabalho de campo tivemos que lidar com receios e julgamentos morais que colocam em xeque a nossa condição de classe e gênero. Com o decorrer das entrevistas e a quantidade enorme de histórias de violência doméstica e de gênero, enfrentamos o medo de interagir com alguns homens em campo e entrevistá-los. Criamos estratégias para lidar com essa questão (conversas coletivas e entrevistas em locais públicos) e, em alguns casos, abrimos mão de entrevistas por sugestão das próprias informantes. Durante o trabalho de campo, o bairro enfrentava um surto de dengue. Foi, por meses, o segundo bairro com maior incidência de casos no município e isso aconteceu no momento em que esse virou o principal problema de saúde pública do país. O medo de virar alvo do *Aedes Egypt* fazia parte do cotidiano dos moradores do bairro e passou a fazer parte do nosso, da mesma forma que o temor dos ratos que se proliferam no esgoto não canalizado com maior intensidade no verão. Quando começaram a surgir as informações sobre a relação dos informantes com diversos tipos de atividades ilegais, tememos correr algum tipo de risco ou se envolver em alguma confusão. Esse receio convivia com um sentimento de culpa e com a consciência de que esses julgamentos eram fruto de visões estereotipadas sobre o que é legal e ilegal. Em um primeiro momento, hesitamos sobre incorporar certas informações a respeito de atividades ilegais dos informantes sob risco de que a pesquisa reforçasse estereótipos negativos sobre pobreza e periferia. Mas, na contramão desse julgamento moral, assumimos a tarefa de revelar a heterogeneidade de atividades desempenhadas pelos indivíduos para garantir renda, sobrevivência, reprodução e concretização de planos transitando por atividades que, ao não se encaixarem nas representações sociais hegemônicas de trabalho, são invisibilizadas ou criminalizadas e reforçam o estereótipo de preguiça, dependência e violência associado aos indivíduos em contextos de pobreza.

Assim, a partir dos questionamentos produzidos pelo exercício etnográfico, buscamos problematizar

os limites da categoria trabalho que acabam produzindo invisibilidades e reiterando a representação de beneficiários de políticas sociais como pobres desocupados e dependentes dos suportes governamentais. Os dados deste estudo ajudam a construir uma interpretação que se contrapõe a esta representação. Este se tornou um desafio mais imperioso à medida que a crise econômica e política se aprofundou no país e os discursos sobre o “lugar dos pobres” na sociedade e no sistema de proteção social voltaram a evocar com intensidade representações negativas sobre beneficiários de programas sociais como justificativa para extinção e enxugamento de políticas.

No capítulo 4 da tese recompomos o contexto social onde atuam os informantes da pesquisa etnográfica. Ali apresentamos o bairro, a rede sócio-assistencial, as características dos indivíduos e famílias do estudo e os grupos familiares selecionados como casos de estudo. Esses terão suas trajetórias recompostas e analisadas nos capítulos subseqüentes. Ao final de cada um dos capítulos que tratam das famílias que são casos de estudo, há um quadro que apresenta características sociais gerais de seus integrantes. Os quadros de caracterização das demais famílias se encontram na Seção de Anexos (Anexo 3). Nesse conjunto de quadros, cada grupo familiar tem seus indivíduos descritos a partir de informações como: idade, posição no domicílio, estado civil, número de casamentos e de filhos, origem e tempo de migração, escolaridade e iniciativas de qualificação profissional complementar, raça/cor (atribuição minha).

3. NARRATIVAS GOVERNAMENTAIS: TRABALHO E POBREZA PELA PERSPECTIVA DO ESTADO BRASILEIRO

Este capítulo aborda o problema do trabalho da população pobre através da perspectiva do Estado brasileiro e suas políticas. Buscamos revelar o modo como, no Brasil das décadas de 2000 e 2010, as categorias "trabalho" e "pobreza" se (des) articularam nos discursos institucionais que conferem sentido à ação governamental. Para isso, analisamos as narrativas que sustentaram as políticas voltadas para o problema da inserção dos pobres no mundo produtivo.

A análise recobrirá os anos 2000 e 2010, pois nesse período o problema do trabalho da população pobre adquiriu especial relevância na agenda pública, produzindo um repertório de narrativas. Ademais, essas buscaram explicitamente desmistificar a figura homogênea do pobre para concebê-lo como um tipo particular de trabalhador. Esse recorte temporal também é justificado pela intenção de contrastar discursos, fazendo a dupla via, das narrativas governamentais sobre os pobres e daqueles classificados como pobres sobre a organização da sua vida e o lugar das políticas.

Assumimos nessa tese que as políticas públicas podem ser compreendidas enquanto repertórios de discursos e práticas que se remetem a representações sociais, valores, julgamentos morais, categorizações, condutas sociais e interações. Seguindo Lascoumes e Le Galés (2012, pp. 45 e 46), entendemos que a abordagem sociológica das políticas públicas tem quer levar em consideração cinco elementos analíticos reciprocamente articulados que as compõem: atores, representações, processos, instituições e resultados. Conforme abordagem desses autores, sabemos que os atores podem ser individuais ou coletivos, são dotados de recursos e relativa autonomia para traçar estratégias e que essas são guiadas tanto por interesses materiais quanto simbólicos. As representações são os espaços cognitivos e simbólicos que dão sentido às ações dos atores, mas, ao mesmo tempo, as condicionam. As instituições são normas e procedimentos que conduzem as práticas e as interações. Os processos são as formas de interação e sua constante reconfiguração no tempo e no espaço, que articulam e mobilizam os atores. Os resultados são os efeitos da ação pública. Por fim, mas não menos importante, a ação dos destinatários das políticas (beneficiários) é estruturante nessa perspectiva. Reiteramos que, conquanto esses distintos elementos sejam dimensões constitutivas das análises sociológicas das políticas públicas, nessa pesquisa tratamos da dimensão cognitiva e simbólica das representações sociais que dão sentido às ações governamentais. Privilegiamos esse eixo de investigação sem, contudo, descartar as outras dimensões analíticas que com este se entrelacem e que por vezes, por isso mesmo, virão à luz, secundariamente, no curso da análise.

Muller (1990) e Muller e Jobert (1987) enfatizam que a elaboração das políticas públicas implica

construir uma representação da realidade na qual se pretende intervir. Assim, os atores organizam sua percepção do sistema, confrontam suas soluções e definem as propostas de ação tendo como referência essa imagem cognitiva. Representações da realidade são mobilizadas nas narrativas governamentais, construindo o que os autores chamam de referenciais das políticas públicas. Estes, conquanto dotados de historicidade e mesmo sendo alvo de disputa entre diferentes atores da ação pública, cristalizam, de alguma forma, representações e símbolos sobre os problemas sociais e propostas de solução num dado momento. A nossa análise das narrativas governamentais também se inspira nessa perspectiva que leva em conta a dimensão simbólica e cognitiva das políticas públicas.

Com efeito, o trabalho da população em situação de pobreza é considerado uma questão social (Castel, 2005) em determinados contextos históricos e sociais e pode ser enfrentado de maneiras variadas pelos Estados que constroem distintas representações simbólicas sobre o problema e suas soluções. No Brasil, a ação governamental em torno do assunto se fortaleceu nas décadas de 2000 e 2010, quando um conjunto de dispositivos normativos e de políticas sociais foi desenvolvido pelo governo federal para enfrentar o problema da pobreza e outros a ela correlacionados. Nesse processo surgiram as políticas de inclusão produtiva - políticas de emprego voltadas para a população pobre – que ganharam destaque no primeiro governo Rousseff e se enfraqueceram a partir da crise política e institucional instalada no país em sua segunda gestão.

Este capítulo é dedicado a investigar a dimensão simbólica dos discursos mobilizados nas políticas e as representações sociais associadas aos seus beneficiários. Para melhor sistematizar essas narrativas trataremos de situá-las no contexto social, político e econômico em que a temática de interesse se desenvolveu na agenda governamental. Nosso objetivo analítico foi problematizar as nuances e significados das categorias "trabalho" e "pobreza" e compreender as transformações, deslocamentos, tensões e disputas em torno de suas articulações.

Abrimos o capítulo com uma revisão bibliográfica sobre políticas sociais e o enfrentamento governamental de problemas relacionados a trabalho e pobreza. Tomamos a literatura sobre as políticas sociais na Europa, e mais especialmente na França, para introduzir o tema e delinear um contraponto através do qual poderemos sublinhar a singularidade da experiência brasileira de formação de políticas de inclusão produtiva. Não buscamos comparações, mas, antes, chamar a atenção para o fato de que diferentes contextos nacionais produzem distintas experiências e representações sociais sobre as categorias que nos interessam. O caso francês é aqui incorporado porque produziu uma rica linhagem de estudos sintonizados com nossa abordagem de análise da dimensão simbólica das políticas (Lascoumes, Les Gales, 2012; Muller, 1990; Muller e Jobert, 1987) e pela influência de uma literatura que tratou de investigar, para o caso da França,

como as categorias pobre e trabalhador foram historicamente construídas ao tempo em que se tornavam objeto de política (Castel, 2005; Paugam, 1990, 1991, 1991-b, 1993)¹¹. A trajetória francesa de emergência das políticas de inclusão produtiva teria conduzido à construção da imagem do “trabalhador pobre”. Argumentamos que, por aqui, o processo foi substancialmente distinto levando ao surgimento de outra categoria simbólica, a do “pobre trabalhador”, imagem que se desarticula frente à crise da segunda metade da década de 2010. O percurso de emergência e posterior enfraquecimento da representação do “pobre trabalhador” nos discursos e ações governamentais brasileiras será, portanto, o fio condutor deste capítulo.

Tal processo foi reconstituído a partir de revisão bibliográfica e análise de dados empíricos provenientes de: i) materiais institucionais diversos como marcos normativos (legislação), cartilhas de implementação, materiais de divulgação, propaganda institucional, discursos de atores em posições-chave (diretorias, Ministérios, Presidência), redes sociais, sites dos ministérios e dos programas de interesse; ii) entrevistas qualitativas com gestores diretamente envolvidos no processo de formulação e consolidação das políticas de inclusão produtiva na esfera federal, atores privilegiados para narrar esse processo, e iii) entrevistas com gestores municipais e atores responsáveis pela implementação local dos programas.

3.1. O “trabalhador pobre” e o “pobre trabalhador” nos deslocamentos da questão social. Trajetórias de reconfiguração das políticas sociais.

As ações de inclusão produtiva compreendem um conjunto de políticas públicas de emprego voltadas para segmentos da população considerados excluídos da dinâmica produtiva. Elas partem do pressuposto de que esses grupos necessitam de políticas de emprego específicas, que precisam ser adaptadas às suas necessidades e dificuldades. O objetivo é atuar sobre os fatores que lhes dificultam a inserção. Para isso, tais políticas se propõem a atuar na esfera de aquisição de habilidades e conhecimentos necessários à entrada no mercado de trabalho e à geração de renda. São exemplos de políticas de inclusão produtiva: qualificação profissional, intermediação pública de mão de obra, microcrédito produtivo e orientado, suporte às microempresas e ao trabalho autônomo e fomento ao associativismo e ao cooperativismo.

O fortalecimento desse tema na agenda pública esteve atrelado a um processo mais amplo de transformações no campo das políticas sociais e de reconfiguração da questão social, expressão

¹¹ Infelizmente foge ao escopo deste trabalho abrir um leque de comparações, razão pela qual elegemos a experiência francesa como contra-caso para iluminar aspectos sobre a experiência brasileira. Mas importantes análises e debates sobre trabalho e pobreza foram produzidas para tratar de outros contextos nacionais, como o americano, por exemplo (Wilson, 1987).

usada aqui no sentido clássico dado por Castel (2005). Seguindo a formulação deste autor e outros que com ele dialogam, entendemos que as transformações das políticas sociais dizem muito a respeito do que desafia, mobiliza e questiona uma sociedade em determinado momento. Como diz Telles, *“a questão social é o ângulo pelo qual as sociedades podem ser descritas, lidas, problematizadas em sua história, seus dilemas e suas perspectivas de futuro”* (Telles, 1996, pp. 85). É o que explicita as tensões sociais no interior de dada sociedade, principalmente aquelas de ordem econômica, política e moral. É o problema que surge do hiato entre organização política e sistema econômico e demanda soluções não mercantis para preencher esse espaço. A questão social orbita entre os segmentos da população que, por alguma razão, não são considerados integrados à dinâmica social e a resposta para essa questão é um conjunto de dispositivos para promover a sua integração. E, nessa problemática, elemento fundamental é o papel que o Estado se propõe (ou é demandado a) desenvolver.

Castel (2005) argumenta que, no caso da Europa ocidental e, mais especificamente da França, a questão social se deslocou do pauperismo, no período da industrialização, para o desemprego, da figura dos “vagabundos” para a figura dos “desempregados” ou “não-empregáveis”. Inicialmente, políticas assistenciais se desenvolveram ao redor da pobreza e do pobre que estava às margens do mundo do trabalho e que, portanto, não contribuía para o sistema de proteção social, como os indigentes e moradores de rua. O pauperismo era a forma de diagnosticar a questão social até quando o desemprego de massa e longa duração questionou o próprio estatuto do trabalho assalariado que estruturou a formação de parte significativa dos países da Europa industrial. A nova configuração do desemprego teria contestado o regime de trabalho e de proteção social (de natureza contributiva), tornando-se o cerne do que o autor chama de “nova questão social”. A partir do século XX, o desemprego passa a ser visto como uma falha do sistema econômico e surge a demanda por intervenção estatal nos mercados de trabalho. É o período de constituição das políticas de emprego nos chamados países de economia desenvolvida, no qual observamos indícios desse deslocamento da questão social, que a faz mover seu foco do pauperismo para o trabalho e sua preservação. Como diz Jaccoud sobre a concretização dos sistemas de bem estar europeus: *“Não mais o pobre e a pobreza, mas o trabalhador e o trabalho passam a ser o público-alvo da nova forma de intervenção sobre o social.”* (2010, pp. 106).

No contexto francês, as transformações narradas conduziram a novas formas de inserção no mundo do trabalho e a novas formas de pobreza (Paugam, 1991, 1993), suscitando a emergência da categoria do “trabalhador pobre” e a temática da inserção laboral, que passaram a estar colocados na agenda governamental (Jaccoud, 2010). O trabalho não era mais sinônimo de integração, algo inédito naquele contexto social, e à categoria “trabalhador” somaram-se os adjetivos “pobre” e/ou

“vulnerável”. Ou seja, trabalho e pobreza identificados como categorias articuladas que produziam um fenômeno novo, o qual demandava políticas particulares.

Referindo-se a esse movimento na Europa, Castel (2005) aponta uma mudança que leva à passagem de políticas sociais de integração para políticas de inserção. As primeiras tentavam promover o acesso de todos aos serviços públicos e a consolidação da condição salarial. Já as políticas de inserção definiriam suas clientelas específicas e tentariam reduzir a distância dessas em relação aos grupos considerados integrados. A princípio, as políticas de inserção estariam voltadas para os “inadaptados sociais”, aqueles que se caracterizam pela *“incapacidade de acompanhar a dinâmica da sociedade salarial, seja porque são afetados por alguma desvantagem, seja porque dispõem de muitos poucos recursos para se adaptarem ao ritmo do progresso.”* (Castel, 2005, pp. 541). É quando se disseminam as noções de “grupos vulneráveis” ou “população de risco” para denominar os públicos-alvo preferenciais das políticas sociais a partir do reconhecimento de que alguns segmentos possuem mais dificuldades de inserção no mundo produtivo que outros e, ademais, dificuldades singulares, próprias às suas diferentes condições de vulnerabilidade.

Nesse movimento, em 1988, surge na França o RMI (Renda Mínima de Inserção) como uma política de inserção social que oferece benefício monetário para qualquer indivíduo acima dos 25 anos cuja renda estivesse abaixo de um patamar, independentemente de ter ou não alguma incapacidade para o trabalho. Em síntese, tratava-se de uma política focada nos “grupos vulneráveis”, alvo do que Paugam (1991, 1993) chama de “desqualificação social” proveniente das mudanças no mercado de trabalho. Isso, na prática, representou uma inovação, pois, por primeira vez naquele país, deixou-se de levar em conta o critério de aptidão para o trabalho (identificando segmentos aptos e não-aptos) na definição de elegibilidade para a política social¹². Em segundo lugar, era uma política de direito à assistência, mas também à inserção social e profissional; por isso mesmo, articulava o recebimento do benefício à participação em atividades que visavam a integração dos indivíduos com a sua comunidade e com projetos profissionais. Tal proposta representou uma tentativa de desfazer o estigma do “assistido” ou do beneficiário passivo, mas também uma estratégia para justificar a intervenção, tendência chamada de “ativação” das políticas de proteção social:

¹² Outros países da Europa como Alemanha e Dinamarca já adotavam políticas de transferência monetária com objetivo distributivo desde 1940. O pensamento liberal, desde o século XVIII, já discutia a ideia de criar uma rede de proteção social para as populações pobres através de uma transferência de renda complementar. (Lavinias, 1998)

Ao lado do crescimento dos programas não contributivos de garantia de renda, as chamadas políticas de inserção e as propostas de “ativação” da proteção social vêm se reproduzindo na maioria dos países desenvolvidos e dotando de centralidade as políticas de emprego. No contexto de integração com as políticas de emprego, as políticas de proteção social vêm sendo classificadas como ativas ou passivas. Enquanto as passivas visariam fornecer renda, as ativas visariam retorno ao emprego. A “ativação” consistiria em diminuir os benefícios uniformes e incondicionais, limitando-os às pessoas classificadas como inativas. Para isso, tornam-se estratégicas as políticas de emprego e renda. (Jaccoud, 2010, pp. 115, 116)

Essa reconfiguração das políticas sociais reacendeu, na França, o debate sobre a natureza contributiva (ou não-contributiva) do regime de bem-estar e sobre a cobertura das políticas de emprego, tendo fomentado uma ampla discussão sobre as possíveis equações entre vulnerabilidade social, pobreza e trabalho. Esta ecoa até os dias de hoje, já que é em torno das categorias do “trabalhador pobre” e do “trabalhador vulnerável” que algumas mudanças nas políticas sociais vêm ocorrendo na Europa (Jaccoud, 2010). Na trajetória francesa, o que teria conduzido às políticas de transferência de renda e de inclusão produtiva foi o reconhecimento de que os trabalhadores podem viver em situação de pobreza e vulnerabilidade, daí a figura do “trabalhador pobre”.

Todavia, esse processo até aqui brevemente retratado é fruto de uma realidade singular. Assim, dificilmente poderíamos dizer que a América Latina, inclusive o Brasil, venha experimentando o movimento de mudança drástica de políticas de integração para políticas de inserção, tal como descrito por Castel, já que as primeiras nunca foram fortemente institucionalizadas por aqui (Draibe, 2007; Cacciamali, 2005; Guimarães, 2002; Guimarães, Hirata, Montagner & Sugita, 2004). O caso brasileiro é substantivamente diferente. Primeiro porque o sistema de proteção social é distinto - mais recente, fragmentado, incipiente e menos abrangente- de modo que até o uso do termo “sistema de proteção” foi questionado por um tempo pela literatura¹³. Segundo, pelas características do mercado de trabalho, tradicionalmente marcado pela heterogeneidade, informalidade e intensidade de trânsito entre ocupações (Guimarães, 2002, 2004, 2009, 2011). Assim, é fundamental contextualizar o desenvolvimento das diferentes experiências nacionais, já que:

As demandas por proteção social e por igualdade organizam-se, contudo, de forma diferenciada em cada sociedade, e interagem em função de sua dinâmica econômica, social e da forma de organização e legitimação de seu sistema político. (...) Nesse sentido, a questão social estrutura-se de forma diferenciada, em torno da problemática que, num dado momento histórico, apresenta a uma sociedade um risco de ruptura, testando sua tolerância, no campo social e político, a processos determinados de exclusão social. (Jaccoud, Cardoso Jr. 2009, pp. 184)

¹³ Ver Draibe (2007).

Partimos do suposto de que a realidade brasileira deve ser compreendida como um arranjo institucional (histórico, econômico e político) particular, que afeta tanto a produção das ações e narrativas governamentais, como as experiências individuais. É a essa análise que nos dedicaremos a partir daqui.

A produção sociológica brasileira enfrentou o tema dos deslocamentos da questão social a partir de um amplo debate que se tornou efervescente entre as décadas de 1990 e 2000 (Cohn, 1995, 2003, 2004; Cohn e Fonseca, 2004; Telles, 1996, 1999, 2001; Ivo, 2008; Jaccoud, 2009, 2009-b; Jaccoud e Cardoso Jr., 2009). Isto porque nesse período o Brasil enfrentou transformações no campo econômico, político e social que reconfiguraram a questão social, afetando a discussão sobre os fenômenos relacionados a trabalho e pobreza, tanto no que diz respeito às suas configurações e medidas, quanto na sua dimensão simbólica e subjetiva. No curso desses processos, a questão social se deslocou entre as do trabalho para a pobreza, do trabalhador para o pobre (Cohn, 2004; Ivo, 2008; Jaccoud, 2009; Jaccoud e Cardoso Jr., 2009). A seguir, vamos analisar esse processo de reconfiguração das ações governamentais e esses deslocamentos simbólicos em torno dos temas da pobreza e do trabalho. Para tal, fixaremos a atenção nas décadas de 2000 e 2010, para o que será conveniente fazer um breve recuo até a década de 1990.

3.2. O trabalho e o trabalhador

Data do período getulista a construção das bases do sistema de proteção social brasileiro, baseado na “cidadania regulada” pela carteira de trabalho (Santos, 1979), na qual a concessão de direitos e proteção estava calcada na condição salarial. A questão social relacionava-se aos problemas do trabalhador e à pobreza operária (Cohn, 1995, 2004; Ivo, 2008; Jaccoud, Cardoso Jr., 2009). As populações fora do mundo produtivo também se viam fora do sistema estatal de proteção, mas eram atendidas, de alguma forma, por instituições de assistência ligadas à filantropia (Jaccoud, Cardoso Jr., 2009, Telles, 1999).

As ações governamentais seguiram fazendo orbitar a questão social em torno do trabalho. Por ocasião do enfrentamento da crise, nos anos 1990, houve o fortalecimento das políticas sociais de emprego. Nesse momento o desemprego se tornou a grande questão social. Não sem razão, no fim da década de 1990, os temas do trabalho e do desemprego mobilizaram a ação governamental de modo que o Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) assumiu papel de relevância no cenário das políticas públicas. O governo federal despendeu maior atenção e recursos às políticas de emprego tais como seguro desemprego, intermediação de mão-de-obra e oferta pública de qualificação profissional.

Os primeiros passos da constituição um sistema público de emprego no Brasil datam de 1975, quando, atendendo a determinações da Convenção 88 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), foi criado o Sistema Nacional de Emprego (SINE). O objetivo era provimento de serviços de intermediação de mão de obra, qualificação profissional e geração de informações sobre o mercado de trabalho (Amorim, Cardoso Jr, Gonzalez, Stivali e Vaz, 2006). Mas, apenas a partir da década de 1990, o SINE passou a ter uma atuação mais relevante, quando começou a ser financiado por um fundo público e estável, O Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT)¹⁴.

Em 1995, o SINE transformou-se em Sistema Público de Emprego, Trabalho e Renda (SPETR), vinculado ao Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), com os objetivos de coordenação e articulação de todas as políticas federais de emprego e geração de renda. O desenvolvimento desse sistema se deu em um período no qual, em razão da crise econômica e aumento do desemprego, o Estado se propôs a atuar diretamente sobre a oferta de trabalho. Para tanto, impulsionou as políticas ativas de emprego como a intermediação pública de mão de obra (com fortalecimento do SINE) e a qualificação profissional (com a criação do PLANFOR- Plano Nacional de Educação Profissional). É nesse momento que o termo “inempregáveis”, é usado por Fernando Henrique Cardoso enquanto presidente (Telles, 1999) para justificar as políticas de emprego de sua gestão. FHC declarou em 1997: “*O processo global de desenvolvimento econômico cria pessoas dispensáveis no processo produtivo, que são crescentemente ‘inempregáveis’, por falta de qualificação e pelo desinteresse em empregá-las*”¹⁵. Assim surgiu a narrativa da necessidade das políticas de qualificação para aumentar a empregabilidade da força de trabalho brasileira, um dos temas mais fortes da agenda governamental do período.

É importante registrar que algumas políticas de emprego desse contexto histórico, como o PLANFOR, tinham a preocupação de incluir “grupos vulneráveis” e excluídos do mercado formal. Nesse período surge o debate sobre a empregabilidade da população vulnerável e um esforço governamental de atuar na construção do acesso desse público a ocupações qualificadas. Aqui o que nos importa sublinhar que o problema do emprego da população pobre entrou na agenda das políticas dos anos 1990 por meio da figura dos “inempregáveis” e da categoria empregabilidade. Machado da Silva (2002) argumenta que, conforme a noção de informalidade foi perdendo a

¹⁴ O FAT é um fundo de natureza contábil-financeira, vinculado ao Ministério do Trabalho e Emprego, destinado ao custeio de políticas de emprego e programas de desenvolvimento econômico. A constituição deste Fundo é um marco importante, pois permitiu o financiamento das políticas de emprego de forma independente do orçamento geral da União, a continuidade do financiamento dessas políticas e medidas de articulação entre elas. A principal fonte de recursos do FAT é composta pelas contribuições para o Programa de Integração Social – PIS e para o Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público – PASEP. Para mais detalhes sobre o FAT ver: Serra, 2009 e Amorim, Cardoso Jr, Gonzalez, Stivali e Vaz, 2006, IPEA, 2007.

¹⁵ Discurso datado de 8 de abril de 1997 em evento do Ministério do Trabalho. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc080427.htm>. Acesso em 31.05.2016.

capacidade de explicar a heterogeneidade do mercado de trabalho brasileiro nos anos 1980, surgiu a noção de empregabilidade junto com a de empreendedorismo, ambas usadas “*no sentido de reconstruir uma cultura do trabalho adaptada ao desemprego, ao risco e à insegurança*” (Machado da Silva, 2002, pp. 101). Os termos, que passaram a ser usados pela mídia, pelo governo e pelos movimentos de trabalhadores, seriam instrumentalizados ao mesmo tempo como explicação e justificativa para as novas condições de trabalho.

O PLANFOR e seu olhar para a empregabilidade dos “grupos vulneráveis” constituiu uma iniciativa pontual. O esforço de consolidação do sistema público de emprego nos anos 1990 representou um significativo avanço, mas continuava deixando de fora da ação governamental uma parcela considerável da população, inclusive segmentos de trabalhadores. Para Jaccoud (2010) no cenário internacional houve uma maior integração e, em alguns casos, obrigatória articulação entre políticas de emprego e políticas para enfrentamento da pobreza. Mas, no caso brasileiro isso não aconteceu de forma sistemática

3.3. O “pobre trabalhador”: articulações entre pobreza e trabalho na emergência das políticas de inclusão produtiva

Até o início dos anos 1980, a pobreza não era uma questão para as políticas sociais brasileiras, não constituía um fenômeno que estruturava as ações e preocupações governamentais. Até então, a pobreza era concebida em termos de “carência” de determinados segmentos sociais em relação à satisfação de necessidades básicas. A proteção à população pobre estava encerrada no campo da ajuda, da moral e do assistencialismo. A mudança emergiu após a Constituição de 1988¹⁶, que abriu espaço para reestruturação das políticas sociais e para discussão sobre o papel Assistência Social, até então pouco relevante (Cohn, 1995, 2004; Ivo, 2008; Jaccoud, 2009, 2010; Jaccoud e Cardoso Jr, 2009; Telles 1996, 1999).

A partir dos anos 1990 a pobreza passa a ganhar algum relevo na agenda pública e é gradualmente incorporada à estruturação das políticas sociais, iniciando um processo de reconfiguração da questão social que efetivamente se torna mais visível nos anos 2000. No governo FHC surgem as primeiras iniciativas federais de criação de políticas de transferência de renda não contributivas e enfrentamento da pobreza, tais como Bolsa escola, Bolsa alimentação e Auxílio gás.

No início dos anos 2000, o governo federal, presidido então por Lula, consolida o papel estratégico do Estado no enfrentamento da pobreza e desigualdade social (Cohn, 2012; Ivo, 2008, Jaccoud,

¹⁶ A Constituição de 1988 alterou o quadro regulatório da proteção social com impactos expressivos na ampliação da cobertura e em termos redistributivos, com a criação do BPC e da aposentadoria rural, ampliando o escopo de atendimento antes totalmente assentado em uma concepção contributiva.

2009, 2010; Jaccoud e Cardoso Jr, 2009). Esse movimento se dá inicialmente com a criação do Programa Bolsa Família (PBF), em 2003, e se fortalece posteriormente com o Plano Brasil sem Miséria (PBSM), em 2011. Nesse contexto, a pobreza se firma como objeto relevante para as políticas públicas brasileiras (Cotta e Paiva, 2010; Jaccoud, 2010; Soares e Satyro, 2010).

Há um amplo debate sobre o programa Bolsa Família e uma vasta literatura se debruça sobre o tema, focalizando o seu funcionamento, impactos sociais, dificuldades e desafios. Não é o caso de realizarmos uma descrição detalhada do Programa ou apresentar todos os debates em que ele está direta ou indiretamente envolvido¹⁷. Importa-nos registrar que é um programa de transferência de renda condicionada que garante um benefício monetário às famílias que se encontram abaixo de um patamar de renda mensal, a chamada “linha da pobreza”. No Brasil, a linha da pobreza foi estabelecida como a renda familiar *per capita* de meio salário mínimo e a linha da extrema pobreza como a renda familiar *per capita* de um quarto de salário mínimo. O valor do benefício é variável de acordo com a renda familiar *per capita*, o número de crianças e adolescentes na família e a presença de gestantes. O Programa é federal, mas a sua implementação é responsabilidade dos municípios¹⁸. A coordenação é realizada pelo Ministério do Desenvolvimento Social (MDS), criado em 2004 para centralizar ações intersetoriais de desenvolvimento social e combate à pobreza. A implementação do Programa Bolsa Família é, desde o início, uma atribuição do setor da Assistência Social, geralmente através dos Centros de Referência da Assistência Social (CRAS). Durante o primeiro governo Lula (2003-2006) as políticas de assistência social entraram na agenda pública (Bichir, 2015) e se fortaleceram com a criação do Sistema Único da Assistência Social (SUAS)¹⁹.

O Programa Bolsa Família surge como estratégia de enfrentamento da pobreza e do reconhecimento de que parcela considerável da população não conseguia prover sua sobrevivência. É criado para garantir uma renda mínima às famílias, independentemente da inserção de seus membros no mercado de trabalho. O Programa não tem natureza contributiva e não varia de acordo com o volume de contribuição trabalhista/previdenciária dos responsáveis pelo núcleo familiar. Se a família encontra-se abaixo da linha da pobreza, ela é considerada pobre do ponto de vista da ação governamental, incluída no Cadastro Único²⁰ e se torna elegível para o recebimento do benefício.

¹⁷ Para mais detalhes sobre história e funcionamento do Programa Bolsa Família ver: IPEA, 2007 e IPEA, 2010, 2013, Bichir, 2011, 2015.

¹⁸ Sobre os arranjos institucionais de coordenação federal e implementação municipal do PBF ver Bichir (2011).

¹⁹ O SUAS (Sistema único da Assistência Social) é o sistema público que organiza, de forma descentralizada, os serviços e ações socioassistenciais no Brasil, em dois níveis de proteção social: a Proteção Social Básica e a Proteção Social Especial. A Proteção Social Básica oferece programas, serviços e benefícios socioassistenciais a famílias e indivíduos em situação de vulnerabilidade social e porta de entrada é o Centro de Referência de Assistência Social (CRAS). A Proteção Social Especial atende famílias e indivíduos que já se encontram em situação de risco e violação de direitos e atendimento se dá nos Centros de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS).

²⁰ O Cadastro Único é um banco de dados e uma ferramenta de mapeamento das famílias em situação de pobreza, mas também um instrumento de gestão e acompanhamento do PBF e de diversos programas de assistência social. A criação

Cumpridas as condicionalidades de educação e saúde²¹, as famílias têm direito à bolsa por dois anos²². Se a renda familiar continuar abaixo da linha da pobreza após esse período o benefício é renovado por mais dois anos. A princípio, não há limite para renovações.

Tal Programa foi considerado inovador à medida que, no contexto brasileiro, era a primeira vez que a política social operava um programa de garantia de renda independentemente de comprovação da incapacidade para o trabalho (como no caso do BPC) e da situação ocupacional (Jaccoud, 2009). O surgimento desse tipo de intervenção fez emergir tensões substantivas no campo da política social, pois: *“O benefício sem a contrapartida da cotização para a população apta para o trabalho parece questionar a própria obrigação do trabalho que organiza as sociedades modernas. Ao mesmo tempo significa um reconhecimento da incapacidade do sistema econômico prover oportunidades à população* (Jaccoud, 2009, pp. 16).

Nos anos 2000, período de crescimento do emprego, formalização do mercado de trabalho e valorização do salário mínimo, a preocupação governamental com o trabalho e o desemprego vigente nos anos 1990 foi deslocada para o problema da pobreza. As políticas relacionadas ao trabalho saíram de um ciclo de expansão e gradativamente perderam financiamento e espaço na agenda de atuação governamental, inclusive em razão de denúncias de mau uso dos recursos públicos. Segundo Ramos (2009), o número de trabalhadores beneficiados por programas de qualificação do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), em 1999, chegava a 2,9 milhões e, em 2006, esse número caiu drasticamente para 116 mil (Ramos, 2009, pp. 29). Estudo do DIEESE (2014) mostra que as despesas do conjunto de programas do FAT aumentaram 143% entre 2002 e 2012, porém, os gastos com políticas ativas como qualificação profissional e intermediação de mão de obra tiveram brusca redução de 62%, se tomados em conjunto (DIEESE, 2014 pp. 22). Ao mesmo tempo, o crescimento do salário mínimo e da formalização do mercado nos anos 2000 ampliou consideravelmente o custo de benefícios trabalhistas para o Estado.

Pode-se dizer que, até o final da gestão Lula, a temática da pobreza foi alavancada para o centro das preocupações governamentais. Os esforços práticos estavam concentrados em construir e aperfeiçoar a estrutura institucional e administrativa adequada à execução e implementação do Bolsa Família e, ao mesmo tempo, construir uma relação de confiança com os beneficiários. Já no plano das narrativas institucionais, o foco estava na construção da legitimidade e aceitação social ao

e aperfeiçoamento do Cadastro Único é um tema importante no debate atual sobre as políticas sociais. Sobre o CadÚnico ver: Paes de Barros, Carvalho, Silva Pinto de Mendonça (2010) e Assis, Ferreira (2010).

²¹ As condicionalidades são contrapartidas que o Estado exige dos beneficiários do Programa. As condicionalidades de educação referem-se a matrícula e comprovação de frequência escolar de crianças e adolescentes de 6 até 17 anos. As condicionalidades de saúde referem-se ao cumprimento do calendário de vacinação do Ministério da Saúde.

²² As famílias têm direito a dois anos de benefício, mas, caso a renda familiar aumente para além dos limites da linha da pobreza, o beneficiário responsável pode pedir desligamento do programa, o chamado desligamento voluntário, com o compromisso de que sua família possa retornar se houver futura diminuição da renda.

Programa de âmbito nacional e natureza não contributiva. Inicialmente o PBF tratava da inclusão da população pobre no sistema público de serviços sociais e programas de erradicação da fome e desnutrição. O discurso governamental girava em torno do tema das “portas de entrada” para as políticas sociais e reforçava a relevância de uma política que mirava o fenômeno da pobreza e da insuficiência de recursos materiais. Buscava-se construir a legitimidade do Programa assentando-a na figura do “pobre” e de uma pobreza genérica, principalmente expressa na carência material e na frágil relação com o Estado. A princípio, isso não era muito diferente da imagem do pobre vigente nos anos 1990, que Telles descrevia como “*figura anônima, inteiramente construída em negativo, no registro da carência e da impotência*” (2001, pp. 163) ou da noção de pobreza homogênea, criticada tanto por Paugam (1991, 1993) quanto por Feltran (2014).

Progressivamente, as narrativas sobre pobres e pobreza adquiriram mais complexidade. Esse processo, não se deu sem tensões e conflitos sobre o que é pobreza, qual o desenho da política social e o que é (ou deveria ser) responsabilidade do Estado nesse âmbito. Dentre os muitos debates nesse campo, nos importa mais diretamente aquele que gira em torno das articulações e dissociações entre pobreza e trabalho.

Na década de 2000, surgiram críticas ao retorno de uma representação de pobreza dissociada da dimensão do trabalho, que obscurecia a condição de trabalhador dos beneficiários das políticas sociais (Ivo, 2008; Cohn, 2004, 2013). A ênfase no combate à pobreza teria diluído diferenciações importantes no público-alvo das políticas sociais como trabalhadores inseridos no mercado, mas com baixa remuneração, trabalhadores precarizados, trabalhadores desempregados e indivíduos incapacitados para o trabalho (por razão de doença, deficiência, idade, etc...).

Desde a criação do PBF houve o debate sobre o “efeito preguiça” e o suposto potencial de desestímulo à oferta de trabalho de seus beneficiários²³. A polêmica não se ancora em dados empíricos, mas nas representações de que pobre não gosta de trabalhar ou na máxima de que o Estado “não deve dar o peixe, mas ensinar a pescar”, numa cobrança por políticas que estimulem a inserção da população beneficiária no mercado de trabalho. O argumento já foi desmistificado por diversos estudos científicos²⁴.

Outra questão que esteve na pauta desde a criação do PBF foi a necessidade (ou não) de que os programas de transferência de renda sinalizassem “portas de saída” aos seus beneficiários, debate que passa pelo tema da inserção no mundo produtivo como estratégia de autonomização econômica dos beneficiários em relação à renda do Programa. Nesse tema, pode-se observar maior

²³ Para mais detalhes ver: Cotta e Paiva, 2010; Jaccoud, 2010; Soares e Satyro, 2010, Paiva, Falcao e Bartholo, 2013.

²⁴ O texto de Batista Oliveira e Soares (2012) apresenta resultados de diversos estudos empíricos recentes que concluem que, fora grupos sociais específicos, como o das mulheres com filhos, o desincentivo ao trabalho é muito pequeno ou inexistente.

heterogeneidade de posições entre os analistas e acadêmicos e, mesmo entre os atores envolvidos na formulação e implementação da política em questão. Como veremos, com a consolidação da política de transferência de renda, o tratamento desse tema na esfera governamental variou, muito embora o discurso oficial tenha recusado a abordagem das portas de saídas até, pelo menos, 2015. Mas, à medida que o Programa se fortalecia e conquistava legitimidade, aumentava consideravelmente a cobrança do enfrentamento da questão das portas de saída, tanto por parte dos atores envolvidos na formulação da política, quanto por parte da sociedade.

No primeiro balanço de avaliações sobre o PBF, publicação do MDS em parceria com o IPEA datada de 2010²⁵, evidencia-se, ainda que sutilmente, esse movimento de cobrança da sociedade, dos analistas e dos formuladores sobre a necessidade de trazer à tona a questão do trabalho e das portas de saída das políticas de transferência de renda.

Nessa ocasião, Soares e Sátyro (2010) argumentavam que até então a posição do governo federal era rejeitar a busca pelas portas de saída, mas abrindo possibilidades de articulação com programas complementares que auxiliassem as famílias beneficiárias a superar a condição de pobreza (como programas de alfabetização de adultos, de qualificação profissional para jovens e adultos, economia solidária, programas de microcrédito e etc...). Até aquele momento a única iniciativa de inclusão produtiva desenhada especialmente para os beneficiários do PBF era um eixo do Plano Setorial de Qualificação (PLANSEQ) voltado a qualificar beneficiários do PBF para a construção civil; o programa foi executado pelo Ministério do Trabalho e Emprego, não pelo MDS, e teve performance e repercussão irrelevantes. Mas, já naquele texto, Soares e Sátyro vislumbravam, para um futuro breve, a possibilidade de mudanças no tocante à questão das portas de saída, dadas as cobranças sociais e à necessidade de definir melhor os objetivos do PBF, que eles consideravam um programa híbrido.

No mesmo documento, Cotta e Paiva (2010) reconheciam que, no fim da segunda gestão do governo Lula, houve uma intensificação da discussão a respeito das portas de saída, tanto pela imprensa quanto pelos formadores de opinião. Essa tendência se refletia também nos projetos de lei tramitando no Congresso Nacional com objetivo de alterar as regras do PBF. Os autores defendiam a posição do governo de enfatizar os efeitos positivos das “portas de entrada” em detrimento do foco nas portas de saída e, ademais, argumentavam que a tarefa de inserir a população pobre e vulnerável no mercado de trabalho não deveria ser enfrentada exclusivamente pelo PBF, nem pelo MDS, pois tratava-se de uma missão de caráter intersetorial e, principalmente, de responsabilidade de estados e municípios.

²⁵ IPEA (2010) *Bolsa Família 2003-2010: Avanços e desafios*. Brasília.

Por outro lado, material institucional da Secretaria de Assuntos Estratégicos (SAE) da República, datado de 2011, aborda a inserção produtiva dos beneficiários do PBF cobrando explicitamente a construção de portas de saída (Barros, Mendonça e Tsukuda, 2011). O documento defende uma mudança de foco e sugere que a porta de saída da pobreza demandaria a articulação das políticas de transferência de renda com intervenções governamentais na dinâmica do mercado de trabalho (geração direta de postos de trabalho, mudanças na legislação trabalhista e dinamização da economia local) e com políticas de emprego (como intermediação de mão de obra e qualificação profissional). A SAE, através de alguns de seus representantes mais proeminentes, marcava, assim, posição divergente em relação ao discurso oficial do MDS. Exemplo dessa atuação é dado, então, pelo economista Ricardo Paes de Barros, importante ator na concepção técnica do Bolsa Família, que passava a fazer a defesa aberta da necessidade de portas de saída via mercado de trabalho. Tais controvérsias, tensões e conflitos entre atores e instituições no plano governamental se refletem tanto nas ações defendidas/criticadas, quanto nos discursos que articulam trabalho e pobreza, indicando que as políticas de transferência de renda, no Brasil, têm sido um campo de intensas disputas inclusive dentro dos setores governamentais.

Em verdade, desde sua criação em 2004, havia no próprio MDS um eixo de ação relacionado à inserção produtiva das famílias pobres e vulneráveis, mas sua importância na atuação do Ministério era pequena e inexpressiva. Entrevistas com gestores federais de programas de inclusão produtiva do MDS narraram tentativas frustradas de articulação do Bolsa Família com políticas de emprego do MTE no início do Programa.

A criação do Plano Brasil Sem Miséria (PBSM)²⁶, em 2011, é considerada um marco nessa mudança de perspectiva. Esse Plano representou uma tentativa de intensificação e articulação de iniciativas governamentais voltadas para o público do CadÚnico visando a superação da extrema pobreza no período 2011-2014, primeiro governo Rousseff. O Programa Bolsa Família integrava a ação, mas o propósito da iniciativa era promover a articulação entre a transferência de renda e outros serviços sociais. O slogan do plano era “*O Estado chegando onde a pobreza está*”. Os seus três principais objetivos eram: i) alcançar e incluir as famílias pobres, até então fora do CadÚnico - a chamada “busca ativa”-, ii) ampliar o acesso a serviços públicos e iii) desenvolver ações de inclusão produtiva para a população em situação de pobreza.

Para dar conta desse terceiro objetivo foi criado dentro do PBSM um eixo de ação chamado “Inclusão Produtiva”. É a partir daqui que trabalho e pobreza passam a se articular de forma mais sistemática nas ações e narrativas governamentais. As políticas de inclusão produtiva urbana

²⁶ Sobre o PBSM ver: Paiva, Falcão e Bartholo (2013) e Campello, Falcão e Vieira (2014).

compreendiam: qualificação profissional, intermediação de mão-de-obra, incentivo à economia solidária²⁷ e apoio ao microcrédito e ao empreendedorismo individual²⁸. A inclusão produtiva rural compreendia ações de assistência técnica especializada e individualizada aos produtores rurais e programas de crédito.

Conquanto nosso interesse se volte especialmente para a esfera federal, vale destacar que esse movimento no sentido de articular políticas de pobreza e de trabalho não se restringe, nesse momento, ao governo federal. De fato, a Pesquisa de Informações Básicas Estaduais do IBGE (ESTADIC), que investigou as iniciativas de inclusão produtiva executadas pelos governos estaduais nos anos de 2012 e 2013, captou o movimento sistemático de crescimento dessas ações, ano após ano, de modo que, em 2013, todas as unidades da Federação já desenvolviam programas de inclusão produtiva, próprios ou em parceria com a administração federal.

Ou seja, os primeiros anos da década de 2010 se constituem no período em que a temática do trabalho da população pobre se fortaleceu na agenda governamental, federal e estadual. Os temas da pobreza e do trabalho passam a se articular através da idéia de “inclusão produtiva”. A partir de então, a figura do pobre - antes construída de forma genérica, homogênea e marcada pela carência e pela falta - começa a ganhar nuances. Esse movimento pode ser apreendido através da análise das estratégias, ações e narrativas relacionadas ao Pronatec/BSM que, na primeira metade da década de 2010, constituiu a principal iniciativa governamental de tratamento do problema do trabalho da população pobre. As outras ações de inclusão produtiva do MDS, como intermediação de mão de obra, economia solidária e apoio ao micro-empreendedorismo, contaram com menos recursos e destaque.

O Pronatec (Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego) é um programa federal de qualificação profissional criado em 2011. Trata-se de um sistema de articulação de diferentes ações e políticas com foco na educação profissionalizante. Uma das inovações era congregar sob o mesmo programa iniciativas de qualificação e inserção de grupos sociais com características diferentes e articular distintos atores governamentais²⁹. O principal eixo de atuação governamental é a oferta de cursos de educação profissional nos três níveis: básico, médio e superior/tecnológico.

²⁷ Sobre as ações de incentivo à economia solidária no âmbito PBSM ver: SILVA, SCHIOCHET (2013)

²⁸ Sobre as ações de incentivo ao micro-empreendedor individual no âmbito do PBSM ver: MOREIRA (2013) e LAVINAS, MARTINS, (2012).

²⁹ Até sua criação em 2011, o que acontecia era uma pulverização de diferentes ações governamentais descentralizadas de qualificação voltadas para diferentes públicos. Trata-se de uma política coordenada por diversos ministérios e implementada pelos municípios, sendo que o principal gerenciador é o Ministério da Educação (MEC). Os principais ministérios envolvidos na operacionalização do Pronatec eram: Ministério do Desenvolvimento Social, Ministério do Turismo, Ministério da Defesa, Ministério do Trabalho e Emprego, Secretaria de Direitos Humanos, Ministério do Desenvolvimento Agrário. As principais instituições ofertantes de cursos: Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica, Redes Estaduais de Educação, Sistema S e universidades privadas. Avaliações do MEC mostraram que o Sistema S era a principal instituição ofertante de cursos do Pronatec, seguido da rede pública federal (MEC, 2014).

Uma das premissas do programa é que os cursos fossem livres de custos para os beneficiários, incluindo material didático e uniforme e uma ajuda de custo para transporte e alimentação, medida que também visava ampliar a participação dos segmentos pobres. O “Pronatec-Bolsa Formação” constituía o principal eixo de ação do Programa, aquele que recebeu maior volume de investimento e concentrou maior esforço institucional e administrativo. Consistia na oferta de ensino profissional em duas modalidades: i) “Bolsa-formação Estudante”: educação profissional de nível técnico (cursos de longa duração- mínimo 800 horas) para estudantes do Ensino Médio ou com Ensino Médio completo; ii) “Bolsa-formação Trabalhador”: educação profissional de nível básico para indivíduos com qualquer grau de instrução/escolaridade (cursos de curta duração - mínimo 160 horas). A primeira modalidade atendia principalmente a jovens, a segunda a segmentos de faixas etárias variadas. Essa última categoria poderia ser articulada a outras políticas públicas como o seguro-desemprego e programas de assistência social e transferência de renda.

Desde 2012 o recebimento do seguro-desemprego está vinculado à matrícula e presença em curso do Pronatec se o trabalhador tiver solicitado o seguro mais de três vezes no período de 10 anos, tornando obrigatória a qualificação para aqueles com trajetória de desemprego recorrente. Mas, entre 2011 e 2014, o Ministério do Trabalho só intermediou cerca de 5% das vagas de cursos do Pronatec (MEC, 2014). Por outro lado, o Programa estabeleceu como uma das prioridades incluir a população pobre e vulnerável que compõe o Cadastro Nacional de Políticas Sociais (Cadastro Único, CadÚnico), especialmente o segmento beneficiário do Programa Bolsa Família. Para responder a essa demanda foi criado o Pronatec/Brasil Sem Miséria, eixo que concentrou grande parte das vagas ofertadas pelo Programa como um todo: aproximadamente 60% das matrículas dos cursos de nível básico ofertados pelo Pronatec foram preenchidos pelo público do CadÚnico e 30% por beneficiários do Bolsa Família (MDS, 2014; MDS, 2014-c).

O Pronatec foi criado em um cenário de crescimento econômico e aproximação da situação de pleno emprego, no qual o desemprego não era uma das principais questões sociais, mas onde reaparece o tema da demanda do mercado de trabalho por profissionais mais qualificados. Cassiolato e Garcia (2014) destacam que a aprovação do projeto de lei que originou o Programa se deu em um contexto em que a demanda do empresariado por mão de obra qualificada era tão grande que pressionava o governo a liberar a importação de trabalhadores técnicos e profissionais graduados. As centrais sindicais se opuseram radicalmente e cobraram outras soluções governamentais para o problema, focadas especialmente na qualificação da mão de obra nacional. Assim, o Pronatec foi apresentado pelo Governo Federal com uma narrativa institucional de estratégia de desenvolvimento social e econômico.

O crescimento traz inúmeros desafios. Um deles é formar mão de obra especializada para suprir a oferta de emprego qualificado. Outro desafio é melhorar a infraestrutura, para que esse crescimento flua mais rapidamente. Um outro é crescer de forma harmônica e sustentável, sem gerar inflação ou outros tipos de desequilíbrio. Mas o maior de todos os desafios é não deixar milhões de brasileiros fora dessa era de prosperidade que se amplia e se consolida. (...) . *Para ajudar a qualificar nossos jovens e trabalhadores, lançamos ontem o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego – o Pronatec – cuja meta é capacitar para o trabalho aproximadamente oito milhões de brasileiros nos próximos quatro anos. Mais que um programa educacional, quero que o Pronatec seja uma usina de oportunidades. Ele vai beneficiar estudantes do ensino médio; vai ajudar trabalhadores desempregados a recomeçarem a vida profissional; e vai abrir as portas do mercado de trabalho para que milhares de brasileiros possam deixar mais rápido o Bolsa Família.* (Dilma Rousseff. Fonte: Biblioteca de discursos da presidência. Discurso do Dia do Trabalho. 2011. Grifos nossos.)³⁰

Em um evento em agosto de 2013, a então Ministra do Desenvolvimento Social, Teresa Campello, disse: “*O Pronatec é o Bolsa Família da qualificação profissional no Brasil*”³¹. A comparação com o Bolsa Família se repetiu em vários outros discursos da Ministra e dá o tom da grandiosidade que o governo federal queria atribuir ao Programa, ressaltando seu potencial de “política transformadora”, outra imagem que lhe foi freqüentemente atrelada. A análise do material institucional do Pronatec revela um discurso assentado na importância da qualificação profissional para obtenção de um “bom trabalho” e, mais especificamente, de “trabalho formal”. Os termos “emprego”, “trabalho qualificado”, “trabalhador” e “jovem” são expressões recorrentes nas narrativas institucionais dessa política. Havia um apelo às idéias de desenvolvimento econômico e social, mercado de trabalho formal e direcionamento para a temática da inserção do jovem do mercado formal.

O Pronatec – Brasil Sem Miséria (Pronatec/BSM) se constitui, e isso o distinguiu face a outros programas de qualificação profissional nos governos Lula e mesmo FHC, numa política de oferta de cursos de curta duração para públicos-alvo das políticas sociais do Ministério de Desenvolvimento Social.

Por trás dessa política estava o reconhecimento de que a população pobre enfrenta dificuldades particulares no acesso ao trabalho e que há necessidade de intervenção estatal na superação desses constrangimentos sociais. A iniciativa nasceu como parte integrante do Plano Brasil sem Miséria (PBSM) visando atender a população em situação de pobreza e extrema pobreza e supunha, de início, articulação entre o MEC e o MDS, que coordenava a implementação pela área da Assistência Social. O desenho do Programa previa financiamento por recurso federal e implementação pelos municípios a partir da estrutura local da rede SUAS. E, assim, o papel do poder local constituía

³⁰ Fonte: <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/discursos/discursos-da-presidenta/pronunciamento-a-nacao-da-presidenta-da-republica-dilma-rousseff-em-cadeia-nacional-de-radio-e-tv-sobre-o-dia-do-trabalho> . Acesso em 31.05.2017

³¹ Fonte: <http://www.youtube.com/watch?v=r2c6B7KVAMY&list=TLqQHkZ6CGuBz0YPzjkZQKBXnOm9z0Odx> Acesso em 28.11.2014.

elemento muito importante nesse arranjo institucional³². Para participar do Pronatec/BSM era pré-requisito ter a partir de 16 anos de idade e estar inscrito (ou em processo de cadastramento) no Cadastro Único, mesmo que o candidato não fosse beneficiário dos programas assistenciais. Porém, a orientação era dar prioridade aos cadastrados em situação de extrema pobreza e aos beneficiários do Bolsa Família e do Benefício de Prestação Continuada.

No âmbito do Plano Brasil Sem Miséria, o Pronatec não era focalizado nos jovens - ainda que esse tenha se tornado o público mais numeroso - mas voltado a uma população adulta inativa, desempregada ou sub-empregada. O discurso institucional não girava em torno de representações de juventude, mas principalmente de “vulnerabilidades”, que é uma categoria importante do repertório das políticas de Assistência Social e que já figurava nos discursos das políticas dos anos 1990. Existiam iniciativas dentro do Programa voltadas para públicos específicos, como mulheres (Pronatec Mulheres Mil), jovens em situação de abuso/exploração sexual e pessoas com deficiência física, além de algumas iniciativas locais para outros grupos como população de rua e imigrantes (exemplo do município de São Paulo).

O fortalecimento da temática da inclusão produtiva, do qual surgiu o Pronatec/BSM, esteve atrelado a uma abordagem que se desenvolveu na esfera federal na década de 2010: a concepção de que a pobreza é um fenômeno multidimensional. Essa idéia, que está na base da criação do Plano Brasil Sem Miséria, é muito presente nos diversos materiais institucionais e todos os gestores federais entrevistados associaram a expansão das políticas de inclusão produtiva ao fortalecimento da concepção de pobreza como fenômeno multidimensional. Essa nova representação de pobreza delimitaria um problema social que deveria ser combatido através de ações de diferentes setores da ação governamental, como assistência social, saúde, educação e trabalho. Assim, o discurso da pobreza multidimensional e a busca de intersectorialidade das ações estavam articulados e, através desse movimento, os enlaces entre pobreza e trabalho ganharam força nas narrativas institucionais. Fortalece-se a visão de que a pobreza é uma situação de limitação ou privação de uma série de direitos, dos quais o “direito ao mundo do trabalho” é um dos mais importantes.

A origem da intersecção entre trabalho e assistência, diria que a raiz da origem desta intersecção está no entendimento da pobreza como um fenômeno multidimensional. Acho que essa é a raiz da busca por inclusão produtiva no governo federal. Isso tem sido muito discutido aqui [governo federal] nos últimos anos. Você não pode mais entender a pobreza como uma restrição monetária, tem que entender

³² Praticamente todo o trabalho operacional estava sob responsabilidade dos municípios, e mais especificamente, da Assistência Social municipal, desde a mobilização dos beneficiários, articulação com as instituições ofertantes de cursos, a escolha dos cursos ofertados, acompanhamento dos beneficiários, e encaminhamento para o mercado de trabalho.

a pobreza através da perspectiva do não acesso a uma série de bens e serviços e direitos, como o *direito ao mundo do trabalho*. Por isso o programa [Plano Brasil Sem Miséria] foi estruturado em torno do eixo de garantia de renda, acesso a serviços e inclusão produtiva. Essa formulação, esse entendimento talvez seja a mãe de todos os desdobramentos futuros. (Gestor Federal 1. Fonte: Coleta de campo. 2015. Grifos nossos)

A extrema pobreza, contudo, se manifesta de diversas formas além da insuficiência de renda, incluindo baixa escolaridade, insegurança alimentar e nutricional, *fragilidade de inserção no mundo do trabalho*, acesso precário à água, energia elétrica, serviços e benefícios socioassistenciais, saúde, moradia. Superar a extrema pobreza requer, portanto, a ação intersetorial do Estado, entre outros direitos. Por isso, além de elevar a renda familiar per capita da população em extrema pobreza, por meio do Programa Bolsa família e do Benefício de Prestação Continuada, o Plano apresenta ainda os seguintes objetivos: ampliar o acesso da população em situação de extrema pobreza aos serviços públicos; *e propiciar o acesso da população em situação de extrema pobreza a oportunidades de ocupação e renda, por meio de ações de inclusão produtiva*. (Fonte: Cartilha de Implementação Acessuas Trabalho. Grifos nossos)

Por isso, neste 1º de Maio, quando renovo o compromisso com vocês, trabalhadores brasileiros, de continuar a política de valorização do salário mínimo e de manter e ampliar suas conquistas trabalhistas, *digo também que é a hora de olharmos com um carinho todo especial para nossos irmãos que ainda não entraram no mercado de trabalho. Convoco todos os brasileiros, sem exceção, para vencermos juntos a batalha contra a miséria. Essa é uma grande bandeira do meu governo. Nas próximas semanas, daremos um passo importante para concretizá-la com o lançamento do Programa Brasil sem Miséria. Ele vai articular e integrar novos e antigos programas sociais, ampliar recursos e oportunidades e, muito especialmente, mobilizar todos os setores da sociedade para a luta decisiva de acabar com a pobreza extrema em nosso país*. O Brasil já é um país grande, de povo forte e economia pujante, mas só seremos um país verdadeiramente rico e feliz quando formos um país sem pobreza com as famílias podendo subir na vida. O Brasil vai realizar esse grande sonho coletivo e ele vai concretizar os sonhos de milhões de brasileiros que ainda esperam por uma chance na margem do caminho. (Dilma Rousseff. Discurso do Dia do Trabalho. 2011. Fonte: Biblioteca de Discursos da Presidência. Grifos nossos.)³³

Assim, a partir de 2011, e aos poucos, o discurso governamental começou a reforçar a importância da dimensão do trabalho para as populações beneficiárias das políticas de combate à pobreza. Em um primeiro momento, evocando o tema do “direito ao mundo do trabalho”: todos têm direito de acessar o mundo do trabalho, mas, diante das dificuldades de inserção de alguns grupos, justifica-se a ação governamental de inclusão produtiva.

Em 2013, o MDS em parceria com IPEA, lançou uma publicação comemorativa de 10 anos do PBF, “*Programa Bolsa Família. Uma década de inclusão e cidadania*. (IPEA, 2013)”. Nesse material, que é o segundo grande balanço de avaliações sobre o Bolsa Família, é possível perceber a mudança do discurso institucional em relação à construção das portas de saída e ao tema da inclusão produtiva da população em situação de pobreza. Nele, Cohn (2013) ressalta a importância do tema trabalho nos discursos e vivências dos beneficiários do PBF, destacando que os beneficiários

³³Fonte: <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/discursos/discursos-da-presidenta/pronunciamento-a-nacao-da-presidenta-da-republica-dilma-rousseff-em-cadeia-nacional-de-radio-e-tv-sobre-o-dia-do-trabalho> . Acesso em 31.05.2017

desejam “emprego” e não apenas “trabalho”. A autora reconhece as primeiras iniciativas do MDS nessa direção, tratando do Pronatec e de programas de incentivo ao Micro Empreendedor Individual, mas diz explicitamente que o principal desafio do PBF seria a inserção social via trabalho.

Seguindo essa linha de argumento, no mesmo material, Schwarzer (2013) aponta que até a Organização Internacional do Trabalho (OIT) passa a advogar em favor da articulação das políticas ativas de emprego com as políticas de transferência de renda, partindo da premissa de que cabe ao Estado, antes de promover a inserção no mercado de trabalho, oferecer as garantias mínimas de sobrevivência e cidadania, mas sem perder o foco na preocupação com a inserção social via trabalho e emprego.

No mesmo ano de 2013, o MDS organizou um evento sobre a temática, o “*Seminário Brasil Sem Miséria- Inclusão Produtiva Urbana*”, com a participação de gestores, especialistas e acadêmicos. O evento gerou uma publicação³⁴ que enfrenta esse tema sob diversos ângulos. O tom geral dos textos é de reconhecimento da importância da ação governamental nessa questão e do avanço do Plano Brasil Sem Miséria para o enfrentamento do problema, mas também de cobrança por mais intersetorialidade e eficiência das ações já existentes.

No ano eleitoral de 2014, período de acirradas disputas de narrativas políticas, as ações de inclusão produtiva e a temática do trabalho da população pobre tiveram seu espaço nas propagandas institucionais do governo federal e na campanha para reeleição presidencial de Dilma Rousseff. Uma das estratégias discursivas da campanha foi a argumentação de que a busca de superação da extrema pobreza estava sendo acompanhada de inclusão produtiva³⁵.

Observamos ao longo desse ano eleitoral um grande esforço da comunicação institucional do governo e do marketing eleitoral de Rousseff no sentido de difundir informações e dados para justificar a centralidade das ações de combate à pobreza durante sua gestão. Como exemplo, citamos a organização de uma campanha para desmentir os supostos mitos a respeito do Bolsa Família e seus beneficiários. Foi criado um site para esse propósito³⁶ e inúmeras postagens em redes sociais disseminando tal conteúdo. Um dos pilares dessa empreitada foi a divulgação da informação de que a maioria dos beneficiários adultos do Bolsa Família estavam engajados em atividades de trabalho. Assim, diversos jornais, revistas e veículos de comunicação repercutiram o dado de que 75% dos beneficiários do Programa estavam trabalhando. Os canais de comunicação oficiais do

³⁴ FALCÃO, Thiago, AMARAL, Aline Diniz, SOUZA, Marcelo Alvares (orgs.) (2014) *Cadernos de Estudos. Desenvolvimento Social em Debate. Inclusão Produtiva Urbana: experiências, desafios e resultados*. Brasília, 2014.

³⁵ <http://www.brasil.gov.br/cidadania-e-justica/2014/06/superacao-da-extrema-pobreza-e-acompanhada-de-inclusao-produtiva>

³⁶ Site criado pelo Instituto Lula com objetivo de desmentir os supostos mitos sobre o Programa Bolsa família e seus beneficiários: <http://brasildamudanca.com.br/bolsafamilia/mitos/>

governo usavam essa informação como contraponto as idéias de “preguiça” e “acomodação”, e reiteravam as características positivas dos beneficiários como “garra”, “persistência”, “dedicação” e “vontade de empreender”, expressões também usadas por Rousseff em seus vídeos e aparições públicas na campanha. Apresentamos, abaixo, alguns exemplos desses materiais institucionais:

Você sabia que mais de 75% dos beneficiários do Bolsa família trabalham?

Você Sabia que a maioria dos beneficiários do Bolsa Família não se acomodam com o benefício? O programa estimula o comércio, o empreendedorismo e a agricultura familiar. Mais de 405 mil beneficiários são hoje microempreendedores individuais (Fonte: Postagem Institucional na página do MDS no Facebook. 2014)³⁷.

Bolsa Família: 75,4% dos beneficiários estão trabalhando

“As mulheres vão ter mais filhos para receber mais dinheiro do governo”. “As pessoas vão deixar de trabalhar para viver de benefício social”. “É claro que as famílias vão gastar mal o dinheiro”. Quando o Bolsa Família nasceu, crenças como essas eram comuns entre aqueles que não acreditavam no programa. (...). Pesquisas sobre o impacto do Bolsa Família não mostram tendência dos beneficiários em deixar o mercado ou trabalhar menos. Pelo contrário, em muitos casos, o programa estimula o empreendedorismo como forma de completar a renda. Cerca de 350 mil pessoas que receberam o auxílio hoje são microempreendedores individuais. Histórias como a de Samuel Rodrigues, 27 anos, morador de Belo Horizonte (MG), e a de Odete Terezinha Dela Vechio, 45 anos, de Guaíba (RS). Ele, ex-flanelinha. Ela, uma carpinteira. Dois brasileiros que venceram a pobreza com a ajuda do maior programa de transferência de renda do país e cujos exemplos ilustram como as crenças negativas contra o Bolsa Família revelaram-se meros preconceitos infundados. De flanelinha a empresário: o mito do “efeito preguiça”

Todos os dias, Samuel Rodrigues, 27 anos, acorda às 5h30 da manhã, escolhe uma calça jeans e uma camiseta básica preparadas na véspera e senta-se à mesa com a mulher, Ana Cristina, que tem a mesma idade do marido. Depois, desperta o filho Simon, de três anos, e prepara-se para uma nova jornada. O carro popular ano 2011, à porta, simboliza o progresso que ele conquistou e, ao mesmo tempo, uma aposta em um futuro ainda mais próspero. Ex-beneficiário do Programa Bolsa Família, Samuel exibe com orgulho, por onde anda, fotocópias de cartazes de sua empresa, um lava a jato móvel: Samuca Lavacar - Higienização Automotiva. “Minha proposta é levar à casa do cliente a mesma qualidade dos serviços de um lava a jato convencional e por um preço mais em conta”, explica. Ele é um dos 350 mil microempreendedores individuais brasileiros, oriundos do Bolsa Família, que hoje incrementam a economia formal do país. *O exemplo do ex-flanelinha – que já foi garçom, motorista, ajudante de pedreiro e embalador em supermercados – derruba um dos mitos mais comuns do Bolsa Família: o de que o benefício mensal estimula o “efeito preguiça”, levando seus beneficiários à acomodação. Segundo o Censo 2010, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), 75,4% dos beneficiários do Bolsa Família trabalham. Desde o lançamento do programa, em 2003, 1,7 milhão de brasileiros deixaram de receber o benefício por não precisar mais da ajuda do governo. (...) Felicidade é a palavra que define o momento atual do ex-flanelinha Samuel Rodrigues. Tornar-se dono do seu próprio negócio trouxe estabilidade e bem-estar para a família. “Eu e minha mulher estamos mais felizes, queremos crescer juntos e dar uma boa educação para o Simon”, diz o microempreendedor individual, que pensa em concluir o segundo grau e fazer cursos de polimento e lubrificação de automóvel. “Amo o que faço e, para chegar até aqui, é preciso garra e persistência, não desistir nunca”, ensina. Ele quer se capacitar e aumentar o negócio de lava a jato, contratando pelo menos um ajudante.* (Fonte: Portal Brasil. 20/05/14. Grifos nossos)³⁸.

³⁷Fonte:

<https://www.facebook.com/MDSComunicacao/photos/a.418402294842046.120734.296135843735359/1024639030885033/?type=1&theater>. Acesso em 28.11.2014.

³⁸ Fonte: <http://www.brasil.gov.br/cidadania-e-justica/2014/05/bolsa-familia-75-4-dos-beneficiarios-estao-trabalhando>.

Como vimos, há um esforço de construção da imagem de pobre trabalhador que “ama o que faz”, que “não desiste nunca” apesar das adversidades e consegue achar a porta de saída da política social e da situação de pobreza através do trabalho. Nesse momento, as representações de “pobre empreendedor” também ganham espaço. Rousseff mobilizou as mesmas figuras simbólicas em discursos e declarações do período:

Dilma defende qualificação profissional e ensino técnico no combate à pobreza

A candidata diz ter orgulho do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec) e destacou que a qualificação profissional e a educação são formas de saída da pobreza e do analfabetismo. Dilma Rousseff ressaltou que pretende ampliar o programa, caso seja reeleita. “Nós estamos prevendo como a continuidade mais 12 milhões de matrículas asseguradas até 2018”, disse Dilma, que definiu o programa como uma “parceria muito bem-sucedida entre o que há de melhor na área de ensino técnico no Brasil”. (...) Ela também defendeu a relação do Pronatec com famílias beneficiadas pelo Bolsa Família, dizendo que das 8 milhões de vagas do programa, 1,4 milhão são destinadas a esse grupo. “Sempre perguntavam, como é a porta de saída? Não tem porta de saída, tem é porta de entrada para o mundo do trabalho. No Bolsa Família, as pessoas têm oportunidade de se qualificarem e ganharem, pelo suor do seu rosto, um salário melhor, e aí saem do Bolsa Família, não é por decreto”. (Matéria da agência governamental de comunicação sobre a campanha eleitoral. Fonte: Agência Brasil. 20/08/14. Grifos nossos)³⁹

Apresentador: Presidenta, a gente tem conversado muito aqui no Café sobre o ensino técnico e qualificação profissional. Como a formação pode mudar a vida das pessoas?

Presidenta: Olha, Luciano, homens, mulheres, jovens, trabalhadores, pequenos empreendedores, têm mais chance de conseguir um emprego, melhorar seu negócio ou progredir na sua carreira se tiverem capacitação profissional. Foi para dar oportunidade aos brasileiros de melhorar sua formação profissional que nós criamos, no início de meu governo, o Pronatec. *São impressionantes o interesse, a determinação e a vontade das pessoas de melhorar de vida. Seis milhões e cem mil matrículas já foram realizadas no Pronatec. Desse total, 1,7 milhão de matrículas são em cursos técnicos de nível médio. As outras 4,4 milhões de matrículas são em cursos de qualificação profissional, que têm uma duração menor, de até quatro meses. Nós temos muito orgulho, Luciano, de atingir agora a meta de 1 milhão dessas matrículas feitas pelas mulheres, os homens e os jovens beneficiários do programa Brasil sem Miséria, que recebem o Bolsa Família. O Pronatec/Brasil sem Miséria, Luciano, é uma verdadeira porta de entrada dessas pessoas no mundo do trabalho. (...) Hoje, a maioria do público que está fazendo os cursos do Pronatec é formada por mulheres, essas batalhadoras, essas guerreiras, trabalhadoras, que todos os dias fazem o nosso País funcionar. As mulheres respondem por seis em cada dez matrículas do Pronatec. Tem mais, uma grande maioria é também de jovens e negros. Tudo isso demonstra que está se formando um grande número de brasileiros mais bem preparados para construir seus sonhos de um futuro melhor. (...) Veja o caso das brasileiras e brasileiros que recebem o Bolsa Família, e que eu estava te falando, nós reservamos para eles 1 milhão de vagas. E como eu te disse, nós já atingimos essa meta, o que é um sucesso porque conseguimos isso com dez meses de antecedência. Todo mundo quer uma oportunidade para progredir na vida, e as pessoas que recebem o Bolsa Família são iguais. Todas elas têm aproveitado, com tanta vontade, a oportunidade de fazer os cursos de qualificação profissional, Luciano, que nós decidimos, mesmo já tendo alcançado a meta,*

continuar oferecendo cursos do Pronatec/Brasil sem Miséria. (Fonte: Portal Brasil. Entrevista de Dilma Rousseff concedida ao Programa “Café com a Presidenta” em 24/03/14)⁴⁰

Assim, além da dimensão do “direito ao mundo do trabalho”, com o tempo o discurso governamental começou a destacar novas dimensões nas representações dos beneficiários. Primeiro, a alta taxa de participação dos beneficiários do Bolsa Família no mercado de trabalho: na TV, rádio e redes sociais divulgou-se a informação de que 75% dos beneficiários adultos do programa trabalham. E, segundo, a “garra”, o “interesse”, a “determinação” e a “vontade” dos beneficiários de “melhorar de vida” e entrar no mundo do trabalho, o que seria comprovado pela grande adesão aos cursos de qualificação do Pronatec/BSM, programa chamado de “porta de entrada ao mundo do trabalho”. Também surge a imagem de um pobre inventivo e empreendedor. E, a partir desses elementos, no plano simbólico das narrativas institucionais, foram articulando-se as noções de trabalho e de pobreza, ao tempo em que se delineava a figura do “pobre trabalhador” beneficiário da transferência de renda.

Finda a campanha eleitoral, no discurso de posse de seu segundo mandato, Rousseff evocou o Pronatec, prometendo ampliação do Programa e assegurando a continuidade das políticas de formação aos beneficiários do Bolsa Família⁴¹. Entretanto, a sua breve segunda gestão ficou marcada por um movimento de ajuste fiscal que atingiu as políticas públicas e, com muita força, os programas do MEC. O Pronatec estava entre eles e sofreu cortes que levaram à paralisação de algumas frentes já no início de 2015, contrariando o prometido pela Presidenta e o próprio lema escolhido para sintetizar seu segundo governo: “Pátria Educadora”. O Pronatec/BSM foi um dos primeiros eixos afetados.

Cabe destacar que, na esteira dessas primeiras medidas de austeridade, políticas educacionais e de emprego foram afetadas, mas os programas de superação de pobreza, especialmente os de transferência de renda, se mantiveram intactos. Nesse período, além de instabilizar diversos programas educacionais, o governo alterou os critérios de elegibilidade e extensão da cobertura do seguro-desemprego. Essa discussão estava em pauta desde 2008 e, em 2015, concretizou-se na forma de alterações nas normas de elegibilidade, que limitaram e endureceram o acesso ao

⁴⁰ Fonte: <http://www.brasil.gov.br/governo/2014/03/investir-em-educacao-e-acreditar-no-desenvolvimento-da-nossa-nacao-diz-dilma> Acesso em 31.05.17.

⁴¹ Trecho do discurso de posse realizado por Rousseff em 01/01/15: “O Pronatec oferecerá, até 2018, 12 milhões de vagas para que nossos jovens, trabalhadores e trabalhadoras tenham mais oportunidades de conquistar melhores empregos e possam contribuir ainda mais para o aumento da competitividade da economia brasileira. (...) Queridas e queridos brasileiros e brasileiras, o Brasil vai continuar como o país líder, no mundo, em políticas sociais transformadoras. Aos beneficiários do Bolsa Família continuaremos assegurando o acesso às políticas sociais e a novas oportunidades de renda. Destaque será dado à formação profissional dos beneficiários adultos e à educação das crianças e dos jovens”.

benefício⁴².

Nesse cenário, sem recursos públicos para o custeio da infra-estrutura exigida pelo Pronatec/BSM, entre 2015 e 2016, o eixo de Inclusão Produtiva do MDS focou em ações governamentais simples e econômicas como políticas de incentivo ao micro-empendedorismo e a programas de aprendizagem. Assim, as narrativas do governo federal sobre trabalho e pobreza passaram a dar mais destaque ainda à dimensão do empreendedorismo popular e à capacidade de inovação e adaptação da população pobre. Ganha força a representação do “pobre empreendedor” que começara a se delinear anteriormente. Esse tema também se revelou com muita força nos discursos dos agentes responsáveis pela implementação das políticas assistenciais no nível local, como veremos no próximo tópico.

Porém, o fenômeno mais significativo desse período foi, sem dúvidas, a emergência de uma narrativa de crise econômica e política que, de 2015 a 2017, se aprofundou e desarticulou ações governamentais. O ápice desse processo foi observado no ano de 2016 quando se consumou o *impeachment* de Dilma Rousseff, evento que deflagrou um intenso conflito político e uma disputa de narrativas em que o lugar das políticas sociais teve um papel importante. No último tópico desse capítulo trataremos do período pós-*impeachment*, do advento da crise e seus efeitos nas ações e narrativas voltadas às questões do trabalho e da pobreza. Antes, convém analisarmos as tensões e disputas envolvidas na construção da figura do “pobre trabalhador” provenientes da articulação das políticas de inclusão produtiva com a Assistência Social.

O percurso retratado até aqui mostra que, na esteira da criação das políticas de inclusão produtiva, a figura genérica do “pobre” começou a ganhar nuances até que a dimensão do trabalho passou a ser um componente importante dessa sua nova imagem. Mas, na qualidade de adjetivo. A representação de trabalhador passa a complementar, como um acessório, o substantivo “pobre”. Nossa interpretação é que a figura do “pobre trabalhador” - que foi construída no período compreendido pela primeira gestão de Rousseff, enfatiza a condição da pobreza antes da condição de trabalhador; por isso mesmo, as políticas de inclusão produtiva eram, em primeiro lugar, políticas para pobres e carregavam uma série de representações sobre pobreza e vulnerabilidade. Essa compreensão é mais facilmente apreendida através da análise da relação da Assistência Social com as políticas de inclusão e seus beneficiários. Esse é o tema que exploraremos a seguir.

A intersetorialidade estava na base da proposta das ações de inclusão produtiva do governo federal brasileiro na década de 2010, mas as possibilidades de arranjos para operacionalização são variadas.

⁴² As alterações afetam principalmente a primeira e a segunda solicitação do seguro-desemprego por um trabalhador do mercado formal. Para ter direito ao benefício, o trabalhador precisará, no primeiro pedido, comprovar 12 salários em 18 meses. No segundo requerimento, serão necessários nove salários em 12 meses. Na regra anterior era necessário comprovar seis meses com carteira assinada para ter direito ao seguro pela primeira vez.

Como mostramos, no caso brasileiro foram implementadas através da área da Assistência Social, articulando-se às políticas de garantia de renda e a um conjunto maior de estratégias voltadas para a superação da pobreza. Tratava-se de iniciativas desenvolvidas dentro do escopo da Assistência Social e com pouca ou nenhuma articulação com a agenda das políticas de emprego do Ministério do Trabalho e Emprego, que continuava atuando por meio de ações para trabalhadores formais e de ações pouco integradas entre si e com outras políticas sociais.

Por outro lado, a implementação do Pronatec/BSM também demandava a parceria com as instituições de ensino profissionalizante, dentre as quais o Sistema S era o ator mais importante. A análise das entrevistas com gestores federais e municipais, bem como dos materiais institucionais, revelou um conjunto de tensões e disputas que se constituíram no processo de articulação das políticas de inclusão produtiva com a Assistência Social, por um lado, e com o Sistema S, por outro. As representações sobre o (não) trabalho e o suposto despreparo e desinteresse da população pobre, público alvo dessas ações, estava no centro dessas disputas.

Inicialmente, um dos pontos de maior tensão para a execução da política foi a relação com grandes instituições de ensino como o Sistema S, reconhecido por sua qualidade, mas também por sua alta seletividade. Diversos relatos apontam o preconceito dessas instituições em relação ao público do Pronatec- BSM. Fez-se necessário um processo de acompanhamento da atuação das mesmas para garantir que o público do Plano Brasil Sem Miséria fosse acolhido adequadamente; depoimentos documentam situações de constrangimento e discriminação que necessitaram a intervenção governamental, através dos gestores locais ou federais.

Quais as necessidades e demandas desse público frente o mercado de trabalho e como as políticas de inclusão tentam responder a essas dificuldades?

Acho que existe uma série de dificuldades prévias que é de não se sentir destinatário das políticas de trabalho. A gente já falava da dificuldade desse público mais vulnerável se ver como um aluno do Senai, entrar naquelas escolas super equipadas, escolas que não estavam familiarizadas com esse público. Parece que em alguns municípios o Senai bordou no uniforme do pessoal “Brasil sem Miséria”, distinguindo o público e de uma forma que gera uma estigmatização. Então a gente teve que fazer um trabalho junto aos ofertantes. Eu fui em Marabá e lá me falaram que quando eles vêem que o público é pobre, trata mal, lá não passava nem da secretaria. O cara chega meio cabreiro, com dificuldade de se expressar, vem com todos os constrangimentos que a pobreza e as humilhações do decorrer da vida vão marcando e depois é mal tratado na secretaria, ele nem volta para firmar sua matrícula. Então eu tive o trabalho de falar com o diretor regional do Senai do Pará e de falar com o diretor daquela unidade e falar “olha, tem esses relatos, isso aqui é inadmissível, e a gente não quer mais desenvolver o programa em parceria com vocês se continuar essa situação”. Então, foi um trabalho de formiguinha, em todas as unidades da federação. Certamente você ainda encontra esse tipo de situação e constrangimento. Outro dia eu recebi um email, foi interessante esse email, os alunos fizeram um abaixo-assinado sobre um instrutor do Senac que expulsou de sala de aula uma aluna que estava de Havaianas. E o secretário de assistência social me mandou um email falando ‘o que a gente faz? Então, em primeiro lugar, voltando à sua pergunta teve um trabalho de acolhimento desse público pelas políticas e pelos executores dessas políticas, como o Sistema S e também as agências de emprego que a gente teve que fazer essa mobilização. A assistência social foi muito importante porque

sensibilizou o público para essas políticas e colocou para esse público que era um direito e que eles tem que reivindicar um espaço ali dentro. (Gestor Federal 2. Fonte: Coleta de campo. 2015)

No início existia muito preconceito. Então fizemos muita discussão com o MEC para que quem fosse ofertar os cursos tivesse uma atenção diferenciada para que o público pudesse acompanhar os cursos. Daí a gente construiu um documento junto com o MEC e o Sistema S para orientar o acolhimento. *[Pergunta: E como foi a relação com o Sistema S?]* Foi difícil. A gente teve que ter uma agenda de reuniões mensais com a coordenação nacional do Sistema S. E as denúncias que o municípios faziam a gente repassava para eles, repassava para o MEC. Era um processo de negociação com todos os lados, com os municípios e com os ofertantes. A gente mediava, a gente fez isso na ponta. Dai começou aquela coisa de exigir documento, foto, e etc...e coisas que até hoje continuam acontecendo e que dificultavam, exigiam certificado de escolaridade que o pessoal não tem porque migra, porque parou de estudar. E até hoje é uma batalha. Tem uma resolução do Conselho de Educação dizendo que a escolaridade é auto-declarada, mas isso foi uma luta porque a gente pediu, porque ela excluía muito, e a gente tentava tirar todos os mecanismos que excluía as pessoas mais pobres. Essa estratégia do acolhimento também é para vencer o preconceito contra eles, porque eles [ofertantes de ensino] tinham preconceito, porque essas pessoas sem escolaridade como é que vão aprender? Como é que vão ficar no ambiente da escola? Dai posteriormente a gente viu com os dados que esse público que frequenta o curso até o fim, que pouco evade, que aproveita aquela oportunidade com garra é o público do MDS. (Gestor Federal 3. Fonte: Coleta de campo. 2015)

Como o trabalho de campo junto aos gestores federais e municipais revelou, na construção dos arranjos com as unidades de ensino existia preconceito e uma visão estigmatizante dos “alunos da assistência social”, “os pobres”. Por parte de várias dessas instituições houve o questionamento sobre a capacidade desses alunos, se os mesmos iam conseguir acompanhar os cursos devido à sua baixa escolaridade, e até mesmo se teriam roupa adequada (e por isso surgiu a idéia de criar um uniforme para esse público, intensificando e sobretudo tornando explícita a discriminação). Em suma, eram múltiplas e recorrentes as dúvidas, que externavam o temor de uma suposta inadequação dos “pobres” ao mundo da qualificação profissional e, posteriormente, ao mundo do trabalho.

A articulação da política com a Assistência Social, que forneceria a base de operação das ações de inclusão produtiva, também foi um processo permeado de resistências, que novamente revelavam os estereótipos e preconceitos sobre os segmentos classificados como “pobres”, aos quais os programas eram endereçados. A construção desse arranjo foi justificada por múltiplos argumentos: pelo fato de que este era o setor que controlava o CadÚnico, pela experiência das equipes dos CRAS com o público-alvo da política, pela ampla capilaridade desses equipamentos, especialmente nos territórios vulneráveis, e pela dificuldade de construir parcerias com a área do Trabalho. Essa aposta também se explica pelo fato de que o governo federal passou a utilizar o Programa Bolsa Família como um eixo articulador de outras políticas sociais (Bichir, 2015). O desenho facilitou a consolidação e expansão do Programa; mas esse processo não se deu sem tensões e conflitos, típicos dos arranjos de intersetorialidade (Bichir, 2015). A pesquisa de campo revelou que existiu no

interior do governo uma disputa sobre qual setor governamental tinha (ou deveria ter) a responsabilidade sobre a inclusão produtiva (Assistência Social ou Trabalho) e por quê. Definido que o arranjo de implementação seria via Assistência Social, surgiram tensões e dissensos sobre as formas de tratamento do tema do trabalho no âmbito desse setor. Debatia-se a proposta de uma inclusão produtiva que não se confundisse com a concepção mais abstrata de inclusão social e se diferenciasse das iniciativas anteriores da Assistência Social voltadas ao tema, consideradas insatisfatórias.

Existiam tensões institucionais latentes nos primeiros momentos do programa, tanto com a área do Trabalho quanto com a Assistência. No Trabalho havia uma tensão com o MDS, que tem até hoje. Um questionamento sobre apropriação da assistência social de um tema tradicionalmente de responsabilidade da área do Trabalho, alegando uma espécie de oportunismo já que ela estava sucateada e o Pronatec era uma oportunidade de canalizar recursos para além do FAT. A gente via a resistência da pasta do Trabalho à proposta do Pronatec/BSM ser tocado pela área da Assistência. E a nossa relação com o MTE desde então nunca foi muito fácil. *Já com a Assistência também não foi fácil no começo. O tema trabalho era tabu dentro da assistência. Lá na ponta o que a gente via? O CRAS funcionava com aqueles cursinhos de manicure, pedicure e pano de prato. Esses cursinhos... E no plano federal a Assistência, com base no SUAS, vinha trazendo o discurso de que [trabalho] era um direito do cidadão. A assistência social estava construindo a sua rede e a sua estrutura. Então o Pronatec ajudou a introduzir o tema do trabalho, que está dentro da LOAS, que está dentro do SUAS o direito à integração ao mundo do trabalho. Ele [trabalho] estava dentro, mas jogado de escanteio, sem lugar. O SUAS já tinha quase 10 anos, mas o tema do trabalho não tinha sido tratado na lógica de uma política da assistência social e foi uma batalha construir essa proposta, foi uma discussão difícil, mas aprovaram.* (Gestor Federal 3. Fonte: Coleta de campo. 2015. Grifos nossos)

A princípio, a “promoção da integração ao mercado de trabalho” era um dos objetivos da Assistência Social desde a Constituição de 1988 (definição do Art. 203, inciso III). Essa atribuição foi regulamentada em 1993 pela Lei Orgânica da Assistência Social - LOAS (Lei no 8.742) e modificada em 2011 pela Lei do Sistema Único de Assistência Social - SUAS (Lei no 12.435). Nesse momento, a formulação mudou para “integração ao mundo do trabalho” (ao invés de "mercado de trabalho") e iniciativas de inclusão produtiva para os públicos na condição de pobreza ou vulnerabilidade social começaram a ser fomentadas nas três esferas de governo. Já era previsto que a Assistência Social desenvolvesse ações visando a inserção social via trabalho, mas, na prática, uma intervenção estruturada (e com previsão de recursos) só se concretizou após o Plano Brasil Sem Miséria. Por isso, a incorporação da temática do trabalho no dia-a-dia da Assistência Social constituía algo recente e apresentava resistências. O MDS retratava o Pronatec-Brasil Sem Miséria como algo “profissional” e voltado efetivamente para o trabalho, contrapondo-se ao tradicional tratamento da Assistência a esse problema, que era chamado de “terapia ocupacional”, “socialização”, “aqueles cursinhos”.

Na Assistência essa temática do trabalho sempre esteve presente, mas com aprovações e rejeições. Então ela entrava muito no nível local no sentido de proporcionar cursos ad hoc para os beneficiários, seja como oportunidade de geração de renda e até como terapia ocupacional. Isso com base no depoimento que nos deram os municípios. Então a assistência tinha que lidar com um grupo de mulheres marcadas por uma série de violação de direitos e que precisavam de algum meio de complementar a sua renda, então eles criavam aqueles cursinhos de pano de prato, por exemplo... Tinha a função de complementação de renda, mas também de socialização, quase como uma terapia ocupacional. Até que houve uma resolução em um congresso da assistência social em que se afirma a articulação com o mundo do trabalho como algo para ser colocado dentro da perspectiva da assistência social. Foi uma resolução bem importante. Em 2011. Foi fruto de um debate intenso e, de fato, tinha esse embate, esse impasse, se assistência devia se envolver ou não com a temática. Os que defendiam que deveria, era justamente por conta dessa perspectiva da emancipação, entender o trabalho como um direito e o assistente social como aquele que promove os direitos das populações mais vulneráveis. No fim vingou esse entendimento de que sim, que a articulação com o mundo trabalho esta sim dentro do escopo da assistência social e poderia entrar como um programa, não como um serviço, mas como um programa com começo, meio e fim. Esse foi o contexto que propiciou a temática da inclusão produtiva ter uma expansão. (Gestor Federal 1. Fonte: Coleta de campo. 2015. Grifos nossos.)

Os gestores do Pronatec/BSM narraram o processo inicial de negociação com a Assistência Social para execução das ações de inclusão produtiva e revelaram que além da alegação de que o setor estava sobrecarregado, não tinha *expertise* e recursos humanos para tocar mais um eixo de ação, considerava-se que trabalho era um tema “problemático”. Também teria surgido o argumento de que o público-alvo da Assistência Social não tinha interesse pelo tema do trabalho ou da qualificação profissional, representação que foi encontrada também na etapa da pesquisa com funcionários do CRAS no município de São Paulo.

Nos primeiros contatos para a implementação do programa, muitos municípios ofereceram resistência alegando que a proposta não ia dar certo porque os beneficiários não tinham interesse em estudar, em se qualificar.(...) Antes dos cursos acontecerem existia muito preconceito, achavam que o público todo era de baixa escolaridade e que não teria interesse em qualificação profissional. Por isso, no começo do programa o foco era a mobilização [captação de candidatos], mas hoje é o contrario. Tem mais procura que vaga. *Então, existia essa ideia de que o publico da assistência não combinava com essas propostas de trabalho e qualificação, que não fazia parte do universo deles, que não fazia parte dos desejos deles*, mas o desenvolvimento do programa vai desfazendo esses preconceitos. É o que eu vejo. Ainda existe, com certeza, mas, está se desfazendo. (Gestor Federal 3. Fonte: Coleta de campo. 2015. Grifos nossos)

Essas representações de desinteresse pelo mundo do trabalho também foram mobilizadas para a criação de uma “busca ativa” de candidatos ao Pronatec pelas equipes dos CRAS. Essa ação se justificaria, em primeiro lugar, pela dificuldade com que as informações chegam até essa população. Mas, nas cartilhas de implementação do Programa observamos também a idéia de que seria necessário apresentar boas razões para os beneficiários se candidatarem aos cursos ofertados, convencendo-os do valor da qualificação profissional e da inserção no trabalho formal.

Uma das dificuldades enfrentadas no alcance dos beneficiários do Programa Bolsa Família para participação nos cursos de qualificação profissional e ações de intermediação de emprego refere-se à instabilidade financeira, vivida pela população em situação de vulnerabilidade social e econômica. Os beneficiários do Bolsa Família têm, muitas vezes, receio de perder o recurso e, uma vez desempregados novamente, não conseguem reaver o dinheiro ou que o salário recebido não seja suficiente para o sustento da família. Isso faz com que se mantenham no mercado informal e dificulta a participação nos cursos profissionalizantes e a adesão às ações de intermediação de mão de obra. *É importante que o Acessuas Trabalho considere a instabilidade financeira da população beneficiária do Programa Bolsa Família e procure informar e sensibilizar esse público quanto às vantagens da qualificação profissional e da inserção no mundo do trabalho formal.* (Fonte: Cartilha de implementação do Acessuas Trabalho- pp. 18. MDS. Grifos nossos)

Essa necessidade de convencimento que pôde ser observada de forma sutil e implícita em trechos do material de orientação para implementação das ações de inclusão produtiva, foi encontrada de forma mais clara e aberta nas entrevistas com gestores e técnicos dos CRAS. Nesses casos, as justificativas para a intervenção governamental de convencimento e estímulo à busca de inserção no mercado formal oscilavam entre duas possibilidades, duas representações diferentes sobre os pobres e da sua relação com o trabalho. Uma delas é a suposição de que eles não fossem capazes de reconhecer esses circuitos como universos possíveis, já que são alvo de exclusão e discriminação. A outra passava pela pressuposição de que os beneficiários de transferência de renda não querem ter registro da renda comprovada em carteira de trabalho para não perder o benefício caso o valor ultrapasse a linha da pobreza. Entre esses informantes era relativamente comum a representação de que os beneficiários das políticas sociais, mesmo aqueles que buscaram iniciativas de qualificação profissional como o Pronatec, não teriam interesse em ingressar no mercado de trabalho por medo de perder seus benefícios assistenciais. Ou seja, os próprios agentes da política de inclusão via inserção produtiva repetiam o preconceito, corrente no senso comum, que imputava à proteção social o malefício indutor do "efeito preguiça". Surgiu o discurso de que algumas pessoas só buscavam o Pronatec por interesse em receber a bolsa (para custeio de transporte e alimentação durante o período do curso) ou porque descobriram o valor dos cursos cobrados pelas instituições de ensino e “se matriculavam só para aproveitar que era de graça”. Mas, também coletamos percepções sobre o reconhecimento dos constrangimentos e dificuldades enfrentados por esse público. Tais percepções nos foram relatadas especialmente entre as equipes dos CRAS localizados nas regiões mais vulneráveis e periféricas. Com isso queremos sublinhar que, também no nível local, as narrativas são diversificadas. É certo, entretanto, que representações negativas sobre as populações classificadas como pobres, especialmente aquelas beneficiárias dos programas de transferência de renda, expressaram-se com maior e desconcertante frequência e naturalidade dentre os próprios agentes da implementação das políticas assistenciais.

Se alguns elementos da composição dessa imagem do "pobre que não tem interesse pelo trabalho" giravam em torno de uma suposta “acomodação”, “inércia” ou falta de capacidade de identificar oportunidades, outros se relacionavam a questões e práticas que tinham lugar fora do âmbito produtivo, e que configurariam as suas famílias e ambientes como “problemáticos” ou “desestruturados”. Nesse sentido, registramos uma série de julgamentos de ordem moral, voltados para explicar porque o trabalho não constituía um valor para os pobres. Apontava-se com muita frequência o envolvimento com o crime e o uso de drogas que produziriam “bandidos”, por um lado, bem como as práticas sexuais “imorais” que conduziriam à formação de numerosas famílias de mães solteiras, por outro. Esse último fator levaria à inatividade feminina e a ciclos de reprodução da pobreza. Importante notar que o julgamento moral em torno das mulheres consideradas pobres e das suas práticas sexuais e reprodutivas, que “atrapalhariam” o engajamento no mundo produtivo, foi um tema especialmente recorrente. Abaixo alguns trechos de entrevistas bastante expressivos no transparecer dessas representações:

P: Como você tem percebido essas ações de inclusão produtiva e a questão do trabalho da população pobre aqui na ponta da linha do CRAS?

R: A gente tem um histórico de muito descaso do governo com as populações vulneráveis. Mas, a gente tá vendo um esforço dos governos de dar melhores condições para os pobres. E a gente da Assistência Social, por exemplo, está aqui para isso, para orientar, dar as informações, explicar coisas que parecem simples, mas não são, dar o suporte em questões importantes que, às vezes, é vida ou morte. Violência doméstica, crianças sendo abusadas, pessoas que perdem tudo em uma enchente. *Mas eu acho que esse negócio da Assistência cuidar da questão do trabalho, por exemplo, precisa discutir melhor isso. Tem a questão do trabalho de pessoas extremamente vulneráveis que, de repente, tem um problema, uma deficiência. Tem a questão do direito ao trabalho, que é uma diretriz que a gente está incorporando. Mas eu vejo aqui muitas pessoas com plenas condições que não trabalham e não tem interesse mesmo. Nesse caso, a gente pode dizer que a pessoa não tem direito ao mundo do trabalho? Como a gente trata dessa questão? Entende o que eu to dizendo? Como a gente diferencia uma pessoa que tem e outra que não tem direito ao mundo do trabalho? Não da pra dizer que está todo mundo sem esse direito, porque tem gente trabalhando, ganhando dinheiro, investindo, melhorando. E outros que não. É complexo. Como eu disse, claro que tem casos e casos. E tem casos sim que a intervenção do governo é necessária. (...) O que a gente pode fazer é mostrar o que trabalho traz. Orientar, como eu disse. Porque tem uma certa inércia às vezes, uma acomodação. Ou falta de informação. Ou um histórico familiar problemático que aprisiona a pessoa em uma realidade e ela não consegue ver que tem outras possibilidades, que ela pode melhorar de vida. A gente pode dar uma sacudida na pessoa e ela perceber. Tem gente que aproveita as oportunidades, claro. Mas, é complicado.*

P: E esse histórico familiar problemático que impede a pessoa de ver as oportunidades, como seria?

R: Ah, crime, alcoolismo, drogas... *Passagens pela prisão... Mulheres abandonadas pelos maridos. Enfim, problemas. Histórico problemático nesse sentido, de muitos problemas que criam ambiente onde é difícil prosperar as boas iniciativas. Nesses casos acho que é válido dar uma orientação, mostrar uma oportunidade, mas só faz efeito mesmo para quem quer mudar de vida.* (Funcionária Equipe CRAS 1 responsável pela implementação Pronatec/BSM. Fonte: Coleta de campo. 2015. Grifos nossos)

Como eu te disse, tem dois problemas aqui que eu acho que atrapalham os jovens a ver o valor do trabalho, que é o tráfico para os meninos e a gravidez precoce para as meninas. Isso afasta do trabalho e as políticas não conseguem mexer nessa realidade. (...) O tráfico mostra uma realidade de dinheiro pros meninos que é difícil competir, é difícil mostrar que trabalho é a melhor opção. Mas tem também

essa questão que é uma quantidade enorme de mulheres que não trabalha porque não quer ou porque não consegue, por motivos relacionados aos filhos. Para você ver, hoje em dia, em pleno 2015, a quantidade de menina que engravida. É falta de educação ou de informação? E o que acontece nos bailes funk, por exemplo, sexo explícito até. Daí engravida, tem uma penca de criança e não consegue sair pra trabalhar porque tem que cuidar. Daí a gente fala da inatividade feminina, que é uma realidade mesmo. Teve as crianças, tem que cuidar. Na maioria das vezes são abandonadas pelos namorados, maridos. Muitas vezes nem sabem quem é o pai. Mãe solteira. Interrompe o estudo, trabalho e fica sem futuro. Uma sucessão de erros. Grande parte do público que a gente atende tem esse perfil, principalmente beneficiárias do Bolsa Família que a gente chama de condição de inatividade feminina. Nesses casos o Bolsa é fundamental. Uma família chefiada por uma mãe solteira com crianças pequenas que precisam de cuidado ainda. Nesse sentido, o Bolsa é fundamental para amparar essas mulheres que não podem trabalhar por essas questões e tem que alimentar as crianças. Mas, isso vai acabar afetando aquela família para sempre, uma sucessão de erros, mãe solteira não vai estudar e trabalhar porque precisa cuidar das crianças, quando elas crescerem não vai conseguir arrumar um bom trabalho e daí as crianças vão acabar caindo na mesma realidade, como um ciclo. (...) Então, tem todo um trabalho de planejamento familiar que a gente tem que incorporar na discussão sobre trabalho senão as famílias que recebem o Bolsa hoje vão criar meninas que vão pedir o Bolsa amanhã, como um ciclo. Tem essa dimensão sexual e do planejamento familiar. (Funcionária Equipe CRAS 2. Fonte: Coleta de campo. 2015. Grifos nossos)

O empreendedorismo foi outro tema que apareceu com muita força quando pesquisamos as os enlaces entre trabalho e pobreza tal como formulados pelos agentes implementadores das políticas. Esse era apresentado de uma forma genérica, como uma síntese das múltiplas práticas de trabalho autônomo e informal que não se encaixam no entendimento sobre o trabalho formal e assalariado. O empreendedorismo dos pobres era mobilizado tanto como um reconhecimento de práticas já existentes, quanto como uma solução mágica para incentivar a atividade de segmentos da população supostamente inativos, especialmente as mulheres⁴³.

O Pronatec foi uma ótima iniciativa, mas que, ao meu ver, deveria ter focado mais na questão do empreendedorismo. Porque essa é principal saída para grande parte dessa população de baixa renda que não tem escolaridade, ou que tem questões como ficha suja, passagem na polícia e não vai conseguir um emprego, não tem condições de concorrer efetivamente. A gente fala muito sobre isso. Trabalho não é só o emprego com carteira assinada, então tem essa valorização do trabalho empreendedor também. E eu acho que essa devia ser a grande aposta mesmo, valorizar os empreendedores, estimular esse empreendedorismo popular. É uma boa saída para as mulheres, por exemplo. Pode ser benéfica também para as mulheres com pouca escolaridade, mas que sabem cozinhar, costurar, sabem fazer varias coisas. Mas ficam em casa, sem atividade. É uma forma de trazer as mulheres para o trabalho. E tem casos que dão muito certo. Depende de orientação, mas também de uma disposição. (Gestora Equipe CRAS 3. Fonte: Coleta de campo. 2015. Grifos nossos.)

O discurso de valorização de atividades “empreendedoras”, a interpretação da vida produtiva das

⁴³ Vale notar que essa é uma representação que perpassa desde há muito as iniciativas de política social e de inserção pelo trabalho no Brasil. Esteve presente no “Comunidade Solidária”, no Planfor e no PNQ. Sublinhamos que esse tipo de elaboração sobre a inserção produtiva das mulheres transcende as articulações entre pobreza e trabalho e revela uma representação sobre gênero, uma apreciação moral das condutas e limites da ação/integração das mulheres, não apenas no trabalho e renda, mas na sociedade.

mulheres pobres através da noção de “inatividade feminina” e a estigmatização de suas práticas afetivas e sexuais, foram temas importantes na pesquisa etnográfica. Retomaremos esses aspectos relativos ao "empreendedorismo" nos capítulos subsequentes através da perspectiva individual, e veremos como o fenômeno é vivido, e a sua representação entre aqueles classificados como pobres, mostram-se muito mais complexas e multifacetadas.

Antes de passar para o último tópico desse capítulo, vale uma observação que nos traz de volta à nossa questão mais geral. Vimos como as narrativas de inúmeros dentre os agentes implementadores das políticas assistenciais revelam a desarticulação entre as categorias "pobreza" e "trabalho", entre as imagens de "pobre" e "trabalhador", transparente em seus entendimentos, que as tomam como se fossem incongruentes. É digno de nota que, nesse nível de governo, tenhamos nos deparado com formulações que expressavam a clara capacidade de sobrevida de estereótipos tais como os do "pobre desocupado", do "pobre desonesto" ou do "pobre imoral", ausentes nas narrativas oficiais do governo federal que investigamos até 2015. Porém, com o *impeachment* presidencial de 2016 e a crise política, essas narrativas do governo federal sofrem mudanças, tornando-se mais semelhantes às representações de pobreza dissociadas do trabalho. É o que desenvolveremos a seguir.

3.4. De pobre trabalhador a pobre desocupado: a crise, o retorno do desemprego como questão social e a defesa das "portas de saída"

A partir de 2015, o país começou a enfrentar uma profunda crise social com efeitos na esfera econômica e política. Desde que foi aberto o processo de *impeachment*, no fim de 2015, o governo sucessor, capitaneado por Michel Temer, se apresenta como uma alternativa de superação da crise através da salvação dos cofres públicos e da geração de empregos. As estratégias apresentadas desde o plano de governo “Ponte Para o Futuro” (2015) podem ser sintetizadas em uma agressiva política de austeridade e em um plano de reformas que incluía praticamente todos os setores das políticas sociais. O documento “Travessia para o Futuro”, lançado em 2016 às vésperas da finalização do *impeachment*, apresentava as propostas do novo governo para superação da crise. Dentre elas, destacam-se a Reforma Trabalhista, chamada de “modernização da CLT”, e medidas de focalização das políticas de superação da pobreza nos 5% mais pobres.

Desde que Temer assume a presidência em caráter interino, em maio de 2016, as narrativas e ações governamentais sofrem transformações substantivas. Não pretendemos dar conta de enumerá-las, mas precisamos incluí-las no espectro da nossa análise posto que as mesmas pautavam fortemente o debate público e o imaginário dos beneficiários, quando desenvolvemos a segunda parte da nossa

pesquisa de campo, analisando representações dos indivíduos acerca do trabalho, da obtenção da sobrevivência e das políticas sociais. Registramos o significativo empenho público, ao longo de todo esse período, manifesto pelo presidente e representantes de seu governo, voltados a enfatizar a necessidade de cortes nas políticas sociais e a urgência de articular um conjunto de reformas, dentre as quais se destacam a chamada PEC do Teto dos Gastos, que estabelecia rígidos limites para o gasto público, a Reforma Trabalhista e a Reforma da Previdência; a primeira foi promulgada em dezembro de 2016 e as duas últimas seguiam trâmites, que o governo impunha em ritmo avançado no Congresso até o fim do primeiro semestre de 2017, quando concluíamos a pesquisa etnográfica. Não buscaremos interpretações apressadas para os eventos do período, tanto por desnecessário, tendo em vista o objeto da tese e a temporalidades do campo realizado, como por arriscado, haja vista a dificuldade de compreender com clareza os efeitos de transformações ainda em curso, numa conjuntura política cujos desdobramentos sequer se completaram no momento em que se redige esta tese⁴⁴. Sugerimos uma interpretação preliminar sobre as narrativas institucionais em torno da pobreza e do trabalho focalizando, antes, nos deslocamentos que parecem se delinear. Assim, com base na análise exploratória de ações governamentais, de discursos de representantes políticos e de materiais oficiais, podemos reconhecer que, a partir de 2016, a questão social da pobreza perdeu centralidade à medida que as narrativas voltaram-se para o problema do desemprego.

E com base no diálogo, nós adotaremos políticas adequadas para incentivar a indústria, o comércio, os serviços e os trabalhadores. (...) *Além de modernizar o País, estaremos realizando o maior objetivo do governo: reduzir o desemprego. Que há de ser, os senhores percebem, estou repetindo esse fato porque eu tenho tido - e os senhores todos têm tido -, contato em todas as partes do País, com famílias desempregadas. E nós vemos o desespero desses brasileiros, que contam com um País com potencialidades extraordinárias e que não consegue levar adiante uma política econômica geradora de empregos para todos os brasileiros.* (...) Dizia aos senhores que a partir de agora nós não podemos mais falar em crise. Trabalharemos. Aliás, há pouco tempo, eu passava por um posto de gasolina, na Castelo Branco, e o sujeito botou uma placa lá: “Não fale em crise, trabalhe”. Eu quero ver até se consigo espalhar essa frase em 10, 20 milhões de outdoors por todo o Brasil, porque isso cria também um clima de harmonia, de interesse, de otimismo, não é verdade? *Então, não vamos falar em crise, vamos trabalhar* (Discurso de posse de Michel Temer. 12.05.2016.)⁴⁵

Com efeito, a palavra “pobreza” aparece raras vezes nos pronunciamentos públicos de Temer e representantes de seu governo, enquanto “desemprego” torna-se um termo muito recorrente. As soluções oferecidas ao problema do desemprego, no entanto, não passam pela expansão e/ou

⁴⁴ Algumas tentativas de reflexão sobre o período e o advento da crise podem ser observadas em: Dossiê Antropologia do Impeachment (Revista de Antropologia da Ufscar, volume 8, n2, 2016), Dossiê Saídas para a Crise Econômica (Revista Estudos Avançados da USP, vol 31, nº 89, 2017), Edição Especial Dinâmicas da Crise (Revista Novos Estudos Cebrap, 2017).

⁴⁵ Disponível em: <http://www2.planalto.gov.br/acompanhe-planalto/discursos/discursos-do-presidente-da-republica/discurso-do-presidente-da-republica-michel-temer-durante-cerimonia-de-posse-dos-novos-ministros-de-estado-palacio-do-planalto>. Acesso em: 01.06.2017

fortalecimento das políticas de emprego, tal como ocorreu nos anos 1990, mas estão totalmente apoiadas nas propostas de reformas sociais. A figura do desempregado volta a adquirir os contornos da forma genérica que marcara as formulações típicas das crises de emprego vividas na chamada "década perdida"; desaparecem as menções a tendências, especificidades e medidas de políticas voltadas aos grupos dos jovens, negros e mulheres, freqüentes nas narrativas governamentais acerca da inclusão produtiva no período anterior. A figura dos pobres, mesmo aquela superficial e sem nuances, ainda remanescente nos primórdios do Programa Bolsa Família, é pouco mobilizada nas narrativas governamentais do período Temer. E, quando aparece, é nas respostas do governo às críticas sobre o tratamento dado ao tema e os efeitos das reformas nesse setor da população. Os freqüentes questionamentos sobre o assunto exigiram do governo uma resposta. Temer teve que declarar publicamente, em outubro de 2016, que “*Não há nenhuma perseguição aos mais pobres*”⁴⁶, argumento que seu Ministro do Desenvolvimento Social, Osmar Terra, também mobilizou algumas vezes em tom de defesa. Essa crítica surgiu desde que foi veiculada a proposta de focalização dos programas nos 5% mais pobres e foram disseminadas por representantes do governo declarações de possíveis mudanças no Bolsa Família.

Apesar dos alardes e dos deslocamentos nas narrativas institucionais que apontaremos a seguir, o Programa Bolsa Família foi um dos eixos de ação governamental que sofreu poucas mudanças significativas, o que nos deixa pistas para anteciparmos o traço da sua forte implantação nas estratégias de vida e no imaginário cotidiano dos trabalhadores pobres, ao que regressaremos na próxima parte da tese. No ano de 2016 as ações do governo Temer relacionadas ao tema da pobreza estiveram quase exclusivamente voltadas à operação “*pente fino*” realizada nos cadastros de beneficiários. Ao longo desse ano o governo organizou um esforço de auditoria dos benefícios que consistia no cruzamento de dados dos cadastros governamentais⁴⁷. Essa ação foi justificada na suposição de que era expressivo o número de fraudes e realizou 1,1 milhão de desligamentos em 2016, atingindo cerca de 8% dos benefícios⁴⁸.

O governo Temer finaliza um decreto para mudar regras de acesso e permanência no Bolsa Família. Haverá cruzamento com seis bases de dados oficiais no momento da inscrição no programa para evitar declarações falsas de renda; todos os integrantes das famílias terão de ter CPF e será reduzida a duas vezes a tolerância para que participantes que caíam na “*malha fina*” do programa sejam desligados. Hoje, o benefício é perdido na terceira ocorrência. Na prática, as medidas dificultarão o acesso ao Bolsa

⁴⁶Disponível em: <http://www2.planalto.gov.br/acompanhe-planalto/discursos/discursos-do-presidente-da-republica/declaracao-seguida-de-entrevista-coletiva-concedida-pelo-presidente-da-republica-michel-temer-apos-almoco-oferecido-pela-federacao-das-industrias-do-estado-do-rio-de-janeiro-firjan> Acesso em 01.06.2017

⁴⁷ <http://www2.planalto.gov.br/acompanhe-planalto/noticias/2016/07/osmar-terra-pais-tera-cadastro-que-permitira-cruzar-dados-de-todos-os-programas-sociais> Acesso em 31.05.17

⁴⁸ <http://g1.globo.com/politica/noticia/2016/11/pente-fino-encontra-11-milhao-de-irregularidades-no-bolsa-familia-diz-ministerio.html> Acesso em 31.05.17

Família, que hoje atende a cerca de 50 milhões de pessoas. (...)De acordo com o ministro do Desenvolvimento Social e Agrário, Osmar Terra, as mudanças beneficiarão o público que realmente precisa da transferência de renda: — *O Bolsa Família não pode ser um destino das pessoas. É preciso ser criterioso na hora de conceder e também criar portas de saída para os que realmente precisam do apoio governamental.* (Fonte: Jornal O Globo. 02.09.2016. Grifos nossos)⁴⁹

O Programa Bolsa Família se manteve e o valor do benefício foi reajustado mesmo em um contexto de cortes e desarticulação das demais políticas sociais. Mas as narrativas governamentais não colocavam mais a superação de pobreza no centro das preocupações governamentais e nem as políticas de transferência de renda como ação governamental inquestionável. Michel Temer e Osmar Terra (Ministro do Desenvolvimento Social) referiam-se ao PBF como uma medida paliativa que poderia ser revista se alcançados o crescimento econômico e a queda do desemprego:

O presidente Michel Temer conclamou o setor público e o setor privado a agir para retomar a confiança e o crescimento econômico no país. Segundo ele, para derrubar desemprego é preciso incentivar o setor privado, de forma a sustentar a atividade econômica e beneficiar os trabalhadores. *“O país deverá crescer de tal forma que não haja mais necessidade de Bolsa Família. O Bolsa Família é importante, não eternamente, mas há de ser uma passagem.”* (Fonte: Jornal Valor. 08.11.2016. Grifos nossos.)⁵⁰

Ao mesmo tempo, a partir de 2016, o discurso sobre a necessidade de “portas de saída” se fortaleceu substancialmente. Como adiantamos, esse era um tema que gerava menos consenso durante as gestões de Lula e Dilma do que o tópico do “efeito preguiça”. Mas, em 2015, informantes do governo federal (gestores do eixo de inclusão produtiva do Brasil Sem Miséria/MDS) afirmavam que o discurso institucional oficial do MDS naquele período era o de negar esse argumento e justificar as políticas de inclusão pelo viés do “direito de acesso ao mundo do trabalho”. Mas, assumiam divergências internas sobre esse tema, explicitando mais uma vez a questão das disputas no interior do governo a respeito dos enlaces das categorias trabalho e pobreza nas políticas sociais:

O MDS sempre rejeitou esse conceito de portas de saída, sempre rejeitou essa idéia de tirar as pessoas dos programas de transferência de renda para colocá-las em outras políticas. Sempre rejeitamos essa visão porque envolve a idéia de que se deve excluir as pessoas do programa de transferência de renda. Mas se você olhar o posicionamento das autoridades do ministério foi sempre o de rejeição. A gente sempre pensou na porta de entrada ao mundo de oportunidades, oportunidades essas que o mundo trabalho proporciona. (Gestor Federal 1. Fonte: Coleta de campo. 2015)

Pesquisadora: Como a idéia de inclusão produtiva tem a ver com a representação sobre a pobreza e o

⁴⁹ Disponível em: <https://oglobo.globo.com/brasil/temer-vai-mudar-regras-de-acesso-ao-bolsa-familia-20038298#ixzz4inPkwmky> . Acesso em 01.06.2017

⁵⁰ Disponível em: <http://www.valor.com.br/politica/4769013/temer-brasil-devera-crescer-para-nao-precisar-de-bolsa-familia> . Acesso em 01.06.2017

trabalho?

Informante: A primeira representação é da preguiça. O cara que recebe política social e transferência de renda, mais especificamente, não tem estímulo para trabalhar. Então o governo tem que oferecer alguma coisa que de certa forma ajude ou obrigue aquela pessoa a trabalhar e contribuir também e sair o mais rápido possível da transferência de renda. E aí primeira opção é qualificação profissional, que ganhou muito destaque nos anos 90 e anos 2000, saiu da pauta, mas ficou lá no imaginário das pessoas como algo que ajuda as pessoas a trabalhar. O que é uma mentira, porque as pessoas trabalham, trabalho precário, pouco produtivo, tem uma inatividade grande também. *Mas, então é essa a linha de pensamento, o que o pessoal chama de “porta de saída”: tem que colocar aquele povo lá para trabalhar. Esse é o discurso que existe fora daqui. O MDS é o bastião contra esse discurso. Mas, para ser sincero, é também o discurso que você vê na sombra, nas entrelinhas de muita gente dentro do ministério mesmo. Então não é uma coisa completamente pacificada. Claro que ninguém fala sobre isso abertamente porque senão vai ser exonerado (risos), a ministra vai brigar com essa pessoa (risos). Mas, da para perceber que ainda existe isso sim. Mas existe também o outro discurso que é o de que as pessoas estão em situação de pobreza e o que elas precisam é de oportunidade, oportunidade profissional é uma delas, então não são pessoas preguiçosas, são pessoas que não tiveram oportunidades e a gente tem que oferecer essas oportunidades para que elas ajam por conta própria e alcancem uma ascensão profissional e social. Algumas vão conseguir e outras não vão conseguir, faz parte do jogo. (...) Mas existe essa expectativa velada de que o curso de qualificação vai operar essa revolução em curto prazo, tirar a pessoa da condição de pobreza, a trajetória dela vai ser interrompida, ela vai sair da pobreza... Existe também essa expectativa exagerada do lado de quem acredita na inclusão como ferramenta de ascensão. Não é assim... (Gestor Federal 4. Fonte: Coleta de campo. 2015. Grifos nossos)*

Como coloca nosso informante acima, até 2015 o discurso da necessidade de portas de saída via trabalho era algo que estava “na sombra, nas entrelinhas”, não era o discurso oficial do MDS, que justificava publicamente as ações governamentais. No entanto, a partir do *impeachment*, em 2016, o governo muda de diretriz e assume abertamente o discurso da necessidade de portas de saída com respeito aos programas sociais. O então recém nomeado Ministro do Desenvolvimento Social assim se expressou aludindo ao Programa Bolsa Família em sua cerimônia de posse em maio de 2016: *“Eu acho que não deve se mexer nisso agora, mas tem de se oportunizar a saída do programa. As pessoas têm que ter renda e não pode ser objetivo de vida viver só do Bolsa Família e o que está acontecendo é isso”*⁵¹. No mesmo sentido, em outra de suas primeiras declarações no cargo afirmou que *“muitos [beneficiários] não trabalham por medo de perder a Bolsa”*⁵², alegação que repetiu outras vezes desde então.

Como pudemos observar no trabalho etnográfico, essa narrativa que marcou as primeiras falas do governo interino gerou um clima de incerteza e medo entre os beneficiários das políticas sociais que acorreram aos equipamentos da Assistência Social para tirar dúvidas e dissipar boatos que se espalhavam. Essas declarações iniciais já revelaram que a temática das portas de saída teria papel destaque dentro das ações de superação da pobreza. E a partir de então esse discurso vem se

⁵¹Fonte: <http://politica.estadao.com.br/noticias/geral,bolsa-familia-nao-pode-ser-objetivo-de-vida--diz-novo-ministro,10000050942> Acesso em 31.05. 2017

⁵²Fonte: <http://www1.folha.uol.com.br/poder/2016/05/1770770-ministro-do-desenvolvimento-social-quer-kit-de-superacao-da-pobreza.shtml> Acesso em 31.05.2017

consolidando.

Em 2017, o governo começou a sinalizar uma retomada do tema das políticas de inclusão produtiva, articulando-as abertamente à necessidade de portas de saída das políticas de transferência de renda. Porém, até o momento (junho 2017) nenhuma ação foi efetivamente apresentada, com exceção de uma medida para manutenção, no Programa Bolsa Família, de beneficiários que conseguissem inserção formal recebendo salário até um determinado teto (valor ainda indefinido). O Ministro Osmar Terra declarou que o Bolsa Família seria uma das principais barreiras ao crescimento da formalização no mercado de trabalho brasileiro e tal medida buscaria aumentá-la. Segundo ele “*O Bolsa Família é uma causa importante, senão a maior, da informalidade do mercado de trabalho porque as pessoas morrem de medo de perder o Bolsa Família se arrumarem emprego. E, se arrumam um emprego, não querem assinar carteira*”, como podemos observar nos excertos abaixo:

O ministro do Desenvolvimento Social e Agrário, Osmar Terra, informou hoje (13), no Rio de Janeiro, que o governo vai lançar, no fim deste mês, um pacote de medidas de inclusão produtiva para os beneficiários do Bolsa Família. Entre as iniciativas, está a manutenção do benefício por até dois anos para quem conseguir um emprego com carteira de trabalho assinada. (...) *Segundo Osmar Terra, essa medida visa a aumentar a formalização do mercado de trabalho. “Hoje, o Bolsa Família é uma causa importante, senão a maior, da informalidade do mercado de trabalho porque as pessoas morrem de medo de perder o Bolsa Família se arrumarem emprego. E, se arrumam um emprego, não querem assinar carteira [de trabalho]”, acrescentou.* (Fonte: Agência Brasil. 13.03.2017. Grifos nossos)⁵³

Terra informou que o governo lançará ainda este mês um programa para fomentar a inclusão dos beneficiários do Bolsa Família no mercado de trabalho formal. Uma das medidas será garantir o benefício por cerca de dois anos a pessoas que conseguirem emprego com carteira assinada e salário de até quatro ou cinco salários mínimos - o valor ainda não foi definido. *O objetivo é levar os beneficiários buscar um trabalho formal, em vez de manter emprego informal para não perder o benefício. “Vai ser um dos maiores processos de formalização do trabalhador no país”, afirmou o ministro. Além disso, ele vai propor bonificações aos prefeitos de municípios que retirarem mais trabalhadores da informalidade. “É claro que, se tiver emprego com boas condições, as pessoas vão preferir ficar no emprego”, justificou o ministro.* (Fonte: Jornal Valor. 13.03.2017)⁵⁴

Em suma, a julgar pelo conteúdo das declarações acima, os enlaces entre trabalho e pobreza, tal como transparecem nos discursos de representantes do governo federal, são no mínimo controversos. Sem maior substrato empírico, recorrem à imagem do pobre que não trabalha para usufruir da transferência de renda, ou que opta deliberadamente por trabalhar na informalidade visando o benefício assistencial em detrimento dos direitos trabalhistas. Assim diagnosticado o problema, o papel do Estado seria apenas o de incentivar o engajamento e a busca por trabalho, especialmente no mercado formal. Nessa tese, as oportunidades estariam à espera da iniciativa dos

⁵³ <http://agenciabrasil.ebc.com.br/politica/noticia/2017-03/governo-lancara-acoes-de-inclusao-produtiva-para-beneficiarios-do-bolsa>

⁵⁴ <http://www.valor.com.br/politica/4897492/ministro-osmar-terra-diz-nao-ver-necessidade-de-ampliar-bolsa-familia>

pobres em condição de desocupação ou informalidade. Na narrativa, ademais, está implícita a crença no efeito preguiça.

Em síntese, sugerimos que o contexto de crise, além de haver desarticulado as ações governamentais, deslocou substancialmente as narrativas do governo federal a partir de dois movimentos: i) o retorno da figura do desempregado, como síntese dos problemas sociais com que urge defrontar-se no país e ii) uma representação do pobre que não apenas está desarticulada da figura do trabalhador, mas que está marcada por uma suposta condição de desocupação deliberada.

Como documentamos ao longo deste capítulo, tal representação do pobre vinha sendo combatida pelas narrativas institucionais do governo federal até 2015, ainda que resistisse informalmente “na sombra e nas entrelinhas”, expressando-se, como vimos, em contextos institucionais e em meio a certos agentes da implementação das políticas. Assim, no âmbito do poder local e dos agentes municipais responsáveis pela implementação das ações de inclusão produtiva, essa representação era mais recorrente e transparente. A imagem de pobre baseada em estereótipos de preguiça, acomodação, desonestidade e imoralidade persistia, paradoxalmente, como vimos, nas representações de alguns dos atores responsáveis pela implementação da política de inclusão produtiva que, propugnava por fazer valer a figura do pobre trabalhador.

Nesse capítulo vimos, ademais, que, conforme a conjuntura brasileira se transformava e as políticas sociais se desenvolviam, os discursos governamentais produziam novas formas simbólicas de enlaçar pobreza e trabalho. Revelamos as tensões, controvérsias, deslocamentos e transformações nas articulações dessas categorias no âmbito governamental. Buscamos captar as imagens de pobreza e trabalho, de pobre e trabalhador que estavam envolvidas nas políticas em questão. Nos capítulos seguintes vamos abordar o mesmo problema das formas como se articulam essas categorias tomando como ângulo de observação empírica os indivíduos e seu cotidiano, buscando assim desvelar a dimensão das experiências daqueles que são classificados pelo Estado como “pobres” e que, por essa razão, teriam um engajamento considerado problemático no mundo produtivo. Nesse novo movimento analítico, buscaremos revelar as tensões, controvérsias, deslocamentos e transformações nas articulações das categorias pobreza e trabalho no âmbito das experiências individuais. Assim fazendo, seremos levados a revisitar as políticas sociais (programas, instituições e atores) para mostrar como as mesmas são interpretadas por seus beneficiários e incorporadas às experiências cotidianas.

4. EXPERIÊNCIAS INDIVIDUAIS: TRABALHO E POBREZA PELA PERSPECTIVA DOS INDIVÍDUOS CLASSIFICADOS COMO POBRES

A partir desse capítulo, exploraremos os temas do trabalho e da pobreza, bem como suas articulações, através das vivências, narrativas e percepções de um grupo de indivíduos e famílias institucionalmente classificados como pobres. Essa empreitada é baseada em um trabalho etnográfico de quinze meses - de janeiro de 2016 a março de 2017- ao longo do qual acompanhamos um conjunto de nove famílias beneficiárias de programas de superação da pobreza residentes em um bairro periférico de São Paulo. Além de investigar como as políticas sociais são incorporadas ao cotidiano desses grupos familiares, a etnografia buscou compreender as múltiplas formas de engajamento desses indivíduos em atividades de trabalho e garantia de renda, bem-estar, reprodução e mobilidade. Compreendê-las importou em recuperar e analisar a pluralidade de significados atribuídos a essas atividades e, em especial, as representações sobre trabalho. A partir da sistematização e do exame detalhado do material etnográfico, três famílias foram eleitas como casos privilegiados e serão analisadas nos próximos capítulos.

Neste capítulo vamos apresentar a perspectiva analítica que orientou a pesquisa etnográfica e o contexto social no qual ela foi conduzida. Para tanto, o capítulo será dividido em duas partes. Na primeira, procuraremos explicitar os fundamentos da construção da análise; num diálogo com a literatura pertinente trataremos de evidenciar a abordagem teórica que ancorou a nossa investigação acerca das formas como surgem as categorias “trabalho” e “pobreza” nas experiências individuais. Na segunda, apresentamos o contexto no qual transcorreu a etnografia, caracterizando o meio social em que as experiências individuais são engendradas; descreveremos o bairro, a rede sócio-assistencial local e as características de indivíduos e famílias que integram o estudo. Ao final deste tópico, detalharemos os critérios de seleção e construção analítica dos casos selecionados, que serão detidamente apresentados e analisados nos capítulos subseqüentes.

4.1.Perspectiva Analítica

A análise das narrativas governamentais sobre trabalho e pobreza realizada no capítulo anterior revelou como essas categorias se (des) articularam, ao longo do tempo, nas políticas sociais brasileiras. Na reconstituição desses movimentos, percebemos que, quando trabalho e pobreza são enlaçados nos discursos e formulações governamentais, as representações se constroem com base em alguns tipos, que privilegiam representações, do trabalho e do trabalhador. As modalidades de

trabalho que sustentam as figuras de “pobre trabalhador” são aquelas realizadas no âmbito do mercado e, mais especialmente no mercado formal, além do trabalho por conta própria, esse último nomeado como empreendedorismo. Argumentamos, por isso mesmo, que, mesmo quando as narrativas destacam a condição de trabalhador, subjacente à figura dos pobres, fazem-no a partir de uma visão estreita de trabalho que não retrata a heterogeneidade do mercado de trabalho brasileiro, e menos ainda o padrão de engajamento ocupacional dos segmentos pobres.

Por outro lado, há também narrativas, igualmente produzidas por instituições e agentes governamentais, em que fica evidenciado o descolamento entre as categorias “pobreza” e “trabalho”; vimos como isso transparece nas representações acerca dos “pobres que não trabalham”. Nesses casos, os discursos estavam baseados em julgamentos morais sobre os pobres e sua indisposição para o trabalho, bem como em juízos a respeito de suas práticas sexuais, afetivas ou de sociabilidade. Além da idéia de preguiça e acomodação, a noção de pobreza, quando associada às clivagens etária e de gênero, produz representações sobre “jovens bandidos”, por um lado, e “mulheres-mães inativas”, por outro. Isso porque, a suposta condição de imoralidade os levaria ao envolvimento com o crime e a práticas sexuais e reprodutivas condenáveis. Nos dois casos, delineiam-se figuras de pobres que não trabalham por opção, simbolizando a recusa deliberada ao mundo do trabalho.

Em suma, identificamos, até aqui, que as (des) articulações entre “pobreza” e “trabalho”, transparentes nas narrativas governamentais, conquanto múltiplas e historicamente marcadas, assentavam-se sobre dois aspectos principais: por um lado, na relação com o trabalho mercantil, especialmente formal, e, por outro, em julgamentos de natureza moral sobre as práticas tecidas fora do mundo produtivo. A partir do diálogo com a literatura sociológica e antropológica, vamos debater esses dois aspectos, de maneira a apresentar o enquadramento analítico que adotamos em nosso estudo.

4.1.1. Por que contrapor narrativas governamentais e individuais?

Partimos das interpretações de Bayón (2013, 2016) que, em seu esforço de analisar os mitos associados à pobreza, critica os discursos públicos e governamentais que privilegiam o mercado como eixo estruturante das representações sobre o trabalho dos pobres (e atribuição de merecimento em relação às políticas sociais). O que a autora chama de “fundamentalismo de mercado” produziria representações homogêneas e estigmatizantes sobre aqueles considerados “pobres”, colocando o domínio do mercado como justo e adequado. Na contramão desse tipo de entendimento, Bayón lança mão de estudos centrados nas percepções e narrativas dos indivíduos classificados como

pobres para sublinhar como, para estes, o trabalho é uma categoria central na produção de identidades e distinções:

A cultura é o sujeito ou o subtexto dos recorrentes debates sobre a pobreza, da distinção entre os pobres "merecedores" e "não merecedores", da "dependência" dos pobres dos programas sociais, dos discursos conservadores e moralizantes sobre a responsabilidade individual, o trabalho duro, o esforço e a família. O discurso público da pobreza emergente do fundamentalismo de mercado forma parte de uma poderosa narrativa que equipara o Estado de Bem-Estar e a proteção social com a decadência moral, e o império do mercado, com o justo e adequado. Em contraste com a visão da cultura da pobreza, que atribui aos pobres uma identidade homogênea, com padrões culturais específicos, diversos estudos sobre a construção de limites e identidade entre os setores mais desfavorecidos, se concentraram na análise de como os pobres se auto-define (trabalhadores, bons pais, seres morais, etc). *Em termos gerais se observa que o trabalho emerge como uma categoria central entre os pobres para distinguir-se "dos outros" pobres, (...) A utilização de conceitos como os de marcos e repertórios culturais, narrativas, limites simbólicos e capital cultural contribuem para uma melhor compreensão de como os pobres interpretam e respondem a suas circunstâncias, desmontando e fazendo evidentes os estereótipos em que freqüentemente se inspiram numerosas políticas sociais.* (Bayón, 2016, pp. 118. Grifos nossos)

Em consonância com a perspectiva defendida por Bayon (2013, 2016) apostamos em uma abordagem empírica e analítica que privilegia as narrativas dos indivíduos classificados como pobres sobre suas experiências, de modo a revelar as suas práticas e categorias de interpretação e a confrontar discursos públicos e governamentais sobre a pobreza.

As narrativas contribuem para entender as experiências, os significados e as dinâmicas da pobreza, por constituírem uma ferramenta de profunda riqueza analítica. O mundo social tem a particularidade de produzir inumeráveis representações de si mesmo e as narrativas permitem dar conta dessa particularidade. O conceito de narrativa sugere que as pessoas desenvolvem uma compreensão de si mesmas, de seu contexto e de outros [contextos], que moldam suas ações. Os indivíduos não somente recordam seu passado, mas também o interpretam através da seleção do que incluem e omitem de seus relatos e da ênfase que fazem em eventos ou experiências particulares. As narrativas expressam trajetórias e processos; entender o passado contribui para interpretar o presente e os marcos em que se sustentam as expectativas futuras; constituem a forma por excelência de descrever o tempo vivido de uma maneira reflexiva e seletiva ao mesmo tempo que refletem as concepções prevaletentes sobre as "vidas possíveis" em contextos culturais particulares. (...) *As "histórias" que as pessoas contam sobre si mesmas são reveladoras de como os indivíduos dão sentido a suas experiências, constrangimentos e oportunidades, evidenciando o modo em que as estruturas distribuem poder e desvantagem. O que se trata de discernir, nos relatos das histórias de vidas individuais, são os segmentos relevantes da estrutura social e da cultura que estão em jogo em cada caso, de movermo-nos continuamente entre o mundo da vida individual e a configuração social que o produz e é reproduzida por este entre a história e a biografia. Isto nos permite desentranhar os modos em que operam os discursos hegemônicos sobre a pobreza, e as possíveis (ou potenciais) resistências que se geram frente a isso. De fato, as narrativas constituem as ferramentas privilegiadas em numerosos estudos para abordar as diversas expressões e os sentidos que podem assumir a precariedade, a privação e a desvantagem social nas trajetórias de indivíduos com perfis diferenciados.* (Bayon, 2013, pp. 99, 100. Grifos nossos)

As narrativas e as histórias que os "pobres" contam sobre si mesmos teriam potencial de revelar os elos entre as trajetórias individuais e as configurações sociais. Por isso mesmo, atribuímos

centralidade à investigação das histórias e narrativas dos indivíduos institucionalmente classificados como pobres. Na medida do possível, buscamos cruzar e confrontar as múltiplas narrativas produzidas no âmbito governamental e individual, identificando encontros e sobreposições, tensões e distanciamentos. Nesse sentido, nos inspiramos também na formulação de Perelman (2017) sobre as tensões entre perspectivas estatais e percepções nativas. Diz o autor:

É possível que os olhares nativos sobre os modos de viver uma vida digna difiram de um tipo ideal construído pelo Estado ou pensado por certos grupos sociais. Isso não quer dizer, no entanto, que todas as formas de viver tenham os mesmos efeitos sobre a integração social e sobre a reprodução das desigualdades e da exploração. Nesse sentido, podemos compreender o modo em que os atores imaginam, vivem, dão sentido à sua vida, sem qualificá-las como formas incompletas de viver. (Perelman, 2017, pp. 84)

Formulações como as de Bayón e Perelman destacam as consequências analíticas virtuosas da decisão empírica de coletar as narrativas, as histórias e as categorias “nativas”, mobilizadas pelos indivíduos considerados pobres, sem perder de vista sua posição nas estruturas de oportunidades e desigualdades. Por essa razão, são reflexões importantes na construção da perspectiva analítica do estudo.

4.1.2. Por uma noção ampliada de trabalho

Para a construção do nosso arcabouço analítico é imprescindível compreender as características do mercado de trabalho brasileiro, as formas de engajamento dos segmentos pobres no mundo produtivo e as suas estratégias de sobrevivência.

O mercado de trabalho brasileiro é historicamente caracterizado por dois aspectos importantes: pela heterogeneidade das relações de trabalho e pela instabilidade dos vínculos empregatícios (Guimarães, 2002, 2004, 2011). A regulação jurídica do trabalho é um processo relativamente recente e o trabalho formal nunca se universalizou no Brasil. Como sintetiza Guimarães (2011), aqui a norma é o “atípico”, o que está “fora da regra”. Ou seja, o trabalho formal, regulado e associado a direitos trabalhistas e proteção social nunca se constituiu como padrão no contexto brasileiro. Há, portanto, uma grande diversidade de formas de trabalho. Ademais, características do mercado de trabalho (muita heterogeneidade, grande rotatividade e baixo grau de formalização) dificultam a classificação das situações ocupacionais segundo critérios típicos de países de capitalismo avançado. Em realidades como a nossa, a linha divisória entre desemprego, emprego e inatividade não é clara e há uma grande variedade de situações intermediárias (Guimarães, 2002). Apesar de tudo isso, a importância simbólica do trabalho formal sempre foi muito forte entre nós,

estabelecendo a medida do que é ideal e/ou justo (Guimarães, 2011; Noronha, 2003).

Farta literatura observou que entre as décadas de 1980 e 1990 a economia brasileira passou por um movimento de enxugamento dos postos de trabalho, principalmente do trabalho formal e notadamente do trabalho industrial. O aumento do desemprego urbano nesse período, especialmente nas regiões metropolitanas foi evidenciado (Guimarães, Hirata, Montagner, Sugita, 2004; IPEA, 2007; Chahad, 2003). Ao lado disso, estudos registraram a distribuição desigual do risco do desemprego e das chances de localizar-se em ocupações precárias: os jovens, os negros e as mulheres estavam entre os mais afetados por essas duas situações (Cacciamali e José-Silva, 2003; Dedecca, 1996, IPEA, 2007; Brandão, Watanabe, Ferreira e Montagner, 2006). Guimarães (2004) argumenta que a característica mais marcante das trajetórias profissionais, constituídas nos anos 1990, a partir da reestruturação produtiva que afetou a organização do mundo do trabalho no Brasil, foi a recorrência do desemprego e a intensificação das transições de entrada e saída do mercado de trabalho, mais do que a rotatividade entre postos de trabalho num mesmo setor ou que o desemprego de longa duração.

Na década seguinte, a economia brasileira passou por transformações expressivas. A partir de meados dos anos 2000, o país viveu um período de crescimento econômico que afetou positivamente o mercado de trabalho, ao mesmo tempo em que houve uma expansão de políticas sociais. O período apresenta uma substantiva expansão do trabalho formal associada a um aumento do trabalho intermediado (Guimarães, 2011). Trabalhadores pobres, jovens e mulheres que antes estavam fora do mercado formal de trabalho passaram a dele fazer parte. Além desse movimento de inclusão de perfis de trabalhadores antes excluídos, observa-se outra novidade, a presença de intermediadores no acesso a oportunidades de emprego, um terceiro elemento que media a relação entre o trabalhador e o empregador, dando a esta a forma de uma tríade. Assim sendo, o crescimento econômico longe de trazer uniformidade para o mercado de trabalho, ampliava a heterogeneidade e a diversidade. Ou seja, a expansão do trabalho formal, que se deu por aqui não reproduzia uma norma de trabalho formal “tradicional”, mas punha em cena novos padrões de gestão de trabalho e de relação de emprego. Tal contexto de crescimento do emprego foi interrompido pela crise econômica de meados dos anos 2010. Entretanto, mesmo nos áureos anos 2000, a expansão do mercado formal e das políticas sociais não deu lugar à universalização do assalariamento como forma de relação de trabalho e nem a um sólido sistema público de proteção. Ou seja, apesar das transformações econômicas e políticas das últimas décadas, a pluralidade de formas laborais segue como característica estruturante do mercado de trabalho no Brasil, ainda que sua modalidade protegida e assalariada - que nunca representou a realidade da maioria dos brasileiros - siga como representação simbólica predominante de trabalho.

Para os segmentos pobres da população brasileira essa realidade é ainda mais crítica. A literatura sócio-antropológica já documentou exaustivamente a heterogeneidade de formas de trabalho existentes em contextos de pobreza (Machado da Silva, 1971, 1979; Lopes, Machado da Silva, 1979; Paoli, 1973; Valladares, Coelho, 1982; Lavinas, Martins, 2014; Alba, Kruijt, 1995). O trabalho com registro em carteira e mesmo as ocupações assalariadas sem registro constituem oportunidades efetivas apenas para uma pequena minoria dos setores pobres da população brasileira, exclusão que se intensifica entre aqueles em situação de extrema pobreza (Lavinas, Martins, 2014).

Ademais, estudos consagrados sobre a pobreza urbana no Brasil e na América Latina revelaram que essa condição é caracterizada pela existência de mecanismos de sobrevivência tecidos fora de circuitos mercantis (Agier, 1990; Zaluar, 1985; Paoli, 1973; Valladares, Coelho, 1982; Lomnitz, 1976; Bayón, 2016; Lavinas, Martins, 2014; De La Rocha, Ornelas, 2005; Perelman, 2011, 2013, 2013-b, 2017). Ampla literatura das Ciências Sociais sedimentou a compreensão de que, entre os pobres, a sobrevivência é construída a partir de uma diversidade de mecanismos, dentre eles diferentes tipos de: i) trabalhos mercantis (distintas modalidades de assalariamento e de trabalho por conta própria); trabalhos não-mercantis (atividades de subsistência, autoprodução e trabalho doméstico) e iii) recursos provenientes de circuitos relacionais (trocas de produtos e serviços, trocas de favores, doações pessoais, caridade). Ademais, longe de serem formas que se justapõem ou que tipificam alguns grupos, sabemos hoje que a situação de pobreza impõe aos indivíduos a necessidade de articular, de modo permanente, diferentes tipos de trabalho e múltiplos mecanismos de sobrevivência (Paoli, 1973; Machado da Silva, 1971; Valladares, Coelho, 1982).

A centralidade da família nessas estratégias de articular mecanismos para assegurar a sobrevivência e garantir renda e bem-estar também foi amplamente evidenciada (Agier, 1990; Durham, 1973; Zaluar, 1985; Lomnitz, 1976; Fausto-Neto, 1983; Récio, 2010; Valladares, Coelho, 1982; De La Rocha, Ornelas, 2005). No Brasil, onde historicamente as políticas sociais foram pouco expressivas e inclusivas, inúmeras pesquisas destacaram como a família atua como uma rede de proteção social (Fausto-Neto, 1983; Zaluar, 1985; Agier, 1990). Não sem razão, a família é a unidade de análise da grande maioria dos estudos sociológicos e antropológicos que giram em torno dos temas da pobreza e do trabalho dos segmentos pobres (Valladares, Coelho, 1982). Essa opção analítica adquiriu ainda mais relevância após a institucionalização das políticas de superação de pobreza que têm na família sua unidade de intervenção. A importância das redes de solidariedade entre amigos e vizinhos para obtenção de trabalho, renda e bem-estar também faz parte das evidências de muitos desses estudos. Lomnitz (1976), em sua clássica etnografia sobre a pobreza na Cidade do México, sintetizou esse achado na frase “*los mecanismos de supervivencia de los marginados comportan la totalidad de su*

sistema de relaciones sociales” (Lomnitz, 1976, pp. 11).

Em síntese, há um conjunto significativo de evidências que nos provocam a tratar do trabalho da população pobre levando em conta sua pluralidade e complexidade.

4.1.3. Problematicando a “imoralidade” dos pobres

Em terceiro lugar, para bem construir nosso enquadramento analítico, dialogamos com os estudos que tratam da vida familiar e comunitária em contextos de pobreza. Diversos trabalhos sobre as famílias brasileiras em situação de pobreza (Fonseca, 2000, 2005, 2010; Sarti, 1994-a, 1994-b, 2003, 2004; Zaluar, 1985; Agier, 1990) já chamaram a atenção para o fato de que as representações sobre os segmentos da população considerados pobres são construídas em torno de julgamentos morais sobre suas práticas afetivas, sexuais e reprodutivas e sobre as suas dinâmicas familiares. Esses estudos também apontam que juízos sobre práticas de natureza doméstica e sexual recaem com muito mais intensidade sobre as mulheres pobres, produzindo estigmas sobre as mulheres separadas, as mães solteiras, as mulheres sem filhos. Essas pesquisas evidenciaram a importância prática e subjetiva da figura masculina do provedor e os efeitos morais da ausência de tal figura em um grupo familiar. É comum que mulheres solteiras atribuam a outro homem da família extensa, como um pai ou um irmão, o papel simbólico de provedor e chefe da família. Mas, na ausência completa de homens, o grupo familiar, como um todo, tende a ter sua moral questionada. Como diz Sarti(2003): *“Cumprir o papel masculino de provedor não configura, de fato, um problema para a mulher, já acostumada a trabalhar. Para ela, o problema está em manter a dimensão do respeito, que é conferida pela presença masculina.”* (Sarti, 2003, pp. 38). Em suas análises sobre mulheres pobres na década de 1920, Fonseca (2010) sublinha que, quando se trata de mulheres pobres, qualquer pequeno desvio face às normas de moralidade vigentes, no que se incluía a situação da mulher separada, trazia à tona a sombra do estigma da prostituição. Quase um século depois, apesar do grande número de famílias monoparentais chefiadas por mulheres e das mudanças nos padrões de moralidade, o espectro da prostituição entre as mulheres solteiras em situação de pobreza surpreendeu-nos por sua atualidade.

As figuras das prostitutas, das “mães solteiras” e das famílias monoparentais femininas representariam desvios da moralidade e seriam associadas à noção de feminização da pobreza⁵⁵.

⁵⁵ A noção de “feminização da pobreza” surgiu na década de 1970 e se popularizou na década de 1990 a partir de pesquisas ligadas a agências das Nações Unidas (Medeiros, Costa, 2008). Há um amplo debate a respeito da noção e suas definições. Não vamos entrar nesses debates e caracterizamos o termo aqui como um processo de mudança nos níveis de pobreza que teria um viés de gênero. Assim, o termo denotaria um processo de intensificação da pobreza entre as mulheres ou domicílios chefiados por mulheres. Para mais detalhes ver: Agier, 1990; Lavinas, 1996; Castro, 2001,

Sem desconsiderar os efeitos do gênero sobre as causas da pobreza, Sorj e Fontes (2008) problematizam os estereótipos de “desestruturação” das famílias monoparentais femininas que são articulados à idéia de feminização da pobreza. Essas famílias seriam vistas como incapazes de oferecer condições adequadas ao desenvolvimento das novas gerações e transmitir habilidades necessárias a inclusão social, expondo crianças e jovens ao trabalho infantil e a situações de risco e violência. O estudo questiona, a partir de dados empíricos, os limites dessas representações:

Mediante a comparação entre famílias monoparentais femininas e as famílias compostas, identificamos que as primeiras não estão necessariamente em desvantagem em vários dos indicadores socioeconômicos selecionados. Apesar de as famílias monoparentais femininas terem, em média, renda inferior a das famílias com o casal e chefe homem, as condições dos domicílios em que residem são superiores, o trabalho infantil é menor e apresentam melhores resultados na maioria dos indicadores educacionais. Esses achados permitem questionar o senso comum que nos diz que as crianças das famílias pobres chefiadas por mulheres estão em uma situação de maior vulnerabilidade quando comparada à das crianças pobres pertencentes aos arranjos familiares convencionais. (Sorj, Fontes, 2008, pp. 13)

Os dispositivos de controle moral e de estigmatização dos pobres, presentes nas narrativas governamentais e individuais, afetam não apenas as mulheres, mas também os jovens – conquanto assentados em outros tipos de juízo. Zaluar (1985), em seu clássico estudo, tratou das oposições entre “trabalho” e “crime”, entre “trabalhador” e “bandido”, evidenciando que a identidade dos trabalhadores muitas vezes se constrói em contraposição às imagens do “bandido” e do “vagabundo”; ressaltou, entretanto, que essa oposição não é absoluta ou rígida. Pelo contrário, é permeada de complexidades, tensões e ambigüidades, tanto no plano das representações, quanto nas práticas de interação. Na mesma direção, Feltran (2007) discute as disputas entre as narrativas do trabalho e a lógica discursiva do crime. O autor também problematiza as categorias “trabalhador” e “bandido” ao analisar a trajetória de uma família moradora da periferia paulistana, evidenciando que, no mesmo grupo familiar, convivem integrantes que poderiam ser identificados como “trabalhadores” ou como “bandidos”, a depender do momento da história do grupo e da esfera social em que se essas classificações operavam.

4.1.4. Em busca da heterogeneidade de formas laborais e de arranjos de sobrevivência

Esse conjunto de evidências revela que as articulações entre “trabalho” e “pobreza” são dotadas de uma complexidade que, como seria de esperar, transcende em muito o conteúdo das narrativas governamentais sobre o tema. Ou seja, a nossa análise precisaria sistematizar, como fizemos num

primeiro momento, o modo de formular tais categorias presente no discurso dos produtores e gestores das políticas. Entretanto, ela carecia de ganhar distância face ao mesmo, sem o que correríamos o risco de capturar as narrativas dos indivíduos a partir da mesma métrica, do mesmo frame, da mesma estrutura cognitiva, que pautara a narrativa dos atores governamentais. Por isso, na passagem analítica da perspectiva governamental para as experiências individuais, procuramos fugir tanto de uma visão restrita de trabalho, como de interpretações generalistas sobre a condição de pobreza. Pelo contrário, partimos do pressuposto de que atentar apenas para a relação dos indivíduos pobres com o mercado do trabalho era insuficiente e inadequado. Fazia-se necessário pensar o trabalho em suas várias formas, e, assim fazendo, observá-lo para além de sua modalidade mercantil. Assim sendo, ao investigar as experiências individuais, a heterogeneidade de formas laborais e dos arranjos de sobrevivência tornou-se parte fundamental do nosso processo de investigação, por se constituir em um dos nossos pontos de partida.

Em consonância com a literatura antes referida, optamos por eleger a família como a porta de entrada para a investigação das experiências individuais. Apostamos na expectativa analítica de que as dinâmicas familiares de provimento de renda e bem-estar constituíam-se em elemento estruturante das estratégias, das escolhas e dos constrangimentos dos indivíduos. Assim, decidimos estudar as trajetórias de um conjunto de famílias beneficiárias dos programas de superação da pobreza.

Partimos do suposto de que os significados de trabalho são múltiplos e sujeitos a formulações simbólicas construídas e disputadas constantemente no cotidiano. Assim, primeiramente buscamos captar esses significados, compreender o que era (ou não) considerado trabalho e quais elementos estruturavam essas representações. Para bem desenvolver essa proposta, foi necessário um esforço de observação do dia-a-dia e identificação de categorias nativas. Perseguimos a diversidade de práticas, atividades e fontes de provimento de renda, bem-estar, sobrevivência e expectativas/experiências de mobilidade mesmo que elas não se encaixassem nas representações tradicionais de trabalho. A pesquisa etnográfica confirmou logo de início que os significados da categoria “trabalho” não são óbvios. Vale dizer, a própria ideia do que seja “trabalho”, assumida pelos informantes na etnografia, muitas vezes era pautada pela mesma restrição, circunscrição a formas socialmente legítimas, valorizadas, ou moralmente abonadas, tal qual por vezes encontrávamos quando nossos informantes provinham do mundo dos agentes produtores e implementadores de políticas públicas.

Em segundo lugar, buscamos analisar como indivíduos e famílias construía arranjos de sobrevivência articulando mecanismos diversos tais como diferentes tipos de trabalho, políticas sociais, caridade e recursos provenientes de circuitos relacionais. Ou seja, tentamos compreender as

formas de articulação entre atividades de trabalho e outras que não passavam imediatamente pelo trabalho, mas eram fundamentais à garantia de renda e bem-estar. Com esse esforço, almejamos captar também o lugar de cada um desses mecanismos nos arranjos que garantiam a produção e reprodução da vida dos indivíduos e seus grupos familiares, quais eram predominantes, quais eram valorizados e vizibilizados e por quais razões. A idéia de arranjo de sobrevivência aqui empregada tem o sentido de articulação, associação, amarração de atividades, práticas e mecanismos de garantia de trabalho, renda e bem-estar distintos. Essa articulação pode se referir a esforços realizados por diferentes membros dos grupos familiares ou até mesmo entre famílias de uma rede de vizinhança e amizade. Nesse sentido, nos esforçamos em captar como indivíduos e famílias teciam esses arranjos práticos de sobrevivência e ao mesmo tempo construíam narrativas sobre eles, representando-os simbolicamente. Em síntese, usamos a idéia de arranjos de sobrevivência aqui para se referir a i) arranjos práticos que articulam atividades, mecanismos e estratégias distintas e ii) formulações e lógicas simbólicas que descrevem, narram e representam esses arranjos.

Para desenvolver a abordagem dos temas trabalho e pobreza tal como aqui propomos, nos apoiamos na literatura da Sociologia do Trabalho e da Sociologia da Pobreza. Mas, para explorar a heterogeneidade e as nuances das práticas da vida econômica dialogamos também com a Antropologia e a Sociologia Econômica e com estudos sobre família e gênero que exploram elementos da economia doméstica. Buscamos incorporar perspectivas teóricas que interpelam a vida econômica através do pressuposto, insistentemente sublinhado por todas essas vertentes acima aludidas, de que ela não se restringe às práticas mercantis. Encontramos entre esses estudos uma série de conceitos, noções e interpretações que se mostraram frutíferos para construção da nossa análise e que serão mobilizadas nos capítulos seguintes.

Essa literatura apresentou um conjunto de formulações sobre atividades laborais e de garantia da sobrevivência que nos ajudaram a tratar do trabalho de forma ampliada. Dentre elas citamos as noções de: trabalho relacional (Zelizer, 2005, 2011-a), trabalho paralelo (Weber, 2009), trabalho de cuidado (Zelizer, 2008, 2010; Weber, Trabut, 2009; Hirata, 2002, 2016; Guimarães, 2016; Hoschild, 2003, 2004; Sorj, 2013, 2014), trabalho doméstico (Bilac, 1983; Hirata, Kergoat, 2007, Sorj, Fontes, Machado, 2007), trocas e transações (Steiner, 2010, 2016; Weber, 2000, 2002), ajudas (Piscitelli, 2011) entre outras. Chamamos a atenção para o fato de que em todas essas categorias a dimensão das relações sociais tem um papel central. Elas iluminam a dimensão relacional das práticas econômicas e problematizam o papel das afetividades, da sexualidade, da intimidade, da confiança e da reciprocidade. Como o leitor verá na análise dos casos, essa dimensão relacional se revelou central na compreensão das formulações simbólicas sobre os arranjos de sobrevivência e dos elementos que estruturam os diferentes significados de trabalho disputados dentro dos grupos

familiares e entre eles.

4.2. Contexto social

4.2.1 O bairro

A etnografia foi realizada em um bairro no extremo da Zona Leste de São Paulo, próximo à divisa com outros municípios da Região Metropolitana. Seu nome não será registrado por precaução; essas informações podem facilitar a identificação de indivíduos e instituições e comprometer o acordo de confidencialidade e anonimato firmado com todos os que participaram da investigação. Acreditamos que essa omissão não compromete a compreensão do contexto e nem dos achados, por se tratar de um bairro que se assemelha a outros da região em que se localiza. Descreveremos as informações relevantes para a apreensão do contexto espacial e social em que se desenvolveu o estudo.

De acordo com o Atlas Sócio Assistencial de São Paulo (SMADS, 2015), as maiores aglutinações de domicílios em situação de extrema pobreza da cidade estão nas macrorregiões Sul 2 e Leste 2. O bairro onde se desenvolveu a etnografia fica em uma das aglutinações da macrorregião Leste 2. Segundo dados disponibilizados no site da Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social (SMADS) de São Paulo, em julho de 2015, o bairro localizava-se em um dentre os quinze distritos do município com maior número de famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família (do conjunto de 99 distritos atendidos pela rede municipal de Assistência Social). Do total de famílias beneficiárias naquele distrito, mais de 50% tinha, à época, renda familiar *per capita* equivalente a 1/4 de salário mínimo e, portanto, se encaixavam na categoria governamental de extrema pobreza. Trata-se do distrito mais pobre da Subprefeitura onde se insere, ela mesma considerada pelo poder público municipal como uma das mais problemáticas em termos de infraestrutura urbana e vulnerabilidade social. Em suma, o bairro localiza-se em uma região que concentra territórios com alto índice de vulnerabilidade – segundo o Índice Paulistano de Vulnerabilidade Social (IPVS, 2010) - e com elevada porcentagem de domicílios com renda *per capita* de até 1/2 e 1/4 de salário mínimo (SMADS, 2015) estando, assim sendo, abaixo das linhas governamentais para definição das situações de pobreza e extrema pobreza.

Localizado nas margens do tecido urbano e distante do Centro, o bairro é próximo a uma estação de trem. Desembarcando nessa estação, chega-se à moradia das famílias do estudo através de lotações que realizam trajetos de cerca de vinte minutos. Para quem chega por meio do trem, é notável como a paisagem vai se tornando mais laranja conforme a linha férrea vai se distanciando do Centro em

direção ao Leste, até ficar totalmente tingida pela cor do chamado “tijolo baiano”, visível nas casas sem revestimento. É uma região caracterizada por autoconstrução em áreas de ocupação irregular. Grande parte dos bairros está em processo de urbanização e regularização fundiária, alguns em fase mais adiantada, outros em etapa muito inicial, como é o caso do território onde se desenvolveu o estudo. Os assentamentos mais consolidados e as melhores condições de infraestrutura urbana se localizam próximos à linha do trem; os que se distanciam dela mostram-se significativamente piores em suas condições de habitabilidade. Ao redor da estação do trem há uma grande presença de comércio popular (lojas de roupa, calçados, supermercado, alimentação), vendedores ambulantes, além de muitas lojas de artigos religiosos (especialmente afro-religiosos), estando presentes também igrejas católicas e de vertentes evangélicas.

Relatos sobre a história da região destacam a ocupação feita por uma população predominantemente negra e a existência de redutos de religiosidade afro-brasileira. Ainda hoje existem ali muitos terreiros de umbanda e candomblé. A forte presença de migrantes do Nordeste também é uma importante característica da ocupação do território. Não sem razão, a maior parte dos indivíduos que integra a pesquisa faz parte de famílias de migrantes nordestinos.

É significativa a presença de imigrantes de origem haitiana e de países do continente africano, circulando no trem, na estação de desembarque e suas imediações. Estes se fazem notar principalmente pelo idioma e pelos trajes. Via de regra, são homens negros e jovens, que andam em duplas ou trios - raramente sozinhos- e, em menor medida, casais jovens com crianças. Informantes da pesquisa registraram a percepção de que, desde o início dos anos 2010, aumentou muito o contingente de imigrantes haitianos e africanos na região.

Margeando a linha do trem há um córrego cujos braços não canalizados que penetram o interior do bairro. O córrego alaga em épocas de chuva e suas ramificações viram um esgoto a céu aberto, que corre na área de moradia das famílias do estudo. Lixo, fezes, ratos e insetos fazem parte da paisagem de uma parte do bairro e da realidade cotidiana de alguns informantes.

O território é constituído de um terreno bastante acidentado. Quanto mais afastado da linha do trem, mais morros, barrancos e escadarias. No bairro onde residem as famílias informantes há um planalto cercado de barrancos e ladeiras que conduzem à parte baixa, localmente chamada de “buracão”. É nesse pedaço acidentado que moram todos os participantes da pesquisa, alguns no alto e outros embaixo do mesmo morro. Praticamente todos os equipamentos públicos e estabelecimentos comerciais estão localizados na parte alta. A parte baixa é a que mais sofre com o problema do esgoto não canalizado, pois é onde ele deságua. Muitas construções que ficam nas encostas e na parte baixa já foram interditadas pela Defesa Civil por serem mais vulneráveis a enchentes e desmoronamentos. Por isso, ali, os terrenos são mais baratos. Não por acaso, é onde moram as

famílias que têm as piores condições econômicas e materiais. Alguns grupos familiares que integram o estudo mudaram-se da parte baixa para o topo nos anos 2000, quando alcançaram melhores condições financeiras. Nesses casos a mudança é narrada como uma ascensão social e os imóveis, por sua melhor localização, transformaram-se posteriormente em espaços de geração de renda e importantes pontos de comércio do bairro. A família que apresenta a história mais dramática de mobilidade descendente realizou o movimento contrário, mudou-se da parte alta para o “buracão”.

Assim como em outros bairros da região, o espaço onde realizamos a etnografia é quase todo constituído por ocupação irregular, que se espalham inclusive pelas áreas de risco. Estudos e relatos de informantes revelam que grande parte do território foi ocupado na década de 1970. Como diz Ernesto (Família 4), estabelecido lá desde 1974: *“antes tudo era uma chácara, a gente que fez virar cidade”*. Seguindo a dinâmica clássica de constituição dos bairros periféricos de São Paulo, os primeiros terrenos ocupados irregularmente foram divididos em terrenos menores e vendidos. Depois, fracionados novamente e revendidos. E assim sucessivamente até hoje. A maior parte dos terrenos tem a forma de retângulos estreitos e compridos. Essa geometria limita as construções, dificulta a entrada de luz e a circulação de ar no interior das casas. Todas as habitações visitadas sofrem com problemas sérios de mofo, o que provoca problemas de saúde.

Hoje em dia o que movimenta o mercado imobiliário informal é principalmente a compra e venda de “puxadinhos” que têm, em média, entre 20 e 30 metros quadrados. Qualquer área vazia pode virar um “puxadinho” para uma família que cresce ou para venda e locação e, conseqüentemente, para geração de renda. Os terrenos podem abrigar muitos domicílios, ocupados por membros do mesmo grupo familiar ou não. Nenhuma das famílias participantes do estudo tem os documentos de posse do seu imóvel. Aqueles que ocuparam ou pagaram pelo terreno e, portanto não pagam aluguel, declaram-se “proprietários”. A casa própria, mesmo que proveniente de ocupação, é a principal fonte de segurança em um contexto onde a provisão de renda é instável (Durham, 1973; Kowarick, 1979).

Apesar da precariedade urbana até aqui descrita, o bairro está praticamente todo asfaltado e é constituído por casas de alvenaria, a qual substituiu os materiais mais frágeis de outrora. Integram o estudo tanto famílias vivendo em péssimas condições, quanto uma família (a de número 3) que reside em uma casa similar às de bairros de classe média baixa: um pequeno sobrado na parte alta do bairro com cômodos bem divididos, garagem e uma edícula no fundo, acabamento, revestimento e pintura interna e externa. Já como ilustração das condições mais precárias de moradia, há o exemplo de Miriam (Família 2) que reside em um “puxadinho” dentro de um terreno ocupado por sete habitações, pertencentes a diferentes famílias. A pequena construção de cerca de 25 metros

quadrados dividida em sala, quarto, cozinha e banheiro abriga uma família de cinco pessoas, que dormem em colchonetes espalhados pelo chão, e frequentemente tem o seu banheiro interditado. O terreno, na parte baixa do bairro, é atravessado pelo esgoto não canalizado. Para acessar a casa, é necessário atravessar uma ponte improvisada com ripas de madeira. Seu pai idoso já caiu dentro do esgoto. O exemplo das duas amigas de infância - Miriam (Família 2) e Tita (Família 3) - que moram, respectivamente, nas piores e nas melhores situações de habitação observadas, revela a heterogeneidade das condições de vida e das configurações materiais das famílias integrantes do estudo.

Os informantes se sentem bem servidos em termos de escolas, mas apontam escassez de instituições de Ensino Superior e de Educação Técnica e Profissionalizante. A principal carência em termos de serviços públicos, segundo todos eles, está na área de Saúde: poucos equipamentos e péssimas condições de infraestrutura e atendimento. Muitas histórias de sofrimento estão relacionadas a esse problema. Até por isso, ter ou não condições de pagar serviços particulares de saúde em caso de emergência é um dos critérios que os próprios moradores usam para definir a condição de pobreza. Ter plano de saúde privado é o grande sonho de muitos.

A seguir apresentaremos a rede de instituições da assistência social que opera no bairro e buscaremos revelar como distintos equipamentos, organizações, serviços e programas são incorporados ao cotidiano das famílias do estudo e interpretados por seus integrantes.

4.2.2. As tramas da Rede Sócio-Assistencial

No distrito, as famílias do estudo contam com um conjunto de serviços da proteção básica da Assistência Social, ofertados pelo CRAS local e por duas organizações sociais conveniadas com a Prefeitura para implementação de programas e serviços governamentais. Além disso, no distrito contíguo existem serviços sócio-assistenciais de proteção especial de média e alta complexidade. Pode-se dizer que é um território bem equipado em termos de serviços da Assistência Social pública, que é operacionalizada ali através de instituições da administração direta e indireta. Paralelamente aos serviços governamentais, há uma ampla rede de entidades beneficentes prestando serviços de caridade há muitos anos na região. Sua atuação é mais antiga e mais enraizada que a vertente governamental.

A investigação não buscou recobrir toda a rede sócio-assistencial ativa no bairro, mas a identificação das instituições e dispositivos relevantes na experiência dos indivíduos e famílias que integram o estudo. No início do trabalho etnográfico, realizamos o esforço de coletar essas informações e chegamos às instituições da rede sócio-assistencial relevantes através dos

informantes. As percepções sobre essa rede foram coletadas principalmente a partir de relatos das mulheres provenientes de diferentes gerações das famílias. Em geral, os homens não participavam desse universo e, sendo assim, não sabiam fornecer informações básicas. Já as mulheres falavam do assunto com a naturalidade típica de algo que faz parte do seu dia-a-dia.

Foi possível identificar três organizações importantes no cotidiano das famílias acompanhadas na pesquisa: o CRAS, uma entidade beneficente espírita que desenvolvia ações caritativas e uma organização social conveniada à Prefeitura que oferecia serviços sócio-assistenciais públicos. Descreveremos a seguir a atuação dessas instituições e a percepção dos informantes sobre as mesmas.

Centro de Referência da Assistência Social (CRAS)

À medida que todas as famílias integrantes do estudo recebiam, receberam ou estavam buscando receber o benefício do Programa Bolsa Família (PBF) ou outro programa de transferência de renda, a relação com o CRAS era compulsória, ainda que muito episódica e orientada pela necessidade de atualização ou averiguação do Cadastro Único, o que marcava sua temporalidade e a natureza das interações. A relação dos indivíduos e famílias com o CRAS que atende o bairro era muito fraca. Isso porque parte substantiva dos serviços sócio-assistenciais é implementada através das organizações sociais conveniadas a Prefeitura.

Os informantes enfatizavam a sua percepção negativa da atuação do CRAS. Entre as reclamações estavam demora, indiferença, falta de educação dos funcionários, e, sobretudo, o não esclarecimento das dúvidas e perguntas. Foi muito recorrente o relato da falta de informações oficiais claras e precisas sobre os programas sociais como valor, critérios de elegibilidade e motivo de suspensão e cancelamento. Segundo as narrativas, as explicações eram muito técnicas ou hipotéticas, baseadas apenas em possibilidades e não apoiadas em fatos concretos. No entendimento das informantes, suspensões temporárias e cancelamentos dos programas de transferência de renda eram explicados pelos funcionários do CRAS como arbitrariedades atribuídas a duas entidades com vida própria e vontades imprevisíveis: o “Ministério” e o “Cadastro” ⁵⁶.

Os relatos e observações das interações nesse equipamento nos levam à interpretação de que há uma notável dificuldade de comunicação e compreensão entre os dois lados desse guichê representado pelo CRAS: cadastradores e assistentes sociais de um lado e demandantes ou beneficiários de programas de outro. A sensação de sair do CRAS sem compreender a informação ou a explicação

⁵⁶ Para mais detalhes a respeito da discussão sobre instrumentos das políticas públicas e seus efeitos ver Lascoumes e Les Gales (2005).

oferecida foi relatada com alguma frequência pelas nossas informantes.

O equipamento era percebido como *locus* para a representação da *performance* (Goffman, 1983) da pobreza e do merecimento (Paugam, 1990, 1991, 1991-b, Fassin, 2001, 2001-b, 2010). Os informantes tinham consciência de que era um espaço de avaliação e comprovação de elegibilidade e mérito para o recebimento dos programas sociais. Assim, tratavam de se informar sobre dados e fatos que deviam ressaltar ou, por outra, que havia que omitir quando das interações tecidas com atores dessa instituição. Do ponto de vista dos informantes, era clara a percepção dos julgamentos morais a que estavam submetidos na sua relação com o CRAS. Ou seja, na investigação das experiências individuais, observamos que os usuários do sistema de assistência social percebem os julgamentos morais que lhe eram atribuídos, tal como identificamos na análise das narrativas governamentais. Ademais, compreendiam que se tratava de uma relação burocrática, pautada pela desconfiança e na qual a assimetria de poder era flagrante.

Entidade beneficente religiosa

A relação com uma entidade beneficente de natureza religiosa tinha sido muito importante para a sobrevivência de várias famílias do estudo no passado. Essas se beneficiaram de suas ações de caridade na década de 1990, quando a organização se estabeleceu no bairro. Outras instituições de filantropia foram mencionadas pontualmente pelos informantes, mas essa foi a mais frequente e aquela que teria atuado de forma mais contínua ao longo de quase três décadas.

Trata-se de uma entidade espírita, mantida através de doações financeiras e trabalho voluntário; não havia vínculo formal com o poder público. O trabalho dessa entidade era descrito por um de seus responsáveis como “disseminar o espiritismo” e “amparar as famílias menos favorecidas”. A instituição realizava palestras, cursos, festas e eventos na comunidade tais como bazares, mutirões para arrecadação de cobertores no inverno, material escolar no começo do ano letivo e limpeza das margens do córrego em épocas de chuva. Além disso, distribuíam doações de roupas e alimentos sistematicamente para as “famílias carentes” do bairro. Das nove famílias acompanhadas, seis já tinham recebido cesta básica ou outro tipo de doação dessa instituição em algum momento de sua trajetória. No presente, apenas duas mantinham tal vínculo e recebiam doações mensais de alimentos.

A investigação revelou que a relação das famílias com as entidades beneficentes foi gradativamente enfraquecendo conforme, primeiro, as políticas sociais se expandiam e se intensificava o elo com a esfera governamental da assistência e, segundo, o mercado de trabalho absorvia mais a mão de obra local. Assim, a partir de meados da década de 2000 e, principalmente, durante a década de 2010, as famílias puderam dispensar a caridade dessas organizações. Esse movimento coincide com o

período em que a entidade espírita reformulou suas ações caritativas. Em 2014, a instituição vinculou o recebimento de cestas básicas à participação em cursos de qualificação profissional e reuniões de cunho religioso e lançou uma política de averiguação das condições materiais das famílias através de visitas domiciliares. Dessa forma, só se beneficiaria das doações quem comprovasse necessidade e, ao mesmo tempo, se comprometesse com as iniciativas de qualificação profissional. Mediante restrições no orçamento, a instituição de caridade passou a atuar de forma semelhante ao poder público, focalizando as ações e criando verificações e obrigações, o que gerou desaprovação de algumas famílias até então assistidas. Os cursos de qualificação eram especialmente voltados para as mulheres e ensinavam atividades como artesanato, costura, cabeleireiro e manicure. O objetivo era estimular o trabalho autônomo e o empreendedorismo. A entidade elegeu esse público-alvo como preferencial, pois teria identificado uma alta incidência de inatividade feminina no bairro. Aqui observamos algo que já havíamos encontrado na análise das narrativas governamentais e que encontramos também na etnografia sendo formulado por diferentes atores e instituições: a representação sobre a suposta inatividade das mulheres e a aposta no treinamento voltado a fazer delas empreendedoras.

Conforme percepção dos informantes, a organização passou a operar numa lógica de seleção e premiação do que ela classificava como sendo os pobres merecedores. Algumas informantes julgavam moralista a obrigação de frequentar as atividades da entidade beneficente, rigidamente controladas. Ademais, dentre todos os indivíduos pesquisados, apenas uma informante seguia o espiritismo e, portanto, as atividades religiosas da entidade não interessavam aos demais. Assim, por decisão da entidade ou das próprias famílias, muitos vínculos caritativos se romperam na década de 2010. Como isso aconteceu no período em que a concessão do PBF havia aumentado em número e valor, as famílias não sentiram o efeito da perda dessas doações. É possível que a obtenção do benefício social proveniente da política pública tenha dotado as famílias de meios para romper com o cerco moral das instituições beneficentes.

Duas famílias integrantes da investigação ainda contavam com essa assistência, mas mantinham com tal entidade uma relação tensa. Reconheciam e valorizavam o trabalho filantrópico desenvolvido no bairro há anos, inclusive antes da expansão das políticas sociais e do surgimento dos programas de transferência de renda, e elogiavam as ações na comunidade como festas e mutirões. Mas, por outro lado, verbalizavam a percepção crítica com respeito à ação moralizadora da instituição, presente no discurso religioso e na exigência de frequentar qualificação profissional para receber doação. Para as famílias em situação financeira mais precária, deixar-se assistir por essa instituição era um mal necessário e a relação era pautada, em grande medida, por interesse vista a situação de carência.

Organização Social conveniada ao poder público municipal

Desde o início da etnografia, os informantes mencionaram com alguma frequência uma instituição que organizava, no bairro, atividades referidas como “Reunião do Bolsa Família”. As menções a essa organização surgiam entre referências a seus funcionários, que eram citados nominalmente e em tom de familiaridade. As nove famílias acompanhadas no estudo mantinham uma relação contínua e razoavelmente intensa com essa instituição, razão pela qual ela adquiriu maior relevância no estudo.

Apesar disso, apenas duas informantes sabiam afirmar o nome da organização e ninguém sabia precisar se era uma ONG, uma instituição de caridade ou um serviço público. Descobri que se tratava de uma Organização social conveniada da assistência social, como tantas outras que prestam serviços assistenciais no município de SP. Como sabemos, essas organizações são atores historicamente poderosos na operacionalização da Assistência Social governamental em São Paulo (Amâncio, 2008; Bichir, Brettas, Canato, 2016; Brettas, 2016), tornando complexa e heterogênea a trama de serviços sócio-assistenciais no município. Veremos que, do ponto de vista dos indivíduos que constituem o público-alvo da assistência social, há muita opacidade sobre a operação dessa trama, além de lhes ser difícil compreender como se articulam essas diferentes instituições, políticas e serviços.

Essa Organização apareceu referida logo nas primeiras entrevistas, quando abordado o tema dos programas de transferência de renda. Era através de seus funcionários que os informantes tiravam dúvidas e resolviam problemas referentes a políticas sociais diversas. Os relatos também giravam em torno de atividades chamadas de “Reuniões do Bolsa Família”. Essas eram realizadas na laje de uma pequena igreja do bairro. Existiam dois tipos de reuniões, majoritariamente freqüentadas por mulheres, ainda que não estivessem a elas restritas. As reuniões de periodicidade semanal eram chamadas de “aulas” e os encontros mensais descritos como “palestras”. As aulas eram conduzidas por uma professora e as palestras pelos funcionários da entidade, via de regra acompanhados de profissionais especialistas nos temas abordados. Nas vésperas das reuniões, as famílias eram notificadas por telefone ou bilhetes eram entregues nos domicílios. A cada encontro, as palestras abordavam temas diversificados: drogas, violência doméstica, procura de trabalho, consultoria jurídica, prevenção de gravidez e doenças. A maioria das mulheres não gostava desse tipo de encontro e preferia as aulas, em geral de artesanato ou culinária. O material era fornecido pela entidade e as participantes podiam levar sua produção para casa. As informantes faziam questão de mostrar, com orgulho, itens que decoravam suas salas e cozinhas: flores de garrafa PET, borboletas de retalhos de tecido e miniaturas de mobília feitas com embalagem de leite. Durante as reuniões

havia recreação para as crianças, o que era extremamente elogiado. Após todos os encontros era servido um lanche para os participantes e para as crianças acompanhantes. Chamava atenção o fato de que a participação não era obrigatória, mas, em todas as famílias do estudo, havia, pelo menos, duas integrantes que participavam com regularidade. As motivações eram variadas, mas foram recorrentes as referências à busca de sociabilidade e interação coletiva, à solicitação de informações a respeito das políticas sociais e da crise política e institucional em curso no país, além de sentimento de obrigação moral dada a afetividade com que distinguiam os funcionários.

Interrogamos as informantes sobre a origem da denominação “Reunião do Bolsa Família”. Constatou-se que não fora criada pela entidade e sim pelos indivíduos. Era uma expressão informal, um termo nativo, que ninguém sabia explicar exatamente como surgiu. As atividades que recebiam esse nome não tratavam formalmente do PBF; não era esse o objetivo enunciado dos encontros. O termo teria surgido da percepção de que, além de vizinhos, todos participantes eram beneficiários do Programa. Mesmo sem ter clareza de que a entidade implementava políticas públicas, os informantes intuía que era o Bolsa Família que vinculava suas famílias a essa organização. Tinham consciência de que o Programa lhes colocava na categoria de “pobreza” e os tornava público-alvo de outros serviços assistenciais, fossem eles governamentais ou não, o que, na prática, para eles, não fazia muita diferença.

Relatos sobre dois aspectos da relação com essa Organização chamaram a atenção e merecem registro. Primeiro, o de que havia uma orientação para que as participantes das aulas reservassem dinheiro dos programas de transferência de renda para custeio de materiais visando produção e venda de mercadorias. Segundo, o de que algumas informantes receberam indicações de oportunidades de trabalho através dos técnicos da organização social. Descobrimos posteriormente que se tratava de ações de inclusão produtiva implementadas pela Organização. Porém, os informantes não as compreendiam como tal e teciam outras interpretações sobre essas iniciativas. Retomaremos esse ponto.

A instituição em questão é uma organização não governamental fundada no fim da década de 1990 a partir da articulação de um grupo de militantes e acadêmicos para a criação de uma rede de combate e amparo a vítimas de violência. Não tem natureza religiosa e apresenta um engajamento político em defesa dos Direitos Humanos e de pautas feministas. Sua atuação no bairro do estudo se deu quando firmado um convênio com a Prefeitura de São Paulo, através da Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social no ano de 2011. A responsabilidade da Organização nesse convênio é a implementação de um serviço chamado SASF. A sigla designa o Serviço de Assistência Social à Família e Proteção Social Básica no Domicílio e se refere a um programa municipal de Assistência Social. O serviço operacionaliza duas políticas federais de Proteção Básica

do SUAS: Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF) e Serviço de Proteção Social Básica no Domicílio para Pessoas com Deficiência e Idosas. Em termos práticos, o SASF é o arranjo pelo qual o município de São Paulo operacionaliza o PAIF, uma das principais políticas assistenciais federais, e controla o cumprimento das condicionalidades do “Bolsa Família”. Via de regra, o PAIF é implementado pelos CRAS, mas em São Paulo houve uma adaptação para operacionalização via organizações sociais. A meta do programa, segundo sua descrição institucional, é “*desenvolver proteção social básica domiciliar acompanhando famílias em situação risco e de vulnerabilidade social*”. As atividades incluem: monitorar as famílias classificadas como vulneráveis; buscar a redução do descumprimento das condicionalidades do “Bolsa Família”; identificar demandas para o acesso a programas assistenciais; apoiar famílias com idosos e pessoas com deficiência e, por fim, desenvolver projetos de inclusão produtiva. São essas últimas responsabilidades da entidade que nos interessam mais especialmente.

A Organização monitorava o conjunto das mil famílias mais “vulneráveis” do território atendido pelo CRAS local, que realizava essa seleção por meio de indicadores do Cadastro Único. Na prática, esse conjunto era composto pelas famílias beneficiárias dos programas de transferência de renda (ou elegíveis), com prioridade para aquelas em situação de extrema pobreza e/ou com presença de pessoas com deficiência. Entre 2011 e 2012, a entidade entrou em contato com as famílias selecionadas para inclusão no serviço e aquelas que aceitaram participar passaram a ser visitadas mensalmente. Assim, alguns grupos familiares do estudo mantinham vínculos de aproximadamente cinco anos com essa Organização, o que justificaria o tom de intimidade e familiaridade da relação com seus funcionários.

O trabalho de implementação era realizado a partir de quatro equipes coordenadas por um gerente. O grupo de trabalho deveria contar com quatro técnicos sociais, sendo obrigatoriamente dois assistentes sociais, um pedagogo e um psicólogo. Cada um dos técnicos com formação superior lidera uma equipe de dois orientadores sociais com escolaridade média e é responsável pelo acompanhamento de 250 famílias. Diferentemente do que ocorre com algumas políticas enraizadas nos territórios, como o Programa Saúde da Família⁵⁷, o SASF não precisava ser implementado por agentes da comunidade. Isso, de fato, não acontecia. Os burocratas da ponta da linha tinham origem social diferente dos beneficiários atendidos; conquanto residentes da Zona Leste de São Paulo, provinham de bairros de classe média e média baixa.

A equipe de técnicos sociais era composta por Tatiana, Lara, Suzi e Moisés⁵⁸. Esses personagens

⁵⁷Mais sobre Programa Saúde da família em Lotta (2010), Lotta e Pavez(2010) e Georges e Santos (2016).

⁵⁸Tatiana (35 anos) e Lara (29 anos), na condição de assistentes sociais, já tinham trabalhado com serviços semelhantes. Suzi (32 anos) atuava como psicóloga na área de recursos humanos e era primeira vez que trabalhava com serviços

farão parte das trajetórias familiares apresentadas nos próximos capítulos, pois são intermediadores importantes da relação dos indivíduos com as políticas sociais. Conforme observação, os quatro técnicos tinham estilos de implementação diferentes (Lotta, 2008, 2010), o que interferia na relação com os beneficiários do Programa e afetava suas percepções sobre a entidade. Essa avaliação também dependia do tempo de construção dos laços. Os integrantes das famílias acompanhadas pelos técnicos mais antigos no serviço tinham uma percepção mais positiva, tanto sobre os mesmos como sobre a organização. Esses tiveram mais oportunidades para construir as bases de uma relação de confiança e um histórico partilhado de demandas/problemas solucionados, o que fomentava um sentimento de gratidão. Em síntese, a relação dos indivíduos com a organização era totalmente baseada no vínculo de longo prazo construído entre eles e o técnico que monitorava sua família, configurando, em suas interpretações, um relacionamento muito mais pessoal que institucional. Nessa relação havia, de ambos os lados, expressões de afeto e dever moral, mas também julgamentos, incompreensões, assimetrias e conflitos, tal como também registrado em outros trabalho no tema (Cefai, 2010, 2013; Cefai, Gardella, 2011, Fassin, 2001, 2001-b, 2010). Buscaremos explorar alguns elementos dessas relações nas análises das trajetórias individuais e familiares, que serão apresentadas nos capítulos vindouros.

Ações Locais de Inclusão Produtiva

Dentre as ações previstas no SASF estão iniciativas de inclusão produtiva para integrantes das famílias atendidas. De acordo com o gerente da organização pesquisada, a ampliação da inserção produtiva e da renda, acompanhada de desligamento dos programas de superação da pobreza, constituía um dos objetivos do serviço. Mais que isso, era um dos indicadores de eficiência na gestão da política. Uma das informações mais importantes dos relatórios de monitoramento do serviço seria justamente o número de desligamentos das políticas de transferência de renda motivadas por inserção ocupacional e aumento de renda.

As ações municipais de inclusão produtiva implementadas pelas organizações sociais no âmbito do SASF compreendiam a recomendação e encaminhamento para cursos de capacitação e qualificação profissional, inscrição nos centros de intermediação pública de mão-de-obra e desenvolvimento de programas próprios de estímulo à inserção profissional e geração de renda. Segundo relatos e observações na Organização, a implementação dos dois primeiros itens dessa lista era irrelevante. Restavam os programas próprios de estímulo à inclusão produtiva que descreveremos a seguir.

assistenciais. Moisés (45 anos), pedagogo, era professor concursado de escola pública e pediu exoneração em razão de adoecimento por *stress* no trabalho; era a primeira vez que tinha esse tipo de atuação. Emílio (36 anos), gerente administrativo, estava há dois anos na entidade, tinha formação em Psicologia e MBA em gestão de recursos humanos. Todos tinham conseguido o trabalho por indicação de rede pessoal. Tatiana e Moisés estavam há mais tempo no trabalho junto àquela comunidade, 4 e 5 anos respectivamente, Lara trabalhava lá 1 ano e Suzi há poucos meses.

O que os integrantes das famílias pesquisadas chamavam de “reuniões do Bolsa Família” em formato de aula eram apresentadas pela organização como “oficinas de geração de renda”. O objetivo dessas oficinas era o estímulo ao empreendedorismo. Já as indicações para vagas de trabalho eram parte das ações de intermediação de mão-de-obra que a entidade desenvolvia. Ambas as atividades integravam as iniciativas próprias de inclusão produtiva da Organização. Em entrevistas, os técnicos sociais enfatizaram que a presença nos encontros era espontânea, não havendo mecanismos para obrigar a frequência, nem punição à ausência. Mas, como veremos na análise das experiências individuais, algumas informantes se sentiam constrangidas ou obrigadas a participar dessas atividades, como se fosse uma contrapartida pelos benefícios e auxílios recebidos ou como se a ausência pudesse ser interpretada como uma desfeita em face a um convite pessoal.

Essas atividades foram realizadas por quatro anos na laje de uma pequena paróquia do bairro. A cada encontro compareciam entre quinze a trinta pessoas. O espaço era improvisado e perigoso, em área de risco de deslizamento e próximo ao esgoto não canalizado. Apresentava goteiras, problemas de mofo e era acessado por uma escada tão instável que senhoras com mobilidade reduzida não conseguiam usar. Coordenadas por uma professora com formação em Artes, as oficinas de geração de renda ensinavam a fazer artesanatos simples, que pudessem ser concluídos em um ou dois encontros de duas horas, pois se argumentava que era difícil manter a regularidade da participação. Outra dificuldade consistia na aquisição de materiais com orçamento muito reduzido; nas aulas utilizavam-se de materiais de baixo custo e, na maioria das vezes, reciclados. Nessas condições, os projetos desenvolvidos eram pouco elaborados e de difícil comercialização. Dentre eles: fuxico, pano de prato, chaveiro de tecido, enfeites com garrafas pet e miniaturas com embalagens de leite.

Os funcionários da entidade confirmaram a orientação para poupar o dinheiro dos benefícios sociais e investir na comercialização dos projetos desenvolvidos nas oficinas. Segundo eles, essa era uma recomendação “vinda de cima” e não necessariamente uma iniciativa com a qual eles concordassem. Lara, uma das técnicas, reconheceu em entrevista que era uma missão difícil, mas acreditava que, com um pouco de organização das finanças domésticas, poderia dar certo e tirar famílias de situação de pobreza extrema. Segundo ela, o problema estaria na falta de habilidade das beneficiárias para administrar a renda⁵⁹. A assistente social acreditava que o empreendedorismo era a melhor porta de saída da pobreza e que o trabalho dela era “dar o peixe” para que os assistidos “aprendessem a pescar”. Já os outros três técnicos sociais, e até mesmo a professora responsável pelas aulas, percebiam a limitação das oficinas tendo em vista o objetivo da geração de renda;

⁵⁹Sobre julgamentos morais a respeito dos usos do dinheiro dos pobres, dinheiro de caridade e benefícios sociais Ver: Zelizer (1994), especialmente os capítulos: “Poor People’s Money”, “With Strings Attached” e “Contested Monies”.

emprestavam à atividade, antes, um caráter de socialização e estreitamento de laços com as famílias. Mas, mesmo assim, enfatizavam as virtudes do empreendedorismo e das “atividades empreendedoras” quando das reuniões, encontros e visitas domiciliares.

Assim como na etapa da investigação nos CRAS, aqui também observamos a representação de que o empreendedorismo popular seria a solução mais fácil para a saída da pobreza e, especialmente, como forma de ocupação para as mulheres. A representação de mulheres pobres desocupadas e acomodadas também surgiu no trabalho de campo, expressa por alguns agentes dessa Organização, especialmente Lara e Suzi. Da mesma forma, relatos sobre as práticas sexuais das jovens do bairro que, ao se tornarem prostitutas ou “mães solteiras”, seriam responsáveis pela reprodução dos ciclos de pobreza intergeracional. Retornaremos a esses temas quando apresentarmos as trajetórias individuais e familiares.

Já as participantes vindas da comunidade, que não compreendiam que as “Reuniões do Bolsa Família” buscavam fomentar o empreendedorismo, achavam descabida a orientação de guardar dinheiro dos programas sociais para a comercialização dos produtos ensinados nas oficinas. A seu ver, o valor dos benefícios era tão baixo que seria insuficiente para compra de materiais de qualidade ou em quantidade suficiente. Ademais, levantavam outras questões importantes: Como comercializar? Onde vender? Para quem? Quem teria interesse em comprar aqueles enfeites que, para elas, tinham mais valor sentimental do que valor de uso ou troca? Assim, ignoravam a sugestão e participavam da atividade conferindo-lhe outros objetivos e significados. Nenhuma das informantes do estudo se mostrou motivada a frequentar a entidade para desenvolvimento de atividades de geração de renda, e nem sequer entendia aquela atividade como capacitação para o desenvolvimento de um negócio próprio. Isso porque tampouco a Organização deixava muito claro o objetivo das ações; ademais, o imprevisto caracterizava a sua implementação, dificultando o entendimento de que aquela proposta pudesse ter pretensões tão ambiciosas.

Essas oficinas de geração de renda bem tipificam o que os gestores do MDS criticavam, e queriam combater, com a criação do Pronatec-Brasil Sem Miséria. Com efeito, o que foi possível observar em campo parece caber como uma luva no que ouvimos ironicamente descrito pelos informantes do governo federal como “*oficinas de fuxico e pano de prato*” ou “*atividades de terapia ocupacional*”, em referência às ações tradicionalmente desenvolvidas pela Assistência Social. Tal como desenvolvemos no Capítulo 3, ao propor o Pronatec/BSM, a intenção era romper com o paradigma das atividades de sociabilidade, para desenvolver uma iniciativa voltada efetivamente ao mercado de trabalho. Entretanto, no território onde realizamos a etnografia, o Pronatec/BSM revelou-se um Programa pouco conhecido entre os nossos informantes; sua implantação parecia praticamente nula. Já as chamadas “Reuniões do Bolsa Família” constituíam algo que lhes era muito familiar. As

instituições locais da Assistência Social (CRAS e organização conveniada) relataram grande dificuldade em operacionalizar o Pronatec/BSM por falta de recursos humanos preparados e destinados a esse propósito. A divulgação e captação de candidatos foram fracas e a pré-matrícula problemática por falta de equipe e sistemática de trabalho.

A segunda ação de inclusão produtiva realizada pela Organização caracterizou-se por ser uma iniciativa de intermediação de mão-de-obra, mas uma iniciativa própria. Após tentativas frustradas de parceria com o sistema público de intermediação, a Organização desenvolveu ações para criar um banco de vagas de trabalho. Estabeleceu parcerias com algumas empresas da região - dos setores de limpeza, segurança, construção civil e telemarketing- e com uma agência de emprego privada. Paralelamente a essas parcerias relativamente estáveis, os funcionários se utilizavam de informações coletadas em suas redes pessoais ou através de anúncios encontrados na rua ou internet. Porém, nesses casos de captação no âmbito privado, as vagas não entravam no banco e as referências eram repassadas diretamente aos beneficiários do serviço, de acordo com a identificação de demanda, sem uma normatização do procedimento. Citamos exemplo narrado por um dos técnicos da entidade. Ele conta que viu, na rua, um anúncio de trabalho; no mesmo dia identificou uma família que monitorava vivendo dificuldades financeiras e em procura de trabalho, pelo que, repassou a informação que identificara para um integrante daquele grupo familiar. Ora, vê-se que, numa conduta como esta exemplificada, outros indivíduos atendidos pelo serviço e acompanhados por outros técnicos não tiveram a chance de ter acesso a essa informação. E, mesmo um usuário do serviço atendido pelo mesmo técnico poderia ou não ter acesso a essa informação, dependendo da sua interpretação sobre quem merecia e/ou precisava de indicação de trabalho⁶⁰. Além disso, não havia um banco de candidatos para cruzamento de informações com as vagas. Quando identificada a demanda, os agentes sociais consultavam as oportunidades disponíveis e faziam o encaminhamento se houvesse disponibilidade. Assim, mesmo no caso do uso do banco de vagas, o fluxo de encaminhamentos era feito de forma improvisada e pouco sistemática, dando margem à discricionariedade e ao julgamento moral sobre quem precisava ou merecia o encaminhamento para as vagas e para qual tipo de vaga. Por fim, em razão da falta de sistematização do uso das informações, na maioria das vezes, as vagas eram preenchidas antes que a Organização encaminhasse alguém. Ou seja, era uma iniciativa muito improvisada, pouco sistematizada e cheia de falhas operacionais, além de suscetível ao tratamento desigual dos beneficiários.

⁶⁰Esse tipo de dinâmica foi observado também no trabalho de campo nos CRAS. Em um dos CRAS, a funcionária responsável pela implementação do Pronatec-BSM coletava, por conta própria, informações sobre vagas de trabalho e repassava para egressos do Programa com quem ela tinha mais proximidade e/ou que mais necessitavam desse tipo de “ajuda”, sempre de acordo com seu julgamento.

De acordo com a percepção dos próprios agentes da Organização, o esquema não era eficiente, pois não tinham fôlego e pessoal suficiente para fazer a captação de vagas e alimentar constantemente o banco de oportunidades. O técnico Moisés chegou a se referir à iniciativa como “improviso” e “boa vontade”. Cientes das limitações, os funcionários descreviam a ação como um instrumento motivacional: “dar um empurrãozinho”, “dar um estímulo”, “tentar animar o pessoal a procurar trabalho”⁶¹.

Como exploraremos nos capítulos subseqüentes, para os participantes do estudo que eram alvo dessas ações, tais indicações para trabalho soavam muitas vezes como dicas pessoais, fruto das interações estabelecidas no âmbito privado. Não identificamos uma compreensão geral de que se tratava de uma iniciativa institucional ou governamental, até porque entre eles não havia entendimento sobre a vinculação da organização com o poder público. Nas narrativas sobre esses eventos, vários informantes expressavam a percepção de “ajuda”, “dica” e “sugestão” de um amigo/conhecido. Seus relatos sublinhavam a dimensão relacional, a amizade, o cuidado, a preocupação. Os indivíduos para quem essas ações eram endereçadas não compreendiam que havia uma política sendo implementada e que, pela perspectiva governamental, eram beneficiários de um serviço público de inclusão produtiva. As observações das atividades da Organização nos levaram a compreender o ponto de vista dos informantes e a dificuldade de percepção da “institucionalidade” de suas ações. De fato, além da ausência de compreensão que a ONG implementava um serviço público, não havia clareza sobre o que estava em jogo nas atividades, nos protocolos de ação vagos, no improviso e na discricionariedade. No cotidiano, essa opacidade era combinada com relações de confiança e familiaridade entre agentes sociais e beneficiários. A natureza dessas relações parecia borrar os limites entre políticas e indivíduos, os quais se revelaram pouco evidentes.

Nesse contexto de opacidade, tornava-se fundamental para os indivíduos entender quando se dirigir a cada organização para obter o que elas tinham a oferecer e qual *performance* (Goffman, 1983) desempenhar em cada uma delas (quais informações revelar ou enfatizar e quais ocultar ou forjar). Na relação cotidiana dos indivíduos com a esfera governamental para obtenção de serviços e informações, revelou-se central o trabalho de costura dos beneficiários entre espaços e organizações de naturezas distintas, com lógicas de operação, discursos institucionais, moralidades e interações variadas. A eles cabia arcar com os custos da falta de informação e de articulação, tanto entre políticas distintas como entre diferentes instituições operando a mesma política. Tecer essa costura nada trivial demandava tempo, uma combinação de saberes construídos individual e

⁶¹Sobre a dimensão simbólica e subjetiva da experiência de procura de trabalho e seu efeito de renovação das esperanças ver Vieira (2012).

comunitariamente (entre parentes, vizinhos e amigos) e um trabalho intenso de cultivo das relações com os agentes das instituições sócio-assistenciais. Ou seja, há um conjunto de esforços envolvidos na missão de obter e manter o recebimento de benefícios assistenciais que exige iniciativa, tempo, certas habilidades e o engajamento cotidiano em uma série de atividades e relações de longo prazo. Nesse sentido, fica evidente que a condição de beneficiário (a) de políticas sociais nem de longe comporta passividade.

4.2.3. As famílias

Como argumentamos na primeira parte deste capítulo, a família revelou-se uma porta de entrada analiticamente estratégica para o estudo. Através do recorte da família analisamos as experiências individuais e comunitárias, o engajamento no mundo produtivo e os arranjos de sobrevivência. Dentro de cada grupo familiar dedicamos especial atenção ao exame dos papéis de gênero e do aspecto geracional, buscando compreender como essas dimensões analíticas engendraram tensões e disputas em torno dos significados de trabalho e dos arranjos de sobrevivência.

Partimos de uma noção ampliada de família que não a restringe às suas dimensões biológicas e/ou jurídicas. Partilhamos uma definição de família que também incorpora a dimensão simbólica e compreende que esse é um grupo de indivíduos que se delimita e se (re) constrói cotidianamente por meio do seu discurso, nas suas narrativas.

Nesse sentido, nos inspiramos na abordagem de Sarti (1994-a, 1994-b, 2003, 2004) para quem a família requer ser analisada enquanto uma ordem simbólica, uma construção narrativa constantemente reformulada: *“Assim, cada família constrói seus mitos a partir do que ouve sobre si, do discurso externo internalizado, mas devolve um discurso sobre si que contém também sua própria elaboração, objetivando sua experiência subjetiva.”* (Sarti, 2004, pp. 15). A autora também chama atenção para o papel dos jovens e sua função de introduzir na família a alteridade e os novos discursos, rompendo, abalando ou reformulando o “discurso oficial” sobre si, produzido pelas gerações anteriores (Sarti, 2004, 2004-b). Assim, buscamos identificar os elementos e eventos que estruturam as narrativas familiares e também os discursos externos (de outros parentes, vizinhos, amigos, rede sócio-assistencial) que são reformulados ou contestados.

Pretende-se sugerir, assim, uma abordagem de família como algo que se define por uma história que se conta aos indivíduos, ao longo do tempo, desde que nascem, por palavras, gestos, atitudes ou silêncios, e que será por eles reproduzida e ressignificada, a sua maneira, dados os seus distintos lugares e momentos na família. Partimos, então, da ideia de que a família se delimita simbolicamente, baseada num discurso sobre si própria, que opera como um discurso oficial. Embora culturalmente instituído, ele comporta uma singularidade: cada família constrói sua própria história, ou seu próprio mito, entendido

como uma formulação discursiva em que se expressam o significado e a explicação da realidade vivida, com base nos elementos objetiva e subjetivamente acessíveis aos indivíduos na cultura em que vivem. Pensar a família como uma realidade que se constitui pelo discurso sobre si própria, internalizado pelos sujeitos, e uma forma de buscar uma definição que não se antecipe a sua própria realidade, mas que nos permita pensar como ela se constrói, constrói sua noção de si, supondo evidentemente que isto se faz em cultura, dentro, portanto, dos parâmetros coletivos do tempo e do espaço em que vivemos, que ordenam as relações de parentesco (entre irmãos, entre pais e filhos, entre marido e mulher). (Sarti, 2003, pp. 36, 37)

Nessa perspectiva que incorpora o simbólico, o sentido de compromisso moral e as redes de obrigação e deveres constituem um outro elemento fundamental à definição de família. Nesse sentido, entendemos, com Sarti, que:

A rede de obrigações que se estabelece configura, assim, para os pobres, a noção de família. Sua delimitação não se vincula à pertinência a um grupo genealógico, uma vez que a extensão vertical do parentesco restringe-se àqueles com quem convivem ou conviveram, raramente passando dos avós. Para eles, a extensão da família corresponde à da rede de obrigações: são da família aqueles com quem se pode contar, quer dizer, aqueles em quem se pode confiar. A noção de família define-se, assim, em torno de um eixo moral. Suas fronteiras sociológicas são traçadas segundo o princípio da obrigação, que lhe dá fundamento, estruturando suas relações. (Sarti, 2003, pp. 44)

Assumimos, ademais, a pertinência de compreender a família para além dos laços de consangüinidade, expandindo tal abordagem para incorporar a noção de “parentesco prático e cotidiano” elaborada por Weber (2005, 2006), e que se opõe às visões limitantes de parentesco de “sangue” (biológico) ou “de nome” (jurídico), trazendo a dimensão da partilha dos problemas cotidianos para o centro da definição de família. Da mesma forma, mostrou-se pertinente o uso da ideia de “famílias enredadas” (Sarti, 2003) onde grupos familiares são conectados em redes de obrigações morais determinadas por afetos e dinâmicas de dar, receber e retribuir. A partir do estudo de famílias pobres no Brasil, Fonseca (2005) vai na mesma direção. Define o laço familiar como uma relação pautada na identificação de direitos e obrigações mútuos; nesse sentido, a ideia de “parentesco prático e cotidiano” inclui a convivência e a partilha de demandas do dia-a-dia. Sobre a definição de família, diz Fonseca:

Essa identificação pode ter origem em fatos alheios à vontade da pessoa (laços biológicos, territoriais), em alianças conscientes e desejadas (casamento, compadrio, adoção) ou em atividades realizadas em comum (compartilhar o cuidado de uma criança ou de um ancião, por exemplo). (Fonseca, 2005, pp. 54)

Essas abordagens podem ser articuladas à noção de “projeto de vida familiar” proposta por Bilac (1983). Nela, a autora sintetiza tanto as representações simbólicas mobilizadas na construção de sua história (presente e passado), quanto as expectativas de futuro e as estratégias traçadas para alcançá-las.

Por projeto de vida familiar entende-se o conjunto de representações mais ou menos integradas (o que não significa um sistema unitário ou totalmente coerente) sobre o grupo doméstico elaboradas a partir de como são vividas, sentidas e percebidas as condições de existência no presente, constituem a base para refazer o passado e para as expectativas de futuro. O projeto de vida não é estático nem dado, mas um processo cambiante de avaliação que se inscreve nas práticas sociais e nelas incorpora e reformula as experiências cotidianas. (...) Dessa forma, se de um lado a família se constitui em um modelo institucional de organização da reprodução humana, ao mesmo tempo, as famílias de diferentes grupos e categorias sociais, em suas práticas cotidianas apropriam-se das categorias integrantes deste modelo, submetem-se a elas, mas ao mesmo tempo, as transformam, articulam-nas diferentemente em suas práticas familiares, produzindo novas categorias de ordenação do pensamento e da experiência vivida. As estratégias familiares assim, negam o modelo institucional ao mesmo tempo em que o realizam, e produzem, neste processo, o próprio projeto de vida familiar que as informa. (Bilac, 1983, Pp 33-34).

A análise das trajetórias dos grupos familiares foi pautada por suas relações com o mundo do trabalho e o universo de políticas sociais, dimensões constitutivas das possibilidades de sobrevivência. Como alertaram Hirata e Humphrey (1992) e outras estudiosas das relações de gênero como Bilac (1983, 2014) e Montali (2000), é preciso levar em conta o peso das estruturas familiares nas oportunidades oferecidas pelo mercado e nas diferentes possibilidades de experiência profissional de cada membro da família, além do ciclo de vida familiar. Também é relevante compreender qual o impacto de distintas atividades econômicas desenvolvidas pelos membros de um grupo familiar em sua dinâmica interna.

A seguir apresentaremos i) características gerais das famílias da pesquisa e seus integrantes; ii) critérios para a seleção e caracterização analítica das três famílias tomadas como casos de estudo.

Caracterização geral das famílias e seus integrantes

Como era de se esperar, há entre as nove famílias participantes da pesquisa etnográfica uma diversidade de configurações sociais e materiais. Mesmo vivendo na mesma vizinhança (num raio de até 1 km), sendo atendidos pela mesma rede de serviços públicos e recebendo os mesmos tipos de benefícios sociais, são diversas as composições familiares, as situações econômicas e materiais e os tipos de relação com os mercados, com o Estado e com as redes de vizinhança e amizade. Vamos explorar extensiva e detalhadamente essas particularidades a partir de três desses casos de grupos familiares, ao redor dos quais se estruturam os capítulos seguintes.

Antes disso, entretanto, convém explorar as características gerais, o que há em comum a esses indivíduos e grupos familiares. Diríamos, em primeiro lugar, que são, todos eles, moradores de um bairro pobre, nas margens da cidade, caracterizado por péssima infraestrutura urbana, com alto índice de famílias abaixo da linha governamental de extrema pobreza. A maioria das famílias que integra o estudo se estabeleceu no bairro entre meados das décadas de 1970 e 1980. Das seis famílias que se mudaram para lá nesse período, quatro são de origem nordestina, uma é do interior

de São Paulo e uma de Minas Gerais. As outras três estabeleceram-se depois dos anos 2000, consolidando a formação de novos núcleos familiares. São, nesse sentido, provenientes de famílias de migrantes estabelecidos em São Paulo há, pelo menos, três gerações e, na maioria dos casos, quatro gerações. Predominam os pardos e negros. Há, também, uma recorrência de domicílios chefiados por mulheres.

Todas as famílias narraram trajetórias marcadas por severas dificuldades financeiras na primeira geração, que foram gradualmente superadas. Traçam um movimento de mobilidade ascendente, concretizado pela segunda geração entre meados dos anos 2000 e início dos anos 2010. Os jovens da terceira geração enfrentam os dilemas da crise econômica e política dessa segunda metade dos anos 2010, com mais intensidade que os familiares das gerações anteriores e, conseqüentemente, temem que seus planos de futuro e a própria continuidade da mobilidade ascendente do grupo não se concretizem. A única exceção a esse tipo de trajetória é a Família 2, que apresentaremos no capítulo 6; nela se retrata um movimento de mobilidade descendente.

As primeiras e segundas gerações das famílias apresentam baixa escolaridade, com grande número de indivíduos com o Ensino Fundamental incompleto e muitos casos de semi-analfabetismo. Dentre esses segmentos, a inserção no mercado de trabalho foi realizada predominantemente em setores informais e/ou em atividades de trabalho manual. Homens de primeiras e segundas gerações apresentam uma inserção melhor no mercado formal, especialmente nos setores industriais, de transportes e na área de construção civil, enquanto para as mulheres era muito mais difícil entrar na formalidade. Quase todas as mulheres das primeira e segunda e gerações passaram pelo trabalho doméstico remunerado ou setor de limpeza; algumas construíram trajetórias nessas ocupações, outras diversificaram as atividades ao longo do tempo. Mas, a passagem por esse tipo de trabalho é uma característica quase unânime entre as mulheres com mais de 30 anos. Essa realidade não se repete com a mesma intensidade entre as jovens, muitas das quais buscam deliberadamente fugir desse tipo de ocupação. A dimensão de gênero e geração e seu efeito nas trajetórias familiares e individuais constituem-se em eixos importantes da análise que se desenvolverá nos capítulos a seguir.

A análise da história das famílias buscou contemplar a dimensão temporal a partir de dois registros metodológicos. Primeiro, através do acompanhamento das famílias ao longo de um período de 15 meses, justamente aquele em que a crise brasileira se intensificava, o que permitiu captar as transformações nas expectativas de futuro, nos discursos e nas estratégias de trabalho e provimento de renda. E, em segundo, procuramos captar a dimensão temporal à luz das narrativas das distintas gerações, contrapondo-as, explicitando diferentes representações sobre trabalho e sobre políticas.

Para as famílias do estudo, principalmente para os integrantes das primeiras e segundas gerações, é

fundamental a importância das redes familiares, de amizade e vizinhança no provimento de informações sobre trabalho e renda e no suporte a estratégias de sobrevivência. Este também será um dos elementos estruturantes da análise dos próximos capítulos.

Os jovens da terceira geração apresentam escolaridade mais alta que seus pais e avós, completaram o Ensino Médio ou estão cursando, mas, salvo raras exceções, sem planos de interromper o estudo definitivamente. Entre os jovens é recorrente o investimento em cursos profissionalizantes de curta duração, majoritariamente cursos pagos e ofertados por pequenas instituições de ensino da redondeza ou ONGS e projetos sociais. O Ensino Técnico está no horizonte de alguns, mas o Ensino Superior é uma realidade distante dos jovens naquele contexto social. Apenas dois deles revelaram planos concretos para tentar entrar na universidade. Não por acaso eles eram jovens das famílias mais estáveis do ponto de vista financeiro, mas que, mesmo assim, esperavam contar com suportes governamentais, como FIES e Prouni, e pretendiam entrar na concorrência de vagas por cotas. Significativo o desfecho: esses dois jovens não conseguiram ingressar no sistema universitário. Um deles desistiu e o outro segue tentando.

A entrada tardia no mercado de trabalho, após finalização do Ensino Médio, é uma característica importante das trajetórias dos jovens da terceira geração. Quando se revelou a intenção de entrar no mercado antes de terminar os estudos, ela geralmente estava articulada à busca de programas de aprendizagem. Isso não significa que os jovens não realizem atividades importantes à manutenção das famílias, como cuidado e afazeres domésticos, trabalho nos negócios familiares ou bicos ocasionais. Mas, de modo geral, há uma resistência das famílias a uma inserção ocupacional juvenil que concorra com os estudos, mesmo nos grupos em piores condições econômicas. Em síntese, o trabalho remunerado dos jovens da terceira geração é menos determinante das condições de sobrevivência do que o foi na segunda geração. Entre os jovens existe a percepção de que alguns interesses e talentos (culinária, artesanato, maquiagem, desenho, fotografia, tatuagem, vídeo-game) podem virar profissão ou, pelo menos, geração de renda, se aprimorados desde cedo com cursos de curta duração, que podem ser presenciais ou *online*. Dessa forma, eles investem tempo e dinheiro nessas estratégias, articulando-as à escola. Se não forem condizentes com as expectativas familiares, esses planos são gestados e realizados secretamente. A gravidez na adolescência segue sendo uma realidade nessa geração, para tristeza das mães e reprovação das assistentes e técnicos sociais.

A violência é uma dimensão importante na trajetória de praticamente todas as famílias. Aquela praticada no âmbito privado, a violência doméstica contra a mulher, foi relatada em oito das nove famílias do estudo. Em algumas dessas famílias, mais de uma integrante havia sido vítima desse tipo de violência e algumas informantes estavam sofrendo com essa questão durante o período de

investigação. Essa forma de violência causa grande impacto nas trajetórias das mulheres, afetando múltiplas dimensões das suas experiências, incluindo a ocupacional. Já a violência fora do âmbito privado, em especial aquela ligada ao crime, atinge mais aos homens. Ela também se apresentou com recorrência e afeta sobremaneira as trajetórias familiares e individuais. Quatro das nove famílias da pesquisa sofreram com mortes violentas em razão de envolvimento com o crime. Nesses casos, as vítimas foram homens que de algum modo haviam estado envolvidos em assaltos, homicídios e tráfico de drogas. Em seis das nove famílias identificamos pelo menos um integrante com passagem (no presente ou passado) pelo tráfico de drogas.

Conforme veremos nos próximos capítulos, faz parte da experiência cotidiana das famílias a relação com diversos circuitos de ilegalidades como tráfico de drogas, assaltos e furtos, ou em circuitos que viabilizam compra e venda de bebês, matrimônios com imigrantes, circulação de mercadorias roubadas e contrabandeadas, entre outros. Observamos que as noções de crime, ilegalidade e imoralidade muitas vezes eram eufemizadas por meio de uma ideia expressa através da categoria “coisas erradas”. Assim, atividades consideradas ilegais e/ou imorais eram tratadas como “se envolver com coisa errada”, “mexer com coisa errada”, “cair no mundo das coisas erradas” ou expressões correlatas como “caminho errado”, “ideias erradas”. As diferentes formas de declinar essa noção nativa de “coisas erradas”, conquanto recorrentes em torno da categoria do “erro”, o mínimo denominador comum a todas elas, era significativamente abrangente e assumia formas variáveis. Podiam descrever tanto atividades ilegais e criminosas, quanto práticas legais consideradas imorais como prostituição ou outras relacionadas ao mercado do sexo. Muitas vezes usava-se, e propositalmente, uma forma genérica, quando o/a informante não queria dar detalhes sobre atividades que poderiam ser vistas como ilegalidades e imoralidades, seja por medo ou por vergonha. Outras vezes – e não deixa de ser significativo - a expressão foi mobilizada para estabelecer uma referência de comparação com o “mundo do trabalho”, ou com o do estudo ou com a constituição de uma família. Os circuitos do trabalho, estudo e família estariam na categoria das coisas “certas” (embora essa expressão literal nunca tenha aparecido); já os desvios desses circuitos representariam incursões pelas “coisas erradas”. Mais significativo ainda é reconhecer que, na experiência cotidiana, essas oposições não são rígidas ou inegociáveis. Os mesmos indivíduos e grupos familiares que circulavam por “caminhos errados” também podiam se engajar no mundo do trabalho, como bem observou Feltran (2007).

Um aspecto foi particularmente importante na montagem do estudo com essas famílias, tanto quanto na organização dos achados com vistas à sua análise, tal como se verá nos capítulos subsequentes: vamos tratar da relação das famílias com as políticas sociais. Dentre o leque de políticas sociais, os programas de transferência de renda são os únicos que beneficiam todas as nove

famílias do estudo. Da perspectiva dos indivíduos, a importância de outras políticas - como as de emprego e as de inclusão produtiva - é pequena e, na maioria dos casos, irrelevante. Quando questionados sobre políticas sociais, imediatamente surgiam relatos sobre as políticas de transferência de renda. As duas iniciativas, indistintas, eram tratadas quase como sinônimos.

Conforme dados do Atlas Socioassistencial de São Paulo (SMADS, 2015), dentre os beneficiários de programas de transferência de renda no distrito estudado, mais de 80% recebia o Bolsa Família. Os outros 20% participavam de programas municipais e estaduais, mas também voltados ao combate à pobreza via transferência de renda, como o Renda Mínima e o Renda Cidadã, respectivamente. O aumento da concessão de benefícios a elegíveis para o Programa Bolsa Família naquele território, assim como na maior parte dos distritos de São Paulo, deu-se entre 2012 e 2015. Por tensões partidárias e institucionais, na realidade paulistana a consolidação do programa federal apenas teve lugar após 2012. Essa informação coincide com os dados coletados entre as famílias que fazem parte do estudo. Todas elas, com apenas uma exceção, começaram a receber recursos do Programa entre 2012 e 2015. Ainda que o Bolsa Família tivesse mais de 13 anos de existência, seu advento naquele contexto era recente. Num movimento complementar, com a expansão do Programa federal no município, o número de famílias beneficiárias do programa municipal de Renda Mínima caiu significativamente entre 2011 e 2014 (SMADS, 2015). Este dado também coincide com os relatos das famílias acompanhadas pela pesquisa. A maioria começou a receber Renda Mínima entre 2009 e 2012, algumas chegaram a acumular mais de um benefício por um período e, a partir de 2014, perderam o RM para receber apenas o PBF. Segundo os depoimentos, isso não significou uma perda, pois, nesse período, o valor do “Bolsa Família” já era superior ao do programa municipal.

Para nenhuma família do estudo o Programa Bolsa Família era a única fonte de renda. Em todos os casos ele se combinava com rendimentos provenientes de outras fontes. Apenas em dois domicílios esse dinheiro se mostrou absolutamente central à sobrevivência, destinado à compra de itens fundamentais -como alimentos e remédios- que não poderiam ser financiados de outra forma. E não porque esses chefes de domicílios houvessem desistido de procurar trabalho, movidos pelo propalado “efeito preguiça”. Problemas de saúde e ou dificuldades de articulação com o cuidado de crianças pequenas eram os motivos que vinham tornando malsucedida a procura que empreendiam. No mais, todos os outros grupos familiares contavam com, pelo menos, uma renda proveniente de trabalho remunerado e o dinheiro do Programa era tratado como um complemento que podia ser mais ou menos importante, mas não central. É especialmente significativo o lugar simbólico ocupado pelo benefício da política pública: as palavras “complemento” e “ajuda” foram as mais utilizadas quando precisavam se referir aos programas de transferência de renda. Os benefícios

recebidos pelas famílias do estudo variavam entre R\$70,00 e R\$200,00. Em todos os casos o valor foi apontado como baixo e insuficiente até para ser um complemento único. De fato, como observamos, o programa social é apenas um suplemento de renda entre outros. Porém, e esta é a característica distintiva, para algumas famílias é um dos poucos rendimentos monetários estáveis: entra com regularidade, com data e valor previamente conhecidos. Num contexto em que uma parte considerável dos indivíduos se mantém com receitas muito instáveis, é isso que define sua relevância nas estratégias cotidianas de sobrevivência, como já observaram Rego e Pinzani (2014). Em grupos familiares onde a sobrevivência era garantida por meio de muitas atividades irregulares, informais e ilegais, o dinheiro proveniente do Bolsa Família simbolizava uma renda regular, legal, de fonte institucional e tornava-se mais visível que outras. Grupos familiares que contavam com diversas fontes estáveis de renda usavam esse dinheiro para gastos extraordinários; as que não contavam, usavam-na para despesas regulares.

Recompondo a trajetória das famílias, foi possível constatar que, em nenhuma delas, o recebimento do Programa foi articulado ao abandono de trabalho ou desistência de procura, mesmo no caso das mulheres com filhos pequenos. A decisão de interromper alguma atividade de trabalho remunerado, quando ocorre, é das mulheres mães e casadas, e esteve sempre articulada à obtenção de outros complementos de renda, ao aumento dos ganhos de outros membros do grupo ou à necessidade incontornável de cuidado de crianças e idosos. Indivíduos em situação de doença ou dependência química são as únicas exceções a essa regra, mas não podemos dizer que, nesses casos, ao recebimento de benefícios sociais devesse ser imputada a motivação para o afastamento do trabalho. Diferentemente dos achados de Rego e Pinzani (2014) em sua pesquisa sobre o Bolsa Família em municípios rurais do Nordeste e Minas Gerais na década de 2000, nenhum informante verbalizou sentimento de vergonha ou constrangimento pelo recebimento do Programa. Pelo contrário, referiam-se a esse fato com certa naturalidade. Obviamente, isso não significa que não existam estigmas. Mas, o que nos chamou a atenção foram as inesperadas elaborações positivas sobre a condição de famílias beneficiárias. Em alguns casos, foi manifestado orgulho por essa situação, pois significava o reconhecimento da dedicação ao cuidado familiar e/ou que o grupo tinha sido capaz de cumprir as exigências de documentação e condicionalidades de educação e saúde.

Apesar da interpretação generalizada de que o Programa constitui apenas um complemento de renda e de algumas representações positivas sobre a condição de beneficiários, também coletamos discursos de crítica e desvalorização moral entre integrantes de famílias que recebiam o benefício. Ou seja, há uma diversidade de significados morais outorgados à condição de beneficiário da assistência social e essas diferentes perspectivas resultam de distintas experiências de engajamento no mundo produtivo. Assim, indivíduos de famílias mais estáveis financeiramente, em que a

maioria dos membros adultos estava no mercado de trabalho, criticavam as famílias onde isso não ocorria e culpavam o programa de transferência de renda pelo incentivo a esses arranjos, replicando o discurso do efeito preguiça. Julgavam familiares ou vizinhos como não merecedores do benefício, usando o engajamento no mercado de trabalho como critério para merecimento. Alguns beneficiários julgavam o programa assistencialista e defendiam a vinculação do benefício ao trabalho.

Mas, como veremos nos capítulos seguintes, as interpretações de jovens e adultos sobre as políticas sociais são consideravelmente diferentes. Um achado interessante é que há uma clivagem etária nas percepções. Mais do que entre as primeiras e segundas gerações, observamos diferenças entre os jovens, quando comparamos os da terceira geração e os das anteriores. Adolescentes e jovens, de ambos os sexos, possuíam mais informações sobre o funcionamento dos programas e instituições da assistência social do que os homens adultos. Sendo a frequência escolar uma das condicionalidades do Bolsa Família, crianças e jovens são parte fundamental da política e são nela envolvidos tanto por suas famílias, como pelas instituições escolares. Além disso, muitos acompanham suas mães e avós nos atendimentos, ou prestam auxílio no esclarecimento de informações buscadas na internet em razão de analfabetismo de muitos dos adultos. Ou seja, os jovens conhecem as regras das políticas, as instituições e, em alguns casos, os discursos institucionais vinculados na TV e na internet. Como adiantado, há uma decalagem considerável de escolaridade entre os jovens, que têm Ensino Médio completo ou em vias de completar, e seus pais e avós que, na maioria dos casos, possuem quando muito o Ensino Fundamental incompleto. O ganho de escolaridade associado à entrada tardia no mercado de trabalho e ao fato de terem crescido em um contexto de ampliação das políticas, podem explicar as percepções diferenciadas, mas também os conflitos familiares em relação ao trabalho e aos planos para o futuro. Veremos adiante que, com a crise e as ameaças de cortes e suspensão dos programas, alguns jovens se mostraram muito mais críticos às medidas e discursos governamentais do que seus pais e avós. Evocavam ideias de injustiça e desigualdade social que apareceram com bem menos frequência e intensidade nas narrativas das outras gerações. Além da questão etária/geracional, há uma diferença muito marcante na relação com as políticas sociais entre homens e mulheres. São, primordialmente, as mulheres que detêm as informações sobre as políticas e as instituições de Assistência Social como histórico de recebimento dos programas, processos de solicitação, condições e condicionalidades, diversidade de serviços e entidades, etc... Era esperado que a relação das mulheres com a Assistência Social fosse mais intensa, já que a titularidade dos programas é atribuída a elas e, conseqüentemente, recaem sobre as mesmas as responsabilidades relacionadas aos benefícios (Sorj, 2014; Georges e Santos, 2016; Rêgo e Pizani, 2014). Mas, chamou a atenção o fato de que a maioria dos homens, inclusive os

chefes de domicílio, não sabia fornecer sequer as informações básicas sobre os programas, mesmo quando tal fonte de renda era importante para orçamento familiar. A administração do dinheiro proveniente das políticas difere entre as famílias. Na maioria dos casos é decisão da mulher, mas, em algumas poucas situações, os homens interferem no assunto.

Relatos, discursos, percepções e representações sobre os programas de transferência de renda, surgiam fácil e espontaneamente. O mesmo não acontecia com respeito às políticas de emprego; a maioria dos informantes nem sabia que tipo de iniciativa governamental poderia ser assim classificada. O acesso a seguro desemprego foi a única política de emprego que beneficiou alguns informantes, ainda assim com pouca recorrência; identificamos apenas quatro casos. Isso, porque naquele contexto é baixa a inserção no mercado formal de trabalho e, quando ocorre, se dá majoritariamente através de contratos temporários com firmas prestadoras de serviços, como limpeza, segurança e construção civil. Intermediação pública de mão de obra é um recurso muito pouco utilizado, até porque pouco disponível no distrito, como vimos antes, e/ou quando existente, transparece na forma de relação pessoal com os técnicos intermediadores e ganha o qualificativo de “ajuda”.

Quando discursos sobre políticas de emprego surgiam espontaneamente, eles eram sempre ligados às políticas de qualificação profissional e aprendizagem. As políticas de aprendizagem surgiram com muito mais frequência do que o esperado. De fato, as mães de adolescentes viam nesse tipo de programa uma boa oportunidade para os filhos porque era articulada ao estudo e supostamente ao aprendizado de um ofício. Além disso, havia uma preocupação com os períodos de tempo em que os filhos estão fora da escola e uma busca constante de formas adequadas para ocupá-los. Já as políticas de qualificação profissional apareciam muitas vezes nos discursos críticos aos programas assistenciais, citadas como exemplos de políticas mais adequadas que a transferência de renda. Em praticamente todas as famílias houve a manifestação do interesse, busca e valorização dos cursos de qualificação profissional como uma continuação natural do Ensino Médio, como um trampolim para uma inserção no mercado ou como expectativa de uma inserção mais qualificada. Os cursos de qualificação profissional, sejam públicos ou privados, representam uma perspectiva de futuro para quem não tem a menor esperança de cursar Ensino Superior e também uma forma de compensar a falta de experiência, tal qual achados de Guimarães, Brito, Andrada, Picanço, Prates e Vieira (2016). Para as mães e pais de jovens que concluem o Ensino Médio e não conseguem trabalho, os cursos também são percebidos como iniciativas que afastam a imagem de “vagabundos”, desocupados e “bandidos”. Ou seja, são vistos também como um sinal de que o jovem tem interesse pelo mundo do trabalho e não pelo “mundo das coisas erradas”, universos representados simbolicamente como antagonicos ainda que, como veremos nos próximos capítulos, possam ser complementares na

prática.

Apesar da recorrente aspiração de engajamento em cursos de qualificação profissional, a maioria dos informantes nunca tinha ouvido falar do Pronatec. Apenas dois casos de participação em políticas governamentais de qualificação profissional, um através do Pronatec e outro do “Via Rápida”, programa do Estado de São Paulo. Nenhum deles acessou a informação pela rede de Assistência Social, mas através de amigos. Coletamos diversos relatos de busca sem sucesso por esse tipo de programa, bem como casos de financiamento próprio de cursos particulares de curta duração ou ofertados por ONGs e apenas um informante cursando ensino técnico de longa duração. Os poucos que tiveram acesso à informação e interesse em participar do Pronatec, não conseguiram se matricular por dificuldades como distância e/ou não preenchimento dos requisitos de escolaridade mínima.

Os Casos de Estudo

Nos três capítulos subseqüentes nos dedicaremos a analisar as três famílias selecionadas como casos de estudo. Elas representam distintas configurações analíticas que tipificam formas diferentes de engajamento no mundo produtivo e construção de arranjos de sobrevivência, bem como formas distintas de representá-los simbolicamente. Vamos descrever o processo de definição desses casos e apresentar suas características analíticas.

A pesquisa etnográfica acompanhou um conjunto de famílias beneficiárias das políticas de transferência de renda residentes do bairro descrito. Nessa empreitada, buscamos identificar e incorporar ao estudo grupos familiares que apresentassem diferentes dinâmicas internas, condições de vida e situações econômicas, bem como elos distintos com os mercados, o Estado e as redes de relações. Mais que variadas configurações materiais, procuramos múltiplos arranjos de sobrevivência e pluralidade de formulações simbólicas sobre trabalho e pobreza. Chegamos a um conjunto de nove famílias que apresentava razoável diversidade nesses quesitos.

Em todos os grupos familiares mostrou-se fundamental articular diversos mecanismos de garantia de trabalho, renda e bem-estar e, ademais, mecanismos de natureza distinta (mercantil, não mercantil, legal, ilegal, moral, imoral). Mais que isso, observamos diferentes formas de tecer essas articulações no cotidiano e ao longo do tempo, atribuindo maior ou menor peso, valor e visibilidade a alguns mecanismos em detrimento de outros. Por isso, buscamos compreender também como esses arranjos práticos para sobrevivência eram retratados e elaborados simbolicamente. Investigamos qual o peso dos diversos tipos de trabalho nessas narrativas, quais atividades e práticas eram valorizadas e quais eram desqualificadas ou invisibilizadas e por quais razões.

Em alguns grupos familiares foi possível captar a i) predominância de certas formas laborais,

atividades e mecanismos na construção dos arranjos de sobrevivência e ii) narrativas coletivas em torno desse tema mais articuladas entre si, apesar das nuances e conflitos internos. Por outro lado, algumas famílias tinham como característica mais marcante justamente o não predomínio de um ou alguns mecanismos de sobrevivência, apresentando arranjos práticos muito híbridos. Partindo da constatação desse aspecto, dividimos as famílias em dois grupos. Identificamos cinco famílias com predomínio de mecanismos constitutivos dos arranjos de sobrevivência e outras quatro famílias com arranjos e discursos híbridos. Dentre as cinco famílias do primeiro grupo observamos que algumas delas apresentavam predomínio dos mesmos mecanismos e formas laborais nos arranjos de sobrevivência. Escolhemos aquelas que pareciam suscitar reflexões mais instigantes e para as quais tínhamos maior volume de dados para compor o conjunto de três famílias tomadas como casos privilegiados de análise.

Trata-se das Famílias 1, 2 e 3 que representam casos de estudo ou configurações típicas que nos permitiram explorar em detalhe questões e achados suscitados pelo trabalho etnográfico. Cada uma dessas famílias também pode ser encaixada em uma representação simbólica de (des) articulação entre trabalho e pobreza tal como identificadas nas narrativas governamentais. A Família 1 apresenta o trabalho mercantil, remunerado e assalariado como mecanismo predominante do arranjo de sobrevivência; é a família que poderia se encaixar na imagem de “pobres trabalhadores”. A Família 2, ao contrário, tem nos mecanismos não mercantis e nos circuitos de ilegalidade seus mecanismos preponderantes. A esse grupo são atribuídas representações como as de “família problemática” e de “pobres desocupados e bandidos”. Já a Família 3 construiu seus arranjos de sobrevivência em torno do trabalho por conta própria e do empreendedorismo; ilustra as representações de “pobre empreendedor”.

As políticas sociais e as redes de relações têm papéis diferentes nos arranjos de sobrevivência de cada um desses grupos familiares, dimensões que exploramos na análise. As três famílias mantêm entre si laços de amizade e vizinhança, partilham uma vivência comunitária, suas trajetórias se cruzam em alguns eventos e alguns de seus integrantes constroem vínculos que se revelaram fundamentais aos arranjos coletivos de sobrevivência. Apesar disso, são casos analiticamente muito distintos, o que auxilia na compreensão de suas especificidades e ilumina os diferentes significados de trabalho e pobreza disputados no cotidiano. Seleccionamos também duas famílias no grupo daquelas que apresentavam mecanismos e discursos híbridos como casos de controle e para apoio à interpretação de elementos relacionados ao bairro, a vizinhança e a rede sócio-assistencial. São as Famílias 4 e 5 que não examinaremos na tese da mesma forma que os três casos privilegiados de estudo, mas que foram importantes para a construção do conjunto da análise.

No Capítulo 5 apresentaremos a Família 1, grupo composto essencialmente por mulheres que se

encontravam solteiras e onde a dimensão de gênero é estruturante da sobrevivência. Aqui o trabalho mercantil e remunerado (exercido tanto no mercado formal quanto informal) é o mecanismo predominante no arranjo de sobrevivência. O caso é representativo da valorização do trabalho legal e visível que dignifica e restabelece publicamente a imagem negativa do grupo das “mães solteiras”, tradicionalmente vinculada à imoralidade. Trata-se de um exemplo emblemático de família que constrói a identidade de “pobre, mas trabalhadora e honesta”, na qual o trabalho remunerado é um valor constitutivo da identidade e do cotidiano e um símbolo de status e diferenciação.

O Capítulo 6 apresenta a Família 2, grupo no qual os mecanismos não mercantis e os circuitos de ilegalidade são a base dos arranjos de sobrevivência. A família é vista pela vizinhança e pela rede sócio-assistencial como “problemática” e “desestruturada”. Esse caso representa os grupos onde a mercantilização do trabalho é fraca e prevalecem mecanismos não mercantis de sobrevivência (como trocas de serviços e produtos, sistemas de reciprocidade, doações e caridade) e o engajamento em diversos mercados ilegais e imorais (tráfico de drogas, crime, prostituição, entre outros). O grupo se encaixa nas representações de pobreza associadas à inatividade, desocupação, acomodação e imoralidade, ou seja, na imagem de pobres que não trabalham. A análise desse caso é ilustrativa de um amplo conjunto de práticas e atividades de produção e reprodução da vida que, ao não se encaixarem nas representações hegemônicas de trabalho, não são denominadas como tal e tornam-se desvalorizadas.

Por fim, no Capítulo 7 analisaremos o caso da Família 3. Esse grupo exemplifica muito bem o arranjo de sobrevivência através do trabalho por conta própria. O caso é ilustrativo das representações de empreendedorismo popular que passam pela valorização da inventividade e da capacidade de adaptação dos pobres. A família apresenta uma trajetória baseada no trabalho autônomo informal que foi se transformando ao longo do tempo, incorporando novas atividades e formas de descrevê-las e representá-las. O caso elucida o percurso através do qual atividades que não se encaixam nas representações mais recorrentes de trabalho são simbolicamente transformadas e valorizadas. Trata-se da família do estudo que melhor representa a imagem de “família empreendedora”.

Nos próximos capítulos propomos uma análise desses casos através da recomposição das histórias individuais e familiares. Esperamos revelar os elos entre as transformações dessas experiências e dos contextos institucionais (históricos, políticos e econômicos). Vamos recompor as trajetórias de cada família e de seus integrantes, salientando o papel de cada indivíduo na dinâmica familiar e os efeitos dos eventos familiares nos percursos individuais. A análise privilegiou as seguintes dimensões: composição e dinâmica familiar, origem, gênero e geração.

Descreveremos as múltiplas fontes, práticas e atividades mobilizadas e desempenhadas para garantir trabalho, renda, sobrevivência, bem estar e mobilidade e suas representações simbólicas. Buscamos captar as formas nativas de tratar desses elementos e se referir a distintos tipos de trabalho. Realizamos uma análise dessas representações tal como elaboradas nos discursos e manipuladas no cotidiano de interações familiares, comunitárias e com as instituições assistenciais. Exploramos não apenas como indivíduos e famílias falam de si, mas como vêem aqueles do entorno e são vistos por eles. Da mesma forma, contrapomos as representações que os trabalhadores da Assistência Social elaboram sobre os indivíduos e grupos familiares e a interpretação desses sobre agentes, programas e instituições da rede sócio-assistencial. Esse esforço de explorar e cruzar diferentes perspectivas permitiu captar representações sociais sobre trabalho e pobreza compartilhadas, disputadas, contestadas ou reformuladas. Nesse jogo delineamos e confrontamos diferentes lógicas simbólicas. Buscaremos ressaltar essas especificidades e tecer comparações e contraposições sempre que pertinente.

5. A FAMÍLIA “HONESTA E TRABALHADORA”

5.1. A Casa das Seis Mulheres

Dona Aurora, 59 anos de idade, Ensino Fundamental completo e paraibana de origem, é a matriarca dessa família e dona do terreno onde moram suas quatro filhas, uma neta, três netos e um bisneto, todos naturais de São Paulo. A família é composta de 10 membros que moram em três domicílios no mesmo terreno habitado desde os anos 1980, todos eles chefiados por “mães solteiras”. As seis mulheres adultas do grupo não têm marido ou companheiro com quem elas dividam as responsabilidades familiares. Por isso, Dona Aurora brincou na nossa primeira conversa “*É quase a Casa das Sete Mulheres*”, em referência à minissérie transmitida pela emissora Globo em 2003, adaptada de um romance homônimo⁶². E assim surgiu uma brincadeira, retomada diversas vezes e por iniciativa delas, que gostaram da forma de se referir enquanto grupo: A Casa das Seis Mulheres. Essa anedota abre a apresentação da família porque o desenrolar da pesquisa revelou que a questão de gênero é fundamental para entender sua trajetória, sua identidade, seus arranjos internos, bem como suas estratégias de trabalho e sobrevivência. O gênero é elemento estruturante da construção simbólica do grupo (Sarti, 2004) e do projeto de vida familiar (Bilac, 1983). É marcante o discurso orgulhoso da autonomia financeira e emocional em relação aos homens que lhes proporcionaram experiências de dor e desilusão como abandono de lar, violência doméstica, problemas com drogas e envolvimento com crime, sem falar na falta de suporte financeiro ao sustento dos filhos.

A contra face dessa independência financeira feminina em relação aos homens é a atual dependência em relação ao mercado de trabalho, o espaço onde elas buscam contínua e compulsoriamente os recursos que sustentam suas estratégias de sobrevivência e mobilidade. As mulheres dessa família afirmam, com todos os artifícios narrativos, a imagem de independentes e trabalhadoras. Tal como em outras famílias do estudo, faziam questão de mostrar que não estavam envolvidas em nenhum esquema de ilegalidade dos quais participam outros informantes da pesquisa, inclusive aqueles com quem mantinham relações de amizade. Na construção narrativa dicotômica trabalhadores *versus* bandidos, a família marcava a posição no primeiro lado. Como veremos, em outros grupos familiares essas posições não são tão estanques e/ou excludentes, como

⁶² O livro (Wierzbowski, 2002) tem como pano de fundo a Revolução Farroupilha. Narra as trajetórias das mulheres da família de um líder do levante no período em que os homens estavam em combate. A história da Guerra dos Farrapos é contada pela ótica das mulheres e explicita as tensões de gênero existentes nos domínios privados e públicos da sociedade brasileira da época.

também observa Feltran (2007). Mas, o que torna esse caso particularmente interessante é que a dimensão do trabalho também é fundamental para a construção de um escudo simbólico contra a imagem negativa de mulheres de “vida fácil”, que lhes seria facilmente atribuível pelo fato de constituírem um grupo de mulheres solteiras ou que tiveram muitos companheiros. Estudos sócio-antropológicos consagrados mostram que, em contextos de pobreza, enquanto os homens são geralmente avaliados por sua relação com o mercado, as críticas direcionadas às mulheres são de ordem moral e doméstica (Agier, 1990; Fonseca, 2010; Sarti, 2003). Desse modo, as mulheres dessa família, mais do que as dos outros grupos pesquisados, precisam construir uma imagem pública de dignidade e retidão, o que é feito, principalmente, pela dedicação constante e orgulhosa ao mundo do trabalho e ao projeto de mobilidade intergeracional. Para tal família de mulheres, que tem a moral questionada desde seu estabelecimento no bairro, o trabalho é representado como a única forma de reabilitar a imagem pública. Por isso, na sua concepção, o trabalho deve ser mercantil, legal e visível, para que alcance a pretendida eficácia moralizadora.

Durante a pesquisa, as seis mulheres adultas da família estavam no mercado de trabalho (ocupadas ou em procura) e conciliavam atividades declaradas como principais com diversas outras que detalharemos. As quatro filhas de Aurora, assim como a sua neta adulta, concluíram o Ensino Médio sem grandes turbulências, apenas breves pausas em razão de gravidez, tipo de trajetória escolar que constitui uma exceção na vizinhança. Ademais, desde a adolescência, a mãe as orientou -de forma quase imperativa- a realizar cursos profissionalizantes como datilografia, informática e línguas, que fizeram em redes particulares e em ONGS e associações da região.

Quando perguntada a respeito de sua percepção sobre o bairro, a matriarca Aurora fez a significativa declaração abaixo, que resume de forma eloqüente como a família é vista e se vê. Gênero, trabalho e pobreza estão no centro das representações:

Olha, aqui no bairro já foi muito ruim esse negócio de violência, né. Mas hoje até que não. O que eu tinha medo mesmo, vou te dizer, era de umas vizinhas. A vizinha que morava aqui nessa casa do lado, uma evangélica, um dia achou que eu tinha entrado na casa dela, e veio atrás de mim e de Leila [segunda filha de Aurora] com um pedaço de ferro na mão. Queria descer o ferro em nós. Chamando a gente de prostituta. Esse dia eu me machuquei feio. Escorreu sangue. Tremo só de lembrar. Nunca nem entrei na casa da mulher. Mas, né, mesmo sem fazer nada a gente incomoda. Porque acham que a gente é prostituta, que ganha a vida de forma fácil, mexe com coisas erradas, mexe com os maridos das vizinhas. E não é só essas, não. Eu sei que muita gente chama a gente de puta por trás. Porque aqui em casa é só mulherada mesmo e de vez em quando elas arrumam namorado, entra homem e sai homem. Mas, ninguém sustenta nós não e aqui não falta nada. E eles [os vizinhos] vêm chegando caminhão com as coisas que a gente compra. Isso chama atenção, porque aqui é muita pobreza também. Não é todo mundo que pode comprar as coisas. O pessoal se pergunta de onde elas tiram dinheiro? O que o pessoal finge que não vê é que aqui a gente trabalha muito. Porque uma casa só de mulher pobre né, não pode ter TV, geladeira boa. Mulher pobre, solteira, com filho, tem que passar necessidade né. Senão, só pode estar mexendo com tranqueira... (...) A gente não fica pela rua, de fofoca, dia todo no bar. A gente já passou necessidade, mas a gente trabalha muito, não mexe com coisa errada. As meninas saem daqui

de madrugada, escuro ainda, tem trabalho, tem escola, Leila trabalha de fim de semana, de feriado. Ela e Jana dão tudo pros meninos delas: videogame, tablet, danone. Mas não tem um dia de folga. Isso o pessoal finge que não vê. Um monte de mulher casada que não faz nada da vida, só fofoca, e as meninas aqui, estudadas, tudo trabalhadora desde cedo é que são as putas. Isso é a única coisa que eu não gosto aqui. Isso para mim que é violência, sabe. Já fiquei mal com isso aí, viu. Por isso até que hoje em dia eu nem saio tanto na rua. (Aurora, Janeiro de 2016)

Essa fala sintetiza os constrangimentos de ordem moral que afetam o grupo pelo fato de ser composto por mulheres solteiras. Por outro lado, também apresenta o trabalho como mecanismo de distinção social, tanto por seu valor de dignidade, quanto pelo acesso a certos gêneros alimentícios e eletrodomésticos que carregam símbolos de distinção entre as famílias pobres (Zaluar, 1985). O consumo propicia a aquisição de um *status* que nem todas as famílias aqui estudadas têm e que um grupo de mães solteiras não deveria ter. A casa das seis mulheres desafia a compreensão do meio em que vivem porque composta de famílias monoparentais femininas que rompem com o estereótipo de feminilização da pobreza ganhando a vida através do trabalho mercantil - justo esse que lhes seria mais difícil de alcançar- e fora dos circuitos de atividades imorais por onde transitarium as mulheres que ganham a vida de forma “fácil”.

Aurora, 59 anos, 1ª geração

Aurora é uma senhora negra, de fala mansa e acolhedora. Mas, é conhecida na vizinhança por ser desconfiada, recolhida e evitar a participação nas fofocas e festas do bairro. Ela é, na verdade, uma migrante nordestina com 38 anos de vivência em São Paulo e 33 anos naquele bairro que teve (e tem) muita dificuldade de integração, construindo sua trajetória de trabalho e matrimônios aos trancos e barrancos e sob o julgamento moral dos vizinhos.

Nascida em 1957, no interior da Paraíba, não conheceu o pai e ficou órfã de mãe aos 10 anos. Sua mãe inaugura uma linhagem de quatro gerações de “mães solteiras”. Fora criada por uma tia e trabalhava em sua roça até que, aos 18 anos, conheceu Miro e ficou noiva. Ele estava indo tentar a vida em São Paulo, onde tinha duas primas trabalhando em “casas de família”, a forma mais freqüente de inserção econômica das mulheres migrantes na cidade (Durham, 1973). Namoraram à distância até que, quatro anos depois, ele voltou para buscá-la: tinha arrumado um “bom trabalho” na Companhia Paulistana de Trens Metropolitanos (CPTM) e comprado um terreno em um loteamento irregular em Ferraz de Vasconcelos. Em 1979, aos 22 anos, Aurora migrou, casou e logo engravidou. Poucos meses depois de nascida a primeira filha, veio a segunda e, assim, passou os primeiros cinco anos da vida em São Paulo como dona-de casa, por imposição do marido. Infeliz com esse insulamento, no ano de 1984 convenceu Miro a deixá-la trabalhar como doméstica na casa

onde sua prima trabalhava, por ocasião de seu afastamento por gravidez. Poucos meses depois, Aurora conheceu um homem por quem se apaixonou perdidamente, o vigia que fazia a segurança na vizinhança onde trabalhava. Seu casamento havia acabado.

Em 1985, diante das recusas do cônjuge em se separar, fugiu de casa com as filhas abrigando-se na casa da patroa, que lhe emprestou dinheiro para comprar o terreno onde a família mora até hoje, em uma área de ocupação irregular na zona leste de São Paulo. Isso a colocou em situação financeira difícil e a levou, por primeira vez, a pedir dinheiro para agiotas. Esse tipo de empréstimo se repetiu em outros momentos de privação material da família, já que a rede de suporte do grupo sempre foi muito limitada e, por vezes, inexistente. Com a separação, rompeu com a família do ex-marido e perdeu os poucos laços que tinha na cidade. Não foi bem acolhida na nova vizinhança, pois era uma “mãe solteira, sem família e sem estrutura”, “mulher que abandonou o lar”, ou seja, indigna de respeito. Diversos estudos sobre as famílias brasileiras em situação de pobreza (Fonseca, 2000, 2005, 2010; Sarti, 1994-a, 1994-b, 2003, 2004; Zaluar, 1985) evidenciam os efeitos simbólicos e morais da ausência da figura masculina. A presença masculina confere respeito, quando há ausência completa de homens, como é o caso aqui, toda família tem sua moral questionada (Sarti, 2003). Fonseca (2010) destaca que, para as mulheres pobres, qualquer desvio nas normas vigentes de moralidade, suscita a acusação de prostituição, tal como observamos na fala de Aurora.

O processo de desmoralização de Aurora se agravou, pois foi vítima de violência doméstica praticada pelo homem por quem se apaixonou, chegou a ser hospitalizada em estado grave após uma surra da qual foi socorrida pelas filhas pequenas e pelos vizinhos que lhe julgavam mal. A maior humilhação da sua vida. A partir de então, teve muitos relacionamentos, entre os quatro que chama de casamentos, que não duraram mais que quatro anos. Mas, a despeito das fofocas no bairro sobre sua vida amorosa, ter autonomia financeira e emocional tornou-se a meta dessa mulher que acabou gerando mais duas filhas, totalizando assim uma família de “*quatro meninas que cresceram ouvindo que tinham que ser independentes de homem traste*”.

Quando, em 1989, a família onde Aurora trabalhou por três anos mudou-se de São Paulo dispensando seus serviços domésticos, ela se viu à deriva: desempregada, sem renda e sem suporte emocional e material de redes de familiares, vizinhos e amigos. Pior: não tinha contatos que lhe indicassem trabalho e desconhecia outras formas de obter ocupação. As redes familiares de migração são importantes tanto no acolhimento inicial, quanto na consolidação da vida na cidade através da indicação de trabalho e da socialização das formas de busca de ocupação (Durham, 1973).

Desprovida desse suporte, entre fim dos anos 1980 e início dos anos 1990, Aurora ficou desempregada e a família enfrentou um período de privação e viveu de doações de entidade

beneficentes⁶³ e do que ela obtinha pedindo restos de comida em restaurantes e comércios da região⁶⁴. Essa fase de caridade e mendicância, narrada com lágrimas nos olhos, durou cerca de dois anos, até que, em 1992, conseguiu trabalho de faxineira em um dos estabelecimentos onde recolhia os restos. A partir dessa modesta re-inserção foi construindo alguns poucos laços profissionais e de amizade, que geraram novas indicações de trabalho, particularmente importantes para a relação dos indivíduos em mercados de trabalho manual e não formal (Machado da Silva, 1971). Assim, Aurora entrou em uma rede informal de contatos para trabalhos domésticos que lhe permitiu se estabelecer definitivamente na cidade.

A partir de 1996 a situação começou a melhorar, ela conseguiu preencher os dias de faxina, arrumou um trabalho de costureira de bichos de pelúcia que fazia à noite com a ajuda das filhas e quitou as dívidas. O trabalho infantil da segunda geração foi importante para esse grupo em situação de pobreza, assim como para outras famílias do estudo e tal como a literatura documentou exaustivamente (Durham, 1973; Fonseca, 2000, 2002; Paoli, 1973; Sarti, 1994-b; Zaluar, 1985). A situação de melhora obtida na segunda metade dos anos 1990, no entanto, era instável. Não era possível abrir mão totalmente da caridade e, eventualmente, era necessário recorrer à mendicância em caráter de emergência: *“quando as faxinas rareavam, eu tinha que voltar a pedir comida para complementar os pratos das meninas”*. O espectro da fome e as metáforas sobre as condições de vida a partir de referências alimentares, tal como vivenciado pelas famílias pobres, foram tratadas no clássico trabalho de Zaluar (1985).

Na instável década de 1990, por necessidade, Aurora acabou falhando na meta de independência em relação aos homens e aceitando em sua vida *“homem que fosse capaz de trazer, pelo menos, um saco de feijão”*. Tais relacionamentos foram o que ela descreve como tentativas desesperadas de criar alguma rede de suporte para aliviar o peso de ser a única provedora de uma família com quatro crianças. Sobre esse período ela diz: *“às vezes era tão difícil, que ter um homem traste que ajudasse com alguma coisa era melhor que nada”*. O recurso ao casamento ou à relações afetivas e sexuais por necessidade financeira e material mostrou-se uma estratégia extremamente importante de sobrevivência para algumas mulheres que participaram da pesquisa. Os estudos de Zelizer (2005, 2006, 2009, 2011) tratam das imbricações entre os supostamente distintos domínios da vida econômica e da intimidade. Um dos importantes achados da clássica investigação sobre mulheres

⁶³ Entre essas instituições, está a entidade beneficente de natureza religiosa que foi incorporada a etnografia e que começava a se estabelecer no bairro no início dos anos 1990. Tal entidade atua lá até hoje, inclusive oferecendo cestas básicas para as Famílias 2 e 4 do estudo.

⁶⁴ Os estudos de Perelman (2013-b) sobre a pobreza na Argentina pós-crise dos anos 1990 revelam a importância da mendicância para certos grupos sociais ganharem a vida em momentos de recessão e o estigma que cerca a atividade que, dentre outras práticas estigmatizantes como catação de lixo, é sempre a que envolve maior sentido de humilhação.

solteiras de baixa renda nos EUA (Edin, Lein; 1997) diz respeito à relevância e multiplicidade de laços econômicos construídos pelas mulheres com os diferentes homens de suas vidas. Tal pesquisa revela que as relações com homens representavam uma parte significativa nas finanças dessas famílias e que as mulheres estabeleciam nítidas distinções entre as variadas conexões com homens que são, ou tinham sido, seus parceiros sexuais e a partir disso desenvolviam diferentes mecanismos de deveres e direitos que implicavam colaboração financeira.

Até o fim dos anos 1990 e início dos anos 2000, Aurora sustentou a família articulando seus rendimentos como faxineira, eventuais bicos realizados pelas filhas e doações de comida realizadas por entidades beneficentes ou estabelecimentos comerciais. Foi apenas no início dos anos 2000, quando as filhas mais velhas terminaram o Ensino Médio e começaram a trabalhar de forma mais contínua que a situação familiar realmente se estabilizou. Até então elas estudavam e faziam bicos (costura e faxina), Aurora nunca deixou que elas interrompessem os estudos para se dedicar exclusivamente ao trabalho e nisso reside uma significativa diferença entre a segunda geração dessa família e das demais que estudamos. A parede da sala de Aurora é decorada com fotos da formatura das filhas. São símbolos de uma conquista coletiva. Mais escolarizadas que a média das meninas do bairro na época, elas conseguiam trabalho com alguma facilidade no comércio da região. A inserção, inicialmente instável, foi se consolidando ao longo dos anos 2000. Para garantir a dedicação das filhas ao mercado em tempo integral, a partir de 2008, Aurora diminuiu o número de faxinas semanais, aumentou o volume de costura (realizada em casa) e responsabilizou-se pelo cuidado dos netos recém nascidos, em troca de remuneração financeira de Jana e Leila.

Em 2010, ela abandona as costuras definitivamente, mas mantém algumas faxinas por semana. Começa uma inversão de papéis no interior do grupo, Aurora diminui gradualmente a intensidade da sua relação com o mercado, à medida que o oposto ocorre com as filhas. Ela já não era mais a única provedora. Era a primeira vez, desde que fugira do primeiro marido a 30 anos, que contava com o esteio confiável e contínuo de um suporte financeiro familiar e tinha uma margem mínima de escolha frente às opções do mercado, além de prescindir de caridade e de relacionamentos amorosos que valiam menos “*que um saco de feijão*”. Ademais, há uma percepção coletiva de que a inserção das filhas no mercado valia mais que a dela, de forma que esse arranjo familiar beneficiava o grupo como um todo. É a partir desse momento que Aurora narra a trajetória de melhora das condições de vida da família⁶⁵.

Em 2012 também começou a receber o Renda Mínima e, em 2013, o Bolsa Família. Os programas de transferência de renda entraram na vida dessa família em um momento de relativa prosperidade e

⁶⁵ Sobre a percepção de melhoria de vida entre famílias pobres, ver Récio(2010).

no bojo da estabilização da inserção da segunda geração no mercado de trabalho. Por isso mesmo, não são interpretados como recursos imprescindíveis e nem determinantes das condições de melhora de vida do grupo. Nesse período, as filhas mais novas também começavam a consolidar sua entrada no mercado de trabalho formal e a contribuir mais continuamente para as despesas. Assim, o início dos anos 2010 foi o ápice da melhora nas condições de vida da família, baseada na consolidação da relação das filhas com o mercado de trabalho, especialmente no mercado formal.

Mas, entre 2014 e 2015, início da crise que atingiu o emprego no país, as duas filhas mais novas ficaram desempregadas, nasceu o bisneto e um dos netos teve problemas graves de saúde. Quando o suporte das filhas se instabilizou, Aurora aumentou novamente o expediente como faxineira, atividade que associava à catação de lixo reciclável⁶⁶. Aurora é um exemplo, tal como outros encontrados na pesquisa, de uma senhora que, frente à crise que afetou a inserção produtiva de membros mais jovens de seu grupo familiar, retrocede no movimento em direção à retirada do mercado e aumenta seu expediente de trabalho. Enquanto a inserção mais qualificada dos jovens do grupo fica instabilizada na crise, os membros mais velhos retornam ao mercado (ou intensificam sua relação com ele) ofertando serviços manuais e informais.

No início da pesquisa, em janeiro de 2016, Aurora trabalhava como faxineira diarista e ajudante geral três dias por semana (dois em uma frutaria e outro em uma clínica), catava latinhas que vendia para uma cooperativa e cuidava dos netos/bisneto em troca de uma remuneração das filhas mais velhas. Não contava mais com as doações e caridade de outrora, mas, desde que passou a receber o Bolsa Família, em 2013, começou a freqüentar as atividades da organização social incorporada à etnografia. Nutria um sentimento de afeto e gratidão em relação a Tatiana, a assistente social que acompanhava sua família, a quem recorria sempre que tinha alguma dúvida ou que o pagamento do benefício falhava. A assistente social encaminhou a filha caçula e a neta de Aurora para um processo seletivo para vagas de operador de telemarketing, prática que estava inserida nas ações de inclusão produtiva da entidade. Mas, Aurora, a filha e a neta não sabiam dessas ações e, ainda que o trabalho não tenha se concretizado, compreenderam o gesto como uma gentileza de uma amiga da família. Aurora participava com alguma regularidade das atividades da entidade para “*não fazer desfeita com o convite de Tatiana*”. Dada sua dificuldade de integração nas redes de amizade do bairro, os laços com a assistente e com a entidade social eram muito preciosos para ela. Tatiana, por sua vez, também demonstrava especial carinho por Aurora. Cefai (2010, 2013), Cefai e Gardella (2011) e Fassin (2010) analisam a complexidade das interações entre Estado e indivíduos e a

⁶⁶Estudos mostram que após a crise financeira na Argentina dos anos 2000, o número de catadores de lixo apresentou expressivo crescimento numérico. Essa atividade figura como uma das alternativas mais estigmatizantes para ganhar a vida em situações de crise, razão pela qual, esses catadores tendiam a escondê-la de familiares e vizinhos (Perelman, 2011, 2013-a).

produção de uma série de afetividades construídas entre beneficiários e agentes da implementação das políticas sociais. Ainda que a vizinhança levantasse questionamentos morais sobre o grupo “das mulheres solteiras”, a Assistência Social via naquela família um verdadeiro exemplo por sua integração no trabalho mercantil e distância de atividades ilegais. O julgamento da assistente social se pautava principalmente na relação estabelecida com o mercado de trabalho e Tatiana identificava naquele caso os sinais de uma família honesta e trabalhadora.

A pesquisa etnográfica identificou a articulação de um conjunto de atividades e fontes de renda e bem estar de Aurora, que passam pelo mercado informal de trabalho, por mecanismos não mercantis de solidariedade familiar e política assistencial. Entre as fontes monetárias estavam: faxinas, catação de lixo, trabalho remunerado de cuidado dos netos e programa de transferência de renda. Dentre os recursos não monetários, destacam-se as doações de alimentos realizadas pelas filhas e pelos donos da frutaria onde faz limpeza; semanalmente Aurora leva para casa frutas e verduras que seriam descartados. Porém, ela atribuía seu sustento ao trabalho como faxineira e às contribuições financeiras das filhas mais novas, com quem dividia o domicílio e as contas. As demais atividades e fontes eram i) menosprezadas no discurso, tal como o PBF; ii) esquecidas, como o cuidado dos netos/bisneto que ela não interpretava como trabalho ainda que fosse remunerado; iii) ou mesmo intencionalmente invisibilizadas, como ocorria com a catação de lixo reciclável que ela tinha vergonha de assumir. Todavia, essas fontes interpretadas como marginais correspondiam a aproximadamente 40% dos recursos monetários da matriarca segundo seu próprio cálculo. Tal como se repetirá na grande maioria dos casos do estudo, podemos observar que dinheiros de diferentes fontes têm diferentes significados (Zelizer, 1989, 1994, 2011). No caso de Aurora, a remuneração do seu trabalho de limpeza no mercado é mais valorizado que aquele proveniente do seu trabalho doméstico e de cuidado no âmbito da família e que aquele vindo da política social. Porém, o dinheiro fruto do trabalho no mercado com a reciclagem de lixo é o mais desvalorizado e invisível de todos por sua natureza estigmatizante.

Durante o ano de 2016, Aurora enfrentou um problema de saúde que a colocou na inatividade por seis meses, dependendo totalmente do suporte financeiro das filhas, que tiveram que adaptar orçamentos e estratégias de sobrevivência para financiar e prover o cuidado da mãe. Aurora, com uma trajetória de 35 anos como faxineira em São Paulo, nunca teve uma carteira de trabalho e não tinha direito a solicitar nenhum tipo de auxílio trabalhista. Estudos mostram que a formalização do trabalho doméstico sempre foi muito baixa no país (Bilac, 2014; Sorj, 2014). No ano de 2015, em razão das mudanças jurídicas introduzidas pela chamada "PEC das Domésticas", a frutaria onde ela fazia faxina três vezes por semana propôs registrá-la, mas, acreditando que nunca chegaria a receber os benefícios dessa entrada tardia na formalidade, recusou a proposta que reduziria muito seus

rendimentos líquidos e diminuiu o número de faxinas naquele estabelecimento. Poderia ter se beneficiado da formalização na ocasião de sua doença. Ela nunca pensou em contribuir para o INSS porque *“aposentadoria era uma coisa fora do pensamento, não pensava sobre isso, não sabia como fazia, era uma coisa distante mesmo e, mesmo que eu soubesse, com que dinheiro eu ia pagar quando a luta era para não passar fome?”*.

Mas, diante da doença e da constatação de que, talvez não fosse possível trabalhar até a morte, Aurora foi estimulada pelas filhas a pensar em suportes governamentais como aposentadoria ou Benefício de Prestação Continuada (BPC)⁶⁷. Pela primeira vez, aquela senhora percebia que estava, e esteve durante toda sua vida, fora do sistema de proteção social. Tal percepção era construída, principalmente, através do olhar das filhas que alcançaram o mercado formal e, tendo expectativa de fazer parte desse sistema, acreditavam que a mãe tinha direito a algo de que ela própria não se sentia portadora. Para Aurora, a possibilidade de “desmercantilização” (Esping-Andersen, 1990), não estava no horizonte. Aqui podemos identificar com clareza o efeito do contexto institucional na construção da percepção sobre o sistema de proteção social e a possibilidade de contar (ou não) com ele para sobreviver. Isso foi na metade de 2016, no auge da crise que deixou todos os suportes governamentais por um fio, em especial as aposentadorias e os benefícios não contributivos. Aurora só poderia solicitar o BPC quando completasse 65 anos, porém as reformas em discussão entre 2016 e 2017 indicavam mudanças nesse tipo de política, provavelmente tornando tal benefício mais distante, ou mesmo impossível. Durante as turbulências da crise nacional, a família se viu envolta em reflexões sobre suas relações com o Estado e com o mercado. As filhas de Aurora mostravam indignação, a matriarca expressava certa resignação.

Durante a pesquisa, Aurora dividia o domicílio com suas duas filhas mais novas, Joana (21 anos) e Cilene (24 anos), ambas solteiras, sem filhos e responsáveis por contribuir com as despesas domiciliares, embora a mãe fizesse questão de que elas priorizassem os gastos com estudo. Jana (38 anos) e Leila (36 anos) são as duas filhas mais velhas da família, frutos do primeiro casamento de Aurora. Elas moram no mesmo terreno da mãe, mas em domicílios separados com suas respectivas famílias.

⁶⁷ O Benefício de Prestação Continuada (BPC) é uma política assistencial não contributiva, ou seja, desvinculada da contribuição trabalhista, voltada para pessoas com deficiência ou idosos acima dos 65 anos que comprovem incapacidade de sustento. Nas regras vigentes em 2017, o requerente precisa comprovar renda familiar per capita inferior a ¼ de salário mínimo e o valor do benefício é equivalente a um salário mínimo. Tal política foi introduzida pela Constituição de 1988 como um mecanismo para assegurar a renda de indivíduos incapacitados de manter uma relação com o mercado.

Jana (38 anos), 2ª geração e Ricardo (15 anos), 3ª geração

Jana, a filha mais velha de Aurora, se casou três vezes e é mãe de dois meninos, Ricardo (15 anos) e João (10 anos), que criava sozinha há cinco anos. Nascida em São Paulo, desde a adolescência ajudava a mãe com as faxinas e com as costuras. Quando terminou o Ensino Médio, em 1998, Jana chegou a trabalhar como diarista em uma clínica, por intermédio da mãe. Mas, nas suas palavras, como era *“bonitinha e esforçada”*, acabou assumindo o posto de recepcionista por quatro anos e deixando para trás o que ela chama de *“vida de limpeza”*. No caso de Jana, assim como de outras mulheres da pesquisa, atributos físicos de beleza são percebidos como ativos que possibilitaram escapar de um determinado destino, no caso dela, o de faxineira. A beleza interpretada como uma vantagem no mercado de trabalho, nos movimentos de mobilidade social ou apenas nas estratégias de sobrevivência foi um dos achados da pesquisa. No entanto, relacionada apenas às mulheres. A partir da análise de descrições de vagas de emprego, Lobo (1985) já chamou a atenção para o fato de que mulheres são (explícita e implicitamente) avaliadas a partir de atributos relacionados a padrões de beleza e feminilidade: *“Na verdade, os anúncios vêm reforçar uma tese polêmica: a de que o sexo determina a qualificação de um trabalho. Assim, a avaliação de uma mulher passa por critérios que julgam suas qualidades como mulher. Por isso, antes de se medir a eficiência de uma secretária mede-se a sua pessoa, como se fosse um enfeite”*(Lobo, 1985).

Jana acredita que além de tais atributos de beleza, ter engravidado só após os 23 anos - bem mais velha que sua irmã Leila e as demais vizinhas de sua idade - contribuiu para consolidar esse percurso.

Posteriormente, durante a década de 2000, ela trabalhou quase 10 anos como vendedora em lojas de roupa da região, por indicações de amigos e conhecidos. Até que começou, por insistência da mãe, um curso profissionalizante de curta duração para o ofício de assistente administrativo. Em 2012, através da intermediação da rede particular de ensino profissionalizante onde estudou, conseguiu seu primeiro trabalho de assistente administrativo, com registro em carteira. A tão almejada *“vida de firma”*, que ela e sua família consideram uma conquista: *“de faxineira a secretária, com registro, com vale refeição, com vale transporte, com tudo”*, tal como disse sua mãe em um relato orgulhoso. Ela entrou com um contrato temporário, que foi substituído por um de tempo indeterminado, mas continua sendo um trabalho terceirizado de prestação de serviços administrativos.

Jana articulava o seu trabalho *“na firma”* com a venda de cosméticos por catálogo e com o que ela considerava realmente seu segundo expediente: o projeto de fazer do filho mais velho um jogador de futebol profissional. Ricardo foi o primeiro homem nascido nessa família de mulheres e a mãe depositava nele toda a expectativa de sucesso que pode alcançar um menino vindo da periferia: a

glória no mundo do futebol. Desde os 11 anos ele joga em times de várzea da região, contou com bolsas de suporte a atletas e ajuda de custo para participantes de projetos sociais de cunho esportivo. Também chegou a disputar as famosas “peneiras” para entrar nas categorias de base de clubes maiores. A mãe investia tempo e dinheiro no projeto, que era desacreditado pelo resto da família, inclusive se endividando para financiar escolinha particular de futebol, uniforme, viagens e os intermediadores que “facilitam” o acesso de alguns jogadores em detrimento de outros⁶⁸.

Ricardo, por sua vez, começava a desanimar do plano no início de 2017 e cogitar outros rumos, tal como um curso de eletrônica para consertar celulares. O time em que ele jogava foi afetado com a crise econômica em 2016, suspendeu a ajuda de custo dos jogadores e encerrou algumas atividades. Ainda, foram interrompidos os projetos sociais de apoio ao esporte no bairro. Como Jana controlava seu dinheiro e atividades de lazer para não afetar a dedicação ao esporte, o rapaz começou a fazer bicos de entregador de pizza com bicicleta para ter alguma autonomia financeira em relação à mãe. Surgiam os primeiros conflitos entre mãe e filho.

Além do trabalho como assistente administrativo e das vendas de cosméticos por encarte, Jana recebia Bolsa Família desde 2013. Não frequentava as reuniões da entidade social por incompatibilidade de horário com seu trabalho e não considerava o benefício imprescindível, mas um complemento bem-vindo.

Ela demonstrava orgulho de seu trabalho na “firma”, especialmente por sua dimensão simbólica de superioridade em relação às atividades manuais desempenhadas no início de sua vida produtiva e pela aquisição de benefícios como vale transporte, vale alimentação, 13º salário. Porém, reclamava do retorno financeiro do trabalho que correspondia a pouco mais de um salário mínimo e era inferior ao de outras mulheres de sua geração que continuavam desempenhando trabalhos manuais. Sua irmã faxineira diarista ganhava mais que ela e, do ponto de vista estritamente material, o “mundo da firma” a que ela tinha acesso não era muito mais vantajoso do que a “vida de limpeza”. Porém, tal como gostaríamos de enfatizar, as estratégias de engajamento no trabalho e construção de arranjos de sobrevivência não são construídas apenas com base no critério de maximização de ganhos. As múltiplas atividades desempenhadas pelos indivíduos trazem diferentes retornos materiais e distintos retornos simbólicos que são constantemente manipulados na vida cotidiana. O seu trabalho na firma lhe conferia certa estabilidade e, principalmente, um status diferenciado no seu meio social e isso era importante para ela. Por outro lado, depositava grande expectativa nos retornos financeiros da profissionalização futebolística do filho e valorizava suas atividades relacionadas a esse projeto, pois vislumbrava nele a possibilidade de mudar de vida efetivamente.

⁶⁸ Spaggiari (2015) analisa o espaço social do futebol de várzea da Zona Leste de São Paulo com ênfase na busca de profissionalização e na análise do futebol como um projeto familiar entre os grupos de moradores da periferia.

Consciente de que as qualificações e atributos físicos que a tinham tirado da vida de limpeza tinham limites, ela apostava na mobilidade intergeracional e descrevia suas atividades de “empresária” do filho com detalhes e empolgação. Era a estas atividades que ela atribuía a descrição de segunda jornada de trabalho e não a todo expediente de trabalho doméstico que ela também realizava.

Jana fazia um grande esforço de se distanciar do “mundo da limpeza”, do universo das atividades domésticas e do estereotipo de dona-de-casa de tal forma que invisibilizava totalmente tais afazeres. Quando tinha uma margem no orçamento doméstico, pagava para sua mãe ou vizinhas cozinharem para ela. Sobre sua relação com as atividades domésticas ela diz: *“Eu não queria voltar pra faxina. Só em último caso mesmo. Se precisar, eu faço. Sozinha com esses dois moleques, se precisar.... Mas eu mesma não gosto dessa vida de limpar, cozinhar. Odeio”*. Suas irmãs dizem que ela abusa da boa vontade de Aurora que, muitas vezes, trabalha para a filha de graça. Ela diz que é calúnia das irmãs, pois retribui a ajuda da mãe com presentes, passeios e outras formas de agrado que não deixam de ser uma contrapartida e que, ademais, “alegram” a vida mãe. Como veremos ao longo de todo estudo, as relações econômicas e de afeto se articulam de distintas formas e sustentam trocas que estruturam os diferentes arranjos de sobrevivência. Nas atividades de cuidado (remuneradas ou não) que sustentam as economias domésticas isso é particularmente importante, conquanto já bastante evidenciado pela literatura (Brites, 2007; Guimarães, 2016; Hirata, 2002, 2016; Hoschild, 2003, 2004; Soares, 2014; Weber, 2005, 2015; Zelizer, 2005, 2006, 2008, 2009, 2010).

Leila (36 anos), 2ª geração e Stéphanie (20 anos), 3ª geração

Leila (36 anos), a segunda filha de Aurora, teve dois casamentos que geraram um filho cada, Stéphanie (20 anos) e Gabriel (10 anos). Ambos moravam com ela, assim como Bruno, o neto de 4 anos. Leila encarna de forma exemplar a figura de “mulher batalhadora”, expressão que foi usada para descrevê-la por informantes de dentro e fora do grupo familiar. E ela, a única filha diarista de Aurora, sintetiza seu cotidiano com a sentença: *“No mínimo uma batalha por dia”*.

Na sua adolescência, Leila fez bicos na área de limpeza acompanhando a mãe, assim como a irmã mais velha. Mas, diferentemente de Jana, engravidou e casou aos 16 anos. Não parou de estudar, pois tinha planos de fazer um curso de Enfermagem e realizava bicos como vendedora no comércio da região por indicações da irmã mais velha e de amigos; enquanto isso, a mãe e a sogra davam suporte com o cuidado do bebê. Mas, aos 19 anos, o marido de Leila foi assassinado na porta de sua casa. Ele tinha participado de um assalto e entrou em conflito com seus companheiros. Ela resiste a falar desse evento que gerou sofrimento e que, de alguma forma, relaciona sua vida ao mundo crime, de onde tenta se distanciar.

A partir desse momento, que coincide com o início dos anos 2000, Leila fez do trabalho ocasional como faxineira o seu ofício permanente e o sustento de sua filha, principalmente pela maior facilidade de conciliar a atividade com o cuidado do bebê. Leila acredita que a gravidez precoce e a viuvez trágica limitaram suas possibilidades profissionais. Mas, diferentemente de sua mãe, Leila viveu a experiência de ser mãe solteira apoiada em uma rede familiar e de amigos e colegas no bairro que lhe ofereciam suporte emocional e material e lhe indicavam trabalhos. É nesse momento que se fortalecem os vínculos com outras informantes da pesquisa como Miriam (Família 2), Tita (Família 3) e Alessandra, amigas desde a infância que, enfrentando momentos críticos em suas vidas, teceram uma rede de apoio vigente até o presente. Essa rede articula famílias que possuem diferentes tipos de engajamento produtivo, mas que se complementam nas toadas do dia-a-dia. A escola, onde as amigas se conheceram, revelou-se um dos principais espaços de construção de vínculos de amizade para a segunda geração das famílias estudadas, laços que, por proximidade de moradia, se sobrepõem aos de vizinhança.

Em 2006, Leila casou-se pela segunda vez e teve o segundo filho. O marido tinha problemas com drogas e dívidas com o tráfico. Assim, para quitar os débitos do companheiro, começou a articular as faxinas com a produção de salgados e bolos de festa por encomenda e com a venda de cosméticos por encarte. Em 2009 ela se separou e o ex-marido, além de não pagar pensão, até hoje recorre à Leila quando tem dívidas: *“eu tenho dois filhos, um neto e um ex-marido para cuidar”*. Nesse período, por indicação da mãe de uma amiga que trabalhava há vinte anos como faxineira de uma família de médicos e professores universitários, Leila assumiu seus dias de trabalho na ocasião de sua mudança de cidade. De tal forma, ela entrou em um circuito de confiança de famílias de elite e acessou indicações de trabalho valiosas, onde suas faxinas eram mais bem remuneradas que as de sua mãe. Inserida nesse meio, tornou-se uma diarista disputada e com boas recomendações. Destacamos a importância do acesso a redes pessoais de indicações de trabalho, especialmente decisivas nos trabalhos manuais do mercado não formal (Machado da Silva, 1971). É a força dessa rede que permite que Leila tenha uma relação tão intensa e estável com o mercado de trabalho apesar de toda instabilidade típica da ocupação de faxineira diarista. O clássico trabalho de Machado da Silva (1971) sobre mercados metropolitanos de trabalho manual destacou a importância das redes de contato para a manutenção e estabilidade da relação com o mercado informal de trabalho. O autor argumenta que esse componente de “personificação” das relações de trabalho é a base na qual se estrutura o mercado não formal de trabalho manual, sendo especialmente importante para as atividades que exigem pouca qualificação e profissionalização. A estruturação desses mercados nas relações pessoais se dá tanto nos mecanismos que articulam clientes e ofertantes de serviços quanto entre amigos profissionais que geram indicações de

clientes e trabalhos. Esse elemento é determinante das trajetórias das primeiras gerações das famílias estudadas e fundamental para compreender o forte engajamento de Leila no mercado como faxineira diarista.

Em 2016, Leila fazia cerca de trinta faxinas por mês - com lista de espera de interessados em seus serviços-, vendia cosméticos por encarte, fazia salgadinhos e bolos de festa por encomenda e coletava latinhas para ajudar a mãe. Articulava distintas atividades desenvolvidas na economia informal, mas atribuía ao trabalho de diarista o sustento de sua família. Ironicamente, apesar de ser a única do grupo que seguiu na ocupação da mãe e não realizou a ascensão profissional em direção ao mercado formal e à “vida de firma” das irmãs, Leila era quem possuía o maior rendimento líquido naquela família (aprox. 3 salários mínimos). Disse sua mãe: “*Até que para quem é pobre Leila ganha bem*”.

Uma frase ouvida várias vezes em campo: “*Leila trabalha sem folga*”. O engajamento dela no mercado era tão intenso que era preciso delegar o cuidado de sua casa e família. Além de remunerar a mãe pelo cuidado de seu filho e neto, com frequência a faxineira Leila tinha a necessidade de pagar pela limpeza da sua própria casa. Observamos aqui, mesmo em contextos de pobreza, a reprodução do modelo de delegação do cuidado como solução para a articulação trabalho- família (Hirata, Kergoat, 2007; Bilac, 2014, Sorj, 2007, 2013, 2014). Intensamente utilizado por mulheres de classe média e alta, passa a ser adotado por mulheres pobres que alcançam uma inserção ocupacional minimamente vantajosa do ponto de vista material, reproduzindo o ciclo de desigualdades de gênero e classe. Assim, uma empregada doméstica de famílias de classe alta e média -como Leila- contrata uma empregada doméstica de classe baixa pagando menos pelo serviço de cuidado e reproduzindo o ciclo de desigualdades sociais de gênero e classe estimuladas pela dificuldade de articular família e trabalho mercantil. Nos casos encontrados no estudo, a delegação do cuidado pode ou não envolver remuneração, mas é sempre construída de forma enraizada nas relações de parentesco e amizade previamente construídas. Ou seja, não são relações de caráter predominantemente mercantil. Destacamos a importância dos círculos de parentesco, vizinhança e amizade para o engajamento das mulheres pobres no trabalho. Bilac (2014) chama atenção para a falta de estudos no Brasil sobre a importância dos parentes e da rede de vizinhança na troca de serviços e na prestação de cuidados. Dessa forma, em períodos de trabalho sem folga, Leila pagava para a mãe limpar sua residência, ou, mais frequentemente, pedia para a amiga Miriam (Família 2) realizar tais serviços domésticos como contrapartida das recorrentes ajudas e doações ofertada por Leila há anos. Miriam retribuía com seus serviços domésticos o suporte material que a amiga prestava através de doações em espécie (comida, roupas e itens de necessidade básica), além de eventuais presentes ou ofertas como o custeio das festas de aniversário de suas filhas. Leila também

fazia doações quase semanais de comida para a mãe de Miriam (Silvia) que considerava sua “segunda mãe” e com quem estabeleceu uma relação de compadrio ao se oferecer para ser madrinha da neta que Silvia criava. Tal como veremos na história da Família 2, tais ajudas são imprescindíveis à manutenção daquele grupo. Por outro lado, Miriam é a retaguarda de Leila, praticamente sua assistente pessoal, responsável por resolver qualquer questão ou problema para que a amiga não falte no trabalho, pois, como diarista, se faltar, não recebe⁶⁹.

Leila e Miriam (Família 2) possuíam um forte vínculo de amizade que suportava uma intensa troca de ajudas fundamental às estratégias de sobrevivência de ambas, Leila e seu engajamento no trabalho mercantil e Miriam e sua ampla gama de atividades não mercantis e ilegais. Entre as Famílias 1 e 2 do estudo há um laço de solidariedade que extrapola o sangue, é o “parentesco prático e cotidiano” de que trata Weber (2005, 2006, 2010, 2015) ou a família como rede de obrigações morais nos termos de Sarti (1994-a, 2003, 2004). Tal vínculo se dá mesmo que a Família 1 tente construir uma imagem pública de trabalho, retidão e independência que se opõe diametralmente à representação pública da Família 2, como veremos adiante. A “família trabalhadora” e a “família problemática” são quase complementares na toada das demandas do dia-a-dia.

Apesar de, tal como a mãe, nunca ter tido um registro em carteira, Leila contribuía como autônoma para a Previdência Social desde os 24 anos, quando percebeu que a “vida de limpeza” seria mesmo o seu destino. Leila faz parte de um pequeno contingente de trabalhadoras domésticas que investe na formalização por depositar confiança na aposentadoria pública. Ela era beneficiária do Bolsa Família desde 2014, mas, por falta de tempo, não freqüentava as atividades da entidade que implementava os serviços sócio-assistenciais no bairro; recebia informações e mandava recados aos técnicos através da filha, da mãe ou de Miriam. Julgava o benefício pouco importante para o seu orçamento doméstico e defendia que ele tinha que ser associado ao trabalho. Acreditava que esse tipo de política estimularia a “preguiça” de algumas mulheres do bairro, o que ela, exemplo de trabalho e esforço, reprovava com todas as forças.

O sustento de sua família dependia do seu engajamento compulsório no mercado, pois, como diarista sem vínculo, *“não podia se dar ao luxo nem de ficar doente”*. A percepção dessa vulnerabilidade e dependência em relação ao mercado tornava as redes de solidariedade familiar e de amizade muito importantes. Tendo consciência dessa necessidade, nutria tais redes da melhor maneira possível e investia parte de seu tempo e dinheiro em retribuições materiais e afetivas. O

⁶⁹ Miriam cuida do filho e neto de Leila quando Dona Aurora está indisponível, cuida de Aurora quando ela está doente, busca Bruno na creche quando o transporte falha, resolve burocracias no CRAS, na entidade sócio-assistencial, no cartório, até faz as compras de mercado e feira para a Leila quando ela está sobrecarregada.

caso de Leila, assim como de outros informantes do estudo, é um bom exemplo das articulações complexas e cotidianas entre intimidade e transações econômicas (Zelizer, 2005, 2006, 2009) que não deixam de comportar afetividades e ao mesmo tempo exigem um trabalho relacional (Zelizer, 2005, 2011-a).

O grande problema da vida de Leila era a filha Stéphanie (20 anos). No centro de seus conflitos estava o (não) trabalho da jovem em quem Leila depositou toda a expectativa de concretizar a ascensão profissional que ela não conseguiu realizar. Segundo suas palavras, não demandou contribuição financeira da filha durante a adolescência, poupando-a do trabalho, financiou escola particular durante os primeiros anos do Ensino Médio, inglês e informática até que Stéphanie engravidou aos 16 anos e abandonou tudo. Assim como Leila, a jovem engravidou na adolescência e a repetição pela filha do que a mãe considerava o limitador de seu próprio destino, gerou frustração e conflitos. Leila assumiu a responsabilidade pelo neto e iniciou uma cruzada para que a filha terminasse a escola e arrumasse trabalho: começou a guerra na Casa das Seis Mulheres que envolveu violência física entre mãe e filha e a interferência de todos os membros da família. Leila não aceitava a suposta falta de gosto da filha pelo trabalho, seus sucessivos (e, às vezes, concomitantes) relacionamentos amorosos e a suspeita de que a menina estivesse envolvida com prostituição. Ou seja, Leila não podia aceitar que a filha fosse a “mulher de vida fácil” que a vizinhança achava que ela, suas irmãs e sua mãe eram. O embate aparentemente cessou no início de 2017, quando a mãe deu um ultimato para que a filha saísse de casa. Na perspectiva de Leila, Stephanie era preguiçosa, irresponsável e tinha “puxado o sangue ruim do pai”, por isso tinha mais apreço pelo “mundo das coisas erradas”⁷⁰ do que pelo “mundo do trabalho”: devia sair de casa e seguir o caminho dela. Com essa formulação do problema, a mãe queria recolocar a distinção que sustentava a identidade de sua família de mulheres pobres, mas trabalhadoras e corretas. Se a filha não se adequava ao grupo era por culpa do sangue do pai - não da mãe- e sua presença na casa das mulheres trabalhadoras e honradas não era mais bem vinda:

Eu fiz tudo que eu podia por ela e deixei de olhar para mim. Eu sou jovem, podia ter voltado a estudar depois que o Gabriel nasceu, eu queria fazer um técnico de enfermagem ou esteticista ou massagista. Mas todo dinheiro que sobrava era para Stephanie, eu paguei escola particular para ela. E agora ela tá aí encostada, com uma criança que não tem pai e não tem culpa de nada. Não gosta de trabalhar, nem uma faxina gosta de fazer, diz que não nasceu para isso. Se ela fizesse umas faxinas enquanto procura, mas não... E eu continuo sustentando ela e o filho dela com as faxinas que eu faço. Ela não nasceu para fazer faxina, é uma princesa, mas eu nasci para fazer faxina. O dinheiro que entra em casa é de faxina e sempre foi. Minha mãe criou a gente com trabalho de faxina. (...) Mas não é certo eu ter investido tudo

⁷⁰ Conforme adiantamos no Capítulo 4, a noção nativa de “coisas erradas” mostrou-se muito recorrente e de sentido variável. Pode ser usada para tratar de atividades ilegais e criminosas ou daquelas consideradas imorais como prostituição ou outras relacionadas ao mercado do sexo. Mas, tal como nesse caso, na maioria das vezes é mobilizada para estabelecer uma referencia de comparação com o “mundo do trabalho”.

nessa menina que não quer nada da vida, que mente que procura trabalho, tudo mentira. Ela mente que ta procurando, pede dinheiro para sair pra procurar. Eu dou, ela vai pra casa dos amigos, passa a noite fora, nem sei por onde anda, nem me avisa, e eu aqui cuidando do filho dela. Mentir que vai procurar trabalho! Isso que me mata... Puxou o sangue do pai dela mesmo, mente, se enfia em problema. Eu sei que ela ta envolvida com alguma coisa, né, não sei o que, mas boa coisa não é. Mas ela mente tão bem, que eu não sei. Eu desconfio assim. Mas, não sei, as vezes acho que é melhor até nem saber. (Leila, janeiro de 2016)

Stéphanie estudava e ajudava no cuidado do irmão mais novo até que engravidou aos 16 anos. Ela havia namorado dos 13 aos 16 anos com um rapaz mais velho e “trabalhador” que a família aprovava até que, após uma breve separação, teve um rápido relacionamento com um menino da vizinhança, “filho de bandido”, e engravidou. Tentou abortar e retomar o relacionamento anterior, as duas missões foram frustradas. Buscou um esquema para vender ou doar o bebê para adoção⁷¹. A mãe impediu o aborto e a adoção e se responsabilizou pela criança. A jovem ficou mal falada no bairro e a paternidade do bebê foi questionada. Leila convenceu a filha a abrir mão do registro do pai e de qualquer relação com ele. Stéphanie era a quarta geração de mães solteiras da família.

Em 2013, após o parto de Bruno e a gravidez cheia de complicações, a jovem teve depressão. Terminou os estudos com ajuda de amigos, mas não conseguia arrumar trabalho e tinha muita dificuldade em assumir a maternidade e os cuidados do filho. A relação com a mãe foi se tornando cada vez mais tensa e se acalmou apenas quando ela conseguiu uma vaga de aprendiz na mesma camisaria onde tinha trabalhado sua tia Joana e por intermédio dela. A mãe, a avó, as tias e as vizinhas se revezavam no cuidado de Bruno que, quando necessário, era remunerado por Leila. Em 2014, ao enfrentar o desemprego com o fim do contrato de aprendizagem, Leila começou a lhe arrumar faxinas. Stéphanie não comparecia aos compromissos, sentia que a mãe estava querendo lhe punir pela gravidez. Trabalhar como faxineira era o castigo. As tensões aumentaram. Stéphanie pegou dinheiro emprestado com financiadoras e usou, sem permissão, o cartão de crédito da mãe e da avó, acumulando uma dívida que não conseguiu quitar e a mãe demorou dois anos para pagar. Leila lhe colocou contra a parede: ou arrumava um trabalho e contribuía com as despesas da casa ou ia embora e perdia a guarda do filho.

Em 2015, Stephanie arrumou emprego como operadora de telemarketing, onde ficou por oito meses até ser despedida por justa causa. Faltou no emprego sete dias consecutivos quando aceitou proposta do namorado para fugir para o interior, onde a família dele tinha um sítio. Voltou uma

⁷¹ Na etnografia coletamos relatos tanto da atuação de supostos esquemas de tráfico de bebês quanto de arranjos que facilitavam a entrega de bebês para adoção direta sem intermediação de instituições jurídicas para famílias provenientes de classes média e alta. Segundo os relatos de campo e como veremos na análise da família 2, esses esquemas eram mais atuantes no bairro no passado, mas tal possibilidade ainda pode ser acionada, embora com maior dificuldade, como narra Stephanie.

semana depois para buscar o filho. Leila lhe deu uma surra e ameaçou pedir a guarda do neto. A jovem desistiu da fuga e, desempregada, endividada e sem perspectivas, no fim de 2015 começou a participar de “chats pornô”- interações eróticas *online* remuneradas -, atividade que poderia exercer em casa e durante o horário de trabalho da mãe, ou seja, sem o conhecimento dela. Os *chats* pornô integram o que se pode chamar de “mercados de sexo” (Piscitelli, Assis, Olivar, 2011) onde, além de prostituição *strictu sensu*, se desenvolve uma pluralidade de atividades e serviços que não necessariamente envolvem a prática mercantil de sexo e que se diversificou com as tecnologias da internet. Stephanie teve acesso a esse mercado através de uma amiga de infância que mudou do bairro na adolescência para viver com uma “madrinha rica” que lhe financiou cursos de fotografia e design. Tal amiga emprestou os trajes e orientou suas performances. Ela conseguiu manter a atividade em segredo por cerca de um ano. Mas, diante das suspeitas da mãe, Stephanie foi pressionada mais uma vez: arrumava “trabalho decente” ou perdia a guarda do filho.

Em 2016, através de uma agencia de emprego no Centro da cidade, a jovem arrumou trabalho como atendente no McDonalds. Estava infeliz e esperava que fosse uma experiência transitória. Desde a experiência nos chats pornô, ela começou a se interessar por fotografia e, eventualmente, fazia uns bicos como modelo fotográfico em ensaios eróticos. Pela primeira vez, a jovem começou a fazer planos de longo prazo: seu sonho era adquirir uma maquina fotográfica e realizar um curso profissionalizante de fotografia, tal como aconteceu com a amiga que lhe indicava os bicos de modelo. Chegou a procurar esse tipo de qualificação profissional, não encontrou nenhuma oportunidade com financiamento governamental e não conseguia pagar a modalidade particular.

No inicio de 2017, ela conciliava o McDonalds com os eventuais trabalhos de modelo e planejava casar com o atual namorado, pressionada pelo ultimato da mãe de sair de casa. Estava animada com o casamento e eles procuravam uma casa para alugar, mas infeliz com o trabalho. Porém, a mãe só lhe permitiria manter a guarda de Bruno se ela tivesse um “trabalho decente”: mercantil, legal e moralizador. O suporte financeiro da mãe tinha os dias contados e a futura dependência em relação ao mercado se fazia perceptível pela jovem. O namorado trabalhava como vendedor autônomo e tinha rendimentos muito variáveis. Assim, o sonho da fotografia ficou distante. Frente às novas responsabilidades que assumiria em breve e ao cenário de crise econômica, ela estava convencida de que não tinha muitas opções, por ora só lhe restava o McDonalds. Lá, onde ela que, tanto relutou em fazer faxina, preparava e vendia sanduíche, mas também limpava o banheiro. “*Não dizem que praga de mãe pega? Pega mesmo. A da minha mãe pegou*”, disse ela concluindo o raciocínio de que, ao final, seu destino não era tão diferente do da mãe. Ela sabia que tinha frustrado as expectativas da família e as dela própria.

Stéphanie, jovem da terceira geração do grupo, abalava o discurso “oficial” que estrutura a narrativa

familiar (Sarti, 2004) e bagunçava as representações de trabalho construídas pela família. Tanto por sua recusa em desenvolver determinadas atividades, como faxina e o papel “natural” de mãe, quanto por seu envolvimento em atividades consideradas imorais. Ironicamente, foi a partir de suas incursões nesse mercado erótico que a jovem desenvolveu interesses artísticos e profissionais que lhe permitiram imaginar um trabalho desenvolvido com prazer e paixão, não apenas para pagar as contas. Mas, tal como o restante da família esperava, era a urgência das contas que acabara por definir as estratégias produtivas e de sobrevivência da jovem. O trabalho com prazer ficou num horizonte distante.

Cilene (24 anos), 2ª geração

Cilene, quando adolescente, trabalhou com a mãe como faxineira diarista e babá na vizinhança. Ao concluir o Ensino Médio conseguiu emprego como caixa de supermercado, onde ficou por dois anos.

Durante a pesquisa, Cilene trabalhava (há três anos) como auxiliar administrativo em um órgão público através de um contrato terceirizado; conseguiu por indicação da irmã Jana. Ocasionalmente ela também vendia os produtos alimentícios elaborados pela irmã caçula no seu local de trabalho e era a responsável pelas compras de matéria prima do pequeno negócio de Joana, de quem era uma espécie de parceira ou sócia informal. Há mais ou menos um ano, Cilene investia parte de seu salário e tempo com um curso particular de inglês. Aos finais de semana, ela dava aulas de reforço de inglês e português para as crianças do bairro em sua casa em troca de uma remuneração e/ou bens e serviços. Seus alunos mais freqüentes eram os filhos de sua cabeleireira, que pagava as aulas da jovem com serviços no seu próprio salão. Para cada aluno, uma combinação de pagamento diferente e particular que, não necessariamente envolvia dinheiro. Aqui sublinhamos a pluralidade de formas de pagamento e retribuição pelo trabalho e a importância das formas não monetárias; esse revelou-se um elemento importante na construção dos significados de trabalho. Cilene se empenhava em dar visibilidade para essa atividade paralela à sua ocupação formal mesmo que, em termos de retorno financeiro, ela fosse muito pouco significativa. Por outro lado, era uma atividade desempenhada por prazer e que lhe rendia uma boa reputação na rede de relações de vizinhança e amizade.

Cilene demonstrava bastante interesse por política, acompanhava de perto os desdobramentos da crise em curso e foi a responsável por introduzir no grupo familiar o tema da busca de suportes governamentais para a mãe. Ademais, ela era a mais preocupada com o impacto das reformas em curso no seu próprio futuro e na sua possibilidade de contar com uma aposentadoria.

Diferentemente das irmãs mais velhas e até mesmo da mãe, tinha uma posição diferente sobre as políticas sociais, especialmente as de transferência de renda, formulada com base nas noções de justiça e injustiça:

Cilene: Eu nunca recebi nenhuma bolsa do governo, nada desse tipo, mas acho importante. (pausa) Quer dizer, minha mãe recebe, né, que é uma bolsa para a toda família, que é ‘bolsa família’ que chama. Então indiretamente acho que recebo também. (risos) Mas quem recebe mesmo é ela e ela que cuida do dinheiro, mas sei que ela gasta como for melhor para casa. Então, acho que eu acabo sendo beneficiada também. Mas acho justo que minha mãe receba esse programa, apesar de ser muito pouco o valor. Acho que tinha que ser um valor que possibilitasse, pelo menos, a alimentação da pessoa.

Pesquisadora: Por que você acha justo?

Cilene: Bom, porque ela sempre trabalhou a vida inteira e agora que ela tá doente ela não tem uma renda, né, um programa que ajude ela a se manter. Então isso é uma forma de injustiça. Porque tem quem não trabalha e ganha muito. É certo isso? E se ela não tivesse a gente pra cuidar dela? Então, se o Bolsa família permitisse que a pessoa pudesse viver, comprar pelo menos a comida e as coisas básicas sem precisar se submeter a situações difíceis, aí sim seria mais justo. Acho que isso é o mínimo que o governo pode fazer. Porque é muita injustiça uma pessoa trabalhar a vida inteira e não ter as mesmas condições que as outras. Eu vejo por esse lado e acho que a minha mãe, por exemplo, é um exemplo da injustiça nesse país. Como tantos outros, você deve ver aqui, gente em situação até pior que a gente, mais injustiça ainda. Nesse ponto, eu acho que esse tipo de bolsa é muito bom, porque é o mínimo né. E agora querem cortar justo esses programas, os programas dos pobres. Por quê? Isso eu não entendo. (Cilene, setembro de 2016)

Joana (21 anos), 2ª geração

Joana, a caçula da família, foi a única das filhas de Aurora que não trabalhou na infância e não fez bicos como faxineira na adolescência. Sendo bem mais nova que as duas irmãs mais velhas, cresceu no período em que a família melhorava de vida. Começou a trabalhar em 2012, após o término do Ensino Médio: um ano como atendente em uma papelaria e um ano como auxiliar de produção em uma camisaria através de um programa de aprendizagem, ambos formalizados.

No início de 2016, buscava trabalho há cerca de um ano e paralelamente à procura estudava para o vestibular, fazia “doces saudáveis” e “lanches fitness” para vender na academia do bairro e ajudava sua mãe no cuidado das crianças da família. O sonho dela, que constituía também um projeto familiar, era o ingresso no Ensino Superior para cursar Nutrição. Ela acreditava que poderia concretizar tal desejo se contasse com suportes governamentais como Prouni, FIES e políticas afirmativas, pois conhecia jovens de seu meio social que tinham contado com esse tipo de recurso. Joana estudava com um grupo de amigos, mas tinha sido bolsista de um cursinho comunitário em 2015. O plano foi fortemente abalado pela doença da mãe em 2016 e pela crise que afetou as políticas sociais entre 2015 e 2016. Com o fim da bolsa e a queda do rendimento domiciliar provocado pelo afastamento de sua mãe do trabalho, Joana reavaliou o investimento em um objetivo tão incerto quanto a virtual entrada na universidade e a viabilidade de seu custeio.

No fim de 2016, ela desistiu do vestibular e voltou para a confecção onde tinha trabalhado anteriormente para exercer a função de ajudante de produção, atividade que conciliava com o seu pequeno negócio de “alimentos fitness” e com o cuidado da mãe doente e dos sobrinhos. Diante do clima de incerteza e instabilidade institucional em que as políticas de acesso ao Ensino Superior eram revistas e reduzidas, a jovem recuou em um plano que começou a lhe parecer pretensioso. Usou a expressão “dar um passo maior que a perna” como metáfora para explicar que a Universidade tinha se tornado um lugar mais distante. Arrependia-se de não ter tentado o vestibular logo depois que concluiu o Ensino Médio, três anos antes de instalada a crise, quando teria aproveitado o contexto de expansão de oportunidades de acesso ao Ensino Superior.

A gente ouve essas histórias de não sei quantas pessoas saíram da pobreza e fizeram Medicina, não sei quantas pessoas filhas de empregada doméstica entraram na universidade. Não que seja impossível, é até possível, eu mesma conheço, mas é difícil, né? Precisa de muito incentivo, de muita ajuda, e é a minoria das pessoas que podem contar. Eu até tenho alguma ajuda, minha mãe se sacrifica, mas era um passo maior que a perna. No meu caso, pelo menos... Acho que esses programas que criaram eram bons, mas era só o começo, tinha que expandir, tem muita gente querendo estudar, e não cortar como eles estão cortando. E as pessoas que já estão cursando e tem as bolsas cortadas, o financiamento cortado no meio. Vai desistir? É complicado isso. Eu me desanimei muito com isso. Mas agora é complicado, né, fazer esses planos. Acho que o governo não pode assim interromper as coisas do nada, a vida das pessoas, os planos. Não adianta fazer um programa que vai durar pouco tempo e depois corta tudo. (Joana, outubro 2016)

Apesar do trabalho formal na confecção constituir sua principal fonte de renda e contribuição familiar, atribuía importância e visibilidade à sua “atividade paralela” de produção de alimentos saudáveis, que se aproximava da Nutrição, formação que ela almejava e desistira temporariamente. A jovem investia parte significativa de seu tempo acompanhando blogs, canais do Youtube e fóruns de discussão no Facebook dedicados a esse tema e gostaria de, no futuro, abrir um negócio próprio no setor de alimentos. Ela estava se utilizando de grupos de Whatsapp e Facebook como canal para divulgar seus produtos e receber encomendas sem a intermediação da academia do bairro. Com isso o negócio estava expandindo. O uso das redes sociais como mecanismo para acessar diretamente clientes fora do círculo pessoal de amizade e vizinhança mais restrito foi narrado por informantes engajados em diferentes tipos de negócios e serviços. As atividades de cuidado da mãe e dos sobrinhos desempenhadas pela jovem eram pouco reconhecidas por ela e pela família e não eram monetariamente retribuídas. De toda forma, como as irmãs mais velhas contribuía com as despesas da mãe enquanto ela estudava pro vestibular, sentia-se em débito e retribuída cuidando das crianças quando Aurora estava indisponível. Aqui percebemos mais um indício da dinâmica de obrigações e deveres que sustenta a coesão do grupo familiar, assim como sua relação com o mercado e com as instituições de Ensino.

5.2. Entre a independência dos homens e a dependência do mercado: mulheres em busca do trabalho mercantil, legal e moralizador.

No passado, em momentos de dificuldade material nos anos 1980-1990 essa família chegou a viver de fontes não mercantis de sobrevivência, como auxílio de entidades beneficentes e doações de comida. Mas, as possibilidades de contar de forma estável com recursos advindos das redes familiares ou de vizinhança eram bastante limitadas desde que a matriarca rompeu os laços com a família do primeiro marido que, ademais, foi a rede que propiciou sua experiência migratória. Tal limitação se expressa no recurso à mendicância, acionado apenas em casos de ausência completa de suporte governamental ou de redes pessoais. Nesses casos, apela-se para a caridade em suas distintas formas (religiosa, institucional, individual). Mas, a entrada da segunda geração no mundo produtivo permitiu a construção de um arranjo familiar de apoio à sobrevivência e o fortalecimento da relação com o mercado. Assim, desde meados dos anos 2000, era no mercado de trabalho (formal e informal) que aquela família obtinha os recursos que sustentavam os arranjos de sobrevivência. Narram um período de relativa prosperidade entre metade da década de 2000 e o início da década de 2010 sustentada pela expansão das oportunidades de trabalho que se verificou no país, no qual também se pode observar um aumento da mercantilização do trabalho feminino (Guimarães, Barone e Brito, 2015, 2016). De tal forma, Jana e Cilene deixaram as ocupações na área de limpeza e comércio para entrar no “mundo da firma”, o que se concretiza através das empresas de terceirização que se fortalecem e expandem seus horizontes de atuação no período, incorporando serviços administrativos. Leila e Aurora, conquanto tenham permanecido no trabalho informal de faxina viram as oportunidades de trabalho aumentar de tal forma que puderam, pela primeira vez, escolher onde, quando e como prestariam seus serviços, e até mesmo recusar a possibilidade de formalização. Joana e Stephanie, as mais jovens, não passaram pelas ocupações informais e irregulares e se inseriram no mercado de trabalho diretamente através do mercado formal, o que se deu através de programas de aprendizagem. Essa trajetória sintetiza um movimento de mobilidade intergeracional e melhora de vida que seus membros temiam que fosse afetada pelo contexto de crise que começou a se delinear no país a partir de 2014.

Entre 2014 e 2015, como estratégia para driblar a crise que atingiu o emprego das filhas mais jovens, a matriarca que abrandava sua relação com o mercado aumenta seu expediente de trabalho e intensifica o elo com o mundo mercantil através de suas faxinas e da catação de lixo reciclável. Quando a inserção ocupacional da segunda geração, mais qualificada, é atingida, a estratégia mobilizada emergencialmente é a intensificação do trabalho manual e pouco qualificado da primeira geração. Até o recurso da catação de lixo, considerado estigmatizante, é mobilizado para

reequilibrar o apertado orçamento doméstico que se instabiliza na crise.

Entre 2016 e 2017, os jovens da família (Joana, Ricardo e Stephanie) recuavam em seus planos de futuro, frustrando suas expectativas e as do restante da família. Nesse grupo os jovens foram bastante afetados pelo contexto de crise econômica e política. Perderam expectativa de contar com políticas públicas que alavancassem seus planos de futuro (de acesso a Ensino Superior, inclusão produtiva ou fomento ao esporte) e viram diminuídas suas margens de negociação frente ao mercado. E, assim como as demais integrantes do grupo, iam buscar seus recursos para sobreviver no mercado de forma compulsória e pouco seletiva, aceitando mesmo o que estava longe de suas expectativas. A percepção sobre os efeitos da crise também girava ao redor da Reforma da Previdência que afetaria o tempo de contribuição de trabalho dos membros da segunda e terceira geração da família e poderia atingir o direito de Aurora ao BPC quando completasse 65 anos.

Apesar do abalo recente no movimento de ascensão social, a família compreende sua trajetória de mobilidade intergeracional. Aurora tem muito orgulho do percurso ocupacional de suas filhas, não apenas porque possibilitou uma melhora nas condições de vida do grupo e permite a construção identitária de mulheres honestas e trabalhadoras, mas também porque a inserção no trabalho mercantil lhes possibilitou a independência em relação aos homens. Dessa forma, consideram mais nobre a venda compulsória de sua força de trabalho no mercado do que “se vender” para homens em troca de sustento ou mesmo de “ajudas”, tal como acusam as mulheres da vizinhança, incluindo outras informantes da pesquisa. O termo “ajudas” é usado aqui no sentido dos trabalhos de Piscitelli (2011) como uma categoria nativa que sintetiza as imbricações entre práticas econômicas, sexo e afeto construídas por mulheres, geralmente de camadas pobres, em relacionamentos amorosos ou sexuais com homens em melhor situação socioeconômica a partir de diferentes níveis de mercantilização. Esse tema será desenvolvido na Família 2. Aqui importa sublinhar que as mulheres da Família 1 com frequência se comparam explicitamente (ou em forma de indiretas) às mulheres das Famílias 2 e 4, onde acreditam que as relações matrimoniais e sexuais são muito permeadas por interesses pragmáticos e necessidades materiais. A figura da “mulher interesseira” ou “malandra” tem um papel de destaque nas fofocas em contextos de pobreza (Fonseca, 2000). Assim, elas recorrentemente acusam vizinhas e amigas de “golpe da barriga” para arrumar um provedor ou de virar amante de patrão para conseguir benefícios materiais. Insinuam a hipocrisia que naturaliza essas situações e recrimina a condição das “mães solteiras” que as caracteriza. As mulheres dessa família reafirmam sua independência e decência ao viver da mercantilização de sua mão-de-obra e não através de relações consideradas espúrias no papel de “esposas”, “amantes” ou prostitutas. Para essa família o trabalho mercantil carrega uma dimensão simbólica muito forte. É justamente o caráter mercantil e monetarizado de seu trabalho que as diferencia das mulheres pobres da

vizinhança que recorrem às “ajudas” dos homens, à caridade ou às atividades ilegais, essas sim consideradas pelas mulheres da Família 1 como estratégias imorais.

Sobre o movimento de mobilidade ascendente que proporciona melhores condições de vida e redenção moral, segue fala significativa da matriarca onde, entre tantas representações interessantes, ela destaca o valor simbólico dos presentes e bônus extra-salário (Zelizer, 1994) que as filhas ganham no trabalho, sem necessidade de homem/marido/namorado:

Minhas filhas nunca precisaram pedir comida como eu. Nunca. (...) E, para você ver, hoje elas que trazem comida para casa. Esse Natal elas que trouxeram tudo, eu só comi (risos). Pedir comida é triste, né. Eu não tenho vergonha, mas também eu tento esquecer essas fases aí. Eu sei que isso não é coisa para se orgulhar. O que é para se orgulhar é ver que as meninas estudaram, ver que elas arrumaram trabalho bom, ganham a cesta de Natal da firma. Cesta de natal, Cesta básica, vale-refeição... A Jana ganha tudo isso, que a firma dela dá. Leila também ganha muita coisa nas casas que ela trabalha, porque assim, ela é muito querida nas casas que ela trabalha. No Natal ela ganha panetone, vinho, presente. Outro dia ela ganhou um celular novo do patrão dela que é um fotógrafo famoso, que viaja muito, trouxe da Índia. Eles não dão porque ela pede, porque eles querem agradar ela, né. Elas não precisam pedir nada. (...) E elas não precisam se submeter a qualquer coisa, sabe, ser maltratadas. Isso eu olho para elas e me dá uma alegria. Elas trabalham muito, mas não precisam... Tanto que você vê, elas estão aí, só namora quem elas querem. Elas não vão passar necessidade. Olha, hoje que elas estão criadas, meu sonho é que elas se acertem com um homem bom. Mas, elas não têm que engravidar para segurar homem que pague as contas que nem a gente vê um monte aqui, um monte de menina nova se acomodando assim, sabe, sem futuro. Pra você ver, aquela menina Flávia (Família 4), acabou de separar de tanto que apanhava, chegou aqui toda quebrada, você sabe... Não deu nem seis meses já engravidou de um menino que conheceu só para ir morar na casa dele e não pagar aluguel. Isso aí todo mundo sabe, todo mundo fala. Porque ela não tinha como pagar aluguel, tinha três crianças, só o que ela podia fazer era engravidar, né? Esse tipo de situação minhas filhas não precisam passar... Isso aí eu posso falar para você com tranquilidade que minhas filhas não são assim. Se engravidaram cedo que nem Leila e Stephanie, foi porque bobearam, mas não porque queriam pegar homem para pagar as contas porque isso elas sabem que não acontece, porque eu ensinei desde que elas nasceram. É cada uma por si, sem esperar nada de graça desse mundo, principalmente de homem. O que a gente conta mesmo é com o trabalho de cada uma e com a família, né, que aqui se uma pode ajudar a outra. Tem que ajudar. Senão a gente não tava aqui hoje depois de tudo que a gente já passou. (Aurora, março de 2016)

Essa fala sintetiza a relação da Família com o mercado, como aquele espaço onde elas são valorizadas e recompensadas com salários, com bônus extra-salário, com benefícios e até com presentes que, nesse domínio seriam aceitos como símbolo de reconhecimento pelo trabalho, não na lógica dos interesses. A relação com o mercado se constrói em oposição à vida matrimonial e às relações com os homens que simbolizariam o domínio da desvalorização, da violência e dos interesses.

Como a fala acima também revela, a importância da rede familiar de suporte às questões materiais e do cotidiano é fundamental nesse grupo. Aurora está no centro da construção dessa rede, fazendo a intermediação entre as necessidades das filhas, articulando possibilidades de uma ajudar a outra e realizando o trabalho de cuidado dos netos e bisneto enquanto as mães trabalham. Como vimos, a

ausência de redes familiares foram determinantes da experiência de migração de Aurora e da construção de sua instável relação com o mercado de trabalho, tornando precária a manutenção da família até a entrada da segunda geração no mundo produtivo. Diferentemente de Aurora, que viveu uma experiência difícil e solitária de migração e estabelecimento na cidade, os integrantes da segunda e terceira geração da família construíram vínculos de amizade na vizinhança que se mostraram muito importantes tanto para a indicação de trabalhos quanto para o suporte nas questões do dia-a-dia. Porém, do ponto de vista financeiro e material, elas não contam com apoio de parentes, amigos e vizinhos. Além dos arranjos financeiros de ajuda, doação, empréstimo e remuneração de atividades estabelecidos entre elas, não há quem ajude ou empreste dinheiro em caso de necessidade. Também não contam com suporte financeiro de ex-maridos ou companheiros. E, além de não terem a quem recorrer, por sua relativa estabilidade financeira obtida no mercado, são elas que auxiliam alguns grupos de amigos e vizinhos considerados mais necessitados, como a Família 2 do estudo. Elas apresentam a autonomia e independência financeira em relação aos homens como uma contra-face da relação de dependência do mercado de trabalho. Mas, o discurso de independência e auto-suficiência é construído em torno do grupo, não individualmente. Elas se percebem como grupo e constroem arranjos de sobrevivência e contorno de adversidades como uma coletividade familiar.

Aquela família se caracteriza por uma condição que pode ser descrita como “estabilidade financeira frágil”, obtida através do engajamento contínuo e compulsório ao mercado de trabalho e dos arranjos de ajuda construídos no interior do grupo. Isso quer dizer, segundo as palavras de Leila, que *“não falta nada, a gente tá vivendo bem, mas não dá para ficar um mês sem trabalhar, se eu perder uma faxina por mês, a conta já não fecha e eu não tenho reserva”*. A ausência de “reserva” e de redes mais amplas de suporte torna impossível conceber a idéia de interromper ou abrandar a relação com o mercado de trabalho. Isso, pois, financeiramente, elas não têm margem de manobra: quando tem um imprevisto, um gasto extra com saúde ou manutenção da casa, faz-se necessário pegar dinheiro emprestado com agiotas ou instituições financeiras, o que já aconteceu várias vezes. Aurora, suas quatro filhas e os netos mais velhos (Ricardo e Stephanie) articulavam diferentes atividades de trabalho mercantil e não mercantil, monetizado ou não, atribuindo a elas distintos significados e visibilidades, mas tinham a percepção de que dependiam fortemente do mercado e delegavam às atividades desenvolvidas nesse espaço o status de atividades principais. Os arranjos familiares de cuidado eram fundamentais para sustentar esse engajamento. Todavia, as atividades domésticas desenvolvidas no seio da família eram menosprezadas, enquanto o trabalho doméstico remunerado exercido fora da família era valorizado e interpretado como a principal fonte de sustento de parte significativa do grupo. A presença de remuneração e as formas de pagamento

também influenciam os significados atribuídos aos trabalhos. O trabalho remunerado com valor fixado segundo as regras do mercado tende a ser mais visível e valorizado (Weber, 2009). Mas, além disso, os significados e relações que caracterizam os diferentes dinheiros são determinantes (Zelizer, 1994). Assim, o trabalho doméstico remunerado exercido no mercado de trabalho é mais valorizado do que o trabalho doméstico e de cuidado que Aurora presta para as filhas, mesmo que esse seja remunerado, regular e monetarizado. O trabalho prestado para as filhas, desenvolvido no seio da família e sujeito a negociações permeadas de afetos e reciprocidades é considerado um trabalho menor. Por outro lado, o trabalho de catação de lixo, mesmo remunerado, mercantil e fixado segundo regras do mercado, por sua natureza simbólica estigmatizante, é deliberadamente invisibilizado, omitido e, por vezes, escondido. Já as aulas de português e inglês que Cilene dá para as crianças do bairro em paralelo a seu trabalho administrativo, ainda que não sejam remuneradas monetariamente, mas através de serviços, produtos e favores, têm um caráter de distinção. É um trabalho qualificado, simbolicamente valorizado porque supõe formação e habilidades intelectuais e que fortalece os laços com a comunidade. Tais atividades de Cilene são indubitavelmente consideradas trabalho. Assim, estão relacionados aos componentes de mercantilização, remuneração, formas de pagamento e natureza do dinheiro, as representações sociais atribuídas aos diferentes tipos de trabalho. As atividades que envolvem lixo, sujeira e limpeza são socialmente desqualificadas e aquelas que envolvem trabalho intelectual são enaltecidas.

Nessa família observamos que os seus integrantes desempenhavam múltiplas atividades laborais e valorizavam essa característica, buscavam enfatizá-la e descrever-se a si próprios como realizadores de muitos trabalhos, não de um trabalho apenas. Essa lógica dos “múltiplos trabalhos”, no entanto, não igualava simbolicamente todas as atividades. A forma de definir e hierarquizar o conjunto de atividades desenvolvidas pelos indivíduos como principais e complementares ou secundárias, tal como foi possível observar em todos os membros desse grupo se explica pela relação duradoura e intensa com o mercado. O mesmo tipo de hierarquização não foi encontrada em casos onde tal relação é mais frágil ou inexistente. As atividades de trabalho mercantis e regulares são tomadas como referência na definição do que é “principal”. As atividades secundárias seriam aquelas informais para os que estão no mercado formal ou aquelas menos regulares e duradouras para quem está no mercado informal. Reiteramos que a representação do que é atividade principal e complementar, no entanto, não define o peso simbólico e o esforço de visibilidade que os agentes atribuem a elas. Uma atividade complementar ou secundária pode ser muito mais valorizada pelo status que confere ou pelos horizontes de futuro que abre. Um dos achados do estudo de Weber (2009) é de que, dentre as inúmeras atividades produtivas realizadas pelos operários franceses fora da fábrica, aquelas que envolviam prazer (hobbies) ou possibilidades de ganhar a vida após uma

planejada ruptura com o trabalho fabril, eram aquelas mais valorizadas e, portanto, visibilizadas pelos informantes. Dentre as atividades a que se designava como “trabalho paralelo”, aquelas que poderiam dar novas perspectivas de futuro ou conduzir a uma vida dedicada a um trabalho com prazer eram relatadas com detalhe. Em contrapartida, atividades domésticas e de produção de itens para auto-consumo ou para venda visando complementar a renda e suprir necessidades materiais eram escondidas ou pouco detalhadas, tanto pelo medo da acusação de ilegalidade quanto pela percepção de que constituíam atividades menores, menos importantes que as realizadas no domínio do trabalho principal. Isso ajuda a explicar os diferentes significados atribuídos aos “trabalhos paralelos” de Cilene (aulas de português e inglês) e Joana (produção e comercialização de alimentos) em contraste com os “trabalhos paralelos de Aurora (cuidado remunerado dos netos e catação de lixo).

Os três domicílios que compunham a família recebiam o PBF desde aproximadamente 2013/2014, mas não julgavam o benefício fundamental à manutenção do grupo, era um complemento. Como contavam com um conjunto de rendimentos regulares e provenientes de mercados legais, a importância da regularidade do dinheiro e de sua moralidade, atribuída por outras famílias, não foi destacada nesse grupo. Nos três casos a bolsa recebida era próxima do valor mínimo do benefício, menos de 100 reais, provavelmente porque os domicílios não foram categorizados como casos de extrema pobreza.

Como o caso de Aurora já sugere, e veremos nas outras famílias, ser beneficiário(a) da política de transferência de renda não é uma condição passiva. Como contrapartida dos auxílios, informações e orientações oferecidos pelos técnicos sociais faz-se necessário participar das atividades da entidade para não pegar mal ou para “não fazer desfeita com o convite” -como diz Aurora - e alimentar adequadamente as relações pessoais e institucionais que fazem a intermediação com o aparato governamental e suas políticas. Há em alguns casos, como o de Aurora, um constrangimento moral em participar das atividades, pois o recebimento do benefício não está descolado das relações estabelecidas com instituições e técnicos sociais e essas são dotadas de sentidos como afetividade e noções de obrigações e deveres. Em suma, obter e manter o recebimento de programas assistenciais pode significar uma dedicação a atividades diversas que demandam tempo e certas habilidades comunicacionais e relacionais. E, portanto, não é uma condição que aceita passividade dos agentes sociais, mas um esforço, uma dedicação de tempo e um trabalho relacional nos termos de Zelizer (2011-a).

Além dos programas de transferência de renda, essa família nunca se beneficiou de outras políticas assistenciais, mas sim de instituições beneficentes que foram sendo substituídas pelos programas governamentais à medida que eles se consolidavam no país e, mais especialmente, no município de

SP, onde tal movimento foi tardio. No que diz respeito às políticas de emprego, os membros do grupo afirmam que nunca foram beneficiados por elas, no entanto, Joana e Stephanie participaram de programas de aprendizagem. Nunca participaram de iniciativas de qualificação profissional financiadas pelo governo. Ainda que a realização de cursos de qualificação seja um artifício importante para melhorar as condições de inserção profissional de diversos membros desse grupo (Jana, Cilene, Joana e Stéphanie), tais cursos eram ofertados por redes particulares ou ONGs da região. Quando questionadas sobre políticas de inclusão produtiva afirmavam não conhecer nenhum programa desse tipo que pudessem usufruir. No entanto, Joana e Stéphanie foram encaminhadas para um processo seletivo através das ações de inclusão produtiva da entidade que implementa os serviços sócio-assistenciais municipais no bairro. Tal como ocorrera com outros informantes, o encaminhamento não foi compreendido como parte de uma ação institucional de implementação de política pública, muito menos de uma iniciativa que visava aumentar a inserção ocupacional de membros de famílias beneficiárias do Bolsa Família. Esse fato reforça a observação de opacidade em relação ao mundo dos suportes governamentais e das políticas públicas que é, do ponto de vista dos usuários, um universo complexo e confuso que exige um esforço individual (e por vezes coletivo) de compreensão de estruturas e ações que não são óbvias.

Aurora, Joana e Leila acreditavam que a política de transferência de renda desestimulava algumas mulheres da vizinhança a buscar trabalho, representação encontrada também entre as narrativas governamentais. Frequentemente teciam comentários sobre a suposta preguiça e acomodação de amigas e vizinhas, como aquelas que integram a Família 2 do estudo, associando a inatividade às políticas sociais. Na opinião delas, o benefício deveria estar atrelado ao trabalho. A medida que cresceram em um contexto de expansão de políticas sociais e foram (ou gostariam de ser) beneficiadas por elas, os membros mais jovens do grupo interpretam as políticas sociais como instrumentos de reparar injustiças ou oferecer oportunidades. Não atribuíam às políticas um sentido de “assistencialismo”, esmola ou estímulo à preguiça que os membros mais velhos defendiam que essas iniciativas fossem expandidas e não cortadas ou focalizadas. Diferentemente da mãe, que construiu sua trajetória de trabalho sem ver a aposentadoria como um horizonte palpável, a segunda geração incorporou esse suporte aos planos de futuro e o entendia como um direito que, no entanto, estava ameaçado pela crise de austeridade e pelas reformas em curso.

Por sua relação com o mercado, a Família 1 poderia se enquadrar facilmente na representação de “família trabalhadora”, tal como tecida no âmbito das narrativas governamentais. Vimos que nas narrativas e no cotidiano a noção de trabalho adquire distintos significados e as fronteiras entre eles é, por vezes, sutil. Aqui opera a lógica simbólica dos múltiplos trabalhos que tende a valorizar o desempenho concomitante de muitas atividades laborais. Mas, ao mesmo tempo, a Família 1

poderia ser representada através das visões moralizadoras e estigmatizantes das famílias monoparentais chefiadas por mulheres, imagem que elas buscam re-significar cotidiana e constantemente através do trabalho e da construção da imagem de família trabalhadora. Essas duas representações que lhes são atribuídas, uma positiva e a outra negativa, são constantemente manipuladas nos processos de construção identitária da Família como grupo e de suas integrantes individualmente.

Quadro 1. Caracterização Família 1.

Nome	Idade e Geração	Posição Domicílio	Estado civil e Nº Filhos	Cor/Raça	Origem e Tempo Migração	Escolaridade e Qual. Profissional
1. Aurora	59 (1)	Chefe Dom.1	Viúva (4)	Negra	Paraíba (40 anos)	E. Fund. Completo
2. Joana (Filha Aurora)	21 (2)	Filha Dom. 1	Solteira (0)	Parda	SP	E. Médio Completo Curta duração: Digitação, Inglês, Assist. Adm.
3. Cilene (Filha Aurora)	24 (2)	Filha Dom.1	Solteira (0)	Parda	SP	E. Médio Completo Curta duração: Digitação, Inglês, Assist. Adm.
4. Leila (Filha Aurora)	36 (2)	Chefe Dom. 2	Separada (2)	Negra	SP	Médio Completo
5. Stéphanie (Filha Leila)	20 (3)	Filha Dom.2	Solteira (1)	Parda	SP	Médio Completo Curta duração: Digitação, Inglês, Assist. Adm.
6. Jana (Filha Aurora)	38 (2)	Chefe Dom.3	Separada (2)	Parda	SP	Médio Completo Média Duração: Assist. Adm.
7. Ricardo (Filho Jana)	15 (3)	Filho Dom.3	Solteiro (0)	Pardo	SP	Cursando E. Médio Escolinha Futebol (1)

6. A FAMÍLIA “PROBLEMÁTICA”

6.1. A casa do topo da escada

Há um “escadão” que liga as partes alta e baixa do bairro e desemboca na praça, ao lado de um ponto de ônibus, de uma creche e de um CEU⁷² onde as famílias tomam banho de piscina nos finais de semana do verão. É uma zona de fluxo intenso e, ocasionalmente, ponto de venda de drogas e outras mercadorias como frutas e DVDs piratas.

No topo dessa escada, uma casa de três cômodos - cozinha, quarto e banheiro- com uma cama de solteiro, colchões espalhados pelo chão, três cadeiras desparradas, um armário manco calçado com pedaços de madeira, uma TV de tubo, um fogão antigo e uma geladeira enferrujada decorada com desenhos de crianças e artesanatos feitos de garrafa pet. O banheiro interditado por problemas no encanamento. Portas e janelas sempre abertas. Pessoas entrando e saindo. Uma visita rápida, um assobio na janela, uma passada para saber as novidades, pedir um favor, trazer um agrado, umas verduras da feira, uma lata de leite. É onde mora o casal João e Silvia, uma de suas filhas e dois netos.

O casal de migrantes da Bahia mora a 36 anos no bairro, onde formou sua família de cinco filhos, dez netos e um bisneto, além de, pelo menos, meia dúzia de afilhados. São quatro gerações residindo naquela vizinhança. É uma família extensa que não coabita o mesmo domicílio, não compartilha o mesmo terreno e alguns de seus membros deixaram o bairro. Mas o grupo mantém uma convivência intensa e faz da casa de Silvia e João, a habitação descrita acima, o seu ponto de encontro.

A casa configura um retrato dessa família. Muito pobre e precária, mas sempre movimentada e ocupada por suas quatro gerações, vizinhos, amigos e funcionários da Assistência Social: representa uma imagem desse grupo e da rede de solidariedade que o sustenta. Ademais, está localizada à beira da escada onde coexistem práticas mercantis legais e ilegais com o trânsito de crianças acompanhadas de mulheres a caminho da escola, da praça ou do “clube”; como veremos, no cotidiano da família atividades legais, ilegais e de cuidado se articulam de maneira peculiar. E, por fim, aquela casa representa o passado e o presente da família encarnando a trajetória de decadência

⁷²Os CEUs (Centros Educacionais Unificados) compõem uma rede de equipamentos públicos de educação localizados em bairros periféricos e administrados pelo governo municipal de São Paulo. A proposta é ofertar educação infantil e ensino fundamental em espaços que integram atividades culturais, esportivas e recreativas. Os CEUs possuem teatro, cinema, quadra poliesportiva, biblioteca e piscina que são abertos às famílias da comunidade aos finais de semana. Observamos, durante a etnografia, que durante os meses de verão, as famílias usavam intensivamente esse equipamento para atividades de lazer e sociabilidade. Alguns informantes chamavam o CEU de “clube”.

que, veremos, é narrada por seus membros. A casinha faz parte de um conjunto de quatro “puxadinhos” que já foi todo ocupado pelo grupo no passado de prosperidade. Situados na parte alta do bairro, valiam mais que os da parte baixa. No entanto, as três habitações do fundo foram vendidas ou trocadas em momentos de necessidade material, obrigando a mudança da segunda geração da família para a parte baixa. Ali, as moradias são mais baratas em razão do esgoto não canalizado, dos riscos de enchente e deslizamento e da presença constante de ratos e fezes. Não à toa é chamado de “buracão”. Um deslocamento físico e uma queda simbólica - do topo para o buraco - que sintetizam a história do grupo tal como contada por ele, numa narrativa familiar acerca de sua mobilidade descendente.

Dentre todas as famílias do estudo, essa era a que apresentava as piores condições de vida, as relações mais frágeis com o mercado de trabalho e a escolaridade mais baixa.

No princípio da etnografia, os questionamentos sobre as atividades produtivas e profissionais conduziam a maior parte dos membros desse grupo a respostas vagas ou a afirmações de inatividade ou desemprego. “*To parado(a)*”: é o que me diziam quase todos os adultos. Era difícil compreender como aquela numerosa família sobrevivia contando com tão poucos recursos advindos de trabalho. Ao contrário da Família 1, onde esse era um eixo organizador da vida cotidiana e simbólica que gerava narrativas intensas e profundas, nesse grupo a abordagem da vida produtiva e profissional mostrou-se limitada, nada nos revelava. Acompanhando esse grupo pudemos intuir que o uso do termo trabalho pode, muitas vezes, revelar-se infrutífero. Compreender como se construía os arranjos de sobrevivência implicou cautela no uso dessa palavra e um esforço mais intenso de investigação do seu cotidiano.

Durante a pesquisa, acompanhamos mais sistematicamente a parte da família que reside no bairro, mas incorporamos membros que, mesmo residindo fora, visitam com frequência e fazem parte da dinâmica de convívio, obrigações e deveres. Celso (41 anos), o filho mais velho do casal, que se mudara para a Baixada Fluminense (RJ) há mais de 10 anos por conflitos com o pai, mantinha relações distantes com a família e não fazia nenhum tipo de contribuição. Com o afastamento do único filho homem, a pesquisa retrata a segunda geração da família através das quatro filhas do casal. Regiane (31 anos) morava com os pais desde a prisão do marido por tráfico, não tinha filhos e enfrentava problemas com uso de drogas. Vânia (38 anos) e Miriam (37 anos), as filhas mais velhas, residiam com suas respectivas famílias, no bairro, mas em domicílios distintos. Elas tinham filhos na adolescência e início da idade adulta que fazem parte do estudo representando a terceira geração. A filha caçula do casal, Amara (27 anos), tinha saído do bairro e, após um período de detenções e vida na rua, voltava com frequência para visitar os filhos pequenos que eram criados pela mãe e pela irmã. Na convivência familiar há um importante espaço para os agregados não

consangüíneos tais como os afilhados, especialmente os do sexo masculino. Mário (40 anos) morava no bairro vizinho com sua família e estava sempre na casa dos padrinhos. Guerreiro (38 anos) o outro afilhado, vivia em São Bernardo com sua esposa, mas voltava mensalmente para visitar a família que o acolheu na adolescência. Ambos realizavam regularmente contribuições materiais, o primeiro através de doações de comida e o segundo por meio de auxílios monetários mensais. Vizinhos e amizades de longa data, como Leila (Família 1), também freqüentam a casa como se fossem parte dela e, com maior ou menor regularidade, traziam colaborações.

Com exceção dos afilhados, todos os demais membros adultos das primeiras e segundas gerações não concluíram o Ensino Fundamental e boa parte deles (Silvia, João, Regiane e Amara) são semi-analfabetos. Vânia e Miriam têm mais habilidades de escrita e leitura e foram, por muito tempo, o elo de contato da família com o mundo digital e com universo das burocracias governamentais. Hoje os jovens da terceira geração da família fazem essa intermediação, pois apresentam escolaridade condizente com a idade.

É uma família conhecida por todos no entorno: chamada de “desestruturada” e “problemática” pela vizinhança e de “extremamente vulnerável” pela Assistência Social. Alvo de fofocas, críticas e comentários, mas também objeto de estima, preocupação e cuidado. Em sua narrativa familiar, atribuem às relações sociais a centralidade em seus arranjos de sobrevivência e o que têm de mais precioso.

S. João, 65 anos, 1ª geração

S. João é um senhor simpático e contador de causos. Isso quando sua saúde permitia e quando estava sóbrio. Alcoolizado, ficava mudo ou chorava. Dizem as filhas que até o surgimento dos problemas de saúde, era boêmio e afetuoso, mas autoritário e respeitado. O provedor. Depois, tornou-se alvo de piedade e caridade.

João nasceu no interior da Bahia e conheceu Silvia na adolescência. Casaram-se em 1974, quando ela tinha 15 anos e ele 23 anos. Eles não completaram o Ensino Básico e trabalharam no meio rural desde cedo. S. João era afilhado dos proprietários da fazenda onde seus pais trabalhavam e recebeu ajuda deles para arrumar emprego como carregador no porto de Salvador. João se beneficia de uma relação de apadrinhamento, recurso importante para criar ou fortalecer laços de solidariedade e parentesco entre famílias pobres no Brasil que se revelou determinante nessa família, tanto no sentido material quanto afetivo (Agier, 1990; Durham, 1973; Fonseca, 2000, 2010; Sarti, 2014-b).

Em 1975, João mudou-se para a capital da Bahia com sua esposa. Lá, após poucos anos na estiva do Porto de Salvador, arrumou uma indicação para trabalhar no Porto de Santos, que estava em

construção. Em 1979, o casal mudou-se para o litoral paulista acompanhando os colegas de João que tinham uma rede familiar estabelecida por lá. Poucos meses depois, João recebeu através de colegas de trabalho uma indicação para um emprego no ABC de São Paulo. Mudou-se do litoral para trabalhar em uma indústria que produzia bicicletas. A empreitada deu certo, ficou lá por cinco anos e aprendeu a manusear algumas máquinas. Após estadia improvisada em um cortiço e em uma favela em Santo André, no ano de 1981 se estabeleceram no bairro estudado, onde ocuparam um terreno que abrigou parentes e amigos que migraram posteriormente: surgia, assim, a casa do topo da escada.

A década de 1980 foi o momento da família se estabilizar em São Paulo, construir sua casa e consolidar a relação com o mercado de trabalho, o que aconteceu especialmente através da inserção dos homens da família- João e seus dois irmãos - na indústria. Por conta do êxito da experiência migratória, João adquiriu reconhecimento entre os parentes e se tornou o padrinho de uma série de jovens da família, que acolhia em São Paulo. Foi assim com Mario e Guerreiro, entre outros que já se mudaram do bairro ou voltaram para o Nordeste. Como sintetiza Durham, na cidade *“um parente bem colocado é sempre considerado uma agência de empregos”* (1973, pp. 211). Entre 1985 e 1995, João circulou entre algumas indústrias, mas não ficava mais que poucos meses desempregado, pois rapidamente construiu na cidade uma rede de amizades e contatos profissionais que lhe indicavam trabalho.

Porém, a partir de 1996, ele teve problemas cardíacos que o levaram a sucessivos afastamentos do emprego. No fim dos anos 1990, vivia uma fase de trânsito entre ocupações, intercaladas por períodos de desemprego, até que sua saúde piorou substancialmente. Em 2001, sob recomendação médica de afastamento completo das atividades manuais industriais, aposentou-se por invalidez. Um evento crítico que abalou emocionalmente o patriarca. Encontrar fontes complementares de renda não foi fácil, apesar da sua ampla rede de contatos. João é um caso de forte identificação simbólica com o mundo fabril, que produzia a dificuldade em aceitar ocupações não industriais (Hirata e Humphrey, 1989). Pelo menos é assim que ele narra. As filhas interpretam que a baixa escolaridade e a falta de qualificação limitaram suas oportunidades em atividades não manuais: *“Escrita e conta ele tem dificuldade de fazer, nem no comércio ele conseguia nada”*, diz Miriam.

No início dos anos 2000, desolado com os problemas de saúde, o afastamento do mundo fabril e a dificuldade de prover a família, João começou a ter problemas com álcool e jogo. É quando a incipiente trajetória de mobilidade ascendente da família se desestabiliza. Constrói-se em torno das noções de doença, tragédia e invalidez a narrativa familiar do colapso do provedor e da imagem do grupo como um todo, tal como também observou Agier (1990) em seus estudos.

Diante das dificuldades de obtenção de renda, João se envolveu com o jogo do bicho e teve uma

breve passagem por um esquema local de transporte clandestino⁷³, o que gerou pouco rendimento, mas “*muita dor de cabeça*”, como ele diz. Em 2003, em razão de conflitos no bairro, dívidas com agiotas e ameaças de morte, João foge para a Bahia, onde fica por um ano. Quando do seu retorno, percebe que Silvia e os filhos, especialmente o mais velho, assumiram o sustento da casa, embora com muita dificuldade. Ele, no entanto, não abriu mão de sua autoridade de “chefe da família” e entrou em choque com Celso que não aceitava o alcoolismo do pai e foi embora de casa. Com a ruptura do primogênito e único filho do sexo masculino, a família perde o candidato “natural” ao posto de provedor (Sarti, 1995, 2003), bem como suas importantes contribuições financeiras. No mesmo período, os irmãos de João interrompem as ajudas monetárias por reprovação aos seus gastos com jogo e bebida. Revoltado, ele rompeu os laços com os irmãos. As mulheres que, via de regra, são as principais responsáveis por nutrir os elos entre os núcleos da família extensa (Bilac, 1983; Durham, 1973), foram especialmente importantes nesse grupo e mantiveram uma rede de trocas de ajudas não monetárias à revelia dos irmãos em conflito, sem a qual a sobrevivência seria ainda mais penosa.

Na década de 2000, a família não consegue mais se manter apenas através dos rendimentos dos membros do grupo e começa a solicitar ajuda de amigos, vizinhos e parentes, além de entidades beneficentes. Contando com escassos recursos monetários, ao longo dessa década João vende os puxadinhos de seu terreno para pagar dívidas e ficam apenas com a casinha de três cômodos. Filhas e afilhados precisam buscar alternativas de moradia. A casa era um símbolo da ascensão e da união da família de migrantes; ambos ruíram.

Entre meados dos anos 2000 e início dos anos 2010, João enfrentou piora no quadro médico e interrompeu eventuais bicos na vizinhança. Para preencher o tempo, começou a fazer artesanatos com materiais recicláveis que catava nas redondezas, especialmente latinhas de alumínio e pedaços de madeira. Presenteava a vizinhança como retribuição pelas ajudas oferecidas. Sua situação foi piorando até que, em 2016, estava com a saúde bastante debilitada e encontrava-se em condição de total inatividade. Além dos problemas de coração e do alcoolismo, enfrentava uma cirrose e um câncer recém-diagnosticado. João demandava muito cuidado da família, especialmente da esposa e das filhas Vânia e Miriam. Era um senhor simpático e querido pelos vizinhos que tinham pena de sua condição. Por seu carisma e popularidade de outrora, ele era um catalisador de doações e presentes, que se faziam importantes para a sobrevivência cotidiana do grupo.

João não tinha a menor relação com as organizações beneficentes e nem com as entidades sócio-assistenciais do bairro, mesmo elas sendo muito importantes para a sobrevivência da família.

⁷³ Sobre transporte clandestino em São Paulo ver: Hirata (2012).

Ignorava e evitava as visitas dos técnicos sociais, tinha total desinteresse por esse universo e não sabia fornecer informações básicas sobre as instituições e as políticas de transferência de renda de que sua família era beneficiária: “*quem sabe dessas coisas é a Silvia*”, ele dizia. Como sabemos, a Assistência Social é um domínio quase exclusivamente feminino, a começar pelo fato de que a titularidade dos benefícios cabe às mulheres (Sorj, 2014-b; Georges, Santos, 2014). No início de 2017, João sentia a proximidade da morte e a crise que atravessava o país só lhe preocupava na medida em que poderia afetar o SUS, do qual se tornara um usuário cotidiano. Aos questionamentos sobre sua percepção da crise, ele dizia em tom de piada: “*Eu só não quero morrer antes de ver Brasília explodir ou depois que Brasília explodir a gente*”.

Silvia, 57anos, 1ª geração

Silvia era uma senhora de menos de 57 anos que aparentava, pelo menos, uns 20 anos a mais. Receptiva e generosa, parecia avoadada e esquecida: não lembrava datas, confundia nomes e se atrapalhava com informações que necessitava confirmar com as filhas e netos. Saltava aos olhos que estava sobrecarregada de demandas, preocupações e (muito) trabalho. Não seria absurdo supor que ela estava estressada ou estafada. No entanto, ela, os vizinhos e os funcionários das instituições beneficentes e sócio-assistenciais acreditavam que estava “parada”, ou seja, sem trabalho.

Silvia trabalhou desde os 10 anos na roça, com sua família, no interior da Bahia. Conhecia João desde pequena e ele foi “*o primeiro e único homem*” de sua vida. Casou-se aos 15 anos, quando ele decidiu tentar a vida em Salvador. Desde que chegara a São Paulo, em 1978, Silvia se dedicava principalmente ao cuidado da família numerosa, complementando a renda do marido operário com eventuais bicos como lavadeira. Até a década de 1980, seu papel de provimento de renda era marginal, conquanto o trabalho doméstico fosse intenso (Agier, 1990; Bilac, 1983, Durham, 1973, Zaluar, 1985). Mas, quando a doença de João começou a afetar seu trabalho nos anos 1990, ela foi obrigada a intensificar gradualmente sua relação com o mercado através da oferta de serviços domésticos. Precisava conciliar o trabalho remunerado com o cuidado do marido doente e do restante da família. Assim, só conseguia assumir bicos sem registro e sem regularidade. Por isso, ao longo da década de 1990, os filhos mais velhos abandonaram os estudos, no início da adolescência, para trabalhar e contribuir com o orçamento doméstico. Celso era ajudante de pedreiro, Vânia faxineira e Miriam costureira. Entraram no mercado informal de trabalho com idades entre 12 e 15 anos como estratégia emergencial de sobrevivência, habitual em grupos familiares em condições de pobreza, especialmente no século passado (Durham, 1973; Fonseca, 2000, 2002; Paoli, 1973; Sarti, 1994-b; Zaluar, 1985).

O fim dos anos 1990 e início dos anos 2000 representou um período bastante conturbado para família no qual os arranjos que sustentavam o grupo se desarticularam por completo. É quando Silvia teve que assumir a responsabilidade de provedora com os poucos rendimentos de seus esporádicos serviços domésticos. No fim dos anos 1990, Vânia engravidou, casou e mudou-se de bairro, mas logo voltou pra casa com dois filhos em razão da prisão do marido. No mesmo período, Miriam descobriu que seu filho tinha leucemia. Nesse momento, a saúde de João piorou e ele se aposentou por invalidez, mas os problemas com álcool e jogo se intensificaram até o ponto em que teve que fugir para Bahia. Em 2004, quando o marido voltou do Nordeste, suas condições de saúde tinham piorado e exigiam mais cuidados da esposa. Crescia a família, o número de bocas para alimentar, de doentes para cuidar e problemas familiares para administrar. Quando João voltou para casa, Celso foi embora por conflitos com o pai e deixou de contribuir financeiramente com a família. Essa ruptura é interpretada por Silvia como um abandono imperdoável. Celso cometeu o erro mais grave dentro dessa família: não cuidou dos laços e vínculos sociais. O primogênito não assumiu o papel que se esperava dele diante da perda do provedor familiar e dos ajustes necessários nos papéis de gênero e hierarquia no grupo (Sarti, 1995; 2003).

A situação familiar ficou mais crítica na segunda metade dos anos 2000, pois as filhas mais novas pararam de estudar e trabalhar por conta do uso de drogas e posteriormente se envolveram com o tráfico e com prostituição. Silvia acredita que isso aconteceu porque ela não assumiu a chefia da família após a doença do marido e a partida do filho. A família teria ficado sem um chefe dotado de autoridade: *“Não dei conta de fazer esse papel, faltou um chefe para essa família, para essas meninas... Daí se perderam.”*, ela diz. A partir de então, a dependência química das filhas e todo trabalho de cuidado que essa questão exigia passaram a onerar o cotidiano familiar, sobrecarregando mais ainda a mãe que não se sentia capaz de ser a chefe da família, engolfada que estava na condição de responsável compulsória pelo trabalho de cuidado. Silvia não conseguia manter uma rotina de trabalho fora de casa, sua prioridade era assegurar que João, Regiane e Amara estivessem sãos e salvos. O discurso dela é entremeado pelas noções de vida e morte. Lidando de perto com as doenças, vícios e fragilidades dos membros de sua família, a morte estava (e está) sempre no cotidiano. Como não poderia deixar de ser, essa responsabilidade de cuidado de doentes e dependentes químicos exigia um enorme esforço de trabalho emocional (Hoschild, 1983; Soares, 2012). A comunidade do entorno percebia e se comovia. Com frequência usam a palavra “coitada” para se referir a Silvia.

Na primeira metade da década de 2010, a família dependia quase totalmente de doações de parentes, amigos e entidades beneficentes. O trabalho relacional (Zelizer, 2011-a) de buscar ajuda e alimentar os laços com tal rede de solidariedade era realizado principalmente por Silvia, Vânia e

Miriam.

Em 2014, a caçula Amara perdeu a guarda dos três filhos pequenos que foram para um abrigo quando ela foi presa. Após uma epopéia de meses para localizar as crianças, Silvia se responsabilizou pelos menores e Vânia pelo mais velho, compartilhando com outros parentes e amigos a criação das crianças, prática habitual entre famílias pobres em situações de instabilidade econômica ou social (Sarti, 2003; Fonseca, 2002). Nesse período, o afilhado Guerreiro, que era também padrinho do caçula de Amara, se comprometeu a doar uma quantia mensal em dinheiro para Silvia arcar com suas despesas. Leila (Família 1), amiga da família desde a infância, assumiu o posto de madrinha da filha do meio de Amara e passou a contribuir regularmente com comida e itens de necessidade básica para assegurar seu bem-estar. Mais um indício da força do apadrinhamento como reforço de laços de solidariedade que extrapolam a consangüinidade e são particularmente importantes em famílias monoparentais femininas ou quando há diluição dos papéis de gênero no interior do grupo familiar, como é o caso aqui (Sarti, 1995; Agier, 1990; Durham, 1973). Exemplo de “parentesco prático” que se revela especialmente importante na partilha de responsabilidades cotidianas de cuidado (Weber, 2005, 2006, 2010).

Esse período de expansão das responsabilidades familiares coincide com a obtenção do programa Bolsa Família que substituiu o programa Renda Mínima, benefício de menor valor. O programa é interpretado por Silvia como uma bóia de salvação no meio de um maremoto: *“foi uma ajuda que caiu do céu”*, ela desabafa. Sobrecarregada com o trabalho de cuidado familiar, Silvia mal conseguia procurar trabalho ou bicos. Nesse contexto, o dinheiro do programa, não era interpretado por ela como caridade ou “esmola”, mas como uma compensação e, mais ainda, um reconhecimento por cuidar adequadamente dos doentes e crianças e não poder trabalhar fora de casa:

Eu acho que esses programas são bons principalmente para quem tem criança pequena em casa, né, como eu tinha. E com as crianças pequenas e o João doente, era quase impossível eu ficar dia todo fora. Então eu acho que é um jeito de estimular isso, cuidar em primeiro lugar da família, de quem precisa. Porque se não tem um lugar onde as crianças possam ficar o dia todo e uma clínica que cuide de quem precise, tem que alguém cuidar. E se cuida tudo certinho, tem os programas do governo, assim como um benefício para essa família. Por isso que as crianças não podem faltar na escola, tem que seguir assim umas regras vamos dizer assim, que é para mostrar que as crianças estão bem cuidadas, que a família está bem cuidada. Então eu acho que é bom para as duas partes, tanto para as famílias quanto para o governo, porque assim ele evita outros problemas piores, né. E a nossa parte a gente faz, eu cuido, apesar de todas as dificuldades você pode ver como as crianças estão bem cuidadas. Então, esses programas são uma forma de reconhecer. (Silvia, fevereiro 2016)

Silvia se dedicou aos cuidados familiares até que em 2015, o afilhado Mario a indicou para um trabalho como cuidadora de um casal de idosos no condomínio onde trabalhava como porteiro. Essa senhora que passou a vida inteira se dedicando ao trabalho de cuidado de familiares, pela primeira

vez foi remunerada e reconhecida por tal atividade. Foi quando ela aprendeu o significado da palavra “cuidadora”, termo que surge e se consolida no Brasil na década de 2000 na esteira da institucionalização da atividade marcada por controvérsias (Guimarães, 20016). Diz Silvia sobre a proposta do afilhado para se candidatar ao trabalho: *“Mário me ligou e disse que estavam procurando cuidadora com urgência, que ele ia me indicar. Eu falei: ‘não faz isso não que eu nem sei o que é isso’. Daí ele me explicou. Cuidar, né. Daí eu falei para ele ‘já indica logo para não perder a vaga’.”* Esse foi seu primeiro (e único) trabalho registrado, obtido no bojo do processo de regulamentação do emprego doméstico (promulgação da chamada “PEC das Domésticas”). Silvia expressava um enorme orgulho dessa passagem de sua vida profissional. Como é comum nessa ocupação, ela foi registrada como empregada doméstica, embora sua atividade principal fosse cuidar dos idosos (Guimarães, 2016), revezando o turno com a “cuidadora profissional” dotada de qualificação e certificados, que tinha outro regime de trabalho. Do ponto de vista subjetivo, aquele era um trabalho mais nobre e digno do que o trabalho doméstico que ela costumava fazer, o que diz sobre as compensações simbólicas e materiais do trabalho remunerado de cuidado. Para que ela pudesse trabalhar em período integral, a filha Miriam se responsabilizou pelo cuidado do pai, das irmãs e dos sobrinhos. Foi a primeira vez em que ela passou longos períodos longe de casa e do bairro.

Em 2016, um ano depois de registrada, Silvia foi demitida em razão do falecimento do casal que cuidava. Voltou a buscar e aceitar qualquer atividade remunerada em dinheiro ou em produtos demandada por vizinhos e amigos. Desde serviços domésticos até bicos como costura, pintura e consertos, passando por acompanhar animais de estimação ao veterinário e crianças pequenas à escola, fazer a feira para uma vizinha, descarregar as bebidas do bar do Ernesto (Família 3). Silvia fazia de tudo e recebia pequenas contribuições, geralmente não monetárias. Aqui enfatizamos as fronteiras fluídas entre trabalho, trocas e reciprocidade (Steiner, 2016 Weber, 2000, 2002)

No fim de 2016, ela perdeu a visão de um olho em razão de um glaucoma. Foi consequência da demora no atendimento público de saúde. Tratava do evento como se não fosse nada importante: *“é só um olho, todo o resto ta funcionando normal”*. Na verdade, havia o risco de perder a visão do outro olho. A família evitava o assunto. Silvia ainda fazia faxinas episódicas na casa de conhecidos que contratavam seus serviços como uma forma de ajuda e remuneravam em valores simbólicos, bem abaixo dos valores de mercado, ou pagavam em produtos como roupa e comida. Ela não recusava nenhuma proposta.

A relação de Silvia com as entidades beneficentes e provedoras de serviços socioassistenciais era bastante forte. Há mais de 10 anos, ela recebia auxílio e doações da entidade beneficente religiosa que foi incorporada ao estudo. Desde que as regras da organização exigiram a participação dos

beneficiários em cursos de qualificação, Silvia passou a frequentar os cursos profissionalizantes obrigatórios para obter a cesta básica mensal, atividade que tomava duas manhãs por semana. Fez curso de artesanato, de culinária, de manicure e de costura. Dizia explicitamente que só ia por obrigação e interesse na cesta, não gostava do ambiente e das “lições de moral” que os voluntários davam.

Ela também participava semanalmente das reuniões da entidade que prestava serviços socioassistenciais para o município. Aproveitava esses eventos para levar os netos para lanche e brincar já que comida e brinquedos eram itens escassos na sua casa. Tinha uma relação de gratidão com a assistente social da entidade, Tatiana, que lhe auxiliou durante o processo de requisição da guarda dos netos. Tatiana, por sua vez, compreendia a situação complexa da família sem acreditar que fosse um caso de “ensinar a pescar”, mas criticava a tolerância de Silvia aos vícios do marido e das filhas, bem como envolvimento com tráfico e prostituição, atividades moralmente condenadas pela Assistência Social.

Durante a crise de 2016, Silvia se desesperava com os rumores de corte do Programa Bolsa Família e passou a frequentar as reuniões da entidade com até mais assiduidade. Fazia dessas atividades uma oportunidade para sanar dúvidas, dissolver boatos e conversar coletivamente sobre o que ocorria no país. Para essa senhora semi-analfabeta, além do lanche gratuito, aquele era um *locus* de acesso a informações e de construção de compreensão sobre as transformações no contexto político e econômico em curso.

Como construiu sua trajetória de trabalho na informalidade e não tinha idade suficiente para requisitar o BPC, por ora, o único suporte governamental que lhe restava era o Bolsa Família. Tal benefício e a doação mensal do afilhado, recursos não mercantis, eram as únicas fontes monetárias estáveis com que Silvia contava já que a aposentadoria de João era totalmente comprometida com empréstimo consignado e remédios. Somando as rendas provenientes do PBF e da mesada do afilhado, Silvia não dispunha nem de ½ salário mínimo em recursos monetários para manter um domicílio de cinco pessoas. No mais, a sobrevivência naquela casa era assegurada através de mecanismos não mercantis e não monetários, como doações e trocas. Era uma casa em situação de extrema pobreza onde, além de duas crianças menores de 10 anos, viviam um senhor inválido, uma jovem em situação de dependência química e uma senhora cega de um olho. Era, aos olhos da Assistência Social, um caso indiscutível de família em situação de “extrema vulnerabilidade social”. Durante o ano de 2016, mesmo após a perda parcial de visão, Silvia tinha uma rotina intensa de trabalho doméstico, trabalho de cuidado, bicos diversificados, troca de serviços e favores entre amigos e vizinhos, atividades na Assistência Social e na entidade beneficente. Era um amplo e exaustivo conjunto de atividades através das quais ela construía os arranjos de sobrevivência e

sustentava sua família. Tudo isso entremeado por recorrentes epopéias em busca de remédios em postos de saúde e atendimento médico ou à procura das filhas que eventualmente viravam a noite usando drogas. Logo após sua demissão em 2016, assumia-se como desempregada e dizia que estava procurando trabalho como cuidadora. Poucos meses depois, quando perdeu parte da visão, passou a descrever sua situação como inatividade: “*tô parada*”, ela dizia. No nosso primeiro encontro após a cirurgia tivemos o seguinte diálogo:

Pesquisadora: E como a sra está? Como está a vida?

Silvia: Ah, não mudou nada, minha filha, continuo seguindo a vida normal, o resto funcionando, com saúde, da para seguir a vida normal. Continuo fazendo tudo que nem antes. (...) A única coisa que eu fico chateada é que acho que agora arrumar trabalho de cuidadora é difícil, contratar cuidadora que nem eu agora é difícil, sem enxergar de um olho... *Por isso que to parada, sem trabalhar*. Agora que eu to parada mesmo. Mas de resto, normal. *Correndo atrás das coisas, uma correria*. Com as crianças de férias é um problema que gasta mais com comida. O lado bom é que eu fico com as filhas da [sobrinha] e daí entra um dinheirinho a mais, que eu acabo gastando tudo com a comida das crianças mesmo. Então, tem que continuar na correria, não tem jeito. Semana passada eu lavei as roupas de Tita para Miriam, que tava ocupada e ela me pagou. Essas coisas tudo eu continuo fazendo. Faxina também na filha da Margarida [vizinha] que mora em Itaquera, continuo fazendo, mesmo ela passando dificuldade eu faço porque eu vi essa menina crescer. Com essa crise também o dinheiro ta mais difícil para todo mundo. Eu disse para ela: paga quando pode ou como pode. *Mas continuo correndo atrás* e comida não ta faltando, graças a Deus. Faço o que eu posso, mas o que precisarem de minha *ajuda*, podem contar que eu não nego. (Silvia, julho de 2016, grifos nossos)

Silvia narrava o seu cotidiano com as palavras “parada” e “correria”. A primeira para se referir a trabalho e a segunda para se referir às estratégias de obtenção de comida e sobrevivência. Nem o trabalho doméstico remunerado ela considera trabalho, mas “correria” ou “ajuda” para parentes, amigos e vizinhos. Foi recorrente o uso da palavra “ajuda” para se referir aos serviços prestados na vizinhança o que enfatiza a dimensão relacional antes da econômica. A expressão “correria” e outras correlatas como “correr atrás” também foram frequentemente usadas para descrever de forma genérica o amplo conjunto de atividades desempenhadas para manter a família.

Aos olhos da Assistência Social, a mesma percepção sobre desocupação. Em uma atividade da entidade, a assistente social em tom de aconselhamento: “*A sra devia aproveitar que está sem trabalho para se cuidar. A sra cuida muito dos outros. Aproveita esse tempo que ta parada para cuidar da sua saúde*” (Tatiana, agosto 2016). Ao que Silvia respondeu: “*Você tem razão, minha filha*”.

Vânia (37 anos), 2ª geração e Eduardo, (20 anos), 3ª geração

Tímida e séria, Vânia mostrava-se reticente nos primeiros contatos. Fora das situações de entrevista soltou o desabafo: “*Eu não sou muito de falar de mim. Mas acho que é por isso que to ficando*

doente, dizem que preciso falar, por para fora. Se eu ficar doente, quem vai cuidar do monte de problemas que tem nessa família?”

Solteira e mãe de dois filhos adultos, Leonardo, 22 anos e Eduardo, 20 anos, Vânia vivia em um puxadinho na parte baixa do bairro com o filho caçula e um sobrinho.

Nascida em 1979, na condição de primeira filha, desde muito nova Vânia ajudava a mãe a cuidar da casa, dos irmãos, dos parentes. Ela diz: *“Eu sempre fui dona de casa. (...) Mas eu gosto. Gosto de limpar, de cozinhar. Eu gosto de deixar tudo arrumadinho. Sempre fui assim”*. Aos 13 anos começou a fazer faxinas para contribuir com as despesas da casa durante os primeiros anos da doença do pai. Acumulando trabalho doméstico dentro e fora de casa, sua trajetória escolar foi intermitente e interrompeu os estudos aos 15 anos.

Aos 18 anos, Vânia engravidou, casou e mudou-se para a casa da família do marido em uma favela da zona sul de São Paulo. Dois anos depois, quando estava grávida do segundo filho, o marido foi preso por assassinato. O casamento acabou e o ex-companheiro nunca contribuiu com o sustento das crianças. *“Foi aí que eu virei mãe solteira, como dizem. E até hoje... Porque eu nunca consegui casar de novo”*, ela diz em tom de frustração. Vânia voltou para a casa dos pais e retomou os trabalhos como faxineira, mas a renda era insuficiente. E, assim como sua mãe, contava com caridade de entidades beneficentes e de vizinhos e parentes, que retribuía com serviços e favores. Entre o fim dos anos 1990 e o fim dos anos 2000, ela trabalhou como doméstica em casas de família, sem registro, mas nunca teve estabilidade. Foi uma década de “dureza”, como ela diz. Conciliava o trabalho doméstico remunerado com as responsabilidades de “mãe solteira” e o extenso trabalho de cuidado do pai doente, das irmãs e dos sobrinhos. Vânia era o ponto de apoio da mãe, com quem ela dividia parte das penosas responsabilidades de cuidado familiar. Como filha mais velha, era considerada a candidata “natural” para tais atividades.

Em 2008, através de informação proveniente da irmã Miriam, Vânia começou a trabalhar para firmas que terceirizam serviços de limpeza. Entre 2008 e 2017 circulou entre cinco empresas de terceirização, começou com contratos temporários e depois conquistou contratos por tempo indeterminado que, por fim, não duram mais que dois anos dada alta rotatividade típica do setor (Guimaraes, Andrada, Brito, Picanço, Prates, Vieira, 2016). Foi sua entrada no mercado formal e o mais próximo que ela chegou de uma inserção ocupacional estável.

Em 2010 comprou um “puxadinho” no bairro para onde se mudou com os dois filhos. Nesse período, terminou um relacionamento longo, pois o namorado a pressionou a morar com ele em um bairro distante: *“Não tinha condições de abandonar minha família, largar minha mãe aqui cuidando de todo mundo”*. Em 2012, Leonardo, o filho mais velho então com 16 anos, foi apreendido por tráfico de drogas e internado na Fundação Casa. Foi a primeira de uma série de

internações e posteriores detenções. Em 2014, Vânia assumiu a guarda do sobrinho de 07 anos quando sua irmã Amara foi presa, aumentando suas responsabilidades de provedora. Nesse ano, ela solicitou e obteve o Bolsa Família, benefício que ela destina para os gastos com a criança e que, por essa razão, considera fundamental para seu orçamento.

Em 2015, o filho mais velho foi detido por tráfico de drogas e o filho caçula, menor de idade, foi apreendido praticando furtos no trem. O envolvimento dos filhos com o crime foi uma grande decepção para ela, que entrou em depressão. A assistente social Lara, responsável por acompanhar sua família na implementação dos serviços sócio-assistenciais, a auxiliou na busca de tratamento. Vânia intensificou a participação nas atividades da entidade, era muito ativa nas reuniões e com frequência pedia a voz para colocar perguntas ou fazer relatos pessoais. Ao que tudo indica, encontrou naquele espaço uma possibilidade de falar.

Em 2016, Vânia trabalhava como auxiliar de limpeza em hospitais através de uma empresa que terceiriza serviços. Esse trabalho oferecia um adicional por periculosidade e, por isso, era o melhor salário que ela já tinha recebido na vida. Realizava bicos como lavadeira para complementar a renda do domicílio e quitar dívidas. Ela era a filha de Silvia e João em melhor situação financeira e ocupacional e salvava os pais, os filhos e as irmãs de emergências materiais. Sendo a única engajada no mercado formal, era frequentemente demandada a realizar empréstimos e estava sempre com o nome sujo.

Durante o ano de 2016, Vânia expressava um grande temor de que a crise atingisse seu emprego. Sabia que fazendo serviços domésticos no mercado informal não conseguiria a estabilidade que poucas faxineiras diaristas, como Leila (Família 1), conseguem. Suas redes lhe rendem pequenas doações e suporte à sobrevivência cotidiana, mas nunca lhe garantiram uma inserção produtiva de qualidade. A escolaridade baixa era uma barreira reconhecida por ela, que tentou retomar os estudos várias vezes, mas foi impedida pelas inúmeras intempéries familiares. De tal forma, as empresas de terceirização de serviços de limpeza eram o melhor tipo de engajamento mercantil que Vânia julgava poder conseguir e era o que lhe permitia ser reconhecida como a única filha trabalhadora dessa família:

Pesquisadora: Você está a quase dois anos nessa empresa?

Vânia: Isso. E espero ficar mais... Porque eu já passei por umas empresas assim, complicadas, umas encarregadas complicadas. Mas essa que eu tô agora eu tô me dando bem... E no hospital o salário é bom, tem adicional, tem os benefícios. Eu não tenho do que reclamar...

Pesquisadora: Então você está satisfeita?

Vânia: Tô sim. O trabalho é pesado, mais do que em casa de família, nem se compara! Mas é aquela coisa incerta, aquela angústia quando as faxinas faltam. Quando os meninos eram pequenos, eu precisava ficar mais em casa. Mas agora adultos, eu preciso mesmo de um trabalho assim fixo. Mesmo ganhando pouco, hoje eu acho melhor esse trabalho fixo porque também me dá uma tranquilidade. Essa tranquilidade eu nunca tive quando era diarista. Se você fizer faxina todo dia, você ganha mais do que eu ganho, mas eu nunca consegui uma tranquilidade de

saber: ah, esse mês tô com os dias de faxina fechado. (...) Até que eu tinha sorte, quando eu achava que ia passar dificuldade, aparecia uma faxina e salvava a semana. Porque todo mundo aqui sabe que eu faço uma faxina boa, então, me indicava. E sempre surgia uma que salvava. Mas eu prefiro trabalhar assim para empresa. Essa que eu tô agora eu só peço a Deus que não se abale com essa crise. Eu me arrepio toda quando vejo essas notícias de desemprego. E como eu sou a única da família que tá trabalhando agora, não posso perder... Ainda mais agora que minha mãe perdeu o trabalho e esse problema de visão. Então, é um momento difícil para ficar desempregada. (Vânia, setembro de 2016)

No início de 2017, o hospital onde ela prestava serviços de limpeza rompeu o contrato com a empresa prestadora de serviços que a empregava. Ela ficou dois meses desempregada e depois foi realocada pela mesma firma em uma escola. O salário era menor e o trabalho mais pesado. Ela estava insatisfeita e preocupada com as dívidas que se acumulavam. Ela depositava suas esperanças em Eduardo, o filho mais novo. Tentava, a todo custo, arrumar cursos gratuitos de qualificação para ele; acreditava que era a única chance de protegê-lo do “caminho errado” por onde o primogênito seguiu e melhorar suas chances de conseguir um emprego fixo, como o dela.

Vânia se mostrava cansada e sobrecarregada. O trabalho de cuidado familiar que dividia com a mãe, desde a infância, era intenso e invisível. De fato, as relações familiares eram um peso para ela, assim como para sua mãe. Mas, diferentemente de Silvia, não naturalizava tais responsabilidades e se sentia explorada e desvalorizada pela família, principalmente pelas irmãs que podiam “*se dar ao luxo de ser umas loucas*”. Seu comprometimento com o cuidado familiar exigiu a recusa de certos trabalhos, a renúncia dos estudos e até de relacionamentos amorosos. Diferentemente da Família 1, na Família 2, havia a expectativa de que as mulheres da segunda geração fossem mães, esposas e donas-de-casa, que fossem sustentadas por cônjuges. Vânia atribuía à sua falta de companheiro a razão pela qual era sempre a primeira da família convocada para acudir as emergências: “*o pessoal sabe que eu não tenho marido para cuidar, né, é como se eu tivesse disposição sobrando porque não tenho marido, como se eu tivesse obrigação*”. Uma evidência de que as responsabilidades de cuidado não se distribuem igualmente entre os membros da família e afetam sobremaneira as trajetórias de quem se responsabiliza por elas.

Eduardo (20 anos), o filho caçula de Vânia, fazia bicos como auxiliar de pedreiro com o tio até que, aos 16 anos, começou a vender doces no trem e, posteriormente, a praticar furtos nos transportes públicos. Através de colegas da escola acessou um esquema de compra e venda de celulares e eletrônicos usados para escoar o que furtava.

Em 2014, articulou os bicos com os furtos. Em 2015, foi apreendido e cumpriu medidas sócioeducativas. Ele conta que acabou se deslumbrando com a possibilidade de conseguir dinheiro, especialmente após engravidar a namorada. Tinha planos de sair de casa para formar sua família e ter melhores condições de consumo: “*sair do perrengue*”. Eduardo diz que se arrependeu e, ao contrário do que teme sua mãe, afirmava não ter interesse em seguir os passos do irmão no tráfico.

O relacionamento com a mãe de seu filho terminou pouco depois do nascimento da criança, mas ele buscava uma reconciliação.

Em 2016, o jovem tinha terminado o Ensino Médio há um ano e fazia trabalhos ocasionais como motoboy (sem carteira de motorista) e ajudante de pedreiro e pintor. Os retornos de seus bicos eram muito instáveis e o valor da pensão paga ao filho, variável. A ex-namorada ameaçava acionar a justiça e sua mãe teve que assumir tal responsabilidade, o que gerou conflitos familiares. Por essa razão, o objetivo de Eduardo tornou-se arrumar um emprego fixo e registrado. Enquanto não conseguia, assumiu os cuidados do primo criado por sua mãe e do filho nos horários em que a ex-namorada trabalhava.

Em 2017, Eduardo continuava cuidando do filho e do primo, realizando bicos e buscava de forma mais sistemática o que ele chamava de “trabalho fixo”. Procurava através da internet e em agências de emprego da região e do Centro, mas não conseguia. Não sabia se era por causa da crise ou porque, aos 20 anos, não tinha nenhum registro em carteira. Chegou a cogitar também que fosse discriminação por sua cor e origem social ou por suas tatuagens, o que, de fato, ocorre entre as agências de intermediação de mão-de-obra (Vieira, 2012). O Ensino Superior não fazia parte de seu horizonte, mas gostaria de fazer cursos profissionalizantes, especialmente ligados à mecânica para operar reparos em motos. O jovem narrou a busca insistente de cursos de qualificação gratuitos e atribuía à crise a ausência de oportunidades no ensino profissionalizante. Eduardo gostava de funk, mas entrou em um grupo de pagode formado por amigos de suas tias com quem eventualmente se apresentava em festas e churrascos no bairro. Via nessa atividade uma oportunidade de diversão, comida e bebida gratuitas, além de uns trocados.

Eduardo era um dos poucos homens que se dedicava a atividades de cuidado e, diferentemente de muitas mulheres, valorizava tal trabalho. Na falta de uma relação estável com o mercado e de um emprego que o levasse a se identificar como trabalhador e provedor, ele usava seu engajamento nas atividades de cuidado familiar como sinal de que não seguia o caminho das “coisas erradas”. O trabalho de cuidado era o que lhe salvava da imagem de vagabundo e ele dava visibilidade a essa atividade no seu discurso e nas suas interações familiares. Nem ele e nem seu irmão mais velho, os primeiros netos homens da família, haviam conseguido ainda assumir o papel de provedor, tal como sua mãe e avós esperavam. Sobre o assunto, disse seu avô João em tom crítico: “*um virou bandido e o outro virou babá*”. Diferentemente da maioria dos homens do estudo, o jovem também acompanhava de perto o que se relacionava com o universo da Assistência Social. Por conta da baixa escolaridade das mulheres de sua família, ele as auxiliou com a busca de informações sobre políticas e eventualmente as acompanhava ao CRAS e à entidade socioassistencial. Conhecia as regras dos benefícios, os discursos institucionais e os estereótipos ligados aos beneficiários dos

programas.

A gente procura emprego e não tem, a gente procura curso e não tem. Tudo bem, a gente se vira, né. Mas não é o correto, né, se virar. Ainda mais para quem tem filho. Se eu não tivesse filho, eu tava talvez correndo atrás de outras coisas, estudar ou viajar, porque eu sempre quis conhecer a Bahia, a terra da minha vó, por exemplo (...) Mas agora vem um pessoal e fala que pobre tem filho só para pedir Bolsa família. Nossa! Eu fico puto com isso aí. Porque eu acho que não tem noção da realidade. Quando nasceu meu filho, não foi uma coisa planejada, a gente jovem, sem condições e tal, todo mundo ajudou um pouco. Foi uma coisa assim, que eu falo que nunca vou me arrepender do meu filho, mas foi precipitado, vamos dizer assim. Mas agora eu to correndo atrás e a Marina [mãe do filho] tá trabalhando, que ela é bem batalhadora mesmo. Mas a gente pediu o Bolsa família, ela que pediu, né, eu acompanhei. Mas tem uma coisa que eu não entendo é quando falam que as pessoas têm filho só para pedir Bolsa Família. Eu já ouvi. E eu sei que tem esses preconceitos né, com quem é pobre, mora em favela, é negro, tem Bolsa Família... O próprio governo tem preconceito. Tanto que estão falando que vai cortar de quem não precisa e deixar só para quem precisa. Então deve achar que tem um monte de gente aqui só fingindo que precisa, nadando na grana. Eu não sei de onde tiram essas ideias. Ao invés de aumentar as oportunidades para quem precisa, sei lá, fazer uns programas tipo o Bolsa Família, mas pros jovens poderem se dedicar a uma atividade útil em casa ou no bairro, ou de cultura, de arte.. Porque a gente também merece, né. (Eduardo, setembro 2016)

Eduardo, assim como as jovens da Família 1, apresentava um discurso de defesa da expansão das políticas sociais e uma crítica aos preconceitos relacionados aos beneficiários, bem como às narrativas que sustentavam as medidas de austeridade.

Miriam (37 anos), 2ª geração, Gilson (33 anos), 2ª geração e Isabel (16 anos), 3ª geração

Miriam não caminha dez metros pelo bairro sem parar para cumprimentar alguém: vizinhos, amigos, parentes, os traficantes nos pontos de venda, os “nóias” na praça, o dono do boteco, a assistente social, o padre da paróquia. Todo mundo tem informação para dar ou pedir. Todo mundo tem um favor para pedir ou oferecer. Dona de uma notável capacidade de mobilizar relações, através dela circulam todos os tipos de ajudas, favores e informações: trabalho, políticas sociais, doações, brindes, descontos, pontos de venda de drogas, acesso a fontes ilícitas de renda e festas, pagodes e churrascos na região. Não por acaso, ela foi uma das principais informantes da pesquisa e a responsável por descortinar boa parte da “economia invisível” que movimenta as famílias do estudo.

Casada com Gilson (34 anos) e mãe de três filhos com idades entre 4 e 16 anos, morava com sua família em um puxadinho na parte baixa do bairro, uma das habitações mais pobres encontradas na etnografia. Miriam se classificava como dona-de-casa. O marido trabalhava como pedreiro.

Miriam nasceu em 1980. Desde criança ajudava a irmã Vânia com os afazeres domésticos. Aos 14 anos começou a trabalhar como ajudante de costura com uma vizinha que produzia para confecções em uma oficina no fundo de casa. Não gostava do ofício, mas dedicou-se a ele por dois anos;

abandonou porque a vizinha não pagava corretamente e culpava as confecções contratantes⁷⁴. Teve uma trajetória escolar descontinuada e, aos 15 anos, abandonou definitivamente o estudo. Mas, tendo completado o equivalente ao atual sexto ano, Miriam é a mais escolarizada entre os filhos de João e Sílvia.

Aos 15 anos engravidou por acidente e, para não carregar o peso do título de “mãe solteira” que poderia atrapalhar as chances de um bom matrimônio, entregou o bebê para adoção. Isso se deu com o endosso dos pais através de um esquema que facilitava a adoção direta colocando famílias interessadas em dar um bebê para adoção em contato com famílias interessadas em adotar. Nesse caso, a adoção direta geralmente envolvia algum tipo de compensação financeira oferecida pelas famílias adotantes para as mães que entregavam para adoção. Por isso é referido por alguns informantes como “venda de bebês”. Mas trata-se de uma situação bem diferente do “tráfico de bebês”, tal como alerta Fonseca (2013) em estudo que revela que essa prática era bastante comum nas famílias pobres brasileiras até que a guerra contra o tráfico de pessoas alterou os dispositivos legais, restringindo a adoção direta a partir dos anos 1990. Miriam recebeu uma contribuição financeira que foi importante porque o grupo familiar começava a enfrentar dificuldades materiais⁷⁵.

Em 1997, aos 17 anos, Miriam casou-se com Carlos, seu primeiro marido, mudou-se da casa dos pais para um quartinho na vizinhança e engravidou pela segunda vez. O bebê nasceu com leucemia. Miriam revezava os cuidados da criança com a mãe e a irmã Vânia para ajudar a complementar a renda familiar. Foi assim que ela começou a trabalhar com Carlos como vendedora ambulante no Brás. Eles trabalhavam para um lojista que também possuía barracas de roupas na rua. Recebiam um valor fixo por semana e uma comissão por venda. Miriam, excelente negociadora, aumentou as vendas da banca e a renda familiar.

Em 1999, após dois anos de tratamento, a criança faleceu. O casal ficou muito abalado e Miriam desistiu do trabalho. Meses depois recebeu e aceitou a proposta de cuidar sozinha de uma banca

⁷⁴ A pesquisa de Silva (2008) documentou muito bem o fenômeno de aumento das “oficinas de fundo de quintal” na periferia da zona leste de São Paulo que se deu na esteira do processo de reestruturação produtiva do setor têxtil nos anos 1990. A pesquisa mostra os fluxos de subcontratação de trabalho informal no qual se inserem as ex-costureiras. Essas, passam a trabalhar em casa por produção e acionam as redes familiares e de vizinhança para cumprir as encomendas, expandindo a cadeia de subcontratação informal. Durante a pesquisa no bairro encontramos muitas mulheres que, em algum momento da vida, se engajaram nas atividades de costura dessas oficinas como uma alternativa ao trabalho doméstico.

⁷⁵ Os relatos levam a crer que existiam diversos circuitos de circulação de bebês que atuavam no bairro e redondezas através de redes de confiança. Não ficou claro se alguns eram voltados para doação e outros para venda ou se os mesmos circuitos podiam conduzir a diferentes negociações dependendo dos atributos do bebê como cor ou condições de saúde. Miriam menciona que uma vizinha fazia parte de um outro esquema que trazia bebês do Nordeste para famílias ricas de São Paulo nos anos 1970 e 1980 e explica que foi aí que surgiu o termo “venda de bebês”. Ela chega a sugerir em tom de fofoca que muitas mulheres do bairro entraram nesses esquemas até o fim dos anos 1990, incluindo suas irmãs Amara e Regina, mas essa última não mencionou esse evento.

para o marido cuidar de outra. Foi quando a amiga Tita (Família 3) propôs uma parceria. Assim, no início dos anos 2000, paralelamente ao trabalho como ambulante, Miriam e Tita começaram a comprar produtos no Brás para revender na vizinhança. Essa é a semente do negócio tocado por Tita até hoje. Ao mesmo tempo, as amigas pegavam drogas no bairro para vender no Brás, aproveitando os deslocamentos centro-periferia realizados diariamente.

Carlos não aprovava tais iniciativas: começaram as agressões físicas. No ano de 2001, grávida de Isabel, Miriam expulsou o marido de casa. Criou a filha sozinha por três anos com os ganhos de seu trabalho que articulava as atividades de camelô no Brás, sacoleira no bairro e traficante (aviãozinho). As relações de solidariedade com Leila (Família.1) e Tita (Família3), ambas “mães solteiras” como Miriam, se intensificaram criando elos de ajuda mútua para problemas financeiros e questões cotidianas.

Em 2004, Miriam casou-se com Gilson, seu atual marido, que é pedreiro desde a adolescência e circula desde então entre empresas de construção civil, trabalhos por conta própria e bicos na vizinhança. Após o casamento, Miriam foi, aos poucos, abandonando as atividades no Brás para se dedicar ao trabalho doméstico e à família que crescia. Em 2006, Miriam teve mais um filho e decidiu assumir o papel de dona de casa. Ela diz: *“Fiquei um tempo parada pra cuidar das crianças. Era minha quarta gravidez e eu nunca tinha ficado em casa para ser dona-de-casa”*. Isso foi possível porque Gilson tinha conseguido se inserir no mercado formal de construção civil e circulava com alguma tranquilidade entre empresas do setor que expandia na década de 2000.

O que Miriam descreve como “parada” era uma rotina que articulava o trabalho doméstico e de cuidado dos próprios filhos ao de outras crianças do bairro: *“Eu comecei a cuidar das crianças das vizinhas, das amigas, sempre que alguém precisava eu mandava deixar aqui. Já tava parada mesmo. Quem cuida de dois, cuida de dez.”* Ela não cobrava por esse cuidado e não interpretava como trabalho, mas como favor, camaradagem: “ajuda”. Diz que não saberia como cobrar das amigas, não teria coragem de propor um valor, mas deixava aberta a possibilidade de retribuírem o favor como quisessem ou pudessem. Atribuir um preço para um serviço prestado a alguém com quem se está ligado por laços de parentesco ou amizade não é uma tarefa simples, como mostram as etnografias econômicas (Cottureau, Marzok, 2012; Cottureau, 2013, Weber, 2009; Zelizer, 2005, 2006, 2008, 2009)⁷⁶. Desse modo, Miriam recebia em troca presentes e comida. Mas, acima de

⁷⁶ A etnografia de Cottureau (2013) revela a trama de transações econômicas invisíveis em que está imersa uma família andaluza de origem marroquina e mostra a complexidade envolvida na definição do valor cobrado pelo serviço de cuidado do filho da vizinha. Esse singelo evento é analisado.... a partir da abordagem que o autor chama de “etnocontabilidade”, por meio a qual busca compreender a forma de atribuir valor às transações econômicas, especialmente as que estão fora da economia formal. O trabalho revela os sentidos, afetos, negociações e tensões envolvidos no estabelecimento do preço para um serviço prestado a alguém com quem se tem uma relação prévia. No caso etnografado toda a família andaluza entra na discussão sobre o preço que a mãe deveria cobrar da vizinha

tudo, criou e fortaleceu uma rede de relações de reciprocidade com as famílias da vizinhança que poderia acionar em caso de necessidade. Começou a cortar o cabelo das crianças sob seu cuidado. A ideia surgiu, pois freqüentemente tratava dos piolhos da criançada. A vizinhança pedia para ela cortar também o cabelo dos adultos. Ela atendia aos pedidos e não cobrava pelos cortes, mas continuava aceitando presentes e doações. Nesse momento, montou um esquema para venda de cabelos com um conhecido dos tempos de Brás que trabalhava em um salão de beleza do Centro. Ela cortava o cabelo das mulheres do bairro e, como intermediária, recebia uma comissão pelo cabelo vendido para produção de apliques e perucas⁷⁷. Muitas meninas do entorno venderam seus cabelos com intermediação dela em situações de necessidade material: *“Não dava muito dinheiro, mas era um jeito de ajudar quem precisava, porque as vezes a pessoa não sabe como arrumar dinheiro, eu tentava ajudar.”*. Note-se o uso do verbo ajudar, muito recorrente nas descrições que Miriam faz sobre seus serviços. Em outro momento disse: *“Um dia cortando o cabelo das crianças, aqueles cabelinhos virgens, sem tinta, sem alisamento, foi que eu percebi... Às vezes a pessoa tá precisando mesmo de um dinheiro na mão e acha que não tem nada para vender, mas sempre dá-se um jeito.”* Esse é o lema de Miriam.

Em 2008, ela separou-se de Gilson, deixou as crianças com sua mãe, e começou a procurar trabalho. Através de uma pequena agência de emprego indicada por uma vizinha, Miriam e Vânia conseguiram vagas temporárias em uma empresa de terceirização de limpeza. Vânia teve o contrato renovado e conseguiu se inserir no setor. Miriam foi dispensada e tentou durante quase quatro anos construir um percurso de estabilidade mínima no setor de limpeza. Não conseguiu. Sua explicação é: *“Vânia sabe engolir sapo. Eu não. Não dava certo.”* Desenvolvendo o assunto, narra condições duras de trabalho e humilhação como controle do tempo de uso do banheiro e revista de pertences das trabalhadoras de limpeza. Foram quatro empresas em quatro anos, nenhum contrato durou mais que os três meses iniciais⁷⁸. Nos longos intervalos entre uma empresa e outra, Miriam fazia faxinas como diarista por indicação de Leila (Família1) e trabalhos de costura para mesma vizinha com quem trabalhou na adolescência. Recebia cesta-básica da entidade beneficente e doações de vizinhos e amigos que eram retribuídas com ajudas cotidianas. A renda era incerta e, eventualmente, revendia drogas para seus antigos contatos.

Diante das dificuldades em manter a família, em 2012, Miriam reatou o casamento com Gilson: “A

evocando referências como tempo de relação, origem, religião e raça além da comparação com o preço de outros serviços.

⁷⁷ No Brasil o mercado de compra e venda de cabelos opera de maneira informal, sem registros escritos e sem intervenção estatal. Para mais detalhes sobre o mercado do cabelo (megahair, perucas e apliques) em Salvador e Paris ver Malysse (2002)

⁷⁸ O estudo de Guimarães, Andrada, Brito, Picanço, Prates, Vieira (2016) mostrou a enorme rotatividade de setores pobres no trabalho agenciado, especialmente das mulheres.

gente tem nossos problemas, mas ele traz dinheiro para casa. Sempre arruma trabalho, se vira, e isso faz diferença (...) Sozinha eu não tava dando conta e a última coisa que eu queria era por as crianças pequenas para trabalhar”. Assim como a irmã Vânia, ela priorizava a dedicação das crianças à escola. Houve outras separações e o motivo da volta era sempre o mesmo, o sustento da família: *“com casa e três crianças pequenas para cuidar e sustentar não tem milagre: ou volto pro tráfico ou pro marido*”. Em 2013 teve o terceiro filho e voltou a dedicar prioridade às atividades domésticas: *“Eu parei de novo para cuidar só das crianças e to parada até hoje*”. Mais uma vez o uso do verbo “parar” e do adjetivo “parada” foram utilizados para descrever um momento da vida em que ela entrelaçava uma ampla gama de atividades: retomou o trabalho de cuidado das crianças da vizinhança, deu continuidade às atividades de corte e venda de cabelo e assumiu alguns serviços domésticos para amigas e vizinhas, entre outros afazeres que detalharemos a seguir.

Em 2013 começou a receber o Bolsa Família após dois anos de tentativas. Desde então, Miriam passou a freqüentar as reuniões da entidade sócio-assistencial quase semanalmente porque gostava das aulas de artesanato. Mas, especialmente porque através da convivência naquele espaço começou a entender o universo das políticas sociais, suas regras e oportunidades. Aproximou-se de Moisés, o técnico social que acompanhava sua família, e perguntava tudo que podia. Assim tornou-se a grande disseminadora de informações sobre políticas sociais na vizinhança.

Em 2014, Miriam foi procurada por uma conhecida para quem revendia drogas nos tempos que era camelô no Brás. Recebeu a proposta para participar de um esquema ilegal de casamentos com imigrantes indocumentados, especialmente oriundos de países africanos de língua portuguesa, como Angola e Moçambique. O objetivo do esquema era a obtenção do visto de residência no país através de casamento com brasileiras. Ela aceitou e oficializou matrimônio com um angolano em troca de R\$2.000,00 (aproximadamente 2 salários mínimos). Além de assinar os papéis, eventualmente acompanha o “marido” em audiências na Polícia Federal e precisa manter contato relativamente freqüente com ele. Esse evento não é de conhecimento de Gilson, seu companheiro. Vislumbrando interesse no negócio por parte de outras mulheres da sua rede, propôs entrar no esquema como intermediária. Entre 2014 e 2017, Miriam encaminhou cerca de dez mulheres para esse mercado de matrimônios, entre elas suas irmãs mais novas Regiane e Amara e as amigas Flávia e Fabiana (Família 3). A cada “esposa” encaminhada ela recebe a comissão de R\$500,00 (aprox.1/2 salário mínimo).

Em 2015, sua mãe começou a trabalhar como cuidadora e Miriam se responsabilizou também pelo cuidado do pai e dos sobrinhos pequenos. No mesmo ano, Gilson enfrentou um período de desemprego por conta da crise econômica e política que atingiu as empreiteiras e construtoras do país. Os arranjos familiares de provisão material foram afetados e ela voltou a buscar trabalho nas

empresas de terceirização de limpeza. Não obteve sucesso na busca. Ao perceber a situação da família, Moisés (técnico social) lhe encaminhou para uma vaga de auxiliar de limpeza, ela fez o processo seletivo e não passou. O encaminhamento fazia parte das ações de inclusão produtiva da entidade. Miriam desconhecia essas iniciativas e julgou o ocorrido como uma dica de um amigo. Tendo apenas o Bolsa Família como renda regular, solicitou ajuda para entidade beneficente religiosa e obteve uma cesta básica mensal com a condição de frequentar os cursos de qualificação da instituição. Ela participou por seis meses do curso de costura, mas assim que a situação familiar melhorou abandonou a atividade, sentia-se constantemente avaliada: *“parece que eles estavam sempre julgando, tipo ‘vocês tem que melhorar de vida’, como se a minha vida não fosse boa.”*, ela diz indignada.

No fim de 2015, Gilson saiu do desemprego e foi trabalhar em uma empresa que terceiriza serviços de recapeamento de asfalto. O orçamento doméstico se restabeleceu e Miriam tomou uma decisão importante: voltar a estudar para completar o Ensino Médio. Com o crescimento dos filhos ela queria voltar a trabalhar fora de casa, mas não na área da limpeza, onde achava que as humilhações e os baixos salários não compensavam. Seu sonho era trabalhar como segurança. Guardava parte do dinheiro obtido com a intermediação de “esposas” para financiar seu futuro curso de segurança e portaria.

Pesquisadora: E os planos para o futuro?

Miriam: Como eu falei, eu queria terminar logo a escola, fazer o curso [segurança e portaria], porque dizem que você faz o curso e já sai com emprego. E ganha bem, né. E com o dinheiro arrumar a minha casa, porque do jeito que ta... Olha o estado desse barraco.

P: Muitos planos então, né?

M: Ah, é. Mas assim, tudo plano que eu sei que eu posso concretizar, nada de sonhar com coisa impossível. A escola para mim é um sufoco, mas é o primeiro passo.

P: E como você sabe que faz o curso e já arruma emprego?

M: Meus colegas que me falaram. Porque quando eu trabalhava nas firmas de limpeza eu trocava muita idéia com os colegas da segurança e perguntava quanto eles ganhavam, como eles arrumaram, como fazia para arrumar. Eles ganhavam bem mais que nós da limpeza. E a limpeza é um trabalho muito mais pesado né, Então desde essa época eu coloquei essa idéia na cabeça, vi que é um jeito de ganhar mais e sofrer menos (risos).

P: E como será que são as oportunidades para as mulheres nesse ramo? Você perguntou?

M: Ah, então... Aí que tá! Eu nunca tinha pensado muito nisso porque eu só via homem. Daí eu comecei a perceber que começou a aparecer umas mulheres seguranças, todas arrumadas com aquele uniforme de segurança, muito mais chique que o uniforme de limpeza, aquela coisa horrorosa. E elas todas com pose, assim poderosas, com colete, com arma. Achei demais aquilo. Daí comecei a fazer amizade com elas para descobrir... E descobri que algumas tinham começado com faxina, daí depois passaram para portaria e depois segurança mesmo, com arma e tal. Só tem que fazer o curso. Daí que eu pensei: eu também quero! Mas preciso terminar a escola primeiro e depois fazer o curso. E aqui estou eu...

P: Então quer dizer que você quer ter colete e arma? (risos)

M: Eu quero! (risos) Quero ver quem vai mexer comigo. (Miriam, fevereiro 2016)

A etnografia realizada em 2016 observou que, naquele período, Miriam desempenhava muitas

atividades. Prestava serviços de limpeza e cuidado de crianças e cortava o cabelo de parentes, vizinhos e amigos em troca de presentes, comida ou remunerações simbólicas. Também cuidava diariamente do cachorro do vizinho em troca do uso do sinal de internet. Semanalmente lavava e passava as roupas da amiga Tita (Família3) em troca de uma remuneração mensal de R\$100,00. Para amiga Leila (Família 1) fazia todo tipo de serviço, desde faxina a mercado e feira, passando por buscar e levar Bruno na creche e Dona Aurora no hospital. Leila lhe oferecia em troca doações freqüentes de comida e eventuais pagamentos em dinheiro. Ao mesmo tempo, Miriam continuava atuando como intermediadora nos mercados de compra e venda de cabelos e de matrimônios com imigrantes. Participava freqüentemente das atividades na rede sócio-assistencial através das quais garantia o recebimento de caridade e suportes governamentais. E, eventualmente, se solicitada, revendia drogas para seus contatos no Centro da cidade. Além disso, no período da noite cursava o supletivo.

É, portanto, notável o trânsito intenso e cotidiano de Miriam por diferentes formas de prover a sobrevivência, e, principalmente, a articulação de recursos de naturezas distintas: governamentais, mercantis, não-mercantis, legais e ilegais. Tal circulação lhe permite assumir um papel de intermediadora entre esses diferentes mundos criando fluxos de informações, serviços e produtos através dos quais ela ganha a vida e possibilita que outros ganhem também.

Após acompanhar Miriam por um dia travamos o seguinte dialogo no qual ela soltou uma frase que depois se mostrou um bordão: Ser pobre dá trabalho.

Pesquisadora: Você parece candidata a vereadora, vai parando e cumprimentando todo mundo, distribuindo abraços. (Risos)

Miriam: Você vê! Todo mundo fala. (Risos) Mas é que eu nasci aqui, né, daí não tem jeito, você conhece todo mundo há anos, abraça, briga, faz as pazes... faz parte... E *agora também que eu não to trabalhando*, fico aqui, dia todo *correndo atrás das coisas, pra ganh a vida tem sempre coisa para resolver, alguém para ajudar, é dia todo assim...* Porque é o que eu falo: *pobre nem sempre tem trabalho, mas ser pobre dá trabalho*. Tem tanto problema para resolver! Problema de pobre, né, porque rico é outra coisa... Eu sempre digo que ser pobre dá um trabalho! (Miriam, fevereiro de 2016, grifos nossos)

De forma semelhante à narrativa de sua mãe Silvia, Miriam articula a suposta condição de “não trabalho” a uma rotina de muito trabalho que permite a sobrevivência do pobre que não tem aquilo que pode ser legitimamente chamado de trabalho. O uso da palavra ajuda para descrever os serviços prestados por ela no interior das redes de amizade aparece aqui da mesma forma que nas falas de Silvia. O emprego das expressões “ganhar a vida” e “correr atrás” nas falas de Miriam, assim como nas da sua mãe, também sintetizam o conjunto de atividades desempenhadas por ela para manter a família, mas que não são representadas como trabalho.

Em meio à crise de 2016 e 2017, Miriam e suas habilidades de intermediar fluxos entre circuitos distintos fazia-se ainda mais importante. Ela era a informante que compreendia melhor o universo dos suportes governamentais e repassava as informações para as mulheres da sua rede. Por outro lado, a escolaridade e o acesso a tecnologias da comunicação (celular e internet) ampliavam suas possibilidades de construir e alimentar redes e canais de provimento de renda e serviços. Sua principal preocupação com a crise era o emprego do marido.

No entanto, no fim de 2016, Gilson ficou desempregado novamente e o casal decidiu inserir Isabel, que havia completado 16 anos, no mercado de trabalho. Além da contribuição financeira, queriam ocupar o tempo livre da jovem para que ela não se envolvesse com “coisas erradas”. Miriam só aceitava que a filha trabalhasse fora de casa se fosse através de programa de aprendizagem. Acreditava que assim a dedicação à escola não seria afetada e fazia questão que a filha tivesse uma relação mercantil e formal de trabalho: *“Agora que ela tem 16 anos pode ser contratada, tudo diretinho. Então, acho que agora ela já pode trabalhar. Antes eu não queria, assim trabalhar de qualquer jeito, a gente não queria não, mas de jovem aprendiz é diferente”*. Ela procurou e conseguiu, através da entidade sócio-assistencial, uma vaga para a jovem como aprendiz em uma empresa alimentícia. Mais uma vez a indicação foi compreendida como parte de sua relação pessoal com o técnico social. Miriam estava orgulhosa da filha.

Isabel, por sua vez, entendia aquele trabalho como uma necessidade circunstancial de contribuir para o orçamento doméstico diante da crise que afetara o emprego do pai. Seu plano era voltar a se dedicar apenas aos estudos assim que ele saísse do desemprego. Acreditava que o trabalho estava afetando sua relação com a escola, instituição que gostava, e sentia que sua adolescência estava sendo sacrificada. Dizia que sentia falta das suas tardes com os colegas de escola. Seu sonho era ser atriz ou tatuadora, mas, se não fosse possível, queria trabalhar como vendedora em loja de roupas, de preferência em shopping.

Regiane (31 anos), 2ª geração

Durante a pesquisa foi possível encontrar Regiane diversas vezes alterada pelo uso drogas, e em uma das visitas à Família 1, estava sendo cuidada por Leila que a encontrou inconsciente na rua. Ela era vista pela família como vulnerável e necessitada de tutela constante. Temiam pelo abuso de drogas e pelos mandos e desmandos do marido. Regiane era vítima de violência doméstica. Evitava o olhar, mantinha o rosto abaixado, tinha cicatrizes pelo corpo e os dedos deformados. Roia as unhas até a carne nos momentos de abstinência. Desacreditada por todos, esforçava-se em desempenhar um papel que sustentava sua identidade: ser esposa.

Regiane (31 anos) abandonou a escola aos 12 anos e a partir de então fez trabalhos ocasionais como faxineira e costureira na vizinhança. Em 2001, quando tinha 16 anos e sua família começava a sofrer problemas financeiros em decorrência da doença de João, a jovem começou a usar drogas e foi, aos poucos, perdendo as oportunidades de trabalho. Chegou a se prostituir em troca de drogas nesse período.

Aos 18 anos foi acusada de roubar dinheiro de uma vizinha e a família a mandou para casa de parentes no interior da Bahia para acalmar a situação. Lá, casou-se com um primo distante e durante dois anos ocupou-se como dona-de-casa. Mas, aos 20 anos, fugiu do primeiro marido e voltou para São Paulo.

Poucos meses após o retorno, em 2005, conheceu Wagner, um jovem que trabalhava para o tráfico. Casou-se e foi morar com ele. Passou os oito anos seguintes como dona-de-casa e não se envolvia com as atividades do tráfico, mas usava drogas sob o controle do marido, que era o provedor do domicílio. Narra esse período como o mais feliz e confortável de sua vida, embora os familiares relatem que era vítima de violência doméstica.

Quando o companheiro foi preso em 2013, ela voltou para a casa dos pais e caiu nas drogas. Era difícil arrumar trabalho ou mesmo bicos na vizinhança, pois não tinha boas recomendações. Todos sabiam do seu vício e do suposto furto do passado, que ela nega. Em 2014, após fugir de casa e praticar furtos para se drogar, pediu para ser internada em uma clínica para desintoxicação onde ficou por quatro meses.

Com exceção do período em que esteve em tratamento, Regiane visitava o marido no presídio religiosamente todo final de semana e sua vida girava em torno dele. Wagner proibia que a jovem traficasse drogas e se envolvesse com outros homens e cobrava que a esposa não deixasse de comparecer a uma visita sequer. A pedido dele, Regiane era vigiada por seus parceiros e parentes. Tanto ela quanto sua família temiam suas ameaças e retaliações. Quando a dispensa estava vazia, Silvia chegava a pedir comida na vizinhança para Regiane levar nas visitas e não desagradar o marido. A mando do companheiro, ela fazia alguns serviços para a “irmandade” (PCC) que evitava detalhar, mas que aparentemente giravam em torno de levar e trazer recados. Em troca recebia o dinheiro para custear as visitas para o presídio que ficava fora da cidade.

Em 2014, o marido descobriu que Regiane tinha se envolvido com outro homem e ordenou, de dentro da prisão, que os “irmãos” lhe aplicassem um castigo: ela levou uma surra e teve o cabelo raspado⁷⁹. A partir de então sua relação com as drogas piorou muito e ela desistiu de buscar

⁷⁹ O trabalho de Padovani (2015) trata das redes de afeto, casos e casamentos estabelecidos dentro e fora das prisões a partir da ótica das mulheres. A etnografia revela que o castigo sofrido por Regiane é uma prática comum de punição das mulheres de integrantes do PCC acusadas de trair os maridos.

trabalho.

Em 2015 ela também entrou no esquema de casamentos com imigrantes indocumentados através de sua irmã Miriam. Casou-se no papel com um angolano, pois o casamento com Wagner não era oficializado. Morria de medo de ser descoberta por ele. Chegou a confidenciar que tinha se interessado pelo imigrante e que tiveram um caso, mas o medo do marido impediu a continuidade da relação.

Entre 2016 e 2017, suas atividades giravam em torno dos “serviços” que fazia para o marido e eventuais trabalhos como auxiliar de costura para sua sogra que lhe pagava com roupas e comida. Em sua interpretação, não estava trabalhando para o tráfico, mas fazendo favores para o marido, oferecendo “ajudas”, ou seja, desempenhando o papel de esposa. Da mesma forma, não sentia que estava trabalhando para a sogra, mas cumprindo seu papel de nora de prestar ajuda. Mesmo suas atividades remuneradas como faxineira e lavadeira de outrora não eram interpretadas como trabalho, mas troca de favores para algum vizinho, um quebra-galho, uma ajuda oferecida por alguém ciente de sua dificuldade em trabalhar por conta do vício. Quando questionada por suas atividades cotidianas, ela respondeu:

Pesquisadora: Desde que você saiu do tratamento como tem sido sua rotina, suas atividades?

Regiane: De trabalho to parada né. Faz um tempo. Trabalho mesmo, difícil. Na verdade, nunca trabalhei de verdade. Mais umas faxinas aqui, assim para conhecidos mesmo. Mas faz tempo também... (...)

P: Me conta como é um dia normal seu, o que você faz.

R: Ah, fico aqui só [em casa], ou na casa da minha sogra, ou por aí... *Mas só correndo atrás das coisas pro Wagner* [marido] mesmo e esperando ele sair pra retomar a vida normal, né.

P: E como que era vida normal?

R: Ah, cuidar dele, da casa... Eu sou meio assim, mas eu cuidava direitinho... Na medida do possível, a casa era arrumadinha. Sou boa esposa e dona de casa. Disso aí ninguém pode reclamar. Tanto que mesmo preso eu faço minha parte, né, visito toda semana, levo as comidas que ele gosta. To fazendo a minha parte...

P: E como é um dia normal agora?

R: Eu fico por aí, *corro atrás das coisas do Wagner*, passo os recados, também preparo umas comidas para levar na visita. As vezes vou lá na mãe dele, vejo se ela precisa de ajuda com as costuras, almoço por lá... As vezes levo meu pai no hospital.

P: Corre atrás das coisas do Wagner?

R: É. Mais recado, né. Eu não passo droga mais. Ele não deixa. É recado, uns serviços. É o que eu posso fazer de longe por ele, é como eu posso ajudar.

P: E é sempre?

R: Sempre, *toda semana tem uns corres*. Depende... Eu também não posso ficar falando muito, né. Não posso falar...

P: Claro. Tudo bem. E como é esse negócio das costuras com a sua sogra? É sempre?

R: *Quase sempre. Depende do trabalho que ela tem. Mas tem época que eu vou todo dia. Eu ajudo ela assim, no acabamento, nos arremates, só coisa assim. Tem coisa que eu não sei fazer. Eu fico lá ajudando ela quando ta com muita encomenda. Mais ajuda mesmo. Wagner me manda cuidar dela. Ver se ela precisa de alguma coisa. Porque ela é como se fosse da família né, a mãe do meu marido. Ela também me ajuda, né, com comida, as vezes algum dinheiro, ela que faz minhas roupas. Coisa pouca, mas ajuda. É meio um jeito de ocupar a cabeça também pra não ficar na fissura. (...) É só isso que eu faço mesmo. To parada. Não é fácil trabalho também por causa dessas coisas das drogas. Isso*

atrapalha, né. E com o marido preso, o dinheiro não entra. Então, eu tento ajudar o Wagner como eu posso, né. (Regiane, abril 2016)

As drogas dificultavam a busca por “trabalho”, ela diz, mas não impediam o exercício de suas responsabilidades com o marido, que ela chamava de ajudas, e desempenhava com uma dedicação que impressionava e envolvia medo, amor e uma dose de orgulho. Ela falava de si sempre como “esposa”. Esse era um elemento importante da sua identidade e sua forma de classificar o conjunto de atividades através das quais ela garantia a sobrevivência. Nos seus relatos, valorizava mais o conjunto de ajudas e suportes vindos do marido e da família dele como contrapartida pelo cumprimento de suas “responsabilidades matrimoniais” do que aqueles ofertados por sua própria família. Regiane teve relações muito frágeis com o mercado de trabalho informal de serviços domésticos. Por outro lado, mantinha relações mais estáveis com o mercado ilícito das drogas e teve envolvimento pontuais em atividades criminosas como furtos. Embora não traficasse regularmente, realizava uma série de “serviços” para o tráfico e seguia as regras de conduta desse universo. Aqui observamos também o uso da palavra “ajuda” para se referir ao trabalho de costura realizado na oficina da sogra e às atividades realizadas em nome do marido do preso. Em relação a esse conjunto de atividades ilícitas, Regiane também usa a expressão “corres” e “correr atrás” num sentido diferente àquele usado por sua mãe e suas irmãs, referindo-se aqui às práticas ligadas ao tráfico de drogas.

A jovem não freqüentava as atividades da entidade beneficente nem das instituições de Assistência Social. Por conta de suas relações com o tráfico, mantinha certa distância de tais organizações. Ademais, sentia-se desconfortável nesses espaços onde seu vício era estigmatizado: *“Quando a assistente social aparece, eu corro daqui.”*, ela responde à pergunta sobre sua relação com as organizações da Assistência Social.

Amara (27 anos), 2ª geração

Amara (27 anos) é a filha caçula do casal Silvia e João. A *“filha mais bonita e mais problemática”*, disse a matriarca. Ela não morava no bairro, mas visitava a família com regularidade quase semanal. Seus três filhos tinham entre 10 e 4 anos idade e eram criados pela mãe e pela irmã mais velha. Foram muitos desencontros até conseguir entrevistá-la pela primeira vez. E, antes desse momento, seu nome e sua história apareceram inúmeras vezes nas conversas com outros informantes da família e de fora do grupo. Era retratada como uma figura polêmica, a filha “perdida”. Na primeira interação, ela disse em tom de ironia: *“Nem quero saber tudo que falaram mal de mim para você. É*

tudo inveja.” E depois: “Sou muito louca, mas, porém sou feliz e costumo não me importar com o que os outros falam. Santa mesmo é só quem se faz.”

A jovem nasceu em 1990 e, aos 14 anos, quando a família vivia um período de grande penúria no início dos anos 2000, começou a namorar um traficante do bairro. Foi quando abandonou a escola, foi morar com ele e começou a usar drogas. Teve seu primeiro filho aos 17 anos, quando o namorado foi preso. Nesse período, ela voltou para casa dos pais, começou a traficar, engravidou novamente e deu o segundo bebê para adoção aparentemente através do mesmo esquema que intermediou a adoção do primeiro filho de Miriam.

Aos 19 anos a dependência química se intensificou e, em 2009, ela foi mandada para Bahia pela família. Voltou em 2010 e poucos meses depois, caiu no vício de novo. Tinha relações sexuais com os meninos do tráfico em troca das drogas que não podia pagar. Posteriormente, passou a se prostituir nas ruas: *“Quando vi tava fazendo programa. Mas fazia porque tinha homem interessado, nunca obriguei ninguém. Então não sei o que tem de errado comigo. Pelo contrário, acho que não tem nada errado, eu sou linda e não tenho culpa (risos)”*. A mãe desabafou: *“Bonita daquele jeito podia ter arrumado um bom marido, era o que a gente imaginava, mas caiu na vida, um desperdício”*. A irmã Vânia disse: *“Se eu fosse bonita como Amara, tinha usado esse presente de Deus de uma forma mais inteligente, né, até um marido rico, mas ela foi se vender barato.”* Aparentemente, por sua beleza, Amara era a filha em que a família depositava as maiores expectativas de um bom casamento. Ela traçou outros rumos, onde, no entanto, a beleza não deixava de ser um ativo.

Em 2011, aos 21 anos de idade, foi expulsa de casa pelo pai que não admitia ter uma filha prostituta. Passou três anos transitando entre a rua, casas de prostituição, albergues para moradores de rua e detenções curtas por furtos. O filho mais velho da jovem ficou aos cuidados da mãe e da irmã Vânia, mas nesse período ela teve mais dois bebês que foram parar no abrigo. Em 2014 foi presa e perdeu definitivamente a guarda dos filhos, que foi assumida por Silvia e Vânia.

Em 2015 ela saiu da detenção e, após uma breve temporada na casa dos pais, voltou a se prostituir até construir uma relação estável com dois clientes. Dividia o seu tempo prestando serviços sexuais para os dois, separadamente, e desenvolveu com eles relações de amizade e afeto que evoluíram para um arranjo que ela chama de *“meus dois maridos”*. Morar com os pais se tornou insustentável, então ela propôs para seus clientes viver parte do tempo com eles em troca de serviços sexuais e domésticos. Com o tempo, esse arranjo ganhou contornos de afetividade: *“eu cuido deles e eles cuidam de mim”*.

Entre 2016 e 2017, Amara morava parte da semana com um e outra parte com o outro. Um deles era um jovem pedreiro e o outro um senhor viúvo que trabalhava como porteiro. Dizia que, graças a

eles, tinha parado de se prostituir e de usar drogas de forma descontrolada. Os maridos lhe sustentavam e, em troca, ela cuidava de suas casas e mantinha relações sexuais com regularidade. Era um arranjo com limites muito tênues entre o matrimônio e a prestação de serviços sexuais e domésticos. Ela mesma, de vez em quando, parecia confusa. Às vezes se assumia como dona de casa e outras dizia que era empregada doméstica. As palavras “prostituta” e “programa” não eram usadas para narrar o presente. De toda forma, ela preferia se manter com esse arranjo do que através das modalidades usadas no passado. Sua família também. Não diziam que Amara era prostituta, mas que tinha dois maridos: era uma dona de casa. Depois de sua trajetória em mercados ilegais como o tráfico e imorais como a prostituição, passando por dependência química, prisões e internações, a família ficava aliviada da jovem estar sã e salva. Silvia disse: “*Eu passei a vida procurando essa menina pela rua, esperando pelo pior. (...) Quantas vezes achei que ela estava morta. Pelo menos agora eu sei onde ela está. Tem casa, tem endereço. Duas casas, né.*”. Era quase uma redenção. No entanto, sua mãe não lhe permitia levar os filhos. Por isso, ela visitava a família quase todo final de semana.

Em 2016, Amara entrou no esquema de casamento com imigrantes por intermediação de Miriam. Nem sua mãe e nem seus maridos sabiam. A irmã Miriam confiscou o pagamento pela transação e entregava para Amara aos poucos, para que ela não gastasse com drogas.

No ano de 2017, aos 27 anos, após uma trajetória baseada em relações com os mercados ilegais (tráfico e casamento com imigrantes), mercados imorais (prostituição) e crime (furtos e assaltos), Amara ganhava a vida se dedicando aos maridos e vivia de arranjos interpretados como não mercantis. Assim como sua irmã Regiane, tinha achado sua redenção moral no papel de esposa, ainda que em um arranjo pouco convencional. Ela também recebia doações de amigos e parentes e se engajava em trocas de produtos e serviços com as vizinhas. Sua relação com as políticas assistenciais, de trabalho e inclusão produtiva era nula e ela não se sentia afetada pela crise.

Ela não interpretava sua situação atual como trabalho e nem suas atividades anteriores no tráfico e na prostituição. No início da primeira entrevista, ela disse categórica, mas irônica: “*Nunca trampei, mas admiro quem trampa*”. Fez uma pausa e completou: “*Nunca recebi nada do governo e não admiro quem recebe.*”

Ao fim da mesma entrevista, chegamos ao seguinte diálogo:

Amara: Acho que tramar não leva a nada. Leva onde? Eu prefiro ser garota de programa que tramar. Eu prefiro... Quando eu fazia programa eu era mais livre, sabe, assim, com meu tempo, com minhas coisas, com minha vida. Do que em relação a trampo com horário, essas coisas... Agora eu to de boa, *cuido dos meus homens e eles cuidam de mim*. Como eu te falei, *a gente se ajuda, se faz*. Então é assim que eu ganho a vida. Eu tô bem. Não preciso de mais nada.

Pesquisadora: E você fazia programa em troca de dinheiro?

A: Já fiz em troca de varias coisas. Já fiz por droga, por comida, por carona, mas também já fiz muito por dinheiro. Na rua principalmente, era programa por dinheiro. Por aqui [no bairro] era mais droga mesmo. Mas quando eu saí de casa eu tinha que ganhar algum dinheiro, né, então era programa por dinheiro. Mas o dinheiro era pouco. Por isso que eu comecei a passar droga. Mas aí desandou tudo, né. Penitenciária não é vida.

P: E você não considerava esses programas como trabalho?

A: Não, né?! Programa não é trabalho!

P: Por que?

A: Quem considera programa trabalho? Ninguém. Adianta eu considerar? Eu mesma não considero. Eu acho que é outra coisa, né?

P: O que?

A: Programa é... Assim, *correr atrás*, arrumar grana. *Usar o que você tem, como você pode, para ganhar a vida, fazer sua sobrevivência*, né. É um recurso, vamos dizer assim. Um recurso muito usado, vou te dizer. Vender o que você tem, dar o que você tem. Cada um dá o que pode e o que querem. Para mim isso é muito natural. Porque não adianta você querer dar uma coisa que ninguém quer. Vamos falar a real: quem vai me contratar? Eu não sei fazer nada assim, em termos de trabalho, nem escola eu não terminei. O que eu posso e o que querem de mim, é isso aí: sexo, programa. Ou casar e ser dona de casa, que é o que eu to fazendo agora, que é o que as minhas irmãs fazem, né, que é o que a maioria das mina aqui fazem. Só Vânia que não é casada que trampa. Muita mina aqui já fez programa. Das minhas amigas mesmo. Muitas fazem por necessidade até. Faz um tempo e pára. Esconde, abafa, depois se faz de santa. Mas eu era louca, né, não me preocupei em esconder.

P: Se programa não é trabalho, então o que é trabalho?

A: Não sei, nunca trabalhei. (risos).

P: Ah, Amara! (risos)

A: Se a gente sair aqui na rua e perguntar se programa é trabalho e a maioria falar que é, eu também falo. Mas duvido achar um aqui que fale.

P: E por que você acha que as pessoas não consideram programa trabalho?

A: Porque acham programa errado, né? Sexo é coisa errada, né? Trabalho é aquilo que as pessoas acham certo. Aquilo que as pessoas mostram. O resto esconde né. O que tem que esconder, não é trabalho. E os outros fingem que não estão vendo. (Amara, 27 anos, abril de 2016, grifos nossos)

A fala de Amara é muito emblemática de alguns aspectos fundamentais para a compreensão de como essa família ganha a vida. O primeiro é a noção de “ajuda” que ela usa para se referir à relação com seus maridos: “*A gente se ajuda, se faz. Então é assim que eu ganho a vida*”. O segundo é a dinâmica de classificação do que é ou não trabalho legítimo que passa pelo reconhecimento coletivo, pela visibilidade e pela moralidade: “*Trabalho é aquilo que as pessoas acham certo. Aquilo que elas mostram*”. O terceiro é o uso das expressões “*correr atrás*” e “*ganhar a vida*” que ela usa como oposto à noção de trabalho e sintetiza como “*Usar o que você tem, como você pode, para ganhar a vida, fazer sua sobrevivência*”. Essas questões serão exploradas na sequência.

6.2. As relações sociais e os mecanismos invisíveis nos arranjos de sobrevivência

O casal Silvia e João está no centro de uma numerosa família de migrantes da Bahia que saiu do interior do estado nos anos 1970 e se estabeleceu na periferia de São Paulo no início dos anos 1980.

O patriarca se integrou na indústria do ABC em postos de baixa qualificação e trouxe parentes e amigos do Nordeste, abrindo os caminhos da cidade para o restante da família: “*Essa casa já pareceu um albergue*”, ele conta com nostalgia e orgulho por ter sido o pioneiro do “projeto familiar de migração” (Durham, 1973). Sempre contando com ajudas e dicas de amigos e conhecidos rapidamente conquistados por João em seus caminhos, a família se estabeleceu na cidade com certo êxito e desenhava uma trajetória de mobilidade ascendente apoiada no mundo mercantil industrial. João cumpria a contento sua tarefa de provedor e as mulheres do grupo, que não foram socializadas para se integrar ao mercado, administravam a casa e realizavam episódicas contribuições provenientes de bicos. A família seguia à risca a tradicional divisão sexual de papéis (Agier, 1990; Bilac, 1983; Durham, 1973; Fonseca, 2000, 2002, 2005, 2010; Fausto-Neto, 1982; Hirata, Humphrey, 1989, 1992; Sarti, 1994-b; Zaluar, 1985). O projeto de vida familiar (Bilac, 1983) previa que o filho mais velho seguisse os passos do pai na indústria e das meninas, consideradas bonitas, esperava-se bons maridos. Assim transcorreram os primeiros 20 anos da experiência migratória da família “festeira”, até que uma série de eventos- problemas de saúde do provedor, drogas e conflitos internos entre os homens- afetou substancialmente o percurso do grupo. Encerrou-se o tempo das festas e surgiram severas dificuldades para obtenção de renda. Doenças e problemas de dependência química tiraram de atividade parte da família e demandaram um intenso trabalho de cuidado não remunerado das mulheres da primeira e segunda geração, ao tempo em que delas se exigiu prover o sustento familiar. Elas, que não foram preparadas para uma inserção mercantil e possuíam baixa escolaridade e qualificação, não conseguiam tecer relações estáveis com o mercado de trabalho. Por outro lado, diferentemente da Família 1, possuíam uma ampla rede de relações sociais através da qual teceram mecanismos variados de “ganhar a vida”. Essa situação não configurou experiências de desocupação ou inatividade, mas uma teia de trabalho invisível, socialmente tido como ilegal e/ou imoral, especialmente desenvolvido pelas mulheres.

A análise da trajetória desse grupo permite revelar os constrangimentos estabelecidos pelos papéis de gênero no interior na família e o impacto na trajetória de seus membros, bem como do grupo como um todo.

João é o exemplo do homem provedor e chefe de família que se dedica intensamente ao mercado e ao trabalho mercantil e encarna a imagem pública do grupo até que, frente ao colapso desses papéis, perde a legitimidade e a respeitabilidade, na família e na comunidade. Sucumbe ao vício e a atividades ilegais e exige do restante da família um trabalho de cuidado para seu restabelecimento físico e moral. Esse é o elemento que estrutura a narrativa familiar de decadência e “desestruturação” (Agier, 1990).

A história de Silvia ilustra o impacto dos papéis familiares de gênero que constroem as

experiências profissionais das mulheres (Bilac, 2014; Sorj, 2014, Sorj, Fontes, 2007). Socializada para ser esposa e mão-de-obra apenas complementar no provimento familiar, ela se dedica intensamente ao universo privado e doméstico. Frente a um evento de doença que exige uma inversão de papéis de gênero e da hierarquia no interior do grupo, enfrenta dificuldades de articular o estatuto de provedora com as demandas da economia familiar e doméstica da qual era a protagonista. No mesmo sentido, evidencia de forma contundente o efeito do trabalho de cuidado familiar no cotidiano e na trajetória pessoal e ocupacional de quem assume essa tarefa (Weber, 2005, 2010; Weber, Trabut, 2009). Sendo a esposa e a mãe das pessoas que demandam cuidado, ela tem a responsabilidade moral inegociável de assumir essa função, incumbência que predomina sobre a necessidade de provimento material, mesmo frente a situações de carência. A impossibilidade de articular os papéis de chefe da casa e chefe da família, de provedora e cuidadora, teria conduzido a família, na perspectiva de seus membros, a um processo de desestruturação e deterioração moral. Silvia narra sua trajetória e cotidiano sem aludir à dimensão das obrigações, mas enfatizando o sentido do afeto e da atenção aos outros, uma servidão doméstica consentida que não pode ser compreendida senão na chave da imbricação entre amor e trabalho, dominação e afetividade (Hirata, 2002). A ausência de políticas públicas de cuidado e suporte à família de doentes e dependentes tem um efeito brutal nas condições de vida e nas possibilidades de engajamento produtivo dessa família, atingindo de forma desigual a trajetória das mulheres.

Da mesma forma, as filhas foram socializadas para casar e desempenhar o papel de esposas e donas-de-casa. Dotadas de pouca qualificação, frente à necessidade de buscar no mercado recursos para o provimento familiar, enfrentavam limites para uma inserção estável e qualificada. As possibilidades restringiam-se a serviços domésticos (Vânia e Miriam) ou engajamentos em mercados ilegais (Miriam e Regiane) e imorais (Amara). Fora do mercado, encontraram outras possibilidades de construir a sobrevivência, estabelecendo e nutrindo redes de solidariedade através dos quais circulam produtos, serviços e informações. Casar e assumir o esperado papel de esposa e dona-de-casa, para o qual foram criadas, representava uma possibilidade de reparação moral e um mecanismo legítimo de ganhar a vida.

A relação com o mercado formal de trabalho foi importante no início da trajetória do grupo, entre as décadas de 1980 e meados de 1990. Depois da aposentadoria de João por invalidez, tanto ele quanto os demais membros do grupo encontraram muita dificuldade de estabelecer uma relação com esse espaço. Rompida o vínculo do patriarca com o trabalho industrial, a partir do início dos anos 2000, as relações da família com o universo mercantil foram estabelecidas predominantemente no mercado informal e ilegal. Quando a segunda geração acessou o mercado formal, em meados dos anos 2000, isso se deu através de empresas de terceirização de serviços (limpeza e construção civil).

Esse tipo de inserção é o mais próximo que os membros da segunda geração chegaram de alguma estabilidade ocupacional que, no entanto, é caracterizada por substantiva rotatividade.

Como a relação com os mercados de trabalho “legítimos” (legais e morais) tende a ser fraca e apenas dois s membros desse grupo (Vânia e Gilson) mantinham uma relação minimamente estável com tal circuito, os demais adultos da família classificavam-se como “parado/a”, aludindo à desocupação ou inatividade. Em seus discursos atribuíam às relações sociais e aos mecanismos não mercantis um papel de destaque entre os arranjos de sobrevivência. No entanto, como vimos, ao longo de sua trajetória, a família manteve (e mantém) relações diversas com o mercado, em circuitos ilegais e/ou imorais: jogo do bicho, máfia de transporte clandestino, “venda” de bebês, tráfico de drogas, mercado de compra e venda de eletrônicos furtados, “venda” de esposas para imigrantes e prostituição. Como era de se esperar, à medida que essas atividades integram o universo das coisas “erradas” e passam por domínios de ilegalidades e crime, são alvo de um esforço coletivo de ocultação.

Por outro lado, é possível observar uma outra dinâmica de invisibilidades, aquela que caracteriza o que chamaremos de “circuitos econômicos invisíveis marcados pela condição de gênero” de suas protagonistas. Nesse caso, além das atividades imorais e ilegais, podemos incluir os serviços domésticos, sexuais e de cuidado, prestados na família ou no interior das redes pessoais. Na Família 2 pudemos observar com mais clareza esses circuitos que, no entanto, também estão presentes em outros casos do estudo.

Nos “circuitos econômicos invisíveis marcados pela condição de gênero” podemos incluir todas as “ajudas” (serviços domésticos e de cuidado) prestadas na vizinhança em troca de remuneração simbólica ou doação, as “ajudas” estabelecidas através de relações matrimoniais ou sexuais, o esquema de “venda” de bebês, o esquema de “venda” de esposas para imigrantes, o mercado de compra e venda de cabelos e a prostituição. Também podemos incluir nessa categoria atividades em mercados eróticos (Stéphanie, Família 1). Em todos esses casos as protagonistas são mulheres e as suas atividades, independentemente de serem tidas como legais, ilegais ou imorais, são sempre tornadas invisíveis, representadas como não trabalho e sintetizadas pela expressão “tô parada”. Ao mesmo tempo são essas atividades invisíveis e/ou ocultadas que provém o sustento e alimentam os planos de futuro, como caso emblemático de Miriam que guarda o dinheiro obtido no esquema ilegal de casamentos para custear seu sonhado curso de segurança. De alguma forma, essas atividades são identificadas como circunscritas a domínios “naturalmente” femininos como os da maternidade, do acolhimento e cuidado ou do sexo e erotismo, estando inelutavelmente articuladas, no imaginário social, aos papéis femininos - reprodutivos, domésticos e sexuais. Outra característica comum a esses circuitos é sua estruturação nas relações sociais de afeto, de confiança, de sexo.

Acreditamos que o componente de “personificação” que estrutura as atividades econômicas informais é especialmente relevante nesses circuitos e se articula à intimidade, à afetividade e à feminilidade. Assim, a imbricação entre relações econômicas e afetivas tal como construídas pelas mulheres pobres é determinante para a invisibilidade dessas atividades. E, como vimos, se expressa na notória dificuldade de nomeá-las, ou na tendência de tratar boa parte delas como “correria” ou pelo recurso ao substantivo “ajudas”. Dessa forma, engajadas em circuitos econômicos diversos (mercantis e não-mercantis), atribuíam às relações sociais e às redes de solidariedade o destaque entre os mecanismos constitutivos dos arranjos de sobrevivência.

Tudo que definimos acima como parte dos “circuitos econômicos invisíveis marcados pela condição de gênero” é, em maior ou menor medida, ocultado, omitido ou desvalorizado pelos membros do grupo. Os aparatos institucionais da Assistência Social, mesmo constituindo domínios essencialmente femininos, reproduzem essa lógica e, ora não enxergam, ora condenam moralmente esses circuitos que produzem formas diversas de garantia de renda, sobrevivência e mobilidade. Ademais, repetem insistentemente o discurso institucional que tudo traduz na ideia da inatividade feminina que tipificaria os contextos de pobreza.

Como desenvolveremos, o oposto ocorre nos “circuitos econômicos marcados pelo discurso empreendedor” que se revelam de forma mais evidente na Família 3 e, menos intensamente na Família 1 (onde o negócio de “alimentos fitness” de Joana adquire muita visibilidade em sua narrativa). Tais circuitos se caracterizam por uma tendência a produzir legitimidade e atribuir visibilidade a atividades igualmente informais e pautadas pela “personificação” onde, por vezes também se articulam atividades ilegais; nelas, entretanto, e diferentemente dos “circuitos invisíveis marcados pela condição de gênero”, destaca-se a dimensão mercantil em detrimento da dimensão relacional. Os circuitos marcados pelo discurso empreendedor são protagonizados tanto por homens quanto por mulheres. Essas também desempenham ali atividades “naturalmente” femininas, como cozinhar, costurar e cuidar, mas que aparecem ressignificadas, reformuladas simbolicamente, a partir do discurso de empreendedorismo, de modo a serem apresentadas como “negócios” e não como “ajudas”. O discurso institucional que alerta para o suposto problema da inatividade feminina também celebra o “empreendedorismo popular”.

Vimos antes que a narrativa que sustenta simbolicamente o grupo das mulheres honestas, trabalhadoras e independentes da Família 1 se estruturava na valorização do trabalho mercantil, legal e moralizador. Esse é almejado, buscado e cultivado para garantir a maior visibilidade possível às atividades performadas, ao contrário do que acontece na Família 2. Lá, o elo com o mercado de trabalho legal (formal e informal) é o fio condutor da narrativa, provendo a métrica, o critério, que organiza a classificação das múltiplas formas de construir a sobrevivência e sustenta a lógica

simbólica dos trabalhos múltiplos.

Já na Família 2, a narrativa sobre os arranjos de sobrevivência é baseada nas noções de solidariedade, altruísmo e reciprocidade (Steiner, 2012, 2016), e destaca o que é obtido através do cultivo das relações familiares e de amizade. *“Nós somos boas pessoas, que cuida e se preocupa com outro, que ajuda no que pode. A gente colhe o que planta. Se não fosse verdade a gente já tinha morrido de fome.”* disse Silvia, a matriarca sintetizando a dinâmica de dar, receber e retribuir que “enreda” as famílias e estrutura as redes sociais em que estão imersos.

Dessa forma, a família sublinha o que recebem através de sistemas de dádivas e contra-dádivas (Weber, 2000, 2002). O mais antigo é aquele estabelecido desde que a família foi provedora de amparo a uma rede de parentes e vizinhos em momentos críticos da experiência de migração e consolidação na cidade. Em situação de necessidade, a família aciona esse sistema e demanda reciprocidade dessa rede, que passou a prover apoio quando já estava estabelecida e desfrutando da integração econômica no meio urbano. Novos circuitos de solidariedade e reciprocidade foram criados ao longo do tempo, envolvendo vizinhos e amigos, através da prestação de novas “ajudas” pela primeira e segunda gerações da família.

Miriam, por exemplo, estabeleceu uma diversidade de redes baseadas na confiança e no fluxo de informações, favores ou serviços: com as amigas de infância (Leila e Tita), com as vizinhas mais próximas para quem presta serviços de cuidado de criança, com a vizinhança mais ampla para quem presta serviços de corte e venda de cabelo, com o circuito local do tráfico, com a rede de conhecidos do Brás, fazendo circular produtos e informações de mercados invisíveis (cabelo) ou ilegais (drogas e “esposas” para imigrantes).

Graças a essas redes, a Família 2 nunca precisou praticar mendicância, tal como aconteceu na Família 1, e disso todos se orgulham. Pedir dinheiro ou comida para estranhos é humilhante; fazê-lo junto a parentes, vizinhos e amigos faz parte de um sistema mais amplo de trocas, assentado na solidariedade e na reciprocidade.

O que estrutura esses sistemas de solidariedade e reciprocidade é a categoria nativa de “ajudas”. Essa categoria é usada recorrentemente nessa família e refere-se a diferentes tipos de relações e atividades. Identificamos principalmente duas modalidades distintas de usos da noção de “ajuda” como mecanismo não mercantil de ganhar a vida na Família 2.

A primeira é aquela usada por Amara para se referir aos seus dois maridos, ou por Regiane para sintetizar as atividades prestadas para o cônjuge. Nos dois casos, é a partir das relações estruturadas em “ajudas” que as duas jovens definem seus arranjos de sobrevivência. Essa modalidade tem sentido muito semelhante ao usado por Piscitelli (2011) em seu estudo sobre as imbricações entre sexo, dinheiro e afeto a partir de relações amorosas e sexuais caracterizadas por distintos níveis de

mercantilização que não passam obrigatoriamente pela prostituição. Nos estudos citados, essas relações são geralmente estabelecidas entre mulheres pobres e homens em situação social e econômica mais elevada, que não representam necessariamente a figura do “homem rico”. Em todo caso, há uma diferença socioeconômica entre mulheres e homens, que permite que esses últimos ofereçam “ajudas” que assumem formas que variam entre presentes, passeios, moradia, sustento, mesadas ou acesso a circuitos sociais de distinção. Ao que as mulheres retribuem com cuidado, intimidade e sexo. Ou seja, são relações de reciprocidade onde ambas as partes negociam e consentem contrapartidas. A autora enfatiza a dimensão de agência e consentimento dos envolvidos e o entendimento de que as relações podem envolver interesses pragmáticos e afetos genuínos, sem que um componente anule o outro. Partilhamos dessa compreensão e buscamos destacar a imbricação entre o domínio do afetivo e do econômico (Zelizer, 2005, 2006, 2009) e a dinâmica de direitos e deveres em que estão imersos os atores. Destacamos, ainda, que essa dinâmica de “ajudas” é moralmente aceita nas famílias, o que não acontece com a prostituição ou com atividades do mercado erótico que são categorizadas como “ímorais”.

A segunda modalidade do uso nativo da noção de “ajuda” é aquela recorrentemente usada por Silvia e Miriam e, em menor medida, por Vânia. É distinta da modalidade acima, pois não estabelecida a partir de relações amorosas e sexuais, mas relações de amizade e vizinhança. Refere-se principalmente aos diversos serviços prestados por elas para vizinhos e amigos pelos quais recebem remunerações simbólicas ou presentes e doações de itens de necessidade básica. O termo é geralmente usado para descrever atividades de auxílio a questões do cotidiano familiar (cuidado de crianças, idosos e animais e serviços domésticos), mas também é usado por Miriam para descrever suas inúmeras atividades de intermediadora de circuitos econômicos (compra e venda de cabelo, casamentos com imigrantes) e disseminadora de informações (sobre trabalho e políticas sociais). O termo acentua a dimensão de afeto, zelo e atenção às necessidades de quem demanda o serviço ou informação em detrimento da ideia de transação econômica. Da mesma forma, evidencia a dimensão da reciprocidade e marca diferença em relação às doações sem contrapartida.

A expressões “correr atrás” e “ganhar a vida” são usadas como formas de abranger todas essas atividades que não são chamadas de trabalho e passam tanto pelas diversas “ajudas” quanto pelos “circuitos econômicos invisíveis marcados pela condição de gênero”.

Como parte da dinâmica que invisibiliza ou desvaloriza certas atividades informais e pessoais, os recursos provenientes de domínios institucionais, como os programas governamentais, tendem a ser supervalorizados nessa família. Diferentemente da Família 1, aqui algumas narrativas (Silvia, Vânia e Miriam), atribuem um papel de destaque à renda proveniente dos benefícios assistenciais nas estratégias de sobrevivência. A política é importante do ponto de vista prático por ser uma renda

regular, institucional e legal, mas também porque oferece uma possibilidade de valorização simbólica da família como grupo que cumpre as expectativas sociais e permite o reconhecimento do trabalho de cuidado e de cultivo das relações familiares. Esse aspecto simbólico é especialmente importante para esse grupo onde a representação de família problemática e desestruturada marca sua imagem pública.

Nessa família a crise se fazia sentir principalmente por meio de dois receios. O primeiro dizia respeito ao Bolsa Família. O medo de que o benefício social fosse cortado foi recorrentemente verbalizado por Silvia, Vânia e Miriam que acompanhavam de perto notícias sobre o tema através da televisão, internet e das reuniões na Organização Social. O segundo se referia ao emprego dos dois únicos integrantes da família engajados no mercado de trabalho formal, Vânia e Gilson. E, como temiam os informantes, a crise de fato atingiu o emprego terceirizado de ambos. Ou seja, a família temia o rompimento de dois laços importantes à manutenção do grupo, embora extremamente frágeis: aquele com o Estado, tecido exclusivamente através da política de transferência de renda, e aquele com o mercado de trabalho, que se dava por meio de trabalho terceirizado e temporário de apenas dois integrantes. Mas é interessante notar também que alguns membros do grupo nem se sentiam afetados pela crise em curso. Para João, Amara e Regiane, aqueles integrantes da família que não mantinham vínculos com o Estado e com o mercado e que, pelo contrário, buscavam distância desses circuitos, a ideia de crise e a percepção de intensificação da incerteza, não faziam sentido. Como vimos no capítulo anterior, a Família 1 temia pelos efeitos da crise na Previdência, já que a maior parte do grupo tinha engajamento no mercado formal de trabalho. Aqui na Família 2, não apareceu nenhuma referência a esse receio, aposentadoria não estava no horizonte de seus integrantes. Ou seja, a experiência de viver uma crise é influenciada pelo grau de integração dos indivíduos nos circuitos mercantis e governamentais.

Quadro 2. Caracterização Família 2

Nome	Idade e Geração	Posição Domicílio	Estado civil e N° Filhos	Cor/Raça	Origem e Tempo Migração	Escolaridade e Qual. Profissional
1. João	65 (1)	Conjuge Dom 1	Casado (5)	Negro	Bahia (40 anos)	Ensino Fundamental I Incompleto
2. Silvia	57 (1)	Chefe Dom 1	Casada (5)	Parda	Bahia (40 anos)	Ensino Fundamental I Incompleto
3. Vânia	37 (2)	Chefe Dom 2	Separada (2)	Parda	SP	Ensino Fundamental II Incompleto
4. Eduardo	20 (3)	Filho Dom 2	Solteiro (1)	Pardo	SP	Ensino Médio Completo
5. Miriam	36 (2)	Conjuge Dom 3	Casada (3)	Parda	SP	Ensino Fundamental II Cursando
6. Gilson	33	Chefe Dom 3	Casado (2)	Branco	SP	Ensino Fundamental I Completo
7. Isabel	16 (3)	Filha Dom 3	Solteira (0)	Branca	SP	Ensino Médio Cursando
8. Regiane	31 (2)	Filha Dom 1	Casada (0)	Parda	SP	Ensino Fundamental I Incompleto
9. Amara	27 (2)	Conjuge Dom 4	Casada (3)	Parda	SP	Ensino Fundamental I Incompleto

7. A FAMÍLIA “EMPREENDEDORA”

7.1. A casa com jardim e loja

Na parte alta do bairro, um sobrado de esquina com muro e um pequeno canteiro de flores se destaca por ser uma das poucas casas do entorno com revestimento externo, pintura e acabamento, garagem e portão eletrônico. Diferente das construções de “puxadinhos” da vizinhança, uma casa que não difere daquelas de bairros de classe média baixa da cidade.

Na lateral do muro, uma portinha com um toldo vermelho dá acesso a um corredor externo de 4m x 2m que foi coberto e transformado em uma loja. Uma arara de roupas, quatro prateleiras, uns banquinhos de plástico, uma garrafa térmica com café, uma máquina de costura, umas caixas de papelão. Expostos com alguma setorização estão produtos diversos como: roupas masculinas e femininas, acessórios (bonés, bijuterias, bolsas, óculos escuros), cosméticos (perfumes, cremes e maquiagens), adereços para telefones celulares (capas de proteção coloridas e fones de ouvido), DVDs pirata, secadores e máquinas de cortar cabelo, brinquedos (bichos de pelúcia e bonecas inspiradas em personagens da Disney), gêneros alimentícios (biscoitos, doces e bolos caseiros) e, escondidos em caixas só para clientes especiais, garrafas de tequila, whisky e vodca falsificados. Nas paredes com manchas de mofo, três pôsteres de peças publicitárias de marcas de roupas e um pequeno quadro com uma imagem do mar fazendo pano de fundo para os seguintes dizeres: *“Aquele que faz e promove o bem cultiva o seu próprio êxito. Provérbio Chinês”*. A quantidade de produtos de origem chinesa vendidos no estabelecimento e o discurso de superação individual da dona da loja tornam esse adereço mais que um singelo item decorativo.

Localizada em um ponto estratégico do bairro, a poucos metros de distância da principal escola do entorno e ao lado da única padaria, na rua que é rota de ônibus e vans, a loja é movimentada, um espaço de encontro e sociabilidade das mulheres da vizinhança. *“Vê como estão bonitas? Tem um ditado que diz: O segredo é não correr atrás das borboletas, é cuidar do jardim para que elas venham até você”*, diz a dona da casa se referindo orgulhosa às flores da beira do muro e, implicitamente, à sua trajetória de ascensão social, representada pela casa com jardim e loja.

A dona da casa e da loja é Tita, uma mulher de 36 anos, viúva, mãe de dois filhos –Alexandre e Daiane- e avó de um neto recém nascido. Além do sobrado da frente e da loja na lateral, a casa conta com uma edícula no fundo que abriga a mãe Jandira, a irmã Sandra e a sobrinha Karina. O irmão mais velho, Carlos, mora em uma pequena casa na parte baixa do bairro. Todos os familiares trabalham juntos. Tita é a chefe desse grupo e administradora de uma série de pequenos negócios

familiares sediados em sua casa. As amigas e vizinhas a chamam elogiosa e jocosamente de “poderosa” por estar sempre bem vestida, ser a proprietária de uma das casas mais bonitas da vizinhança e de um carro. Na família é chamada ironicamente de “poderosa chefona”, pois, como dona dos negócios familiares, é a chefe de todos os seus membros. Apesar de ser a caçula, ela encarna o papel de autoridade, especialmente por exercer protagonismo na construção dos arranjos de sobrevivência da família.

A história desse grupo começa com dois processos migratórios da primeira geração. Um da Paraíba para o interior de São Paulo e outro do interior para a capital. Quando se estabeleceram em São Paulo, em meados dos anos 1980, tinham pouco suporte familiar, mas narram a experiência de construção de laços na cidade principalmente através das relações comerciais ali tecidas. Identificam-se como uma família de comerciantes, que passou necessidade e deu a volta por cima através da busca do tão desejado trabalho por conta própria (Machado Da Silva, 1971, 2002; Durham, 1973; Zaluar, 1985; Pinheiro-Machado, 2008). O falecido patriarca, Luiz, dotado de talento para o comércio e portador do sonho de ser seu próprio patrão, semeou essa disposição na segunda geração. Esta mobiliza o talento familiar para o comércio como razão para explicar o bom desempenho dos pequenos negócios em um contexto de grande pobreza. Orgulhosos de seu passado como feirantes sentem-se parte de um grupo que ascendeu socialmente por ter visão de futuro. De “comerciantes” a “empreendedores”, um deslocamento nas representações simbólicas que é narrado pelas diferentes gerações da família.

As flores do jardim, Tita explica, são para atrair clientes. Mesmo quando plantam um jardim, estão fazendo “negócio”. O ditado popular citado faz parte de um repertório de lições, parábolas e conselhos mobilizados na narrativa. Eles sustentam a identidade de uma família que hoje se apresenta como “empreendedora”, com toda a carga simbólica positiva que o termo “empreendedorismo” traz consigo, em seu poder de re-significar atividades antes desvalorizadas (Boltanski, Chiapello, 2009; Machado da Silva, 2002; Leite, Melo, 2008).

Desde o passado, os negócios familiares são extremamente enraizados nos espaços, nas relações de sociabilidade ali tecidas e têm, como principais clientes, os amigos, vizinhos e conhecidos. As imbricações e tensões entre, por um lado, as relações familiares, comunitárias e afetivas e, por outro, as relações comerciais e profissionais são um tema central da narrativa familiar. A observação das práticas cotidianas desse grupo revelou a complexidade com que sobreposições e distanciamentos entre esses domínios são agenciados, disputados e negociados no dia-a-dia, tanto no interior da família que trabalha junto, quanto na relação dela com a vizinhança e clientela. Na prática, esses limites são alvo de controvérsias e conflitos que trazem as representações sobre trabalho para o centro da análise. Mas, no nível discursivo, é notável o esforço da família no sentido

de separar os domínios do “negócio” e do “pessoal”, construindo uma narrativa que valoriza a dimensão mercantil das atividades e das relações. Através desse discurso de mercantilização buscam construir a legitimidade de suas atividades como “trabalho”, marcando diferença em relação a arranjos de sobrevivência mobilizados por outros grupos da vizinhança. Nesse caso, a representação de trabalho legítimo como atividade mercantil, esforço individual e pró-atividade estão implícitas no discurso do empreendedorismo. Tal discurso, no entanto, esconde os elos com atividades não mercantis e ilícitas, sem as quais os “negócios” da família seriam inviáveis.

A história dessa família empreendedora é contada através das trajetórias de suas três gerações estabelecidas no bairro. Durante a pesquisa, Carlos, o filho mais velho de Jandira, passava por tratamentos de reabilitação para dependentes químicos; não foi entrevistado diretamente, mas faz parte da história aqui apresentada através dos relatos do restante da família, até porque é um ator central nos negócios de Tita. Da mesma forma, Luiz integra a narrativa familiar através da força com que aparece nas memórias da esposa e das filhas.

Dona Jandira, 62 anos, 1ª geração

Dona Jandira é uma senhora viúva, caseira e vaidosa: “*A gente tem que se cuidar pra se sentir bem*”, diz ela sobre o seu antigo hábito de tingir os cabelos de “vermelhão”, sua cor preferida. Nasceu em 1954, no interior de São Paulo, na região de Araraquara. Oriunda do meio rural, seus pais trabalhavam como agricultores. Em 1960, a família mudou-se para a cidade, quando assumiu a direção de uma associação que comercializava produtos agrícolas nas feiras livres da região: “*Sou de uma família de feirantes; pai, mãe, tios, primos, todo mundo*”. Ajudava a família na feira desde criança e estudou “*só até saber fazer conta*”, é semi-analfabeta.

Aos 21 anos, Jandira conheceu seu marido Luiz, um jovem paraibano que tinha migrado na adolescência para trabalhar como ajudante de um tio que era marceneiro. Casaram-se em 1975, e o marido começou a ajudar nas feiras aos finais de semana, atividade que conciliava com o trabalho de ajudante de marceneiro. Luiz mostrou-se bom vendedor e aproveitou a feira como verdadeira escola da arte de negociar e lidar com pessoas (Hirata, 2010). Foi conquistando a confiança da família da esposa, até que abandonou a marcenaria do tio para se dedicar integralmente ao trabalho como feirante. Jandira e Luiz trabalhavam juntos.

Em 1977, Jandira engravidou de gêmeos -Carlos e Sandra- e, em 1979, teve a terceira filha, Tita. Nesse momento, abandonou a feira e passou a se dedicar apenas às atividades domésticas e de cuidado. A proeminência de Luiz nos negócios familiares incomodou os irmãos mais velhos de Jandira. Segundo ela, seu marido teria atributos, como carisma e iniciativa, que ofuscavam os

demais homens do grupo. A tensão familiar aumentou até que, em 1984, ele decidiu romper com a família da esposa e trabalhar sozinho como feirante. Jandira narra com orgulho a atitude do esposo que não se acovardou e buscou novas soluções de provimento familiar; essa era uma de suas admiradas características. Ao invés das frutas, legumes e verduras da cooperativa da família de Jandira, Luiz passou a vender itens como vassouras, espanadores, rodos e produtos de limpeza artesanais, que pegava em consignação. No entanto, a comissão era baixa, o rendimento familiar diminuiu e eles enfrentaram dificuldades materiais. Jandira acredita que sua família, influente nos circuitos das feiras da região, tenha boicotado o marido.

Com as relações familiares estremecidas, o casal decidiu tentar a vida em São Paulo, onde Luiz tinha parentes distantes. A migração familiar se deu por etapas, o que era comum (Durham, 1973). Em 1985, o marido migrou primeiro e foi morar com um primo, que era vigia em construções. Conseguiu bicos como auxiliar de pedreiro que, no entanto, não eram suficientes para trazer a família. Em 1986, a esposa do primo indicou Jandira para trabalhar como doméstica em casa de família. Ela veio do interior e deixou os três filhos sob os cuidados de sua mãe, prática habitual entre as famílias pobres brasileiras (Fonseca, 2000, 2005, 2013). Em 1986, o casal alugou um puxadinho na parte baixa do bairro estudado. Enfrentavam dificuldades materiais e Luiz estava insatisfeito com sua vida de auxiliar de pedreiro, com baixa remuneração e pouca autonomia. Ele queria investir em seu plano de trabalhar por conta própria, desejo muito comum entre as camadas pobres e migrantes estabelecidos nas periferias das cidades brasileiras (Machado Da Silva, 1971, 2002; Durham, 1973; Zaluar, 1985). Assim, o casal pegou dinheiro emprestado e começaram a preparar produtos caseiros de limpeza que Luiz vendia como ambulante nas feiras do entorno. Pesquisaram, testaram e desenvolveram as fórmulas com auxílio de um amigo da família que vivia no interior. As vassouras, rodos, espanadores e outros instrumentos de madeira eram produzidos por Luiz. A idéia prosperou. Esse é o momento em que se consolida a imagem de Luiz e Jandira como um casal de “comerciantes”. O grupo constrói a representação coletiva do patriarca como um mestre com pouco estudo, mas muita criatividade e determinação para o trabalho, que inspirou as demais gerações da família. Luiz seria um representante exemplar do que Alba e Kruijt (1995) chamam de “*economia dos pobres da América Latina*” como síntese dos pequenos negócios da economia informal caracterizados por recursos imaginativos e inovadores, limitados pela baixa capacidade de acumulação, mas que, apesar disso, garantem a sobrevivência de substantivas parcelas das populações em situação de pobreza.

Com o pequeno negócio prosperando, em 1990, o casal trouxe os filhos do interior; os gêmeos tinham 13 anos e Tita, 11 anos. Sandra ajudava nas tarefas domésticas enquanto a mãe trabalhava, Carlos ajudava o pai na produção e Tita saía pelo bairro com um carrinho de madeira para realizar

as vendas. Os três filhos acompanhavam o pai nas feiras e suas trajetórias escolares foram intermitentes. Luiz articulava a produção e comercialização dos produtos e instrumentos de limpeza com eventuais trabalhos como marceneiro por conta própria.

É a partir desse momento (década de 1990) que começam a se integrar na cidade e na comunidade local. Jandira lembra que foi através do comércio dos produtos de limpeza que ela e o marido começaram a estabelecer os primeiros laços de amizade na vizinhança. Os produtos também serviam de permuta com comerciantes do bairro e das feiras livres, integrando a família em uma economia local de trocas não monetárias determinantes para o sustento do grupo naquele momento, especialmente marcado por altos índices de inflação no qual “dinheiro não valia nada”:

Eu praticamente nasci numa feira. (...) Debaixo de sol, de chuva, começa escuro ainda, trabalho pesado. Mas a gente vivia bem, comida nunca faltou, a gente plantava, vendia e trocava muito também. Quem trabalha em feira não morre de fome, em feira tudo se troca. (...) Aqui [São Paulo] foi difícil, que eu trabalhava em casa de família, ganhava pouco e tinha que comprar tudo. Foi difícil. Eu doméstica e o Luiz de pedreiro. A gente se matava e dinheiro a gente não via, não dava... Porque nós sempre trabalhamos por conta própria e a gente queria mesmo era isso. E foi batalhando que a gente foi fazendo nossa vida aqui. Luiz tinha jeito para vender, bom comerciante mesmo. E batalhador. Se eu te falar que a gente sem estudo, sem nada, começou a fazer os produtos, que eram muito bons como eu te falei, fazia sucesso porque era produto bom, limpava bem. Depois os xaropes. Para você ver, até hoje tem gente que me procura para saber se eu ainda faço, ficou famoso no bairro. (...) Trabalhar no comércio é difícil. Se você não for batalhador, não vinga. Mas a gente era e assim a gente foi ganhando nosso dinheiro aqui. E também, com os produtos, a gente voltou a trocar na feira e isso ajudou a trazer comida para casa, né? Era um tempo que dinheiro não valia nada, muita inflação, dinheiro não valia; dinheiro que você ganhava hoje amanhã já não comprava as coisas. Trocar era bom pra todo mundo. Com os vizinhos também. Assim que começava as amizades também, né: “olha, tenho isso aqui, quer trocar por produto?”. A gente trocava o que podia, né? Deixava o dinheiro só pra aquilo que não tinha jeito. Assim que começamos as amizades aqui, vendendo e trocando, que era assim que se vivia naquele tempo, né?(Jandira, abril 2016)

Em 1992, Jandira foi demitida da casa onde trabalhou sem registro como doméstica por seis anos. Passou a fazer bicos como diarista por indicação de vizinhas, mas, devido à instabilidade, foi preciso que o marido voltasse a trabalhar como pedreiro para garantir alguma renda fixa. Nesse momento, os filhos, então com 15 e 13 anos assumiram a manufatura e venda dos produtos de limpeza nas feiras da região e de porta em porta. Para incrementar as vendas, Jandira começou a fazer “geladinhos”. Depois, pamonha, curau, e outros doces. Traziam mel do interior e ela passou a produzir também xaropes e remédios caseiros para vender. A freguesia gostou: “*Batiam na minha porta até de madrugada*”, diz ela, sobre o período em que se consolidaram como comerciantes no bairro e conseguiram pagar pelo pequeno barraco onde moravam de aluguel. Dessa forma, de produtos de limpeza a remédios, passando por doces, o negócio familiar se diversificou e passou a garantir praticamente todo o sustento do grupo, pois, na década de 1990, Luiz enfrentava muita rotatividade entre empregos na construção civil.

Em 1994, Jandira começou a trabalhar como costureira com uma vizinha que tinha uma “oficina de fundo de quintal” (Silva, 2008) e produzia por encomendas para confecções. Nesse período, Sandra engravidou, casou e mudou de bairro. Carlos começou a trabalhar como ajudante em feiras livres, por indicação do pai. Tita, aos 15 anos, ficou responsável pelo comércio ambulante da família. Mas, em 1996, ela engravidou, casou e foi morar com o marido na parte alta do bairro, no terreno que hoje abriga todo o grupo. Nesse momento, Luiz reassumiu o negócio que, no entanto, já não era mais tão vantajoso: *“Ninguém mais queria sabão caseiro com aquela infinidade de produto coloridos e diferentes que surgiam nos supermercados”*, diz Jandira. Então Luiz acionou seus contatos em feiras livres e passou a vender também frutas na saída da estação de trem e de porta em porta. O casal vivia das vendas de Luiz, das costuras de Jandira e da caridade de entidades beneficentes que atuavam na região fazendo doações de comida. Pensavam em voltar para o interior quando, em 1998, Luiz ficou doente e faleceu. Desolada, Jandira foi morar com a filha Sandra. Deixou a casa da família para o filho mais velho que começava a trabalhar como vendedor ambulante.

Entre 1998 e 2002, enquanto morava com Sandra em outro bairro da zona leste, ajudava nos serviços domésticos e fazia bicos de costura na nova vizinhança. O genro desempenhava o papel de provedor familiar. Mas, Sandra era vítima de violência doméstica e Jandira convenceu a filha a se separar. Em 2002, ela, a filha e a neta voltaram para o bairro e foram morar com Tita, que tinha ficado viúva. A caçula acolheu e sustentou a mãe e a irmã. Como retribuição, elas passaram a trabalhar para Tita. Ela, que até então trabalhava como sacoleira, depois da morte do marido montou uma pequena loja na sala de casa onde vendia vestuário comprado no Brás e bugigangas trazidas do Paraguai por intermédio de Carlos, o filho mais velho. Jandira assumiu o cuidado dos netos e das refeições da família. Em troca, Tita oferecia a casa e arcava com as despesas da mãe.

Em 2012, quando os netos já estavam crescidos, Tita comprou máquinas de costura e montou um pequeno ateliê para a mãe, delegando a ela a função de fazer ajustes nas roupas vendidas em sua loja. Posteriormente, pagou um curso de corte, costura e modelagem para Jandira. Ela passou a copiar os modelos das roupas mais vendidas e produzir para a loja da filha, além de aceitar encomendas sob medida e serviços de conserto.

Em 2013, Jandira tornou-se beneficiária do Bolsa Família e começou a frequentar as reuniões da entidade sócio-assistencial. Era uma das poucas atividades sociais dela que percebia naquele espaço tanto uma oportunidade de lazer e sociabilidade quanto de negócio. Frequentava religiosamente as atividades semanais e mensais: *“Tem que marcar presença”*, ela diz. Além de alimentar a relação com a organização e seus funcionários, ali fazia contatos e divulgava seus trabalhos de costura e o comércio da filha. Diz que conquistou muitas clientes e amigas nessas atividades. Tita a orientou a

mostrar fotos das roupas produzidas por ela, bem como a vestir-se com as peças mais bonitas para essa ocasião, sendo, assim, uma vitrine de divulgação de seu próprio trabalho. O dinheiro do Bolsa Família era valorizado e visibilizado por Jandira. Constituíam-se no seu único recurso monetário independente da filha e aquele que não sofria flutuações inesperadas, tal como as remunerações por seu trabalho no negócio familiar.

Em 2016, Jandira conciliava o ofício de costureira com o trabalho doméstico na sua casa e na da filha caçula. Além de prover moradia e os itens de necessidade básica, Tita pagava uma porcentagem dos serviços de costura que Jandira prestava. No entanto, ela não sabia explicar os critérios adotados pela filha para lhe atribuir a remuneração que recebia, pois a porcentagem variava de acordo com o mês e com os ganhos da loja. Nos períodos mais profícuos, ganhava cerca de ½ salário mínimo. Muitas vezes, não recebia nada. Assim como o marido e os filhos, Jandira nunca teve uma carteira de trabalho e não pensava em aposentadoria. Mas, ela dizia que não se preocupava com o dinheiro porque a filha não lhe deixaria faltar nada e isso era mais reconfortante do que ter um salário ou uma aposentadoria. Confiava plenamente na função de proteção social exercida pela família (Fausto-Neto, 1982, Zaluar, 1985).

Jandira usa as noções de “trabalho por conta própria” e “comerciante” para definir as atividades produtivas de seu grupo familiar. É significativo também o uso do verbo “batalhar” e do adjetivo “batalhador/a” tanto para aludir ao trabalho por conta própria, como para demarcar uma característica positiva de sua família. Isso se repete no discurso das filhas, que fazem um notável esforço para atribuir valor e legitimidade aos seus trabalhos por conta própria que, ao não se encaixarem no padrão ideal de trabalho formal e assalariado, poderiam ser desvalorizados.

Tita, 36 anos, 2ª geração

Tita é falante e incisiva. Diz Leila (Família1), sua amiga de infância, que “*Tita não dá ponto sem nó*”. Fabiana (Família 4), a vizinha, conta que é impossível visitar Tita sem comprar alguma coisa: “*Ela é tão malandra que você vai lá falar um oi e sai comprando sem perceber*”. Nem a pesquisadora saiu ilesa das técnicas de venda e persuasão da informante e, entre outras coisas, comprou itens pra um chá de bebê que a própria dona da loja estava organizando.

Ela é viúva, mãe de dois filhos e avó de um neto. Tinha um namorado, mas a relação passava por instabilidades tais que ela insistiu para que o mesmo não fosse incorporado ao estudo, como parte do grupo familiar.

Tita nasceu em 1979, no interior de São Paulo. Viveu com os pais até os sete anos de idade. Quando eles foram tentar a vida na capital, ficou morando com seus avós e ajudava os parentes na feira. Em

1990, mudou-se para São Paulo, unindo-se aos pais que, como vimos, tinham conseguido se estabelecer na cidade através de um pequeno comércio. Enquanto a mãe trabalhava como doméstica, Tita ajudava o pai a vender os produtos de limpeza que ele produzia com seu irmão mais velho. Acompanhava o pai nas feiras e também vendia os produtos no bairro com um carrinho feito por ele. Já sabia manusear o dinheiro, fazer contas de cabeça e negociar com os clientes em virtude da sua experiência na feira, narra ela. Aos 15 anos, quando o pai e o irmão se integraram ao mercado de trabalho, Tita responsabilizou-se pela produção familiar e assumiu o negócio do grupo. Fez parcerias com estabelecimentos comerciais do entorno e, necessitando aumentar a produção, chamou as amigas do bairro para ajudar em troca dos doces feitos pela mãe, conta, exaltando suas habilidades para os negócios, reveladas já desde muito jovem.

Em 1995, ela começou um relacionamento com um rapaz, Marco, e poucos meses depois engravidou. Por pressão do pai, aos 17 anos, casou-se e foi morar com ele, que tinha acabado de comprar um terreno na parte alta do bairro. Abandonou a escola sem completar o Ensino Médio. Apesar disso, é a mais escolarizada entre os membros da primeira e segunda gerações da família, o que lhe confere um papel importante no grupo.

Em 1996, nasceu seu primeiro filho, Alexandre, e o casal começou a construir a casa que hoje acolhe a todos. Marco era 10 anos mais velho que Tita, mecânico e dono de uma pequena oficina no bairro vizinho. Possuía um carro e trabalhava por conta própria. Desfrutava de um certo status na comunidade. Na época, ela não sabia, mas a oficina era também fachada para escoamento de drogas e armas de uma das facções do tráfico local. Marco trabalhava como mecânico de forma articulada às suas atividades de traficante; mas era discreto e tinha imagem de “trabalhador”, condição importante para o sucesso de um estabelecimento de fachada. Ela diz que demorou para perceber as atividades ilícitas do marido. E, quando percebeu, já era tarde demais: estava apaixonada e “*mal acostumada à vida boa*” que ele lhe deu.

Em 1999, nasceu a segunda filha do casal, Daiane. Tita dedicava-se aos afazeres domésticos até que, em 2000, seu marido foi preso. As atividades ilegais de Marco tornaram-se assunto público e ela virou “mulher de bandido”, o que considerava uma grande vergonha: “*Pelo menos o meu pai não viveu para ver isso*”, ela diz com certo alívio. Para sustentar a família, vendeu o carro e a moto do companheiro e usou o dinheiro para iniciar suas atividades como sacoleira com ajuda da amiga Miriam (Família 2) que era ambulante no Brás. Mobilizando suas habilidades adquiridas em anos de feira e comércio ambulante, Tita estabeleceu-se como uma hábil sacoleira. A partir dessa época, ela e a amiga dos tempos de escola, Miriam, tornaram-se muito próximas e, aproveitando os deslocamentos centro-periferia e os contatos com o tráfico, começaram a vender drogas.

Em 2002, o marido foi solto e, poucos meses depois, assassinado pela polícia. Por medo e

arrependimento, Tita desistiu do tráfico, vendeu a oficina do marido e decidiu tomar distância do crime, adotando a partir de então um discurso crítico e moralizador em relação a essas atividades. Investiu o dinheiro em produtos e na reforma de sua casa. Ciente de que residia em um ponto privilegiado do bairro, seu sonho era estabelecer ali o seu comércio e deixar para trás as vendas como ambulante e sacoleira.

Ao longo da década de 2000, montou uma loja improvisada na sala de casa para expor as roupas compradas no Brás e uma edícula no fundo que pretendia alugar, mas abrigou a mãe e a irmã recém-separada. Em troca da moradia, Jandira e Sandra passaram a trabalhar para ela e assumiram o cuidado dos serviços domésticos e da loja. Em meados da década de 2000, Tita começou a fazer viagens para o Paraguai com seu irmão Carlos, de onde traziam eletrônicos e produtos falsificados como relógios, perfumes e roupas. Na época, Carlos vendia CDs e DVDs no centro de um município da Região Metropolitana de São Paulo e em feiras livres da zona leste da cidade. Os relatos de Tita revelam que ele é um ator fundamental do seu negócio. Solteiro, sem filhos, e sem medo dos riscos, Carlos fazia a maior parte do “serviço sujo” de negociação com os fornecedores e lhe ensinou todos os truques do mundo das muambas contrabandeadas em circuitos transnacionais que, como revelam os estudos de Pinheiro-Machado (2008, 2009), Rabossi (2004) e Ribeiro (2010), pauta-se por regras e práticas complexas. Durante os anos 2000, os negócios prosperaram e a variedade de produtos da loja só crescia: roupas, brinquedos, CDs e DVDs piratas, eletrônicos e bugigangas diversas. Tita também cedia seu espaço para venda em consignação de produtos feitos pelas vizinhas, como artesanatos, e para divulgação de serviços como costura e limpeza. O negócio mobilizava toda a família e sustentava todos seus membros.

Em 2011, ela e seu filho Alexandre, então adolescente, fizeram um curso sobre empreendedorismo ofertado por uma ONG atuante na região, onde o rapaz já tinha realizado cursos de informática. Depois disso, buscaram materiais sobre o assunto. Como bem notam Leite e Melo (2008) há nessa década uma explosão de revistas, programas de TV e literatura não acadêmica que fizeram da noção de empreendedorismo um conjunto de princípios éticos e prescrições normativas que orientam os sujeitos a atuar economicamente de uma forma considerada boa, eficiente e legítima.

No início da década de 2010, o país vivia um momento de expansão econômica que teria aumentado o poder de compra da população pobre. Tita percebia tanto o aumento da capacidade de consumo da vizinhança quanto a maior facilidade para obtenção de produtos. Queria aproveitar a oportunidade e expandir o negócio. É a partir desse momento que assume com força o discurso do empreendedorismo e começa a se chamar de “empreendedora”, como sinônimo de sua capacidade de iniciativa individual, inventividade, adaptação e visão (Leite, Melo, 2008; Machado da Silva, 2002; Boltanski e Chiapello, 2009). Sua fala a respeito é explícita e eloquente, deixando entrever

tanto a sua visão de empreendedora como a sua percepção do contexto brasileiro do início da década de 2010, oportuno para a expansão dos negócios voltados para o consumo de quem teve, no seu dizer, “uma origem pobre”:

Quem trabalha com comércio, precisa ser esperto. Não esperto no mau sentido, tirar proveito dos outros. Mas saber aproveitar as oportunidades (...) Todo mundo falando que era um bom momento pro país, pessoal comprando mais, mas também ficando mais exigente. Porque você vê, não é porque a pessoa é pobre, teve uma origem pobre que ela não sabe o que é bom, que ela não quer ser bem tratada. Então eu vi que eu precisava melhorar, que eu podia melhorar. Então isso aí, eu acho uma coisa importante e penso que eu busco essa visão, de melhorar, de expandir, de empreender. Por exemplo, ver o que está na moda, ver o que as pessoas estão querendo comprar e trazer pra cá, vender aqui, com um preço que as pessoas podem pagar, trazer essa facilidade da pessoa vir aqui e não precisar se deslocar até o shopping, até as lojas, ir no Centro da cidade... Porque aqui, quem tem dinheiro, trabalha longe, é trem, ônibus, um sacrifício todo dia... E se sentir bem tratada, porque eu conheço as pessoas que moram aqui. Então, eu sei o que elas gostam, o que elas querem, eu converso muito, eu sei como agradar. (...) Então eu pensei nisso: eu tenho que aproveitar o meu espaço da melhor maneira possível, aproveitar os clientes que eu já tenho e explorar isso, trazer mais produtos, mais variedade, mais qualidade também. E também outra coisa que eu já pensava que é aproveitar melhor o trabalho da minha família, aproveitar melhor os talentos da minha família. Porque a gente sempre viveu assim, sempre se reinventando e melhorando. Meu pai mesmo eu acho que era uma pessoa que poderia ser chamado hoje de um empreendedor, assim, com visão de empreendedor, né? Que fazia acontecer dentro de suas condições, que era de muita pobreza, que a gente enfrentou muita pobreza. Mas, meu pai tinha sempre uma ideia e daí fazia os correes dele para fazer acontecer. Isso que eu acho que faz a diferença, se reinventar sempre, e fazer o melhor. Porque as pessoas aqui merecem. Por isso eu falo que a gente tem que sempre melhorar e é isso que eu tô buscando, assim, como empreendedora. (Tita, março de 2016)

Em 2012, na qualidade de “empreendedora”, Tita decidiu “melhorar” e “expandir” seu negócio. As estratégias traçadas foram aumentar a variedade de produtos vendidos no seu espaço e “profissionalizar” o negócio. O que Tita chama de profissionalizar seria, primeiro, qualificar os familiares através de cursos e estudos e usar melhor a mão de obra familiar: “aproveitar melhor os talentos da família”. Em segundo lugar, ela julgava fundamental estabelecer limites mais claros entre a casa e o negócio, entre a família e o empreendimento, entre as amigas e os clientes. Desde que teve contato com as lições do empreendedorismo, a busca de separação entre essas esferas torna-se um tema importante para a informante. Ela acredita que tal iniciativa traria mais profissionalismo para o negócio e estabeleceria a inquestionável legitimidade do seu trabalho e de seus familiares frente à comunidade e à clientela. Tita narra um intenso esforço de consolidação de seu negócio e seu trabalho como “sério”, “profissional” e, portanto, digno de reconhecimento através de remuneração monetária adequada e justa. Por outro lado, a organização e o pagamento das atividades dos familiares nos negócios de Tita seguiam outra lógica, onde sobreposição e articulação das esferas afeto e trabalho era muito intensa. Esse ponto de fricção é crucial para entender as relações ao interior do grupo familiar, daí porque ele será retomado e abordado do ponto de vista dos demais integrantes da família.

De tal forma, para implementar seus planos de expansão e profissionalização, fez uma reforma para isolar a loja do restante da casa. Depois instalou máquinas de costura na loja, chamou de “ateliê” e estabeleceu que seria o local de trabalho da mãe, a responsável pelos ajustes e customizações nas roupas que, segundo ela, era algo que “*estava na moda*”. A ideia era oferecer “*mais que uma loja*”, mas um lugar de onde os clientes sairiam com a roupa perfeita para o seu gosto e seu corpo, transformar as roupas do Brás, compradas no atacado e produzidas em larga escala, em algo “*único e especial*”. Depois, pagou um curso de modelagem para a mãe aprender a copiar os “*modelos da moda*” e costurar sob medida para as clientes que queriam algo exclusivo. A partir de então, ali, o que era produzido em massa e artesanalmente conviviam de forma harmoniosa. A sobrinha Karina fez cursos de maquiagem e começou a prestar serviços dentro da loja, posteriormente se especializou como colorista de cabelos, mas também realizava cortes. A irmã Sandra deveria explorar seus talentos culinários e fazer os “*doces americanos que estavam na moda*”: cupcakes, cookies e brownies que ganharam um cantinho no estabelecimento e também poderiam ser encomendados. Para o filho Alexandre, que gostava de informática e tecnologia e tinha realizado cursos profissionalizantes na área, delegou a função de divulgar os negócios e serviços nas redes sociais. Também estimulou o filho a prestar serviços técnicos em informática para a vizinhança em seu espaço. Como aquele já era um reconhecido lócus de circulação de oportunidades de trabalho e divulgação de serviços na vizinhança, as novas empreitadas dos membros da família tiveram êxito. Em 2013, Tita começou o namoro com Manuel, um jovem de 24 anos que trabalhava como moto boy e paralelamente vendia narguiles⁸⁰. Ela passou a incorporar os produtos do namorado ao seu comércio.

A partir de 2014, ela, Manuel e Alexandre começaram a desenvolver uma estratégia para expandir as fronteiras do bairro e fazer vendas online. O que eles chamam de “loja virtual” é um esquema de vendas operado através de anúncios em sites como Mercado Livre⁸¹ e páginas em redes sociais. O foco está em brinquedos e produtos falsificados como óculos e bolsas que, via de regra, são de origem chinesa. Tita e seu irmão Carlos descobriram formas de acessar as mercadorias em São Paulo ou no Porto de Santos sem precisar se deslocar até o Paraguai. Alguns itens compram de fornecedores chineses estabelecidos aqui e outros através de sites chineses de compras como AliExpress. Esse comércio eletrônico é responsabilidade dos homens da família: Alexandre

⁸⁰Narguile ou arguile é um tipo de cachimbo d'água, um dispositivo no qual a fumaça gerada pela queima do tabaco passa por um filtro de água antes de ser aspirada pelo fumante, por meio de uma mangueira. Tradicionalmente usado em países da África e Oriente Médio, foi apropriado pelos jovens brasileiros nos anos 2000 como prática de encontro e sociabilidade. Também pode ser usado como objeto decorativo.

⁸¹Mercado Livre é um site de comércio eletrônico que faz a intermediação entre vendedores e compradores através de classificados online e sistemas de avaliação e pagamento seguro. É uma empresa multinacional de tecnologia que opera no Brasil desde 1999.

administra as páginas e os pedidos, o irmão Carlos faz as compras e organiza os estoques e o namorado Manuel cuida das entregas. Não é uma empresa formalizada, assim como a loja física na garagem. Os produtos integram o amplo conjunto do que popularmente se chama de “muamba”, alimentam o mercado de falsificações e passam por uma complexa cadeia transnacional de produção e distribuição que desafia o uso das categorias normativas (in)formal, (i)legal, (i)lícito ao mesmo tempo em que desfrutam de certa tolerância e aceitação na sociedade brasileira (Pinheiro-Machado, 2008; Ribeiro, 2010; Telles e Hirata, 2010).

As vendas por internet expandiram o alcance dos negócios, antes limitado por sua localização em um ponto residencial de um bairro periférico; mas Tita diz que gosta mesmo é da loja física, a lojinha do bairro. Como observado, além de cuidar do estabelecimento, ela fica na coordenação do trabalho de todos familiares, administra o dinheiro, se responsabiliza por parte das compras e das relações com os fornecedores (especialmente na ausência do irmão Carlos). É, de fato, uma “poderosa chefona” e enfrenta uma rotina intensa de trabalho. Abre a loja todos os dias, inclusive finais de semana e feriados. Durante a semana abre às 7h da manhã para aproveitar o movimento matutino da escola e fica aberta até, pelo menos, às 20h: *“É quando pobre que trabalha fora e tem dinheiro tá voltando pra casa”*, ela explica. Revez a atendimento da loja com os familiares, principalmente com a irmã Sandra e com Daiane, a filha caçula. A organização, os horários e turnos de trabalho são inconstantes e dependem das demandas de trabalho de Tita fora da loja, bem como dos demais serviços e compromissos dos familiares. Esse é um ponto que gerava certa discussão, mas quem dava a palavra final era Tita.

Ela tem uma forte narrativa pessoal de superação de quem enfrentou dificuldades materiais, se envolveu com “coisas erradas” (tráfico), se arrependeu e deu a volta por cima através da iniciativa individual e da dedicação ao trabalho honesto. É enfática nas críticas a vizinhos e conhecidos que mantém relação com crime e mercados ilegais, e tenta afastar as amigas dessas práticas oferecendo-lhes trabalho remunerado. Miriam (Família 2) trabalha como lavadeira para Tita e Flávia (Família 4) como manicure. Nos dois casos as remunerações são bem abaixo dos preços de mercado, Tita tem consciência e argumenta que é apenas uma forma de estímulo. Partilha da percepção de que Miriam e as mulheres da Família 2 não trabalham e se “contentam com pouco”, o que ela condena. Seus juízos deixam entrever as tensões entre a lógica das “ajudas”, que rege a Família 2, e a lógica da mercantilização das relações e do “empreendedorismo”, bem representada por essa informante:

Miriam é uma louca, eu falo para ela não ficar se arriscando, ela tem criança pequena, não pode se enfiar nessas coisas. Eu sei que ela passa aperto, uma vida difícil, mas esse não é o caminho, tem que sair disso. Eu falo, falo, falo... O que eu puder fazer por ela, eu faço. Tanto que faz um tempo que eu dou as roupas aqui de casa para ela lavar, não sei se ela te falou. Toda semana ela pega as roupas que precisa lavar, passar. É o que eu posso fazer, né?. E eu faço questão de pagar em dinheiro, mesmo sendo pouco... É mais um jeito de estimular, né? Mostrar que o

dinheiro chega quando a gente trabalha. Porque se não trabalhar, não adianta. Tem que correr atrás. Mas não é só ela, não; é a maioria das mulheres, assim da minha idade, por aqui. Eu vejo que as mulheres mais velhas, da idade da minha mãe, eram muito mais trabalhadoras que as de hoje. Pelo menos as que têm mais ou menos a minha idade; eu vejo isso. As que melhoraram um pouco de vida, saíram daquela necessidade maior, assim de passar fome e tal, melhoraram um pouco e já se contenta, sabe? Se contentam com pouco. Não sei se é preguiça ou falta de ambição. De perceber que você precisa ter o seu dinheiro, aquele que você conquistou. Isso te faz crescer, você se sente né, alguém que conquista as suas próprias coisas. Eu falo pra elas: depender de governo ou ficar dependendo da ajuda dos outros, não te dá isso, não te faz crescer. Por isso, eu prefiro pagar mesmo, ao invés de dar alguma coisa, alguma ajuda. (Tita, maio de 2016)

Tita narra suas atividades de empreendedora como lícitas e enfatiza sempre que na sua loja só entra produto que, mesmo falsificado, é “*de qualidade*” e que “*não quebra na mão, nem desmancha na primeira lavada*”. Reitera que não aceita, de forma alguma, vender em seu espaço produtos roubados/furtados, o que acontece muito no bairro. De maneira geral, a comercialização de produtos falsificados e contrabandeados fica na zona cinzenta do que é expediente de sobrevivência, informal e ilegal (Telles, Hirata, 2010). Mas, do ponto de vista dos atores não-estatais, faz parte de atividades moralmente aceitáveis e, assim, Tita não se vê como parte do que é considerado “mundo do crime”. Porém, a vizinhança vislumbra na trajetória de Tita uma forte influência da antiga relação de sua família com o tráfico de drogas. Isso porque ela herdou do falecido marido traficante a casa onde mora hoje, em um ponto privilegiado do bairro, assim como os bens e os recursos que lhe possibilitaram investir em seu negócio próprio. O salto de vendedora ambulante de sabão caseiro para empreendedora teria sido financiado por capital originário de mercados ilícitos, como o crime e o tráfico. Ademais, correm nas redondezas rumores e fofocas de que o irmão Carlos mantém relações bastante próximas com diversos circuitos de ilegalidades e que, graças a eles, acessa os fornecedores dos produtos que Tita vende. Leila (Família1), que é amiga de Carlos desde a adolescência, diz que ele é “*unha e carne de bandido de todo tipo*”, o que também asseguraria a proteção da loja da irmã. Tita, por sua vez, nunca mencionou essas informações e, apesar de plenamente ciente de que a origem dos produtos que revende é duvidosa, não o interpreta como ilegalidade, e enfatiza seu papel positivo de facilitadora de acesso ao consumo em um contexto de pobreza.

Tita não é beneficiária de nenhum programa governamental e não frequenta as atividades da rede sócio-assistencial. Acredita que programas assistenciais são válidos apenas para pessoas de idade como sua mãe, mas para “*pessoas jovens e com saúde*”, o mais adequado seria o Estado investir em qualificação. É defensora da ideia de que não se deve dar o peixe, mas ensinar a pescar, prática que implementa entre os seus familiares, estimulando-os insistentemente a buscar iniciativas de estudo e qualificação, inclusive provendo o custeio: “*Dinheiro pra bobagem eu não dou, para estudo é diferente.*” Na sua percepção, políticas sociais e programas governamentais não foram importantes na sua trajetória e nem da de sua família, e ela não faz planos contando com esse tipo suporte.

Nunca teve registro em carteira de trabalho, não contribui para a Previdência Social e jamais usufruiu de programas governamentais de crédito ou apoio ao microempreendedor. Apenas mantém um CNPJ ativo para as compras de roupas no atacado. No entanto, alimenta o sonho de que o filho entre em uma universidade pública pelo status, qualidade e legitimidade que o ensino superior público representa e apóia as políticas de acesso ao Ensino Superior.

Em 2016 e 2017, dentre suas preocupações em relação à crise política e institucional do país, a principal delas era a respeito das políticas de acesso ao Ensino Superior que poderiam beneficiar a terceira geração da família, especialmente Alexandre, que estava se preparando para o vestibular. Sua outra preocupação em relação à crise era que o governo cortasse o Programa Bolsa Família e, com isso, diminuísse o volume de dinheiro que circula nas periferias e impulsiona o consumo das famílias pobres, o que poderia afetar diretamente seu negócio.

Alexandre, 20 anos, 3ª geração

Alexandre é um rapaz tímido, “*desses que gosta de computador e passa muito tempo jogando esses games*”, segundo a descrição de sua mãe. Durante nossas conversas desviava o olhar para checar o celular que apitava constantemente. Desculpava-se, dizendo que podia ser trabalho.

Nascido em 1996, em São Paulo, desde pequeno acompanhava a mãe em seus negócios. Ajudava a carregar, empacotar, etiquetar os produtos vendidos por ela. Sempre dedicado aos estudos, concluiu o Ensino Médio sem problemas e, a partir dos 16 anos, começou a fazer uma série de cursos profissionalizantes de curta duração, especialmente ligados à área de tecnologia e informática. A maior parte desses cursos foi financiada por sua mãe e realizada em pequenas instituições de ensino que operam nas redondezas do bairro, alguns foram ofertados por ONGs. Realizou seis cursos curtos em instituições do entorno. A partir de um deles realizou um estágio de monitoria de informática em um abrigo para jovens e crianças, evento que lhe marcou.

Em 2014, Alexandre realizou um curso de técnico em informática no SENAC. Nesse período, buscou cursos gratuitos do Pronatec, mas não conseguiu nenhuma vaga para as áreas que lhe interessavam. A mãe acabou por financiar a modalidade paga no Sistema S e, pela primeira vez, frequentou uma instituição de ensino profissionalizante grande e renomada. Mas ficava bem distante de sua casa e ele quase desistiu. Tita não deixou. O jovem gostou muito da experiência e, a partir de então, decidiu que ia seguir esse caminho profissional. Continuou os estudos por conta própria e, por orientação da mãe, a partir de 2014 começou a fazer reparos simples em computadores e tablets em seu estabelecimento. Além disso, foi incumbido por ela a cuidar de sua “loja virtual” e administrar as páginas e anúncios online. A remuneração desse trabalho é sujeita a

regras estabelecidas por sua mãe, o que desde então gerou alguns questionamentos por parte do rapaz.

Em 2016, Alexandre decidiu prestar vestibular para Ciências da Computação. Durante a pesquisa freqüentava um cursinho pré-vestibular particular e conciliava os estudos com o trabalho no comércio virtual da mãe e com os serviços de assistência em informática no bairro. Tita tentava controlar os serviços que ele realizava para vizinhos e amigos fora de seu estabelecimento, suspeitando de que trabalhava de graça ou que cobrava e guardava o dinheiro. Alexandre mostrava incômodo com essa questão, pois avaliava que pequenas ajudas para amigos próximos e colegas da área de trabalho não poderiam e, em alguns casos, nem deveriam ser cobradas, sob pena de ser taxado de oportunista e aproveitador. Ele achava que a falta de conhecimento de informática da mãe fazia com que ela supervalorizasse certas atividades simples que ele nem chegava a considerar um serviço: *“Tem coisas que nem dá trabalho. Como é que eu vou cobrar por instalar um programa?”*, ele perguntava. *“Um amigo liga, com um problema ou uma dúvida, faz umas perguntas, eu respondo, é meu amigo. Não tem como não responder”*, diz Alexandre sobre o tópico que causava desentendimento com a mãe, que achava que tudo isso precisaria ser tratado como trabalho e não como ajuda ou favor.

O combinado entre ele e Tita é que ela receberia o pagamento dos serviços e repassaria parte do valor para ele. O restante ela usaria para complementar o financiamento do cursinho pré-vestibular. Como nos contou sua avó Jandira, Alexandre começava a questionar as regras dos repasses da mãe, afirmando que, conforme ele foi se qualificando, ela subiu o valor dos serviços, mas não a porcentagem paga para ele. Alexandre nos confidenciou que julgava constrangedor pedir dinheiro para mãe para arcar com seus gastos pessoais. Ele cogitou procurar emprego e deixar de trabalhar com ela, mas, em razão de sua necessidade de conciliação com estudos, decidiu permanecer em tal arranjo por mais um tempo.

Assim como Joana (Família 1), Alexandre sentia os efeitos da instabilidade institucional que assolou o país em 2016 nos seus planos de entrar na universidade. Tal como a jovem informante da Família 1, gostaria de entrar em uma universidade pública ou contar com suportes públicos como Prouni e FIES, ambos prejudicados pelas intempéries políticas do período. Mas, diferentemente de Joana, Alexandre não descartava a possibilidade de cursar uma instituição privada e contar com o suporte financeiro da mãe. No entanto, temia que crise afetasse as regras e procedimentos de acesso ao Ensino Superior, como o Enem.

No fim de 2016, prestou tal exame, mas não obteve bons resultados. Decidiu continuar freqüentando o cursinho pré-vestibular em 2017, mas já com poucas expectativas de conquistar uma vaga na universidade pública. Dessa forma, visualizava que suas atividades profissionais

continuariam atreladas à sua mãe por mais um tempo: *“Até eu me firmar, vou continuar assim por mais um tempo. Mas, no futuro quero abrir o meu negócio, que é o que eu sempre quis mesmo”*, diz o jovem expressando o desejo de dar continuidade à trajetória de trabalho por conta própria de sua família e, ao mesmo tempo, contrariando o discurso de Tita de que seus familiares trabalham de forma autônoma e não para ela.

Daiane, 17 anos, 3ª geração

No início da pesquisa, Daiane, então com 16 anos, tinha acabado de comunicar sua família de que estava grávida e queria casar. A felicidade da jovem contrastava com o desgosto expressado pelos familiares, especialmente por sua mãe.

Ela nasceu em 1999, em São Paulo, pouco tempo antes da prisão e posterior falecimento do pai. Enquanto Tita trabalhava, era cuidada pela avó e é até hoje muito apegada a Jandira, com quem aprendeu a cozinhar, costurar e a cuidar da casa. Sempre ajudou a avó nos serviços domésticos da casa e, a partir dos 12 anos, também começou a ajudar a mãe na loja.

Entre 2012 e 2016, Daiane trabalhava no negócio da mãe fora dos horários escolares e também a acompanhava nas compras no Centro da cidade. Simpática e carismática, sua mãe via nela o talento para o comércio de sua família. Porém, a jovem tinha outros planos: realizar um curso de auxiliar de enfermagem. Pelo menos, até a gravidez. Depois de engravidar, em 2016, Daiane expressou o desejo de casar e interromper os estudos para se dedicar exclusivamente à maternidade por um tempo. O seu namorado tinha 19 anos, trabalhava como auxiliar de escritório e morava com os pais. Assim como Daiane, estava contente com a gravidez e queria oficializar a união, mas seu salário era insuficiente para sair de casa e sustentar sozinho a nova família. Convidou Daiane para morar com ele na casa de sua família. Tita proibiu. Ela não aceitava a interrupção dos estudos e nem a possível mudança da filha. Convenceu Daiane a adiar o casamento para ter certeza de que era isso que ela queria. Enquanto a jovem não saía de casa, o namorado tentava juntar dinheiro para alugar um espaço para eles morarem sozinhos.

O desejo de Daiane de interromper os estudos era criticado por todos na família. Mas, a intenção de se dedicar exclusivamente à maternidade e a renúncia ao posto de herdeira do empreendedorismo familiar entristeciam Tita profundamente. Ela via na aspiração da filha os sintomas de “preguiça” e “falta de ambição” que caracterizariam a suposta ausência de disposição para o trabalho das mulheres de sua geração.

Sandra, 39 anos, 2ª geração

Sandra é famosa no bairro por seus talentos culinários e por ser muito companheira de sua irmã mais nova. “*Sandra é um doce de pessoa*”, disse Tita brincando com a irmã mais velha que é reconhecida por ser “*doceira de mão cheia*”. Sandra abraça Tita e responde: “*Minha irmã é tudo na minha vida*”.

Nascida em 1977, na zona rural de Araraquara, Sandra é irmã gêmea de Carlos. Assim como ele e Tita, morou no interior paulista e acompanhou a família no trabalho nas feiras livres até 1990. Veio para São Paulo morar com os pais aos 13 anos e assumiu as atividades domésticas da família, enquanto os irmãos trabalhavam nos negócios do pai e a mãe trabalhava fora. Parou de estudar definitivamente aos 15 anos, mas já tinha interrompido os estudos antes. Apresenta certa dificuldade de escrita.

Em 1994, aos 17 anos, engravidou do namorado, o filho de um vizinho. Casaram-se e, em 1995, mudaram com a filha recém-nascida para uma favela do entorno, onde o marido construiu um puxadinho. Ele trabalhava no açougue de sua família e sustentava a casa enquanto Sandra cuidava da filha e das tarefas domésticas. Em 1998, o pai de Sandra faleceu e sua mãe foi morar com ela. Contando com o apoio de Jandira nos cuidados da filha, Sandra começou a fazer bolos e doces por encomenda para complementar a renda familiar. Ela foi vítima de violência doméstica por muitos anos até que, em 2002, contando com o apoio da mãe e da irmã, separou-se do marido e voltou para o bairro onde passou a adolescência. Tita ofereceu abrigo para ela e sua filha, assim como suporte financeiro. A irmã tinha acabado de ficar viúva e ambas enfrentavam um período difícil. Sandra diz que elas só se reergueram porque se ajudaram e começaram a trabalhar juntas, construindo e reforçando a imagem de uma família que “*batalha junto*”. Ela enfatiza que trabalhar por conta própria é “*mais que trabalhar*” é “*viver trabalhando*”, numa clara intenção de dar visibilidade e valor para atividades que, fora do padrão de emprego formal e assalariado, poderiam ser desvalorizadas:

Sandra: Quando você passa por uma coisa dessas, se você não tem uma família maravilhosa como eu tenho... Nossa! Minha família é maravilhosa. Minha mãe, minha irmã, meu irmão... (...) Mas minha irmã, o que ela fez por mim... Porque ela também estava vivendo muita coisa, sozinha com duas crianças, refazendo a vida... Mas ela me estendeu a mão assim, em todos os sentidos. E a gente foi se ajudando, se refazendo, criando nossas crianças juntas, batalhando juntas. (...) Então eu acho que eu tenho sorte de ter a minha família, que também é uma família muito batalhadora. A gente batalha mesmo, e batalha junto. Aqui todo mundo trabalha desde criança... E como a gente trabalha assim, por conta própria, a gente trabalha mais ainda, porque não tem férias, feriado, essas coisas. Se tem necessidade, a gente trabalha. Não é só abrir a loja, não é só fazer os doces, tem muito trabalho por trás, né, que quem vem só comprar não vê. Então, nesse sentido que a gente não trabalha só, a gente batalha mesmo, que é até mais que trabalhar.

Pesquisadora: Como assim, mais que trabalhar?

S: Porque é assim, a gente não tem hora de trabalhar e hora de descansar, vamos dizer assim. A gente vive trabalhando o tempo todo, entendeu? Porque a gente trabalha pra gente mesmo e a gente trabalha em casa. Então, da hora que eu acordo até a hora que eu durmo trabalhando. Se não for assim, a gente mesmo que se prejudica, entende? (Sandra, março 2016)

Desde 2002, Sandra mora no fundo da casa da irmã, com a mãe e a filha. Trabalha e “batalha” com ela fazendo de tudo: auxilia nas compras, carrega, empacota e etiqueta produtos, atende na loja, cozinha para a família e faz serviços domésticos na sua casa e na da irmã. Também faz bolos e doces por encomenda.

A partir de 2012 começou a fazer bolos, doces e biscoitos para expor permanentemente na loja da irmã. Tita queria diversificar os produtos e aproveitar que algumas amigas e vizinhas só passam na loja para conversar e tomar café. Os quitutes de Sandra seriam um atrativo para essa parcela da clientela que até então não consumia. *“Tita diz que pelo menos um biscoitinho elas tem que comprar agora, e o pior é que elas comprem mesmo”*, conta Sandra orgulhosa do sucesso de seus doces. A loja da irmã virou uma vitrine para os produtos de Sandra e as encomendas aumentaram. Ela também divulga seus serviços nas redes sociais e em grupos de bate-papo virtuais.

Em 2014, sua mãe começou a receber o Bolsa Família e a participar das atividades da rede sócio-assistencial. Sandra eventualmente acompanha a mãe e, seguindo os conselhos da irmã, aproveita a ocasião para divulgar seu trabalho. Segundo ela, é uma ótima estratégia que já rendeu encomendas e novas clientes.

Durante a pesquisa, no ano de 2016, Sandra e Tita cogitaram expandir o negócio de produtos alimentares. Como as vendas através de canais virtuais tinham se mostrado promissoras, elas pensaram em abrir um negócio de entrega de marmitas, utilizando-se de plataformas digitais como Ifood e Pedidos Já, que fazem a intermediação entre potenciais clientes e empresas do ramo alimentar. Para isso, precisariam abrir uma empresa e acreditavam que se fazia necessário reformar a cozinha de Sandra e contratar ajudantes. A empreitada envolveria mais custos que outras desenvolvidas até então. Ficaram apreensivas e recuaram do plano, especialmente em vista da crise econômica que o país atravessava. Sandra estava receosa. Acostumada a trabalhar por encomendas pequenas, vindas através da rede pessoal, temia esse movimento de formalização e expansão para muito além das fronteiras da rede local, o que configuraria o estabelecimento de um “negócio de verdade”, “coisa séria”. Ela usa expressões que também surgiram nos discursos de sua irmã e com significado semelhante, como metáfora da disjunção entre pessoal/local e comercial/impessoal:

Eu nunca trabalhei nesse tipo de esquema, eu tenho um pouco de receio, vamos dizer assim. (...) Se eu atraso aqui uma encomenda e eu conheço a pessoa, eu explico, eu faço um desconto, eu compenso depois, mando um brinde. A gente negocia, dá-se um jeito. Tanto que raras vezes eu tive problema. Mas

assim com esses aplicativos não tem nada disso, é só um número de pedido, né? (...) Eu acho que até é uma coisa boa, talvez uma idéia pro futuro, mas o que eu falei pra Tita, a gente ter que ter uma estrutura, melhorar a estrutura, porque daí é *um negócio de verdade*, não é encomenda para as vizinhas, amigas, é *coisa séria*, tem que ter estrutura, né? (Sandra, setembro 2016, grifos nossos)

A remuneração do trabalho de Sandra segue os mesmos princípios do restante da família. Tita paga o trabalho com casa, comida e eventuais rendimentos monetários que seguem regras estabelecidas por ela e variam de acordo com contexto. Sandra não se incomoda com tal arranjo. Entende que não trabalha para a irmã, mas com ela, que, por sua vez, faria o favor de administrar o dinheiro dos negócios da família com a sabedoria e a eficiência que ela, o irmão e a mãe - menos escolarizados - não saberiam. Porém, sua filha não via da mesma forma e entrou em conflito com a tia. Desde então, Sandra administra sozinha suas encomendas de doce. Todo o resto do trabalho era remunerado de acordo com as regras da ocasião. Segue trecho de entrevista que revela as tensões e consentimentos a respeito dos usos dos recursos e do trabalho no interior do negócio familiar:

Pesquisadora: Sandra, você disse que é a sua irmã que administra o dinheiro da família, né?

S: Sim. Mais ou menos.

P: Como que funciona?

S: Uma parte é ela que recebe, compra os produtos e tal, daí eu entro com o trabalho, né? Porque também é a casa dela, e ela que compra tudo, comida mesmo, ela compra quase tudo no atacado, então comida nossa é tudo junto, a gente come junto. E tem os produtos, as coisas que ela dá, muito presente. Eu entro mais com o meu trabalho mesmo. E ela entra com o resto, ela faz a compra, dá o espaço, e administra o dinheiro: guarda, compra o que precisa, reforma a casa, faz as coisas que precisa, né? Mas eu recebo também, uma parte eu recebo e o resto ela guarda assim para cobrir os custos.

P: Você recebe uma porcentagem?

S: Das minhas encomendas eu que cuido, tô cuidando agora. O resto é ela que cuida, da loja ela cuida do dinheiro.

P: Entendi. Então você recebe só pelas encomendas?

S: Não, as vezes também recebo pelo trabalho na loja, mas varia.

P: Varia com as vendas dos seus produtos ou com o tempo que você fica na loja?

S: Isso. Depende do mês. Por exemplo, se acontece alguma coisa que precisa consertar, tipo, um tempo atrás o encanamento teve que consertar, foi caro, aquele mês não recebi nada.

P: E todo mês vocês conversam e decidem como vai ser repartido o dinheiro?

S: Não... Porque a gente meio que já sabe, né. Só se tiver algum problema... Se eu precisar comprar alguma coisa assim, diferente de todo mês, eu falo com a Tita e tá tudo certo.

P: E das suas encomendas você disse que tá cuidando agora; então, tá separado?

S: Isso. A gente achou melhor separar.

P: Por que?

S: Para falar a verdade, nem sei muito. Porque agora eu que compro as coisas quando tem uma encomenda e daí cobro, fico com o dinheiro. Para te falar a verdade, eu nem sei se botar no papel, se é melhor assim ou não. Antes, a Tita comprava as coisas e eu entrava com o trabalho. Daí ela me repassava uma parte.

P: E por que mudou?

S: Foi mais por causa de uns desentendimentos com a minha filha. Assim, ela fez as contas dela e achou que não era justo, começou a reclamar, daí foi ficando uma coisa chata, sabe? Mas Karina é teimosa. Tita também. Daí já viu. Eu tive que me intrometer. Daí a gente separou essa parte das encomendas, para não dar confusão.

P: E você está satisfeita?

S: Olha, como eu te disse, nem sei se é melhor assim, ou não. O dinheiro vem pra mão, parece que é muito dinheiro, mas não é, tem os gastos. E, antes, eu não precisava pensar. Mas, também tem o lado bom, de você administrar aquele dinheiro ali, decidir o que fazer. Isso que Karina fala. Mas eu também não tenho cerimônia para pedir dinheiro para minha irmã se eu precisar; as nossas coisas é tudo meio misturado, sempre foi, eu e ela, usar as coisas juntas. Desde criança. Mas adulta, também. Tudo misturado. Junto e misturado, né? (risos) Eu não me importo. Mas, pra Karina, que quer ter o dinheiro dela, não quer pedir dinheiro para tia toda vez, quer ter assim uma independência, né? Eu entendo. (...) Então é assim, hoje é uma parte junto e uma parte separado. (Sandra, abril 2016)

A organização e divisão do trabalho e dos ganhos dos negócios familiares foi um tema recorrente na pesquisa etnográfica com esse grupo que trabalha e mora junto, sobrepondo no cotidiano relações de intimidade e de trabalho (Zelizer, 2005, 2006, 2009). Como era de se esperar, tensões e conflitos foram observados. O dinheiro estava no centro dessas disputas (Zelizer, 1994). Mas, o arranjo que Sandra chama de “*tudo junto e misturado*” era naturalizado e aceito por ela e sua mãe. Essa questão nos interessa na medida em que expõe as disputas sobre as fronteiras do que é ou não considerado trabalho no âmbito familiar e a contraposição da disputa e negociação dessas fronteiras fora desse mesmo âmbito. Da mesma forma evidencia as disputas entre o que é o trabalho que merece ser remunerado e aquele que não merece e de que forma ocorrerá essa remuneração. O tema ganhou muita proeminência nas conversas com Karina, filha de Sandra, quem aparentemente contestava de forma mais aberta os arranjos estabelecidos até então.

Karina, 22 anos, 3ª geração

Durante a pesquisa, o cabelo de Karina mudou de forma e de cor: cinza, rosa, rosa com roxo, roxo e azul, e ela queria lançar uma moda original: um mosaico de preto e branco. Extrovertida e questionadora levou-nos a conhecer alguns dos espaços de sociabilidade juvenil no bairro como as festas nas lajes ao som de *funk* e sertanejo e as maratonas coletivas de séries e filmes da cultura pop regados a latinhas de Smirnoff Ice e narguile.

Ela é a neta mais velha de Jandira, única filha de Sandra. Nascida em São Paulo, no ano de 1994, mora desde os 12 anos no bairro e tem ali uma ampla rede de amizades. Assim como os demais membros do grupo, desde pequena auxiliava no negócio da tia e ajudava a mãe e a avó no trabalho doméstico. Aos 16 anos, fez cursos de artesanato na Associação beneficente que faz parte do estudo e, posteriormente, aos 17 anos, fez um curso virtual de *design* de bijuterias. Passou a produzir acessórios para Tita vender na loja e aí começaram os primeiros conflitos. Karina achava que a tia se intrometia demais no seu processo de produção e cobrava muito barato pelas peças: “*Artesanato é uma coisa que tem um valor próprio, é uma coisa diferente do que você vê em qualquer lugar; tem um diferencial, dá trabalho para fazer. Minha tia vende roupa do Brás, que compra de baciada,*

outro esquema”, diz a jovem defendendo o argumento de que a tia não reconhecia e valorizava o seu trabalho artesanal.

Quando terminou o Ensino Médio, em 2012, Karina resolveu trabalhar fora do negócio familiar, pois queria ter seu “próprio dinheiro”, ou seja, aquele que ganhava independente da família. Por indicações de colegas, buscou trabalho em agências privadas e arrumou emprego como operadora de telemarketing. Foi a primeira integrante do grupo a ter um emprego registrado em carteira. Desempenhou tal ofício por três anos, circulando entre três empresas diferentes. Durante o período, juntou dinheiro para fazer cursos de maquiadora e auxiliar de cabeleireiro, que realizava fora do horário de trabalho. Abaixo ela explicita comparações entre “trabalhar em família” e “trabalhar fora” e as tensões com a tia sobre o dinheiro dos negócios familiares:

Call Center no começo é pesadelo, nossa! Eu não estava acostumada com aquilo, no começo eu achei que não ia durar nada. Até que durou... Só estava acostumada a trabalhar aqui, em família, outro esquema, outra vida, né? Não sabia como é esse negócio de trabalhar fora, ter um chefe que grita, que manda em você assim e você ter que engolir. Aqui, apesar das nossas tretas, é diferente. A gente tem nossos problemas, mas ela é minha tia, uma segunda mãe pra mim, eu sei que ela quer o meu bem. O problema é que ela é muito, assim, de se intrometer, quer controlar demais, o jeito dela é sempre o certo. E controlava o dinheiro. Isso era difícil. Ter que pedir dinheiro, explicar, convencer, muitas vezes ter até que mentir. Ninguém merece (risos). Mas ela é a dona, né? Da casa, do dinheiro... Então vai ser sempre assim, enquanto morar aqui. Por isso eu quis buscar trabalho mesmo, trabalho fora. Eu queria muito ter o meu próprio dinheiro, por isso fiquei no telemarketing mesmo esse tempo. E, apesar de tudo, até que eu aprendi muito, conheci pessoas que são meus amigos até hoje, isso é bom de trabalhar fora também, as amizades que você faz. (Karina, março 2016, grifos nossos)

Como vemos na fala acima, Karina marca diferença entre “trabalho mesmo”, ou seja, “trabalho fora”, daquele desempenhado no âmbito familiar. Nas distinções entre “trabalhar fora” e “trabalhar em família” ela acentua o controle do trabalho no primeiro caso, fazendo referência ao chefe que grita, e o controle do dinheiro no segundo caso, que é atribuição da tia.

Em 2015, Karina pediu demissão do *call center* e começou a trabalhar como recepcionista em um pequeno salão de beleza em um bairro do entorno por indicação de uma ex-colega de escola. O salário era o mesmo do trabalho anterior, cerca de um salário mínimo, mas sem registro. Ela julgou que seria uma boa opção para, dentro de um salão de beleza, aprender mais sobre esse universo no qual gostaria de se inserir. A carteira de trabalho não tinha um significado especial para ela, mas sim o “dinheiro próprio” que ela conseguia através da atividade. Fora do horário de trabalho, passou a ofertar serviços de maquiadora, cabeleireira e colorista no bairro. Especializou-se nas colorações do tipo “fantasia”, que viraram moda entre os jovens: cabelo azul, verde, roxo, cor-de-rosa, laranja, arco-íris, *dégradé*. Aprendeu boa parte das técnicas em vídeos na internet e fazendo testes em si mesma e nas amigas. Montou um lavatório improvisado na área de serviço da casa da tia e passou a

trabalhar para ela novamente. Mas as duas logo entraram em conflito sobre o valor cobrado pelos serviços. Além disso, a tia não aprovava os “preços camaradas” que a sobrinha fazia e nem as permutas de serviços que ela realizava com colegas e amigos. Dizia que não era profissional. Karina, por sua vez, questionava as regras de repasse da tia que, segundo ela, eram arbitrárias. Ademais, a jovem acreditava que prestar alguns serviços a preços simbólicos era necessário para formação de uma clientela e de um portfólio, já que ela era iniciante e suas primeiras clientes seriam, inevitavelmente, suas amigas. Dizia que “*trabalho em serviços de beleza é muito diferente de vender roupa*”, insinuando a falta de conhecimento da tia sobre esse tipo de negócio e de trabalho.

Durante o ano de 2016, a jovem passou a ofertar seus serviços diretamente na casa de algumas clientes, escondendo as atividades e os ganhos da família. Tita descobriu. A relação entre ambas ficou estremecida. Abaixo trecho de entrevista onde ela narra o ocorrido e justifica sua atitude através da problematização sobre o “certo” e “justo” nos arranjos familiares estabelecidos até então. Interpreta que, na configuração vigente, a tia é “patroa” e o que ela busca é sair desse esquema e trabalhar sozinha para realizar o seu desejo de “empreender”:

Karina: Eu não sei se você sabe, mas eu não to mais trabalhando aqui com a minha tia, agora é só na casa dos clientes mesmo. Eu vou e faço o serviço.

Pesquisadora: Por que?

K: Ah, não tava dando certo, não. Ela tava controlando muito, o uso dos produtos, o uso da água, o preço, o tempo que eu demorava. Não tava bom pra mim. Eu já passo o dia no salão, aquela falação, aquela loucura. *Aqui é meu serviço, né, o meu trabalho que eu faço sozinha, sem patroa. Mas não. Minha tia é patroa também.* De um jeito ou de outro, como ela é a dona da casa, tudo que a gente faz aqui tem que passar por ela. Daí eu já sugeria ir na casa da pessoa, que eu já tava achando melhor. Só quem não tava podendo mesmo fazer em casa que eu trazia aqui.

P: Então você começou a fazer os serviços fora?

K: Isso. Só quem não podia mesmo fazer em casa eu trazia aqui. Daí arrumei um esquema na casa de uma colega que tem uma área de serviço coberta, deu para improvisar um lavatório lá. Assim, bem no improviso, mas aqui também era no improviso. Perto do carnaval eu fiz uns cabelos assim. Mas daí minha tia veio tirar satisfação, não gostou, disse que eu tava enganando ela. (...) Mas eu não enganei. Só não achei que tinha que contar. *E, para falar a verdade, também não tava achando justo.* Por que tudo que a gente faz tem que passar por ela? Ah, a casa é dela, eu sei. *Mas a gente ajuda em tudo, ajuda na casa, na loja, já não é uma ajuda boa? Não é ingratidão, é que eu não sei se isso é certo. Se não tá bom pra todo mundo, tem que arrumar outro jeito, né?* É o que eu penso. Arrumar outro jeito e fica tudo bem. Mas, o que eu queria mesmo era *trabalhar sozinha*, ir construindo uma clientela até, um dia, quem sabe abrir um salão. Mas um salão diferente, não igual a esse monte de salão que tem aqui.

P: Diferente como?

K: Para as pessoas diferentes, alternativas, belezas diferentes, fora do padrão. Acho que isso falta. Por enquanto é só uma idéia, um *desejo de empreender que eu tenho*. (Karina, maio 2016)

Durante a pesquisa, Karina articulava o trabalho como recepcionista no salão de beleza às atividades domésticas e aos serviços de maquiadora, cabeleireira e colorista no bairro, prestados especialmente para amigos e vizinhos. Seu plano era montar um negócio próprio, um salão

“alternativo” na periferia para receber as “belezas fora do padrão” e “quem quer ser diferente”. Esse era a forma como ela gostaria de “trabalhar sozinha” e “empreender”. Apesar dos conflitos, Karina e Tita partilhavam do discurso de empreendedorismo e da identidade de “empreendedoras”. Os discursos de Alexandre e, mais enfaticamente, de Karina, deixam transparecer as distinções práticas e simbólicas de “trabalho em casa”, “trabalho fora”, “trabalho em família”, “trabalho por conta própria” e as disputas em torno do trabalho que merece remuneração e o que não merece, das formas de remuneração (em dinheiro, em moradia, alimentação, estudo, etc) e da remuneração justa e adequada.

7.2.Negócios familiares e empreendedorismo. Tensões e negociações entre as dimensões relacional e mercantil do trabalho por conta própria

A casa com jardim e loja, localizada em ponto privilegiado do bairro, abriga uma família com forte identidade de trabalhadores por conta própria que é construída a partir de diferentes noções como “feirantes”, “vendedores”, “comerciantes”, “batalhadores” e “empreendedores”. Tendo o falecido patriarca como um exemplo da arte de “se virar”, produzir, vender, negociar e criar em espaços de pobreza, a família narra as transformações de seus pequenos negócios a partir das mudanças nos contextos históricos e econômicos do país e das transmutações ocorridas no interior daquilo que, via de regra, é conceituado genérica e imprecisamente de informalidade, “economia informal” (Machado da Silva, 1990, 2002; Neiburg, 2010; Pinheiro-Machado, 2008; Noronha, 2003) ou “economia dos pobres” (Alba e Kruijt; 1995).

Feirantes, comerciantes, ambulantes, sacoleiras, CDzeiros, muambeiros e, por fim, empreendedores no mundo digital. Os produtos e serviços ofertados foram se transformando, bem como as formas de trocar e vender, as narrativas e as maneiras de representar o próprio trabalho.

As histórias e trajetórias, nessa família, deixam entrever os processos através dos quais as trocas não monetárias e permutas de produtos e serviços entre feirantes e vizinhos nas décadas de 1980 e 1990 - tempos de inflação em que o “dinheiro não valia nada”- foram se transformando na atual busca de consolidação de um “negócio sério” e “profissional” onde o dinheiro e o preço, fixado de maneira impessoal, representariam a legitimidade e a visibilidade do trabalho dos integrantes da família.

Podemos observar também a mudança nas formas de comercializar: na feira, como mascate de porta em porta, como sacoleira, como ambulante, na loja improvisada na sala, na loja “separada” da casa e, por fim, na internet. Como diz Tita, buscando “aproveitar as oportunidades”, a família e seus negócios foram se reinventando para responder às mudanças nos modos de consumo da vizinhança

e dos grupos de “origem pobre”, nos termos da mesma informante. Variações no campo semântico e nas formas de falar também foram capturadas e são importantes para se entender o modo de diferenciar, ao nomear para descrever, certas atividades econômicas. Para Luiz, os termos “bom vendedor”, “negociador”, “batalhador”. Para Tita, as expressões “empreendedora” “talento para negócios” e “visão”. Todas essas modulações contemporâneas das novas maneiras de falar e pensar que constituem e estruturam o modo de agir economicamente (Neiburg, 2010) também entre grupos mais pobres.

Na trajetória de migração e consolidação da vida em São Paulo, notamos o processo através do qual, com frágeis suportes familiares, o grupo foi construindo suas primeiras relações de amizade e confiança a partir das transações comerciais até o momento em que, hoje, são essas relações de vizinhança e amizade de longa data, que viabilizam boa parte dos negócios. São esses mesmos laços consolidados e enraizados espacialmente que tornam atividades, que poderiam ser descritas como informais e precárias, em formas estáveis e eficientes de ganhar a vida (Perelman, 2013).

No interior do grupo, recompomos o movimento que transfere a autoridade de chefe de família e líder dos negócios familiares de Luiz, o patriarca “cheio de ideias”, para Tita, a caçula “empreendedora”, até o momento em que a terceira geração questiona o “negócio familiar” e passa a almejar o “próprio negócio” e o “próprio dinheiro”. A busca do trabalho por conta própria, no entanto, segue se perpetuando nas três gerações. Aqui, a carteira de trabalho, o “trabalho fixo”, o salário e os “benefícios” valorizados nas Famílias 1 e 2 têm pouco ou nenhum valor. E quando tem, no caso de Karina, é um valor instrumental, é um mecanismo de libertação da rede familiar e da autoridade da tia “patroa” e “poderosa chfona”. Na busca de Karina por “trabalho fora” inexistente a valorização de “direito”, de trabalho regulado e protegido que dá acesso a benefícios trabalhistas. Dessa forma, ela trocou o trabalho com registro no *Call Center* pelo trabalho sem registro no salão de beleza, sem problemas e nem problematizações a respeito do que se perdia. Para ela, valia mais trabalhar na área que lhe interessa e do seu ponto de vista foi uma mudança estratégica e positiva.

É uma “família que trabalha junta”. Desde a primeira geração tocam juntos uma série de pequenos negócios. Assim, a dimensão familiar nas estratégias e arranjos de garantia de renda, bem estar e sobrevivência é estruturante. Ademais, boa parte das atividades comerciais (venda, produção e prestação de serviços) é realizada no interior da habitação do grupo. Casa, bairro e família são aspectos intrínsecos do que eles chamam de negócio, trabalho e empreendimento.

Tita se diz chefe de um negócio familiar no qual todos são parte integrante e motivados pelo desejo de trabalhar por conta própria. No entanto, na prática, o arranjo é mais complexo, o que se evidencia nos questionamentos que transparecem entre alguns membros do grupo. Disseminava-se a dúvida se trabalhavam para ela ou com ela. Isso, pois há uma articulação intensa entre relações

familiares e de trabalho, mas também uma dimensão de hierarquia. Ela é a dona da casa, da loja e do capital que movimenta os empreendimentos. É Tita que estabelece os horários e condições de trabalho, o tipo e valor de remuneração, o que pode ou não ser ofertado e como. Os familiares trabalham implementando suas idéias, em troca de casa, comida, presentes e remunerações simbólicas e flutuantes que seguem regras determinadas por ela. Ou seja, boa parte do trabalho no negócio familiar é recompensada através de recursos não monetários. A mãe e os irmãos, que sempre foram acudidos por ela em situações de necessidade material, aceitam essa solução e representam Tita como uma pessoa generosa, que cuida dos familiares. A ausência de limites claros entre o dinheiro da família e de cada membro não lhes soava injusto ou mesmo autoritário por parte de quem controlava os recursos. Mas, os filhos e a sobrinha, os integrantes da terceira geração, problematizavam algumas dessas configurações. Eles deflagravam mais abertamente essa polêmica e, de diferentes maneiras, questionavam as regras de Tita para definir o que, como e quando seria considerado trabalho e como seria recompensado. A desnaturalização de acordos que se perpetuavam por anos surgiu mais fortemente através da prestação de serviços de membros da família, atividades que seguiriam lógicas de trabalho e remuneração diferentes da comercialização e revenda de produtos, que era o cerne do negócio familiar até então. Mas, essa contenda já aparecera desde a produção de artesanatos e acessórios de Karina para venda na loja da tia. Ali se disputava o valor do trabalho de produção artesanal em contraste com o preço dos produtos falsificados, contrabandeados e produzidos em larga escala.

Os jovens do grupo tratavam do problema do preço do trabalho individual e sua fluidez no cotidiano do negócio familiar que se misturava com a vida em família (e com moradia, alimentação, etc.). Explicitavam as distinções entre trabalho no negócio familiar e trabalho por conta própria, trabalho em família e trabalho fora da família, dinheiro coletivo e o “próprio dinheiro”. Jogavam luz no fato de que há nos arranjos de sobrevivência e na operação dos negócios familiares uma boa dose de trabalho não-remunerado monetariamente e uma parcela de trabalho remunerado monetariamente, mas não adequadamente (em suas interpretações), daí a disputa sobre o preço. Aquela configuração de negócio se sustentaria também através de trabalho não mercantil e trabalho desvalorizado. Essa controvérsia é rica por explicitar os significados de trabalho que estavam em disputa. Ademais, desnuda o paradoxo contido na representação hegemônica de si, que marca esse grupo: apesar do forte discurso que valoriza a mercantilização, a remuneração e a profissionalização do trabalho por conta própria, as estratégias de sobrevivência do grupo também são sustentadas por atividades não mercantis e não remuneradas sob a forma de dinheiro.

Curioso observar que, fora os eventos de violência doméstica, a temática do gênero teve presença praticamente nula nos discursos. Como homens e mulheres trabalham juntos desde a primeira

geração, e a posição de chefia de Tita não é questionada por sua condição feminina, a questão de gênero poderia, a princípio, soar como pouco relevante para a compreensão desse caso. No entanto, com exceção de Tita - que é a chefe da família, a dona da casa e a proprietária do capital que move os negócios -, há uma divisão clara de trabalho entre os homens e as mulheres. Aos primeiros destina-se o trabalho manual pesado ou arriscado de compra e carregamento de mercadorias, relacionamento com fornecedores do contrabando, administração de estoques e entregas e, no caso de Alexandre, também atividades ligadas à tecnologia. As mulheres (todas) cuidam do atendimento da loja e desempenham atividades delegadas ao “domínio feminino” como costura (Jandira), artesanato (Karina), culinária (Sandra) e beleza/estética/cuidado (Karina). Ademais, as tarefas domésticas e de cuidado são executadas exclusivamente por Jandira, Sandra, Daiane e Karina. Essas atividades não são chamadas de trabalho por nenhum dos integrantes da família e não são remuneradas por Tita, que também não as exerce.

Ao contrário do que ocorre no interior do negócio familiar, quando se tratava de fazer negócios com amigos, vizinhos e conhecidos, a dimensão mercantil e monetária devia prevalecer. Pelo menos é o que defendia Tita, que chamava esse processo de busca de “profissionalização”. Sua fala é sempre muito rica e carregada de representações sobre as tensões entre pessoal e profissional, afetivo e econômico, clientela e amizade e, especialmente, a respeito de trabalho e seus significados. Algumas vezes, como se pode ver no trecho transcrito abaixo, explicita de forma exemplar as oposições entre, por um lado, a lógica da mercantilização das atividades e relações - que Tita denomina “profissionalização” e “negócio sério” - e, por outro lado, a lógica das trocas de “ajudas” e “favores” que sustenta arranjos não mercantis de sobrevivência entre diferentes informantes do estudo, sobretudo na Família 2.

P: Então, antes a loja ficava dentro de casa?

T: Ficava. Na sala. Depois, na garagem. Eu fiz essa reforma para fechar a parte da loja e ter essa entrada separada. Ficou muito melhor. Assim, deixa claro esses limites porque é tudo muito misturado né? Aa casa com o nosso ganha-pão, nossas coisas com as coisas que a gente vende... É bom separar, espaço de trabalho e o espaço da casa da gente. *Muito mais profissional, né?* Mas, no dia-a-dia, são outros quinhentos (risos) Não tem jeito de separar tudo porque a gente mora aqui também, então estoque as vezes fica debaixo da minha cama, em cima do meu armário, no meio do caminho. (...). E tem outra coisa... Aqui é todo mundo família. E tem também nossas famílias de coração, que são as amizades de tantos anos, que são também quem vem aqui e compra, então são clientes e amigos, que são tudo na nossa vida. Nossa! Sem eles... São tudo. Mas eu preciso lembrar que tem que separar um pouco. *Coisas pequenas, mas que fazem diferença, tipo tentar tratar a pessoa como cliente, mesmo que seja uma amiga, mas aqui dentro tratar como cliente.* Sem maloqueiragem, sem zueira, sem muita gracinha. Eu acho que isso é importante.

P: Por que, Tita?

T: Bom, várias coisas... Mas tem uns nego folgado, né? E aqui eu não quero isso porque é um *negócio sério. E as coisas têm preço.* E sempre tem uns que querem tirar vantagem da amizade. Tem que saber lidar com negócio de pedir desconto, pedir para pagar depois. É bem complicado. Daí eu falo: ‘se não

souberem o que fazer, me chama que eu resolvo'. Alexandre mesmo é cheio de fazer serviço de graça pros colegas, diz que é só uma ajudinha. Mas tem que valorizar seu trabalho, não é uma ajuda é seu trabalho, seu serviço, você estudou pra isso. Se você não valorizar, quem é que vai? Karina também: "ah, é minha amiga, vai numa festa, só vou ajudar ela a se arrumar". Não dá. Eu falo pra ela "Quer ser profissional ou não? Todo mundo aqui é sua amiga, se for ajudar todo mundo ninguém vai valorizar seu trabalho." Até minha mãe! As vezes chega alguém aí e pede pra fazer só consertinho aqui como se fosse um favor. Eu digo: "mãe, não é favor, pode cobrar baratinho se for uma coisa pequena, mas não faz de graça". Quem dá as coisas de graça só é Deus. Nem igreja, até igreja você tem que pagar, né? Então! (...) Eu consigo lidar, negociar melhor, explicar que desconto não dá, mas, de repente, eu dou um brinde e a pessoa já fica feliz. Claro que tem exceções, né? A pessoa é trabalhadora e te pede um prazo para pagar porque ela teve algum problema. Mas você tem que saber diferenciar esse tipo de situação que também pode acontecer, pode acontecer... Então, aqui dentro eu acho que, se a gente tratar a pessoa como cliente, ela já não tem a mesma intenção de tirar proveito, sabe? Quando ela vai na loja do shopping ela não faz isso. A gente também trabalha pro negócio ficar de pé, não é brincadeira, é negócio sério. (...) O que eu puder fazer para pessoa sair daqui feliz, eu faço. Ofereço um café, uma água, sempre tem. É para as pessoas se sentirem parte da família mesmo, se sentir à vontade, ver as novidades, ou só falar um oi, que tem muita dona de casa aqui que as vezes fica meio sozinha, vem aqui. Eu acho ótimo. Mas do mesmo jeito que no shopping, aqui tem preço, é nosso trabalho né? A gente tem que valorizar. (Tita, março de 2016)

Como observamos, Tita discorre sobre o processo nada trivial de tornar os negócios familiares construídos e consolidados através de relações pessoais não mercantis (parentesco, vizinhança e amizade) em "negócio sério" e "profissional" onde se precisa respeitar a máxima de que "tudo tem preço". Isso se dá através da manipulação cotidiana das sobreposições entre relações pessoais e comerciais e da afirmação das atividades que constituem os negócios como "trabalho", e não como favor, ajuda ou caridade. Ou seja, como algo que precisa ser nomeado como trabalho e remunerado monetariamente.

Além da disputa sobre o preço do trabalho, dos serviços e dos produtos, chamamos atenção para o papel que o dinheiro exerce dentro do esforço narrativo e simbólico de demarcação de suas atividades comerciais como legítimas, mas também em torno das disputas sobre os diversos tipos de trabalho, tais como "trabalho em família", "trabalho fora". Atentando para os sentidos sociais do dinheiro (Zelizer, 1994; Neiburg, 2010), percebemos que, para Tita, a remuneração monetária e a estipulação do preço de maneira impessoal, seriam determinantes da atribuição de reconhecimento, visibilidade e, portanto, de legitimidade do trabalho. Tais elementos colocariam aquelas atividades no domínio do econômico e não da afetividade. Alexandre e Karina também mobilizam o dinheiro - em sua busca pelo "próprio dinheiro" - como metáfora do trabalho "fora da família", o qual eles almejam.

Aqui cabe um parêntesis para salientar que o discurso de Tita em relação à clientela, ressaltando as oposições entre intimidade e atividades econômicas, se encaixa bem no que Zelizer (2005, 2006, 2009) chama de interpretação de "mundos hostis". Nessa forma de conceber a relação entre afeto e economia, prevalece uma ideia de contaminação de um domínio pelo outro que seria prejudicial

tanto às relações pessoais quanto aos interesses pragmáticos.

Por outro lado, como já apontamos, foi justamente o enraizamento no espaço e nas relações pessoais de vizinhança e amizade que permitiram a manutenção e expansão dos pequenos negócios de bairro dessa família. Estudos de Perelman (2013, 2017) ressaltam a importância da articulação entre as redes comerciais e de sociabilidade para a estabilização de atividades comerciais informais e instáveis. O autor destaca, a partir de suas pesquisas etnográficas sobre diferentes tipos de comércio ambulante na Argentina, que certas relações e atividades que estruturam as vendas e possibilitam a sobrevivência, não são necessariamente representadas como econômicas. De certa forma, esse é o ponto de vista defendido por Alexandre e Karina em seus conflitos com Tita.

Analisemos em mais detalhe o estabelecimento comercial administrado pela família no bairro. Sua constituição, no passado, está declaradamente ligada a recursos originários do tráfico e do crime local. As relações dos negócios da família com esses circuitos na atualidade, no entanto, são alvo de fofocas e especulações bastante plausíveis, mas silenciadas por seus integrantes. No nível discursivo prevalece a narrativa de moralização das atividades familiares e de distância em relação a esses universos. Como observamos, no presente, o pequeno estabelecimento articula produtos e serviços diversificados, itens artesanais e mercadorias produzidas em larga escala em circuitos transnacionais, nacionais e chineses, originais e falsificados, lícitos e ilícitos. O estabelecimento é também um espaço onde circulam oportunidades de trabalho e prestação de serviços, não apenas para os membros da família, mas estende-se à rede de vizinhança. O comércio da família aproxima-se das famosas “birosacas” de periferia (Machado da Silva, 2011; Hirata, 2010), caracterizadas pela diversidade do que é comercializado, pela coexistência harmônica de produtos e serviços lícitos e ilícitos, pela circulação de oportunidades, pelo enraizamento espacial e por constituírem pontos de encontro na comunidade, nesse caso, principalmente de mulheres.

Esse pequeno estabelecimento comercial em um bairro pobre e as atividades comerciais dessa família nos conduzem à percepção da fragilidade analítica de tomarmos como conceitos unívocos, capazes de tipificar situações ou, pior ainda, como categorias normativas as classificações formal, informal, legal, ilegal, lícito, ilícito. (Machado-Pinheiro, 2008, Telles, Hirata, 2010, Ribeiro, 2010). Como sintetiza Pinheiro-Machado (2008, pp.119): *“Da fábrica chinesa à banca de camelô, o sistema de comercialização de muamba vai se alternando e adquirindo ora a face da legalidade, ora da irregularidade”*. Naquela realidade empírica, os limites entre essas noções são de difícil apreensão. Mas, o que nos interessa especialmente é a dimensão moral e simbólica dos fenômenos que tornam certas práticas mais ou menos aceitáveis, mais ou menos lícitas, mais ou menos legítimas dependendo do que, de onde e de que forma as transações são realizadas. Tal como coloca Neiburg (2010, pp 11) muito oportunamente, cabem as perguntas: *“Mas o que é informal? Para*

quem? Em que contextos? Mais ainda, qual o sentido da legalidade ou da ilegalidade para pessoas que comerciam em espaços nos quais elas são colocadas a prova?”

Do ponto de vista dos atores envolvidos, apesar de identificada a opacidade dessas fronteiras, aquele é um estabelecimento honesto e aquela é uma família empreendedora, que garante a produção e reprodução da vida através de trabalho digno. Sublinha-se a qualidade dos produtos e do atendimento, bem como o veto à comercialização de drogas e de mercadorias originárias de furto e roubo, essas sim inaceitáveis. Jogo do bicho não pode, mas rifas são permitidas. Beber dentro do estabelecimento é proibido, mas vendem garrafas de bebida encomendadas com antecedência, mesmo para os alunos da escola ao lado de quem não se solicita a apresentação de documentos. A comercialização de bebidas, inclusive, é ocultada e só foi revelada ao longo do trabalho etnográfico. Busca-se, a todo custo, a consolidação de um “negócio sério”, termo que apareceu em diversas conversas.

Diferentemente do que acontece na Família 2, onde a lógica dos favores e das trocas não mercantis não é representada simbólica e narrativamente como trabalho, aqui há um esforço prático e discursivo muito intenso de demarcar certas atividades como tal. O trabalho próprio de comercialização de produtos e prestação de serviços está no centro do que precisa ser visibilizado, valorizado e disputado simbolicamente, tanto no interior do grupo quanto na sua relação com a clientela. Assim, afirmam que trabalhar por conta própria é “mais que trabalhar”, é “viver trabalhando” como faz Sandra. Ou denominam de empreendedorismo tal como Tita e Karina, mobilizando uma categoria simbólica carregada de significados positivos. Sem carteira de trabalho e salário mensal, a legitimidade das atividades da família depende de uma manipulação cotidiana de representações positivas, o que fazem com eficiência. As gramáticas do empreendedorismo ajudam muito nesse sentido e transformam em trabalho reconhecido atividades muito próximas daquelas desvalorizadas, que integram o que chamamos de “circuitos invisíveis marcados pela condição de gênero”. A Família 3 evidencia as dinâmicas do que chamaremos como “circuitos econômicos marcados pelo discurso empreendedor”.

Na Família 2 e neste caso, observamos o desempenho de atividades como, por exemplo, costura e serviços de beleza e estética, sendo apresentadas e representadas de formas muito distintas. A costura que Regiane (Família 2) desempenha na oficina da sogra é chamada de “ajuda” e é retribuída com comida, roupa ou pagamentos sem acordo prévio sobre valor. Regiane “ajuda” a sogra porque ela é parte da “família”. É vista na comunidade e pela rede sócio-assistencial como uma mulher drogada e desocupada. Já a costura de Jandira no negócio familiar é chamada de trabalho e tem um preço previamente estipulado que pode (ou não) ser renegociado dependendo das circunstâncias e da relação com quem busca o serviço, pessoa que deve ser chamada de cliente e

tratada como tal independente do tempo e intensidade da relação. O preço do serviço de Jandira é estipulado por sua filha, integrante da família, que também recebe o dinheiro e o administra, recompensando a mãe com casa, comida, presentes e eventuais remunerações monetárias que não seguem regras claras e previamente estipuladas de valor. Jandira é vista como uma senhora trabalhadora e “batalhadora” que, como vimos, significa mais que trabalhadora.

Outro paralelo pode ser estabelecido entre os serviços de cuidados de cabelos realizados por Miriam (Família 2) e Karina. Aqui, a atividade é chamada de trabalho, mesmo quando direcionada às amigas, mesmo quando o preço cobrado é simbólico e mesmo quando o serviço é prestado em casa em condições improvisadas. A falta de certificado de colorista e o fato de que aprendeu as técnicas testando em si mesma e nas amigas não interferem no reconhecimento de suas atividades como trabalho. Está formando seu portfólio de trabalhos e posta todas as fotos nos seus perfis nas redes sociais. É vista como uma jovem empreendedora, o que por si só já é um signo de distinção, e que articula trabalho assalariado com trabalho por conta própria. Ou seja, suas atividades são duplamente valorizadas. Miriam, por outro lado, que corta e vende cabelos há muitos anos no bairro, não estabelece um preço, mas aceita retribuições monetárias, em espécie, presentes ou através da troca de favores. Não tem formação como cabeleireira. Assim como Karina, aprendeu na prática. Não posta fotos na internet, mas todos do entorno sabem de suas habilidades. A informante da Família 2 não chama essa atividade de trabalho, mas de ajuda e favor. Miriam é vista como desocupada pela comunidade e pela Assistência Social. Ou seja, as representações sobre o trabalho de Miriam e Karina são muito divergentes.

Essas comparações nos permitem apontar as semelhanças entre práticas e pessoas que são vistas de formas completamente diferentes. A família empreendedora e a família problemática são casos opostos, conquanto tenham muitas características em comum: articulação de trabalho mercantil e não mercantil, remunerado e não remunerado, atividades lícitas e ilícitas. No entanto, arranjos práticos e lógicas simbólicas distintas atribuem às mesmas atividades, visibilidades e significados diferentes, dependendo das condições em que são desempenhadas e das formas com que são narradas e representadas. A comparação permite a constatação de como são tênues os limites do que é (ou não) considerado trabalho.

Sintetizando, mercado, família e vizinhança (e suas articulações e tensões) são centrais para compreender os arranjos de sobrevivência desta família, assim também como nos outros casos retratados. A relação com o Estado e políticas sociais não foi determinante da construção da trajetória de empreendedorismo do grupo. Os programas de apoio ao micro-empREENDEDOR, que fazem parte das políticas de inclusão produtiva não são de conhecimento da família. Quando foi necessário, Tita obteve crédito a partir de bancos privados e como pessoa física, não na qualidade de

empresária. Por outro lado, Tita e Alexandre buscaram vagas nos cursos de qualificação profissional do Pronatec- Brasil Sem Miséria, mas a única iniciativa da família na direção das políticas governamentais de emprego e inclusão produtiva não obteve êxito. Por fim, a qualificação do rapaz se deu através da modalidade particular de atuação do Sistema S. A família tinha expectativa de se beneficiar das políticas de acesso ao Ensino Superior e essa minguava à medida que a crise política e institucional se desenrolava. O acesso às políticas de transferência de renda é recente e esse rendimento não é visto como importante nas estratégias coletivas de sobrevivência, mas representa para Jandira uma possibilidade de autonomia em relação á filha. Nesse ponto destacamos que Tita, Jandira e Sandra viram nas atividades da rede sócio-assistencial uma oportunidade de fazer negócio, divulgando seus serviços e produtos. Ou seja, elas se apropriaram e re-significaram o espaço social de provimento do serviço público. A equipe da instituição viu com bons olhos e incentivou a iniciativa, pois como disse a técnica social Lara em uma reunião aberta com os usuários do serviço sobre a temática “Crise no Brasil” da qual participamos:

O empreendedorismo é a melhor forma de ganhar dinheiro e autonomia para quem está sem emprego. É para isso que servem as oficinas [de geração de renda]. Assim vocês aprendem a fazer alguns produtos, ter algumas ideias para depois ir buscar mais técnicas e depois se virar. Infelizmente falta um espaço para expor, mas vocês podem divulgar por conta própria. O boca-a-boca é a melhor propaganda. A gente vai fazer trazer em breve alguém para falar sobre esse tema. Acho que é um tema de interesse, né? Ainda mais nesse momento de crise e desemprego. (Lara, setembro 2016)

Os atores da rede sócio-assistencial, especialmente Lara, faziam apologia ao empreendedorismo com muita frequência, inclusive chamando as oficinas de geração de renda-que já descrevemos anteriormente com todas suas limitações e improvisos - de “formação para empreendedoras”. Identificavam na família aqui apresentada as virtudes de quem busca “ganhar dinheiro e autonomia” e viam em Jandira e Sandra um caso de sucesso. O discurso de valorização da arte de empreender como saída do desemprego e da pobreza perpassa a política social de inclusão produtiva em todos os níveis, tal como desenvolvemos anteriormente. Essa narrativa também tem sua eficácia simbólica entre os beneficiários e sustenta a representação positiva dos “circuitos econômicos marcados pelo discurso empreendedor”.

Quadro 3. Caracterização Família 3

Nome	Idade e Geração	Posição Domicílio	Estado civil e N° Filhos	Cor/ Raça	Origem e Tempo Migração	Escolaridade e Qual. Profissional
1.Jandira	65 (1)	Chefe Dom 1	Viúva (3)	Negra	Araraquara/SP (32 anos)	Ensino Fundamental I Incompleto
2.Tita	37 (2)	Chefe Dom 2	Viúva (2)	Parda	Araraquara/SP (27 anos)	Ensino Médio Incompleto
3.Sandra	39 (2)	Chefe Dom 1	Separada (1)	Parda	Araraquara/SP (27 anos)	Ensino Fundamental II Incompleto
4.Alexandre	20 (3)	Filho Dom 1	Solteiro (0)	Pardo	SP	Ensino Médio Completo
5.Daiane	17 (3)	Filha Dom 1	Solteira (1)	Parda	SP	Ensino Médio Cursando
6.Karina	22 (3)	Filha Dom 2	Solteira (0)	Branca	SP	Ensino Médio Completo

8. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nessa tese investigamos as transformações, deslocamentos, controvérsias, tensões e disputas em torno das articulações das categorias “trabalho” e “pobreza”, analisando-as sob duas perspectivas: a governamental e a individual. Analisamos estratégias e narrativas que sustentavam tanto as políticas sociais voltadas para o problema da inserção dos pobres no mercado de trabalho, quanto as experiências cotidianas dos indivíduos que, classificados como tal, teriam um engajamento considerado problemático no mundo produtivo.

Essa seção de Considerações Finais retoma alguns achados da investigação. Buscamos organizar aqui algumas reflexões suscitadas pela análise das experiências individuais e fazer contraposições com interpretações tecidas a partir do exame das narrativas governamentais, sublinhando, por um lado, encontros e sobreposições e, por outro, distanciamentos e desencontros entre esses dois níveis de análise.

Voltamos o olhar para as políticas sociais e partimos do suposto de que, a partir de uma abordagem sociológica, essas podem ser compreendidas enquanto repertórios de discursos e práticas que se remetem a representações sociais, valores, julgamentos morais, categorizações, condutas sociais e interações. Assumimos que na análise sociológica das políticas, as representações sociais são os espaços cognitivos que dão sentido às ações dos atores, mas, ao mesmo tempo, as condicionam. Partimos da compreensão de que as representações sociais são elaborações simbólicas sobre os problemas sociais que necessitariam de intervenção e sobre suas propostas de solução. A análise da dimensão simbólica das políticas nos permite captar imagens e narrativas sujeitas a disputas e transformações ao longo do tempo, mas que, de alguma forma, sintetizam visões sobre as preocupações governamentais num dado contexto.

Assim, na tese analisamos o movimento através do qual o trabalho da população pobre se fortaleceu na agenda governamental brasileira produzindo narrativas que (des) articulavam as categorias pobreza e trabalho ao longo do tempo. A análise das narrativas governamentais mostrou que, conforme a conjuntura brasileira se transformava e as políticas sociais se consolidavam, os discursos produziam novas formas de enlaçar pobreza e trabalho. Observamos também que existem disputas internas ao governo (suas instituições e atores) em torno dessas categorias e suas articulações. Nesse sentido, é importante frisar que as narrativas são plurais e constantemente disputadas pelas distintas instituições governamentais, atores, níveis de governo (federal, estadual e municipal) e etapa da política pública (como formulação e implementação). Por isso, o uso da expressão “narrativas governamentais” sempre no plural. No decorrer da análise buscamos sublinhar essas diferenças, tensões e disputas. Mas, apesar dessa pluralidade, foi possível captar

algumas representações sociais sobre trabalho e pobreza mais gerais que sintetizam de alguma forma os modos como o Estado vem tratando do problema do trabalho da população pobre ao longo do tempo. Evidenciamos o movimento de transformações das figuras do desempregado e do “inempregável” dos anos 1990 para o “pobre genérico” do início dos anos 2000, passando pelas imagens de “pobre trabalhador” e “pobre empreendedor” do início dos anos 2010 até que no período pós-*impeachment* foi possível observar o retorno da figura do desempregado e a construção da imagem de pobre que não trabalha. Assim, recompomos a trajetória de construção e posterior enfraquecimento da imagem simbólica do “pobre trabalhador” nas narrativas governamentais que davam sentido às políticas sociais brasileiras das décadas de 2000 e 2010 e evidenciamos que essa articulação entre as noções de “pobre” e “trabalhador” se dava através de algumas representações específicas de pobreza e trabalho.

A figura de “pobre trabalhador” foi construída em torno das modalidades de trabalho desempenhadas no âmbito do mercado, mais especialmente no mercado formal, além do trabalho por conta própria, esse representado como empreendedorismo. As narrativas que articulavam trabalho e pobreza e atribuíam aos pobres o qualificativo de “trabalhador” o faziam a partir de uma noção circunscrita de trabalho que não contempla a realidade de heterogeneidade do mercado de trabalho brasileiro e, menos ainda, o engajamento produtivo dos setores pobres da população. Por outro lado, as narrativas que evidenciavam o descolamento entre as categorias “pobreza” e “trabalho” construindo representações acerca dos “pobres que não trabalham”, pautavam-se em julgamentos morais sobre práticas sexuais, afetivas ou de sociabilidade que explicariam a sua suposta indisposição para o trabalho. Assim, delineavam-se as figuras dos “jovens bandidos” e das “mulheres-mães inativas”, ambas representações de uma recusa deliberada ao mundo do trabalho. As narrativas governamentais sobre o problema do trabalho da população pobre se revelaram múltiplas, sujeitas a disputas e controvérsias ao longo do tempo, mas assentavam-se principalmente sobre dois aspectos que sublinhamos: a ênfase no trabalho mercantil, especialmente formal, e a produção de julgamentos de natureza moral sobre práticas tecidas fora do mundo produtivo.

Dialogando com a literatura sócio-antropológica mostramos os limites dessas interpretações e argumentamos a pertinência de um esforço de incorporação das narrativas e experiências dos indivíduos classificados pelo Estado como pobres. Na passagem analítica da dimensão governamental para a individual, encontramos – tanto na literatura quanto no desenvolvimento do trabalho empírico- uma ampla gama de evidências que nos levaram a abordar o tema do trabalho da população pobre a partir de sua pluralidade e complexidade, bem como através de sua articulação a mecanismos de sobrevivência tecidos fora do mundo do trabalho. Para compreender as imbricações entre trabalho e pobreza nas experiências individuais, era imprescindível alargar a noção de

trabalho, buscando captar suas várias formas e não apenas sua variante mercantil. De tal forma, desenvolvemos uma pesquisa etnográfica voltada a captar a heterogeneidade de formas laborais e de arranjos de sobrevivência que garantiam a renda, o bem-estar e as estratégias de mobilidade e melhoria de vida dos indivíduos e suas famílias. Ao mesmo tempo, perseguimos a pluralidade de significados atribuídos a essas atividades e, em especial, as representações sobre trabalho. Esse esforço de investigação da dimensão individual revelou representações sobre trabalho e pobreza que, como esperado, transcendiam as formulações governamentais e provocavam novas reflexões.

Da mesma maneira, o desenvolvimento do trabalho também nos levou a considerar o indivíduo e suas experiências a partir de uma abordagem ampliada. O indivíduo foi então analisado tal como imerso em sua rede de relações e como parte integrante de um grupo familiar. A família passou a ser o recorte através do qual pudemos coletar as narrativas e as estratégias para obter trabalho, renda, bem estar e mobilidade, pois, tal como mostramos, essas iniciativas e representações são construções coletivas. Ao estabelecer o recorte da família, porém, não perdemos o foco nos indivíduos, opção que nos permitiu captar as nuances de gênero e geração dentro de cada grupo familiar.

A etnografia iluminou aspectos sobre a relação dos indivíduos com o Estado, com os mercados, com a família e com a rede de amizade e vizinhança ampliando e complexificando a perspectiva inicial e nos levando a questionar representações institucionais e categorias analíticas. Esse esforço possibilitou evidenciar os encontros e desencontros entre as perspectivas governamental e individual. A seguir tentaremos evidenciar alguns deles.

8.1. Encontros e desencontros entre narrativas governamentais e experiências individuais

Na investigação sobre as articulações entre trabalho e pobreza identificamos a centralidade do Programa Bolsa Família tanto na análise das narrativas governamentais quanto nas experiências individuais. O estudo sobre as narrativas governamentais mostrou que o PBF vem, desde meados dos anos 2000, pautando os debates sobre superação da pobreza e sobre o problema do trabalho da população pobre. Foi em torno do Programa que se articularam programas de inclusão produtiva. Da mesma forma, a representação de “pobres trabalhadores” que foi formulada no processo de construção desses programas estava sobreposta à imagem dos beneficiários do “Bolsa Família”. Assim, buscava-se desmistificar a indisposição dos pobres para o trabalho reforçando que os beneficiários do PBF trabalhavam, batalhavam e empreendiam. Por outro lado, quando as narrativas produzem descolamentos entre pobreza e trabalho também o fazem em torno dos beneficiários do Programa. Referimo-nos aos discursos a respeito do suposto efeito-preguiça provocado pelo

recebimento da transferência de renda e sobre a hipotética recusa à formalização do trabalho para não perder o benefício assistencial. Vimos ainda que, apesar das transformações nas narrativas governamentais a respeito das categorias trabalho e pobreza e do conjunto de medidas de austeridade do período pós-2015 - que afetou praticamente todos os setores das políticas sociais -, o “Bolsa Família” sofreu poucas mudanças significativas e continua sendo um importante eixo de ação governamental.

Ao voltarmos o olhar para as trajetórias individuais e familiares, percebemos a centralidade que o Programa assumia também entre os seus beneficiários. É preciso destacar a relevância do PBF nos arranjos de sobrevivência das famílias, considerando que seu peso e importância dependiam de aspectos como composição do grupo familiar e engajamento no mundo produtivo. Ou seja, a importância da renda proporcionada pelo Programa era variável, reconhecida como “ajuda” ou “complemento” que poderia ser mais ou menos importante a depender da capacidade de mobilizar outros mecanismos na construção dos arranjos de sobrevivência. Porém, seu valor simbólico nas narrativas mostrou-se quase unânime. O “Bolsa Família” está enraizado no imaginário dos informantes. As perguntas sobre políticas sociais geravam relatos sobre políticas de transferência de renda, principalmente sobre o “Bolsa Família”; as iniciativas eram tratadas como sinônimos. De fato, as políticas de transferência de renda eram a única política social que beneficiava todos os grupos do estudo e para muitos deles representava o primeiro e único benefício social solicitado e obtido. Ou seja, em consonância com o que expressavam as narrativas governamentais produzidas durante as gestões de Lula e Dilma, o PBF representava uma “porta de entrada” para as políticas sociais e um elo entre Estado e indivíduos/ famílias, ainda que essa relação fosse repleta de tensões e incompreensões de ambos os lados. Vimos que os informantes chamavam as atividades da Organização Social de “reuniões do Bolsa Família” mesmo sem ter clareza de que aquela instituição estava vinculada ao poder público. Assim, as representações sobre o PBF parecem transcender o seu estatuto de ação governamental e, por vezes, são formuladas como sinônimo da condição de pobreza. Ou seja, no nível das experiências individuais as representações de pobreza também podem ser balizadas pela condição de elegibilidade e recebimento do benefício assistencial, tal como na definição governamental.

Ao longo do trabalho etnográfico foram recorrentes as narrativas espontâneas sobre o Programa e percepções sobre ele e seus beneficiários. Essas representações mostraram-se bastante plurais. Ao mesmo tempo em que coletamos opiniões sobre o suposto desincentivo ao trabalho que se assemelhavam a algumas narrativas governamentais, também captamos elaborações positivas sobre a condição de beneficiários e argumentos de defesa das políticas assistenciais com base nas noções de injustiça e desigualdade. Como mostramos, tal diversidade de interpretações resulta de distintas

experiências de engajamento no mundo produtivo e da condição etária/geracional e de gênero. Integrantes de famílias com engajamento mais intenso e consolidado no trabalho mercantil tendem a expressar críticas em relação ao descolamento entre o benefício assistencial e a comprovação de ocupação. Porém, outro achado do estudo foi a clivagem etária/geracional das percepções sobre as políticas sociais. Os jovens expressaram representações que se diferenciavam perceptivelmente daquelas tecidas por seus pais e avós. Com o desenrolar da crise política que ameaçava cortes e suspensão dos programas sociais, os jovens sentiam-se mais afetados e sujeitos às perdas e revelaram-se mais críticos às medidas de austeridade e discursos governamentais do que as demais gerações das famílias. Além da questão etária/geracional, há também uma diferença muito marcante na relação com as políticas sociais entre homens e mulheres. Esse é um domínio feminino e os homens sabem e falam pouco sobre o assunto.

Com relação às políticas de inclusão produtiva não observamos o mesmo enraizamento no imaginário dos seus potenciais beneficiários. Pelo contrário, os informantes sequer sabiam ao que essa expressão se referia, mesmo se, por vezes, fizessem parte das ações municipais de inclusão produtiva desenvolvidas pela Organização Social conveniada à Prefeitura. As ações de intermediação de mão-de-obra dessa instituição que geravam encaminhamento para vagas de trabalho eram interpretadas como “ajudas” e frutos de relações pessoais de amizade com os agentes implementadores. As oficinas de gerações de renda eram percebidas como oportunidades de encontro e sociabilidade. Ou seja, não eram identificadas como políticas governamentais e nem como ações com potencial para gerar renda ou inserção no mercado de trabalho. Aqui identificamos um indício de opacidade e incompreensões na relação entre indivíduos e Estado e os limites fluídos entre políticas e pessoas, entre governamental e relacional. A noção de “ajuda” e não de “direito” era o que regia os dois lados da relação entre beneficiários e agentes de implementação das políticas de inclusão produtiva operacionalizadas pela Organização Social.

Mas há um encontro entre as expectativas governamentais e individuais no que diz respeito à centralidade da qualificação profissional como instrumento para superação de dificuldades na inserção produtiva. No Brasil as principais políticas voltadas para o problema do trabalho da população pobre estiveram pautadas em iniciativas de qualificação profissional: desde aquelas desenvolvidas nos anos 1990 (PLANFOR), passando pelas ações federais de inclusão produtiva dos anos 2010 (Pronatec/BSM) até as políticas municipais desenvolvidas no âmbito da Assistência Social, tal como as que observamos sendo implementadas na Organização Social. Ou seja, na perspectiva governamental a construção da solução para o problema do trabalho da população pobre passa, em primeiro lugar, pela qualificação profissional. Por outro lado, essa aposta na qualificação profissional como solução para as dificuldades de inserção no mercado de trabalho também foi

evidenciada na pesquisa junto aos beneficiários das políticas. No estudo etnográfico, coletamos muitas narrativas de busca e valorização dessas iniciativas. O desejo de contar com ações governamentais de educação profissionalizante foi uma expressão muito recorrente entre adultos das segundas gerações e, especialmente, entre jovens das terceiras gerações das famílias estudadas. Como essas políticas, a exemplo do Pronatec/BSM, não alcançavam tais indivíduos, eles, por conta própria, buscavam e realizavam cursos de qualificação em instituições privadas ou ONGS. Por meio dessas tentativas almejavam melhorar suas condições de inserção no mundo do trabalho, potencialidade que não era atribuída às oficinas de geração de renda desenvolvidas pela Organização no âmbito das ações municipais de inclusão produtiva.

Vimos que, do ponto de vista dos indivíduos que constituem o público-alvo da assistência social, nem sempre é possível perceber a “institucionalidade” e a natureza de serviços públicos que caracterizam as ações governamentais. Com efeito, há muita opacidade sobre a operação das políticas, além da difícil compreensão a respeito da articulação entre diferentes instituições, agentes e serviços. Por outro lado, a relação dos beneficiários com os agentes implementadores da Organização Social revelou-se permeada por familiaridade e afetividades que, por vezes, borravam os limites entre políticas e pessoas. Assim, em suas narrativas sublinhavam a dimensão relacional em detrimento da institucional e interpretavam como “ajudas” ações de cunho governamental. Destacamos que a dimensão relacional revelou-se aspecto analítico central para compreender as interpretações dos indivíduos sobre as políticas sociais que lhes eram endereçadas. Já os agentes de implementação também se sentiam no papel de “ajudar”, “dar uma mão”, “dar um estímulo” aos beneficiários, pois compreendiam as limitações das ações que desenvolviam e não as viam como capazes de gerar efetiva inserção no mercado de trabalho ou renda. Ademais, como sabemos, a noção de “ajuda” também pauta historicamente as ações de filantropia tradicionalmente desenvolvidas por instituições como as Organizações Sociais. A pesquisa revelou a importância dos agentes implementadores como mediadores da relação dos indivíduos com as políticas; essas interações são baseadas em fluxos de informações, afetividades, julgamentos e incompreensões (de ambos os lados). Também foi possível evidenciar que os beneficiários se apropriaram da Organização Social que implementava as políticas assistenciais e passaram a (re) interpretá-la, atribuindo-lhe significados como: espaço de encontro e sociabilidade, ponto de comércio e ampliação de clientela, e *lócus* de construção coletiva de interpretações sobre as transformações que atingiam o país.

Nesses contextos de opacidade, a relação cotidiana dos indivíduos com a esfera governamental para obtenção de serviços e informações demandava esforço de compreensão das tramas institucionais, participação em uma série de atividades e dedicação às relações pessoais com os agentes

implementadores. Esse conjunto de esforços deixa transparecer o fato de que a condição de beneficiários das políticas exige tempo, iniciativa e habilidades, o que não condiz com a idéia de passividade que geralmente lhes é atribuída.

Por vezes, as fronteiras entre o que é governamental/institucional e que o é rede/relação pessoal são mais opacas do que se previa, bem como os limites entre governamental e não-governamental. As relações dos indivíduos com as esferas governamentais passam, por vezes, por limites mais fluídos do que tende a ser interpretado por algumas perspectivas da Ciência Política e das interpretações sociológicas que enfatizam o controle e a permeabilidade do Estado.

Podemos interpretar que, da mesma forma que muitas representações governamentais sobre os pobres são permeadas por incompreensões sobre a construção de seus arranjos de sobrevivência e engajamento no mundo produtivo, as representações dos beneficiários sobre os arranjos de operação das políticas e ações governamentais também são pautadas por incompreensões e opacidades.

8.2. Os arranjos de sobrevivência e os sentidos de trabalho

No movimento analítico em direção à dimensão individual da investigação, nos dedicamos a tratar detalhadamente de três casos-tipo, três grupos familiares que configurariam distintas formas de engajamento no mundo produtivo e de arranjos de sobrevivência. Ao mesmo tempo, cada um desses grupos poderia se encaixar ou se aproximar de algumas representações sociais que (des) articulam trabalho e pobreza tal como as que encontramos dentre as narrativas governamentais: os “pobres trabalhadores”, os “pobres que não trabalham” e os “pobres empreendedores”. A análise das experiências e narrativas individuais mostrou a riqueza de formulações simbólicas que se sobrepõem a essas representações.

A pesquisa etnográfica apontou, em primeiro lugar, que por trás dessas representações que (des) articulam trabalho e pobreza, existe uma série de atividades laborais que não são contempladas, inclusive pelo enquadramento simbólico dos indivíduos. Segundo, a condição de aproximação com cada umas dessas representações é contextual e temporalmente marcada, pois tanto os arranjos de sobrevivência quanto o engajamento no mundo produtivo mudaram ao longo das trajetórias familiares nas últimas décadas. Assim, o grupo que hoje encarna a figura de “família trabalhadora” nem sempre foi assim representado e sua intensa relação com o mercado de trabalho no presente é fruto de um processo recente que vem se consolidando entre as gerações. A imagem de “família problemática” e que não trabalha também se construiu ao longo do tempo, especialmente na última década. No passado, quando o chefe provedor encontrava-se engajado no mundo industrial de forma exitosa, aquele grupo se encaixou na visão de “pobres trabalhadores” e desfrutou de certa

distinção e status na comunidade. Da mesma forma, a imagem de “família empreendedora” também é resultado de uma transformação das formas de trabalho por conta própria desenvolvido por aquele grupo. Assim, os modos como os grupos familiares são representados na experiência individual e comunitária não são estanques. As mudanças nas representações que articulam trabalho e pobreza refletem transformações nos arranjos de sobrevivência e no engajamento no mundo do trabalho tal como construídos pelas diferentes gerações das famílias em diferentes contextos históricos, econômicos e políticos.

Na pesquisa entre os beneficiários das políticas de superação da pobreza observamos que a categoria trabalho é importante nas construções identitárias. Mais que isso, os sentidos de trabalho são múltiplos e sujeitos a formulações simbólicas construídas e disputadas constantemente no cotidiano. Isso não implica que as representações hegemônicas de trabalho legítimo não tenham força simbólica entre eles. Pelo contrário, as formas de classificar e hierarquizar os distintos tipos de trabalho desempenhados também eram pautadas por suas representações socialmente legítimas e valorizadas de trabalho. Observamos entre os indivíduos, tal como nas narrativas governamentais, uma valorização do trabalho mercantil de tipo assalariado e do empreendedorismo. Nesse sentido, podemos apontar outro importante ponto de contato entre as narrativas governamentais e individuais, pois em ambas há uma tendência a privilegiar uma noção restrita de trabalho, especialmente aquele de tipo mercantil.

Porém, tal como formuladas na dimensão das experiências cotidianas, os componentes de mercantilização e formalização são apenas alguns dentre outros que também emprestam sentidos à noção de trabalho. Ao longo dos três últimos capítulos, evidenciamos como os indivíduos tratam, narram e descrevem suas diversas atividades laborais, produzindo hierarquizações, categorizações, omissões e invisibilidades. A construção dos significados atribuídos aos diferentes tipos de trabalho passa pelo cruzamento de uma série de elementos que tentaremos elencar a seguir.

A formalização do trabalho, conquanto pouco freqüente, é um fator determinante. Uma atividade ocupacional com registro em carteira é indiscutivelmente interpretada como trabalho. Porém, não necessariamente é o trabalho mais valorizado dentro de uma narrativa individual ou familiar, como observamos entre as jovens das Famílias 1 e 3. A mercantilização do trabalho é um componente estruturante, mas não determinante. Um trabalho mercantil interpretado como humilhante - tal qual o caso da catação de lixo - ou imoral - a exemplo da prostituição - é desvalorizado, omitido ou tratado como não trabalho. Mas, bem como as representações tecidas no âmbito das narrativas governamentais, trabalhos não mercantis, como aqueles exercidos na esfera doméstica, muito dificilmente são representados como tal. Aqui cabe salientar que um dos importantes achados da pesquisa diz respeito à tendência de desvalorização e invisibilização de atividades laborais

desenvolvidas a partir de articulações e sobreposições com relações de afeto, sexo, proximidade e familiaridade. Enquanto o componente mercantil tende a agregar valor e distinção às atividades e aproximá-las da categoria de trabalho, o componente relacional tende a distanciá-las dessa definição. Esse enquadramento simbólico torna invisível uma parte significativa do trabalho das mulheres, o que o caso da Família 2 ilustra muito bem. Assim, nas atividades onde prevalece a dimensão relacional o sentido de “trabalho” é fraco e são usadas outras palavras e expressões para designá-las. Boa parte do que os informantes não ousam chamar de trabalho é tratado como “ajuda”, “ganhar a vida” e “correr atrás” e desenvolvido no âmbito do que chamamos de “circuitos econômicos invisíveis marcados pela condição de gênero” ou em circuitos de ilegalidade. Portanto, no nível das experiências individuais também se perpetuam as representações de “mulheres inativas” encontradas com frequência nas narrativas governamentais.

A força do discurso do empreendedorismo popular e a valorização das atividades empreendedoras foi outro ponto de contato e sobreposição entre as narrativas governamentais e individuais. O empreendedorismo estava presente nas narrativas governamentais coletadas a partir de diferentes atores e níveis de governo; observamos que uma das formas mais recorrentes de articulação entre pobreza e trabalho passava pela representação de “pobre empreendedor”. A noção de empreendedorismo era usada de uma forma vaga e genérica, como sinônimo de trabalho por conta própria. Com efeito, a modalidade de trabalho por conta própria é um componente importante dos arranjos de sobrevivência de algumas famílias do estudo, tanto no passado quanto no presente. Mas, a (re) tradução da ideia de trabalho por conta própria na noção de empreendedorismo é um processo relativamente recente entre os indivíduos e famílias. De toda forma, essa reformulação simbólica atribui valores positivos a atividades que, à medida que não se encaixam na representação de trabalho assalariado e formal, poderiam ser desvalorizadas. No entanto, o discurso do “empreendedorismo” empresta legitimidade a essas práticas e fontes de renda, colocando-as na categoria de trabalho. Por meio da comparação entre as atividades desenvolvidas pelas mulheres das Famílias “Problemática” e “Empreendedora”, percebemos como a construção da narrativa e da performance de empreendedorismo valoriza certas práticas dando a elas o significado de trabalho, distintivo esse que atividades muito semelhantes não desfrutam. Na contraposição entre as lógicas simbólicas que sustentam os “circuitos econômicos marcados pelo discurso empreendedor”, por um lado, e os arranjos de sobrevivência baseados nas “ajudas” e nos “circuitos econômicos invisíveis marcados pela condição de gênero”, por outro, observamos como atividades muito similares são representadas de formas distintas. Onde a dimensão mercantil é sublinhada atribui-se o sentido de trabalho, onde a dimensão relacional predomina, aponta-se a inatividade. No primeiro caso os indivíduos se identificam e são identificados como trabalhadores, no segundo caso são vistos como

inativos, vagabundos e preguiçosos e se auto-definem com a expressão “tô parado”.

Outros componentes ajudam a estruturar os significados de trabalho, complementando-os. A remuneração, por exemplo, é um elemento que influencia nas formulações simbólicas sobre os distintos tipos de trabalho e, como observamos, existem variadas maneiras de se remunerar ou compensar pelo trabalho de alguém: monetária, em produtos, em serviços, em troca de moradia e alimentação, em troca de informações. Diferentes formas de remuneração emprestam distintos valores às atividades. A remuneração monetarizada é a mais valorizada, mas também depende do contexto em que a atividade é realizada, o status que ela desfruta e de onde vem o dinheiro. Como vimos, dinheiros advindos de diferentes circuitos econômicos representam distintas relações sociais e carregam símbolos de status ou estigmas. Elementos como adequação do valor e a existência de um acordo prévio sobre o pagamento também são importantes e aproximam as atividades laborais do mundo mercantil em detrimento do relacional. O lugar/espço social em que o trabalho é realizado também é um fator que influencia nas categorizações e hierarquizações. Assim, atribuem-se valores distintos para os trabalhos exercidos em casa ou fora de casa, na família ou fora do circuito familiar, no bairro ou em outros territórios da cidade. A relação da atividade com circuitos econômicos ilegais também é um elemento relevante na forma de categorização, mas depende do tipo de circuito, pois alguns são moralmente tolerados -como a comercialização de produtos contrabandeados ou até furtados- enquanto outros são condenados, a exemplo do tráfico de drogas. Em síntese, mesmo que balizada pelos ideais de trabalho mercantil, formal e/ou empreendedor, a construção dos significados de trabalho nas experiências individuais também incorpora outros vários elementos. Como vimos, por vezes, os limites entre o que é ou não considerado trabalho e entre quem é ou não considerado trabalhador são muito tênues, o que torna sociologicamente relevante a análise das (re) formulações, contestações e disputas em torno dos significados dessas categorias.

Destacamos, todavia, que essas formulações simbólicas também dependem do lugar e importância que cada tipo de trabalho assume em um dado momento dentro dos arranjos de sobrevivência dos indivíduos e das famílias. Ou seja, são atribuições de valor que precisam ser situadas nos arranjos de sobrevivência construídos e reformulados ao longo do tempo.

Usamos a idéia de arranjo de sobrevivência com o sentido de articulação de distintos mecanismos (atividades, práticas e fontes) de garantia de renda, mobilidade e bem-estar que poderiam ou não ser tratados como trabalho. Buscamos mapear distintas modalidades de trabalho e mecanismos de provimento de sobrevivência que não passavam pelo trabalho (como doações, crime, políticas sociais e trocas). Esse tipo de articulação, via de regra, integra esforços realizados por diferentes integrantes dos grupos familiares e até por diferentes famílias da rede comunitária. A noção de

arranjos de sobrevivência foi empregada nessa tese para nos permitir tratar de i) arranjos práticos que articulam atividades, mecanismos e estratégias distintas e ii) formulações e lógicas simbólicas que descrevem, narram e representam esses arranjos.

O esforço analítico de situar as disputas em torno da categoria trabalho nos arranjos familiares de sobrevivência nos permitiu revelar, por um lado, as tensões entre significados de trabalho construídos por diferentes integrantes das famílias, especialmente entre gerações. Por outro lado, situar a construção desses significados nos arranjos de sobrevivência evidenciou as distintas lógicas simbólicas formuladas pelas famílias e disputadas entre elas. Ou seja, a análise dos arranjos de sobrevivência mostrou potencialidade para revelar tensões em torno dos significados de trabalho em dois níveis: dentro das famílias e entre elas. Ademais, o esforço de compreender esses arranjos se mostrou especialmente vantajoso ao revelar práticas não mercantis e descortinar circuitos econômicos onde prevalece a dimensão relacional e são desenvolvidas atividades que não são consideradas trabalho.

Nesse sentido, a pesquisa evidenciou a relevância analítica de refletir sobre categorias nativas como “ajudas” e “coisas erradas”. As duas noções são muito utilizadas pelos informantes no cotidiano e são amplas o suficiente para abarcar diferentes tipos de atividades laborais e fontes de renda que, mesmo sendo centrais à sobrevivência de certos grupos, têm em comum as características de desvalorização, desmoralização e/ou invisibilidade. Por contraste, essas categorias iluminam a construção do que é (ou não) trabalho legítimo e mostraram-se cruciais para o desenvolvimento das reflexões que aqui se encontram. A noção de “coisas erradas” estava mais recorrentemente associada a atividades desenvolvidas no mundo do crime ou nos circuitos de ilegalidade, mas também a práticas legais consideradas imorais, tal como prostituição ou outros serviços do mercado do sexo. As atividades consideradas “erradas” geralmente são desenvolvidas em circuitos mercantis, mas imorais. Já a noção de “ajudas” mostrou-se ainda mais ampla e abarcava um variado conjunto de atividades que estruturavam os sistemas de solidariedade e reciprocidade dentro das famílias e entre elas. Identificamos, pelo menos, duas modalidades de usos desse termo. A primeira delas refere-se a atividades que estruturam relações de troca e solidariedade em interações amorosas entre homens e mulheres envolvendo afeto, sexo e intimidade. A segunda diz respeito a atividades que configuram relações de troca e solidariedade a partir de laços de parentesco, amizade e vizinhança; trata-se dos diversos serviços prestados para parentes, amigos e vizinhos em troca de favores, remunerações simbólicas ou doações. O trabalho doméstico e de cuidado (remunerado ou não) realizado dentro da família ou da rede de vizinhança recebia recorrentemente a nomenclatura de “ajuda”. A noção de “ajudas” está relacionada a atividades desenvolvidas fora dos circuitos mercantis que geralmente não são consideradas imorais, ainda que não sejam vistas como trabalho.

Para o desenvolvimento dessas reflexões foi fundamental o diálogo com a Sociologia Econômica e com a Sociologia do *Care*, vertentes que abordam os fenômenos da vida econômica para além de seus aspectos mercantis e sublinham a importância da dimensão relacional.

A análise das experiências individuais permitiu comprovar que, de fato, a sobrevivência é garantida a partir da articulação de muitos mecanismos e que esses são dotados de naturezas distintas: mercantil, não mercantil, legal, ilegal, moral, imoral, visível e invisível. Para descrever a articulação dessa gama de mecanismos que não necessariamente passam pelo trabalho e incluem “ajudas” e “coisas erradas”, os informantes usavam recorrentemente expressões como “ganhar a vida” e “correr atrás”, noções que podem ser sintetizadas na fala de Amara (Família 2): *“usar o que você tem, como você pode, para ganhar a vida, fazer sua sobrevivência”*. Ou no bordão usado por Miriam (Família 2): *“pobre nem sempre tem trabalho, mas ser pobre dá trabalho”*.

Com a análise dos arranjos de sobrevivência, confirmamos que os esforços para garantia de renda, bem estar e mobilidade são coletivos. Primeiro porque absolutamente engendrados nas dinâmicas familiares e, segundo, porque também ultrapassam a família imediata e incorporam integrantes da rede de amizade e vizinhança. Assim, são tecidos vínculos entre integrantes de famílias que provém a sobrevivência através de arranjos práticos e simbólicos distintos. A “família trabalhadora”, a “família problemática” e a “família empreendedora” constroem diferentes arranjos de sobrevivência e os descrevem a partir de narrativas simbólicas distintas, contrapondo e disputando no cotidiano os significados da categoria trabalho e do distintivo de “trabalhador”. As narrativas dos “múltiplos trabalhos”, das “ajudas” e do “empreendedorismo” evidenciam o lugar do que é (e não é) considerado “trabalho” nesses arranjos de sobrevivência.

Porém, apesar das lógicas simbólicas que se diferenciam e se contrapõe no cotidiano, os grupos tecem articulações entre os distintos arranjos familiares de sobrevivência, complementando-se. Vimos que integrantes da “família problemática” - como Miriam e Silvia, que são classificadas pela vizinhança, pela Assistência Social e até por elas mesmas, como inativas- realizavam trabalhos fundamentais à manutenção dos arranjos práticos de sobrevivência das famílias “trabalhadora” e “empreendedora” entre outras do bairro. Ou seja, as atividades laborais de caráter mercantil, remunerado e monetarizado que sustentam os arranjos de sobrevivência de algumas famílias dependem, em alguma medida, do trabalho não mercantil e desvalorizado desenvolvido por integrantes de famílias onde a mercantilização do trabalho é fraca. As famílias que constroem arranjos práticos e simbólicos de sobrevivência distintos se complementam nas toadas do dia-a-dia. Exemplificando: o trabalho invisível e não mercantil desenvolvido pela “inativa” Miriam é fundamental para manter o funcionamento dos arranjos de sobrevivência construídos pela “trabalhadora” Leila e pela “empreendedora” Tita, ainda que as atividades da primeira não sejam

interpretadas como trabalho, mas como “ajudas”.

Como era de se esperar, atividades mercantis e não mercantis articulam-se no interior dos grupos familiares, ainda que de diferentes maneiras. Em todas as famílias do estudo identificamos uma grande variedade de atividades não mercantis que demandam tempo, habilidades, esforço físico e emocional e são essenciais à construção dos arranjos de sobrevivência e ao engajamento em atividades mercantis. São elas: o trabalho doméstico e de cuidado, ampla gama de trocas de serviços, favores, produtos e informações, a dedicação cotidiana às atividades da rede sócio-assistencial, o trabalho relacional que garante o recebimento de doações pessoais e institucionais, entre outras tantas atividades que detalhamos anteriormente.

A análise das trajetórias familiares e individuais também permitiu revelar que os arranjos de sobrevivência se transformaram ao longo do tempo, refletindo mudanças nos estágios do ciclo de vida das famílias, nas dinâmicas familiares e no contexto social, econômico e político. A análise temporal dos arranjos de sobrevivência evidenciou, por exemplo, o importante papel que a caridade e a filantropia desempenhavam no passado. As primeiras gerações narram a relevância desses mecanismos nos primeiros estágios da experiência migratória e de consolidação da vida na cidade, bem como para enfrentar adversidades financeiras provocadas por eventos de desemprego e/ou doenças. Os recursos à caridade, filantropia e mendicância foram fundamentais para a maioria das famílias até o fim dos anos 1990 e início dos anos 2000. À medida que aumenta a mercantilização do trabalho e se consolidam as políticas assistenciais, a filantropia deixa de ser um mecanismo importante no arranjo de sobrevivência da maioria das famílias. No bojo desse mesmo movimento, as políticas assistenciais, principalmente as de transferência de renda, ganham espaço nos arranjos de sobrevivência nos anos 2010. Também foi possível identificar o processo de aumento da mercantilização do trabalho, especialmente observável na comparação entre as gerações. Assim, o trabalho mercantil passou a adquirir maior relevância nas segundas e, especialmente, nas terceiras gerações das famílias estudadas. O trabalho infantil exercido pelas primeiras e segundas gerações revelou-se determinante dos arranjos de sobrevivência tecidos no passado. Mas para membros da terceira geração das famílias essa relevância não foi identificada. A melhora nas condições de vida e no acesso a recursos e rendimentos pelas primeiras e segundas gerações permitiu a permanência da terceira geração na escola e o investimento no aumento de escolaridade. Esse incremento de escolaridade ampliou as chances de formalização dos jovens; mesmo que essa se dê através do trabalho terceirizado e intermediado, como observamos recorrentemente em quase todas as famílias do estudo. Assim, evidenciamos também diferenças nos tipos de inserção ocupacional entre as gerações.

Em síntese, a tese é resultado de um esforço de articulação macro-micro a partir de duas

perspectivas. Primeiro, pelo cruzamento de narrativas que, via de regra, não são analisadas de forma transversal já que os estudos tendem a priorizar apenas um dos planos de análise. E, segundo, através dos elos entre as transformações do contexto brasileiro das últimas décadas e as mudanças nas relações de trabalho e arranjos de sobrevivência vividos por indivíduos e famílias em contextos de pobreza. Além de uma análise de longo prazo, a tese também traz como contribuição dados bem recentes sobre a crise em curso e expõe a pluralidade de situações materiais e engajamentos no mundo produtivo que existem por trás das categorias de “pobres” e “beneficiários”. O estudo empírico revela a opacidade da relação com o Estado e os limites fluídos entre políticas e pessoas, entre governamental e relacional e busca contribuir para a ampliação das perspectivas analíticas sobre mercado, Estado e família no Brasil, que são os eixos estruturantes dos sistemas de bem-estar social. A pesquisa revela o efeito das clivagens de gênero e geração na formulação das diferentes representações sobre trabalho e sobre políticas sociais e destaca a importância da dimensão relacional na construção das representações sobre o que é (ou não) trabalho legítimo. Ademais, traz elementos para problematizar a noção de “inatividade feminina” em contextos de pobreza, principalmente através da categoria nativa “ajudas” e da formulação sobre os “circuitos econômicos invisíveis caracterizados pela condição de gênero de suas protagonistas”.

A investigação das narrativas e experiências individuais mostrou que uma compreensão aprofundada sobre o problema do trabalho da população pobre precisa incorporar outras dimensões analíticas além da mercantil, tal como a governamental e a relacional. Além disso, revelou que é preciso compreender como as múltiplas formas laborais se articulam a outros mecanismos que garantem a sobrevivência, a renda e o bem estar dos indivíduos e famílias em situação de pobreza. Sem incorporar ao esforço interpretativo a compreensão dos arranjos de sobrevivência é difícil identificar os constrangimentos sociais a que esses indivíduos estão submetidos em sua relação com o mundo do trabalho e analisar as estratégias de contorno construídas para lidar com as limitações impostas à produção e reprodução da vida. Por isso, argumentamos que as análises sobre trabalho em contextos de pobreza precisam, primeiro, problematizar e alargar as noções de trabalho e, segundo, situar os diversos tipos de trabalho desempenhados pelos indivíduos dentro dos arranjos de sobrevivência. Acreditamos que tal abordagem permite captar os múltiplos significados de trabalho (re) formulados e disputados no cotidiano e compreender as limitações, constrangimentos e potencialidades do engajamento dos indivíduos e grupos familiares no mundo produtivo.

Defendendo a pertinência de pensar a categoria trabalho de forma ampliada e tentando revelar, no plano das experiências individuais, a multiplicidade de trabalhos desempenhados e os limites fluídos entre o que é e não é considerado trabalho legítimo, esperamos que a pesquisa ajude a avançar alguns passos na construção de novas perspectivas governamentais sobre esse problema

social e novas abordagens teóricas sobre esse conceito tão caro às Ciências Sociais.

Por fim, acreditamos que essa tese contribuiu para evidenciar que trabalho e pobreza são categorias socialmente construídas e que influenciam tanto a ação do Estado quanto a experiência dos indivíduos. Ademais, comprovou que a construção social dessas categorias é diretamente afetada pelo contexto institucional (político, econômico e histórico) em que se inserem. Assim fazendo, a investigação contribui para a tarefa de articular os diferentes níveis de análise, sem estereotipar, romantizar e/ou essencializar a pobreza; construindo um distanciamento em relação às controvérsias dos atores políticos, revelando-as quando pertinente. Interpelando a categoria “trabalho” por meio dessas duas vertentes - a amplitude e polissemia do uso nativo e a circunscrição da categoria institucional, que muitas vezes reflete um modo estabelecido na própria análise acadêmica -, cremos poder enriquecer e inovar a abordagem do tema.

9. BIBLIOGRAFIA

AGIER, Michel (1990). “O sexo da pobreza. Homens, mulheres e famílias em uma “avenida” em Salvador, Bahia”. In: *Tempo Social*, Rev. Sociologia da USP, São Paulo.

ALBA, Carlos; KRUIJT, Dirk (1995). “El significado Del sector informal y La microempresa em La America latina y em Mexico”. In: CALVO, Thomas; MENDEZ, Bernardo (orgs.). *Micro y pequena Empresa en Mexico*. Cidade do Mexico. Centro de Estudios Mexicanos e Centro-Americanos.

AMANCIO, Júlia. Moretto. (2008). *Parcerias entre estado e sociedade civil: significados e desafios na gestão de políticas públicas. O caso da assistência social em São Paulo*. Dissertação mestrado IFCH/ UNICAMP.

AMORIM, B., CARDOSO JR., J. C., GONZALEZ, R., STIVALI, M. e VAZ, F. (2006). “Políticas de emprego, trabalho e renda no Brasil: desafios à montagem de um sistema público, integrado e participativo”. In: *Textos para discussão IPEA*, nº 1237, IPEA, Brasília.

ARAÚJO, T. P.; LIMA, R. A. De (2014). “Formação Profissional no Brasil: revisão crítica, estágio atual e perspectivas”. In: *Revista de Estudos Avançados*, n. 28, p. 175-190.

ASSIS, S.; FERREIRA, J. (2010). “Usos, potencialidades e limitações do Cadastro Único no subsídio às políticas sociais para a população de baixa renda”. In: *Bolsa Família 2003-2010: Avanços e desafios*, IPEA, Brasília, Cap. 07.

BARROS, R.; MENDONÇA, R.; TSUKUDA, R. (2011). “Portas de Saída, inclusão produtiva e erradicação da extrema pobreza no Brasil”. In: *BRASIL, Secretaria de Assuntos Estratégicos*, Brasília.

BATISTA OLIVEIRA, L. F.; SOARES, S. (2012). “O que se sabe sobre os efeitos das transferências de renda sobre a oferta de trabalho.” In: *Texto de Discussão*, IPEA, Brasília.

BAYÓN, María Cristina (2013). “Hacia una sociología de la pobreza: la relevancia de las dimensiones culturales”. In: *Estudios Sociológicos*, México, vol. XXXI, núm. 91, p. 87-112.

BAYÓN, María Cristina (2016). “Desmontando mitos, discursos y fronteras morales. Reflexiones y aportes desde la Sociología de la Pobreza”. In: *Espacio Abierto* [en línea], n. 25.

BICHR, R. (2011). *Mecanismos federais de coordenação de políticas sociais e capacidades institucionais locais: o caso do Programa Bolsa Família*. Tese de doutorado. IESP/UERJ.

_____. (2015). “Capacidades estatais para implementação das políticas de transferência de renda: os casos de Brasil, Argentina e África do Sul”. Texto para Discussão nº 2032, IPEA, Rio de

Janeiro.

BICHIR, Renata, BRETTAS, Gabriela, CANATO, Pamella (2016). “A política da política de assistência social no município de São Paulo”. Working Paper. Texto apresentado no Seminário Interno do Centro de Estudos da Metrópole.

BILAC, Elizabeth (1983) *Família e Trabalho Feminino*. Tese Doutorado Universidade de São Paulo (USP).

_____ (2014) “Trabalho e família: articulações possíveis”. In: *Revista Tempo Social*, vol. 26, nº 1, São Paulo.

BOLTANSKI, Luc, CHIAPELLO, Eve (2009). *O novo espírito do capitalismo*. Editora Martins Fontes, São Paulo.

BRANDÃO, S., WATANABE, M., FERREIRA, S., MONTAGNER, P. (2006). “Mobilidade ocupacional: a experiência da região metropolitana de São Paulo”. In: GUIMARÃES, N., HIRATA, H. (Orgs). *Desemprego: trajetórias, identidades, mobilizações*. São Paulo, Editora Senac, p. 91-125.

BRITES, Jurema (2007). “Afeto e desigualdade: gênero, geração e classe entre empregadas domésticas e seus empregadores”. In: *Cadernos Pagu* (29), p. 91-109.

CABANES, Robert; GEORGES, Isabel; RIZEK, Cibele; TELLES, Vera (2011). *Saídas de Emergência. Ganhar/Perder a vida na periferia de São Paulo*. São Paulo. Boitempo.

CACCIAMALI, Maria Cristina; JOSÉ-SILVA, M. F. (2002). “Emprego e seguridade social: mais de uma década perdida no mercado de trabalho da América Latina”. Paper apresentado nos *Anales de la XV Conferencia de la Asociacion de Faculdades, Escuelas e Institutos de Economia da América Latina*, São Jose.

CACCIAMALI, Maria Cristina (2005). “As políticas ativas de mercado de trabalho no Mercosul”. In: *Estudos Avançados*, n.19 (55), 2005.

CAMPELLO, Teresa; FALCÃO, Thiago; COSTA, Patrícia Vieira (orgs.) (2014). *O Brasil Sem Miséria*. Ministério do Desenvolvimento Social, Brasília.

CASSIOLATO, M. M. C.; GARCIA, R.C. (2014). *Pronatec: múltiplos arranjos e ações para ampliar o acesso à educação profissional*. IPEA, Rio de Janeiro.

CASTEL, Robert (1997). “A dinâmica dos processos de marginalização: da vulnerabilidade à ‘desfiliação’” In: *Caderno CRH*, Salvador, n. 26/27, p. 19-40.

_____ (2005) *As metamorfoses da questão social*. Petrópolis. Editora Vozes.

CASTRO, Mary Garcia (2001). “Feminização da pobreza: um cenário neoliberal”. In: GALEAZZI, I. (Org). *Mulher e trabalho*, Porto Alegre: FEE, p. 89-96.

CEBRAP(2017). Edição Especial Dinâmicas da Crise. In: *Revista Novos Estudos Cebrap*.

CEFAI, Daniel; GARDELLA, Édouard. (2011). *l'urgence sociale en action. Ethnographie du Samusocial de Paris*. La Découverte, Paris.

CEFAI, Daniel. (2010). “Provações corporais: uma etnografia fenomenológica entre moradores de rua” in: *Lua Nova*. São Paulo, 79, p. 71-110.

_____(2013). “Grande Exclusão e urgência social. Cuidar dos moradores de rua em Paris”. In: *Contemporânea. Revista de Sociologia da Ufscar*. São Carlos, v.3, nº2, p. 265-286.

CHAHAD, J. P. Z. (2003). “Tendências recentes no mercado de trabalho: pesquisa de emprego e desemprego”, *São Paulo em Perspectiva*, v.17 n.3-4, São Paulo, p.205-217.

COHN, Amelia (1995). “Políticas Sociais e pobreza no Brasil”. In: *Planejamento de políticas públicas*, nº 12.

_____(2004). “Programas de Transferência de Renda e a questão social no Brasil”. In: *Estudos e Pesquisas*. Nº 85. Instituto Nacional de Altos Estudos, Rio de Janeiro.

_____(2012). *Cartas ao Presidente Lula: Bolsa Família e direitos sociais*. Azougue Editorial.

COHN, Amélia; FONSECA, Ana (2004). “O bolsa família e a questão social”. In: *Teoria e Debate*, nº 57.

COSTA, Patrícia Vieira da; MULLER, Luiz CARDOSO, Margarida; SOUZA, Marcelo; LIMA, Luciano (2014). “A estratégia de inclusão produtiva urbana no Plano Brasil Sem Miséria”. In: *O Brasil sem Miséria*, MDS, Brasília.

COTTA, T.C.; PAIVA, L.H. (2010). “Programa Bolsa Família e a proteção social no Brasil”. In: *Bolsa Família 2003-2010: Avanços e desafios*, IPEA, Brasília, Cap. 2.

COTTEREAU, Alain; MARZOK, Mokhtar Mohatar (2012). *Une Famille andalouse. Ethnocomptabilité d'une économie invisible*. Paris, Éditions Bouchene.

COTTEREAU, Alain (2013). “Contextualiser dans un monde auto-interprétant. “Quel prix pour la garde d'un bébé?” In: FLORENT, BRAYARD (ed.), *Des contextes en histoire*. Paris, Cahiers du CRH.

EDIN, Kathryn; LEIN, Laura (1997). *Making Ends Meet: How Single Mothers Survive Welfare and Low-Wage Work*. New York: Russell Sage Foundation, p. 305.

DAS, Veena; POOLE, Deborah (2008). “El estado y sus márgenes. Etnografías comparadas”. In:

Cuadernos de Antropología Social, nº 27, UBA, p. 19–52.

DEDECCA, C. (1996). “Racionalização econômica e heterogeneidade nas relações e nos mercados de trabalho no capitalismo avançado”. In: OLIVEIRA, C. A.; MATTOSO, J. (Orgs.), *Crise e trabalho no Brasil*. São Paulo: Scritta, p. 55-85.

DE LA ROCHA, Mercedes González; ORNELAS, Paloma Villagomez (2005). “Espirales de desventajas: pobreza, ciclo vital y aislamiento social”. *X Congreso Internacional del CLAD sobre la Reforma del Estado y de la Administración Pública*, Santiago, Chile.

DEMAZIÉRE, Didier. (1995). *La sociologie du chômage*, Paris, Edition La Decouverte.

_____. (2003). *Le Chomage: Comment peut-être chomeur?*, Paris, Belin.

_____. (2006) “Uma abordagem sociológica sobre a categoria do desemprego” In: GUIMARÃES, N., HIRATA, H. (Org). *Desemprego: trajetórias, identidades, mobilizações*. São Paulo: Editora Senac, p. 25-42.

_____. (2008). “Ser desempregado para os sociólogos”. In: *Política e Sociedade*, nº 13, Santa Catarina, p. 109-182.

DEMAZIERE, Didier; GUIMARÃES, Nadya Araujo; HIRATA, Helena; SUGITA, Kurumi (2013). *Etre chômeur à Paris, São Paulo, Tokyo*. Paris, Presses de Sciences Po.

DIEESE (2010). Nota Técnica: Intermediação de mão de obra. Nota Técnica nº 92. Disponível em: <http://www.dieese.org.br/notatecnica/notatec92IMO.pdf>

_____. (2014). “FAT, seguro-desemprego e rotatividade no mercado de trabalho.” In: *Rotatividade e Políticas Públicas para o Mercado de Trabalho*. Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos. São Paulo: DIEESE.

DRAIBE, Sônia (2007). “Estado de Bem-Estar, desenvolvimento econômico e cidadania: algumas lições da literatura contemporânea”. In: ARRETCHE, Marta; HOCHMAN, Gilberto e MARQUES, Eduardo (Orgs.), *Políticas Públicas no Brasil*, Editora Fiocruz, Rio de Janeiro, p.27-64.

DUBOIS, Vincent (2010). “Politiques au guichet, politiques du guichet” in: *HAL Archives ouvertes*.

DURHAM, Eunice (1973). *A caminho da cidade. A vida rural e a migração para São Paulo*. São Paulo, Editora Perspectiva.

ESPING-ANDERSEN, G. (1990). *The three worlds of welfare capitalism*. Polity Press, Cambridge.

_____. (1991). “As três economias políticas do welfare state”. In: *Lua Nova*, n. 24.

FASSIN, Didier (2001). “Charité bien ordonnée: principes de justice et pratiques de jugement dans l’attribution des aides d’urgence”. In: *Revue Française de Sociologie*, vol. 43, nº 3, pp 437-475.

_____. (2001-b). “Les inégalités des chances dans l’accès aux secours d’urgence”. In: *Revue française des affaires sociales*, nº1, p. 91-110.

_____. (2010). *La raison Humanitaire*. Gallimard/Seuil, EHESS.

- FAUSTO-NETO, Ana Maria Quiroga (1983). *Família Operária e reprodução da força de trabalho*. Petrópolis, Editora Vozes.
- FELTRAN, Gabriel de Santis (2007). “Trabalhadores e bandidos: Categorias de nomeação, significados políticos”. *Revista Temáticas*, ano 30, v.15, p.150.
- _____(2011). “*Trabalhadores*” e “*Bandidos*” na mesma família. In: Cabanes; Georges; Rizek; Telles (orgs.), *Saídas de Emergência*. São Paulo, Boitempo.
- _____(2014). “Valor dos pobres: a aposta no dinheiro como mediação para o conflito social contemporâneo”. In: *Caderno. CRH*, Salvador, v.27, n. 72, p. 495-512.
- FERGUSON, James (2015). *Give a Man a Fish: Reflections on the New Politics of Distribution*. Durham: Duke University Press.
- FONSECA, Cláudia (1996). “A dupla carreira da mulher prostituta”. In: *Estudos Feministas*, ano 4, nº1, p. 1-33.
- _____(2000). *Família, fofoca e honra: etnografia de relações de gênero e violência em grupos populares*. Porto Alegre: Editora da UFRGS.
- _____(2002). “Olhares antropológicos sobre a família contemporânea”. Comunicação apresentada no *Congresso Internacional Pesquisando a família*, Florianópolis.
- _____(2005). “Concepções de família e práticas de intervenção: uma contribuição antropológica”. In: *Saúde e Sociedade*, v.14, n.2, p.50-59.
- _____(2010). “Ser mãe, mulher e pobre”. In: DEL PRIORE, Mary (org.), *História das mulheres do Brasil*, Editora Contexto, p. 510- 553.
- _____(2013). “Lucro, cuidado e parentesco. Traçando os limites do “tráfico” de crianças”. In: *Civitas*, Porto Alegre, v. 13, n. 2, p. 269-291.
- FREYSSINET, Jacques (1984). *Le chômage*, Paris, La Découverte.
- GEORGES, Isabel; SANTOS, Yumi Garcia (2012). “Care e políticas públicas: o caso das agentes comunitárias de saúde e das agentes de proteção social”. In: HIRATA, Guimarães (org), *Cuidado e cuidadoras. As várias faces do trabalho do care*. São Paulo, Editora Atlas.
- _____(2014). “Olhares cruzados: relações de cuidado, classe e gênero”. In: *Tempo Social*, vol. 26, nº1, São Paulo, Depto. Sociologia-FFLCH/USP, p.47-61.
- _____(2016). *As novas políticas sociais brasileiras na saúde e na assistência. Produção Local do serviço e relações de gênero*. Belo Horizonte: Editora Fino Traço.
- GOFFMAN, Erving (1983). *A representação do eu na vida cotidiana*. Petrópolis: Editora Vozes.
- GUIMARÃES, Nadya; BARONE, Leonardo; BRITO, Murillo (2015). “Mercado e mercantilização do trabalho no Brasil (1960-2010)”. In: Arretche (Org), *Trajetórias das desigualdades. Como o Brasil mudou nos últimos cinquenta anos*. São Paulo: Editora UNESP/CEM.

_____(2016). “Mercantilização no feminino: A visibilidade do trabalho das mulheres no Brasil”. In: *RBCS*, vol. 31, n° 90.

GUIMARÃES, Nadya; BRITO, Murillo; ANDRADA, Ana Carolina; PICANÇO, Monise; PRATES, Ian; VIEIRA, Priscila (2016). *O desafio da inclusão. O lugar das políticas públicas de intermediação no acesso ao emprego entre trabalhadores de baixa renda*. No prelo.

GUIMARÃES, Nadya; HIRATA, Helena; MONTAGNER, Paula; SUGITA, Kurumi (2004). “Desemprego – mercados, instituições e percepções: Brasil e Japão numa perspectiva comparada”. In: *Tempo Social*, v.16, n° 2, São Paulo, p. 257-287.

GUIMARÃES, Nadya (2002). “Por uma sociologia do desemprego: contextos sociais, construções normativas e experiências subjetivas”. In: *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 17, São Paulo, p. 103-122.

_____(2004). *Caminhos Cruzados – Estratégias de Empresas e Trajetórias de Trabalhadores*, São Paulo: Editora 34.

_____(2009). *À procura de trabalho. Instituições do mercado e redes*. Belo Horizonte: Argvmentvm.

_____(2009-a). *Desemprego, uma construção social. São Paulo, Paris, Tóquio*. Belo Horizonte: Argvmentvn.

_____(2011). O que muda quando se expande o assalariamento (e em que o debate da Sociologia pode nos ajudar a compreendê-lo)? In: *DADOS – Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, vol. 54, n. 4, p. 533-567.

_____(2016). “Casa e mercado, amor e trabalho, natureza e profissão: controvérsias sobre o processo de mercantilização do trabalho de cuidado”. In: *Cadernos Pagu*, n.46, p. 59-77.

HIRATA, Helena; KERGOAT, Danielle (2007). “Novas configurações da divisão sexual do trabalho”. In: *Cadernos de Pesquisa – Fundação Carlos Chagas*, n.37 (132), p. 595-609.

HIRATA, Helena; HUMPREY, John (1989). “Trabalhadores desempregados: trajetórias de operários e operárias industriais no Brasil”. In: *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo: ANPOCS, n.11(4), p. 71-84.

_____(1992). “Estruturas familiares e sistemas produtivos: famílias operárias em crise”. In: *Tempo Social. Rev. Sociologia da USP* (4), São Paulo, p. 111-131.

HIRATA, Helena (2002). “Travail et affects: Les ressorts de la servitude domestique. Note de recherche” In: *Travailler*, n° 8, p. 11-26.

_____(2016). “Subjetividade e sexualidade no trabalho de cuidado”. In: *Cadernos Pagu*, n.46, p.151-163.

- HIRATA, Daniel Veloso (2010). *Sobreviver na Adversidade: entre o mercado e vida*. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo.
- _____(2012). “O Transporte clandestino em São Paulo: contribuição para uma antropologia política do Estado”. In: Azaïs; Kessler; Telles (orgs.), *Ilegalismos, cidade e política*. Belo Horizonte: Fino Traço.
- HOCHSCHILD, Arlie (1983). *The Managed Heart*. Berkeley: University Of California Press.
- _____(2003). “The economy of gratitude”. In: *The commercialization of intimate Life – Notes from home and work*. L.A.: University of California Press, p.104-118.
- _____(2004). “The Commodity Frontier”. In: Alexander, Jeffrey; Marx, Gary; Williams, Christine (orgs.), *Self, Social Structure and Beliefs: Essays in Sociology*, UC Press.
- IPEA (2005). “A face feminina da pobreza: sobre-representação e feminização da pobreza no Brasil”. In: *Texto para Discussão nº 1137*, Brasília.
- _____(2007). *Boletim Políticas Sociais. Acompanhamento e Análise. 1995-2005*. Edição Especial, Brasília.
- _____(2010). *Bolsa Família 2003-2010: Avanços e desafios*. Brasília.
- _____(2012). “A Década Inclusiva (2001-2011): Desigualdade, Pobreza e Políticas de Renda”. In: *Comunicados do IPEA*, n. 155, Brasília.
- _____(2013). *Programa Bolsa Família. Uma década de inclusão e cidadania*. Brasília.
- IVO, A. B. L. (2008). *Viver por um fio: pobreza e política social*. São Paulo: Annablume.
- JACCOUD, L.; CARDOSO JR. J. C. (2009). “Políticas sociais no Brasil: organização, abrangência e tensões da ação estatal”. In: Jaccoud, Luciana (org.), *Questão Social e Políticas Sociais no Brasil Contemporâneo*, IPEA, Rio de Janeiro, cap. 5, p. 181-260.
- JACCOUD, L. (2009). “Pobres, pobreza e cidadania”. In: *Texto para discussão nº 1372*, Série seguridade social, IPEA, Rio de Janeiro.
- _____(Org.) (2009-b). *Questão Social e Políticas Sociais no Brasil Contemporâneo*. IPEA, Rio de Janeiro.
- _____(2010). “O programa Bolsa Família e o combate à pobreza: reconfigurando a proteção social no Brasil?”. In: *Bolsa Família 2003-2010: Avanços e desafios*, IPEA, Brasília, cap. 3.
- JOBERT, Bruno, MULLER, Pierre (1987) *L'état en action*. Paris, PUF.
- KOWARICK, Lucio (1979). *A Espoliação Urbana*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- LASCOUMES, Pierre; LE GALÉS, Patrick (2012). *Sociologia da Ação Pública*. UFAL, Maceió.
- LAVINAS, Lena (1998). “Programas de garantia de renda mínima: perspectivas brasileiras”. In: *Texto para Discussão nº 596*, IPEA, Rio de Janeiro.

_____(1996). “As mulheres no universo da pobreza: o caso brasileiro”. In: *Estudos Feministas*, v. 4, n. 2, p. 464-479.

LAVINAS, Lena, MARTINS, Paula (2012). “Empreendedorismo, microcrédito e superação da miséria no Brasil: pontos em debate”. In: *Revista Econômica*. Niterói, vol. 14, nº 2, p. 85-113.

LEDROUT, R. (1961). “Les chômeurs : faiblesse sociale et sentiment de faiblesse”. In: *Revue française de sociologie*, p. 152-165.

_____(1966). *Sociologie du chômage*. Paris: PUF.

LEITE, Elaine da Silveira; MELO, Natália Maximo (2008). “Uma nova noção de empresário: a naturalização do “empreendedorismo””. In: *Revista de Sociologia e Política*, Curitiba, v. 16, n. 31, p. 35-47.

LEWIS, O. (1970). “The Culture of Poverty”, In: *Anthropological Essays*. New York: Random House.

LOBO, Elizabeth Souza (1985). “Desventuras das mulheres em busca de emprego”. In: *Lua Nova*, vol.2, n.1, São Paulo, p. 68-72.

LOMNITZ, Larissa de (1976). *Cómo sobreviven los marginados*. Ciudad de México, México: Siglo XXI editores.

LOPES, José Sérgio L.; MACHADO DA SILVA, Luiz A. (1979). “Introdução: Estratégias de trabalho, formas de dominação na produção e subordinação doméstica de trabalhadores urbanos”. In: Lopes, José Sérgio L. (et alii), *Mudança Social no Nordeste*, Rio de Janeiro: Paz e Terra.

LOTTA, Gabriela (2008). “Estilos de Implementação: ampliando o olhar para análise de políticas públicas”. In: Encontro de Administração Pública e Governança, n.3, Salvador/ Rio de Janeiro: Anpad, 1 CD-ROM.

_____(2010). *Implementação de políticas públicas: o impacto dos fatores relacionais e organizacionais sobre atuação dos burocratas de nível de rua no Programa Saúde da Família*. Tese de Doutorado, Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, Universidade de São Paulo.

LOTTA, Gabriela, PAVEZ, Thais (2010). “Agentes de Implementação: mediação, dinâmicas e estruturas relacionais”. In: *Cadernos Gestão Pública e Cidadania*, v. 15, n. 56, São Paulo.

MACHADO, Igor José de Renó (org.)(2016). “Dossiê Antropologia do Impeachment”. In: *Revista de Antropologia da Ufscar*, vol. 8, n.2.

MACHADO DA SILVA, Luiz Antonio (1971). *Mercados Metropolitanos de Trabalho Manual e Marginalidade*. Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-Graduação em Antropologia do Museu Nacional, UFRJ.

_____(1979). “Notas sobre os Pequenos Estabelecimentos Comerciais” . In: Lopes, José

Sérgio Leite (et alii), *Mudança Social no Nordeste*, Rio de Janeiro: Paz e Terra.

_____(1990). “A (des) organização do trabalho no Brasil Urbano”. In: *São Paulo em Perspectiva*, n.4, p. 2-5.

_____(2002). “Da informalidade à empregabilidade: reorganizando a denominação do mundo do trabalho”. In; *Caderno CRH*, n.37, p. 81-109.

_____(2011). “O significado do botequim”. In: *Revista ENFOQUES*, v.10(1).

MALYSSE, Stéphane Rémy (2002). "Extensões do feminino: megahair, baianidade e preconceito capilar". In: *Studium*, n°11, p.1 - 26.

MEDEIROS, Marcelo; COSTA, Joana (2008). “Is There a Feminization of Poverty in Latin America?”. In: *World Development*, n. 36 (1), p. 115-127.

MINISTERIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA (2014). Relatório de Gestão do Exercício 2013 da Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica – SETEC. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=14945&Itemid=1064

MINISTERIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL (2014). Plano Brasil Sem Miséria. Resultado de 3 anos. Disponível em: http://www.mds.gov.br/documentos/Caderno%20de%20Graficos%20BSM%20-%203%20anos%20-%2020102014%20-%20SEMMARCAS%20e%20sem%20textos_grafica.pdf

_____(2014-b) Avaliação qualitativa do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego – Brasil Sem Miséria (Pronatec/BSM): um estudo com egressos e desistentes, representantes das unidades ofertantes e interlocutores municipais. Estudo Técnico. Secretaria de Avaliação e Gerenciamento de informações.

_____(2014-c) Plano Brasil Sem miséria. Caderno de Resultados 2011-2014. Disponível em: <http://www.mds.gov.br/documentos/Caderno%20de%20Graficos%20BSM%20-%203%20C5%20anos2.pdf>

MONTALI, Lilia (2000). “Família e trabalho na reestruturação produtiva: ausência de políticas de emprego e deterioração das condições de vida”. In: *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, n.15(42), p. 55-71.

MOREIRA, R. F. C. (2013). “Empreendedorismo e inclusão produtiva: uma análise do perfil do microempreendedor individual beneficiário do Programa Bolsa Família”. In: *Radar: tecnologia, produção e comércio exterior*, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, nº25.

MULLER, Pierre (2000). “L'analyse cognitive des politiques publiques: vers une sociologie politique de l'action publique”. In: *Revue française de science politique*, Vol. 50, No. 2 (AVRIL

2000), pp. 189-207.

NAROTZKY, Susana; BESNIER, Niko (2014). "Crisis, value, and hope: rethinking the economy". In: *Current Anthropology*, 55, n. S9, p. 4-16.

NEIBURG, Federico (2010). "Os sentidos sociais da economia" In: DUARTE, Luiz Fernando Dias (org.), *Horizontes das Ciências Sociais no Brasil – Antropologia*, ANPOCS/Barcarolla/Discorso Editorial.

NORONHA, Eduardo G. (2003). "Informal, ilegal, injusto: percepções do mercado de trabalho no Brasil". In: *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, n.18 (53), p.111-129.

NOVELLINO, Maria Salet (2004). "Os estudos sobre feminização da pobreza e políticas públicas para mulheres". In: *XIV Encontro Nacional de Estudos Populacionais*, Caxambu, Minas Gerais, 12p.

PADOVANI, Natalia Corazza (2015). *Sobre casos e casamentos: afetos e "amores" através de penitenciárias femininas em São Paulo e Barcelona*. Tese Doutorado, Antropologia Social, Universidade de Campinas.

PAES DE BARROS, R.; CARVALHO, M.; MENDONÇA, R. (2010). "Sobre as utilidades do cadastro Único". In: *Bolsa Família 2003-2010: Avanços e desafios*, IPEA, Brasília, cap. 06.

PAIVA, L.H.; FALCÃO, T.; BARTHOLO, L. (2013). "Do Bolsa Família ao Brasil Sem Miséria: um resumo do percurso brasileiro recente na busca de superação da pobreza extrema". In: *Programa Bolsa Família. Uma década de inclusão e cidadania*. IPEA, Brasília.

PAUGAM, Serge (1990). "Les populations em situation de precarité économique et sociale. Une recherche réalisée à Sain-Brieuc" In: *Recherches et previsions*, n° 20, p. 9-15.

_____ (1991-b). *La disqualification sociale*. Paris: PUF.

_____ (1991). "Les status de lapauvreté assiste". In: *Revue française de sociologie*, vol. 32, p. 75-101.

_____ (1993). *La Société française et seus pauvres*. Paris: PUF.

_____ (2006). "Les fragmentations de la société salariale. Un autre regard sur la structure sociale". In: *Sociologia: Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*, vol. 16, Porto, Portugal, p.161-176.

_____ (2007). *Le salarié de la precarité. Les nouvelles formes de l'integration professionnelle*. Paris: PUF.

_____ (2008). *Le Lien Social*. Paris: PUF.

PEREIRA, Luiz Carlos Bresser (2017). “Dossiê Saídas para a Crise Econômica”. In: *Revista Estudos Avançados*, vol. 31, nº 89.

PERELMAN, Mariano (2011). “Pobreza urbana, desempleo y nuevos sentidos del (no) trabajo. Cirujas y Movimientos de Trabajadores Desocupados de la Ciudad de Buenos Aires”. In: *Pobreza urbana en américa latina y el Caribe*. (!)

_____(2013). “Formas sociales de estabilización en actividades informales. Cirujas y vendedores ambulantes en la ciudad de Buenos Aires”. In: *Revista LavBoratorio*, nº 25, ano 14, p 37-55.

_____(2013-b). “Trabajar, Pedir, Vender. El Caso de los Vendedores Ambulantes en Trenes de La Ciudad de Buenos Aires, Argentina”. In: *The Journal of Latin American and Caribbean Anthropology*, vol. 18, n. 2, p. 231–250.

_____(2017). “Vender nos ônibus. Os *buscas* na cidade de Buenos Aires, Argentina.” In: *Tempo Social*, v. 29, n. 1.

PINHEIRO-MACHADO, Rosana (2008). “China-Paraguai-Brasil: uma rota para pensar a economia informal” In: *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, vol.23, n.67.

_____(2009). *Made in China: Produção e Circulação de mercadorias no circuito China-Paraguai-Brasil*. Tese de Doutorado, UFRGS.

PISCITELLI, Adriana; ASSIS, Glaucia Oliveira; OLIVAR, Jose Miguel (2011). “Introdução: Transitando entre fronteiras”. In: PISCITELLI, ASSIS, OLIVAR(orgs.), *Gênero, sexo, amor e dinheiro: mobilidades transnacionais envolvendo o Brasil*, Coleção Encontros, Pagu- Núcleo de Estudos de Gênero, UNICAMP, Campinas.

PISCITELLI, Adriana (2011). “Amor, apego e interesses: trocas sexuais, econômicas e afetivas em cenários transnacionais”. In: PISCITELLI, ASSIS, OLIVAR(orgs.), *Gênero, sexo, amor e dinheiro: mobilidades transnacionais envolvendo o Brasil*, Coleção Encontros, Pagu- Núcleo de Estudos de Gênero, UNICAMP, Campinas.

POCHMANN, M. (1999). *O trabalho sob fogo cruzado*. São Paulo: Contexto.

RABOSSI, Fernando (2004). *Nas ruas de Ciudad del Este: Vidas e vendas num mercado de fronteira*. Tese de Doutorado, Programa de Pós-Graduação em Antropologia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Museu Nacional.

RAMOS, Carlos Alberto (2009). “Auge e decadência das políticas de emprego no Brasil”. In: JUNIOR MACAMBIRA; CARLEIAL (org.), *Emprego, trabalho e políticas públicas*. Fortaleza:

Banco do Nordeste do Brasil, Instituto de Desenvolvimento do Trabalho, p.29-48.

RÉCIO, Maria Encarnación Moya (2010). *Desigualdades na pobreza: trajetórias e transições em uma favela paulistana*. Tese de Doutorado, Universidade de São Paulo.

REGO, Valquíria Leão; PINZANI, A. (2014). *Vozes do Bolsa Família. Autonomia, dinheiro e cidadania*. São Paulo: Editora Unesp.

RIBEIRO, Gustavo Lins (2010). “A globalização popular e o sistema não-hegemônico”. In: *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, vol. 25, n° 74.

SANTOS, Wanderley Guilherme (1979). *Cidadania e justiça*. Rio de Janeiro: Campus.

SARTI, Cynthia Andersen (1994-a). “A Família como ordem moral”. In: *Cadernos de Pesquisa*, n° 91, p. 46-53, São Paulo.

_____(1994-b). *A família como espelho. Um estudo sobre a moral dos pobres na periferia de São Paulo*. São Paulo, Tese de Doutorado, Universidade de São Paulo.

_____(1995). “O valor da família para os pobres”. In: RIBEIRO; RIBEIRO (orgs.), *Família em processos contemporâneos: inovações culturais na sociedade brasileira*. São Paulo: Loyola.

_____(2003). “Famílias enredadas”. In: ACOSTA, A. R. (org.). *Família: Redes, Laços e Políticas Públicas*. São Paulo: PUC.

_____(2004). “Família como ordem simbólica”. In: *Psicologia USP*, São Paulo, n° 15, p. 11-28.

_____(2004-b). “O jovem na família: o outro necessário”. In: NOVAES; VANNUCHI (orgs.), *Juventude e sociedade: trabalho, educação, cultura e participação*, São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo.

SERRA, Rose (2009). “A política pública de emprego, trabalho e renda: estrutura e questões”. In: *Rev. Pol. Públ. São Luis*, v. 13, n. 2, p. 245-254.

SCHNAPPER, D. (1994/1981). *L'Épreuve du Chômage*. Paris: Gallimard.

SILVA, Carlos Freire da (2008). *Trabalho informal e redes de subcontratação: dinâmicas urbanas da indústria de confecções em São Paulo*. Dissertação Mestrado, Sociologia, Universidade de São Paulo.

SILVA, R. M. A.; SCHIOCHET, V. (2013). “Economia Solidária no plano Brasil sem miséria: a construção de estratégias emancipatórias para a superação da pobreza extrema”. In: *Economia Solidaria e Políticas Públicas. Boletim Mercado de Trabalho*, n° 54, IPEA, p 69-81.

SIMMEL, G. (1907). *Les pauvres.*, Paris: Presses universitaires de France.

SINGER, P. (2000). *Globalização e desemprego: diagnóstico e alternativas*. São Paulo: Contexto.

SMADS (2015). *Atlas Socioassistencial da Cidade de São Paulo*. Coordenadoria do Observatório de Políticas Sociais, Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social, Prefeitura de São Paulo.

SOARES, Ângelo (2012). “As emoções do *care*”. In: HIRATA, Guimarães (org.), *Cuidado e cuidadoras. As várias faces do trabalho do care*. São Paulo: Editora Atlas.

_____(2014). “Cuidados e Confiança”. In: *Travail, Care et Politiques Sociales. Brésil-France en Débat*, MAGE, Paris, p.185-192.

SOARES, Sergei; SÁTYRO, Natalia (2010). “O programa Bolsa Família: desenho institucional e possibilidades futuras.” In: *Bolsa Família 2003-2010: Avanços e desafios*, IPEA, Brasília, Cap. 1.

SORJ, Bila; FONTES, Adriana; MACHADO, Daniele (2007). “Políticas e práticas de conciliação entre família e trabalho no Brasil”. In: *Cadernos de Pesquisa*, v. 37, n. 132.

SORJ, Bila; FONTES, Adriana (2008). “Famílias Monoparentais femininas, pobreza e bem-estar das crianças: comparações regionais”. In: COSTA ET ALL (orgs), *Mercado de Trabalho e Gênero, comparações internacionais*, Rio de Janeiro: Editora FGV.

SORJ, Bila (2013). “Arenas de Cuidado nas intersecções entre gênero e classe social no Brasil”. In: *Cadernos de Pesquisa*, v. 43, nº 149, p 478-491.

_____(2014). “Socialização do cuidado e desigualdades sociais” In: *Tempo Social*, v. 26, n. 1.

_____(2014-b). “O care na nova agenda de combate à pobreza no Brasil”. In: *Travail, Care et Politiques Sociales. Brésil-France en Débat*. MAGE, Paris, p.359-366.

SOUTO DE OLIVEIRA, Jane; PRADO, Regina de Paula S. (1975). “O Biscateiro como uma categoria de trabalho: uma análise antropológica”. In: *Sistemas de Informação para Políticas de Emprego*, Brasília, IPEA/IPLAN, p. 329-368.

SOUZA, Jessé (2009). *A Ralé Brasileira: Quem É e Como Vive*. Belo Horizonte: UFMG.

_____(2010). *Os Batalhadores Brasileiros: Nova Classe Média ou Nova Classe Trabalhadora?*. Belo Horizonte: UFMG.

_____(2011). “A Parte de Baixo da Sociedade Brasileira”. In: *Revista Interesse Nacional*, v. 14, p. 33-41.

SPAGGIARI, Enrico (2015). *Família joga bola: constituição de jovens futebolistas na várzea paulistana*. Tese Doutorado, Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Universidade de São Paulo.

SPOSATI, A. (2002). *A política de assistência social na cidade de São Paulo*. São Paulo: Instituto Polis/PUC–SP.

STEINER, Philippe (2012). “Mercado, Transação e Laços Sociais. A abordagem da Sociologia Econômica.” In: *Revista Sociologia Política*., Curitiba, v. 20, n. 42, p. 111-120.

_____(2016). *Altruísmo, Dons e Trocas simbólicas. Abordagens sociológicas da troca*. São Paulo: Editora Cultura Acadêmica.

TEBET, M. (2013). *A construção das fronteiras simbólicas entre os “pobres”: o caso do programa Bolsa Família*. Tese de doutorado, Universidade Federal do Rio de Janeiro.

TELLES, Vera (1996). “Questão social: afinal do que se trata?” In: *São Paulo em Perspectiva*, n.10.

_____(1999). “A nova questão social brasileira: ou como as figuras do nosso atraso viraram símbolo da nossa modernidade.” In: *Caderno CRH*, nº 30/31, Salvador, p. 85-110.

TELLES, Vera; HIRATA, Daniel Veloso (2010). “Illegalismos e Jogos de Poder em São Paulo”. In: *Tempo Social*, São Paulo, v. 22, n. 2, p. 395-9.

TRABUT, Loïc; WEBER, Florence (2009). “Comment rendre visible le travail des aidants? Le cas des politiques de la dépendance en France”. In: *Idées économiques et sociales*, nº 158, p. 13-22.

VIEIRA, Priscila Faria (2012). *A experiência da procura de trabalho. Interações, vivências e significados*. São Paulo: Anablume.

YAZBEK, M. C. (2004). *Assistência social na cidade de São Paulo: a (difícil) construção do direito*. São Paulo: Instituto Polis/PUC–SP.

WEBER, Florence (1996). “Réduire ses dépenses, ne pas compter son temps. Comment mesurer l'économie domestique?”. In: *Genèses*, n.25, p. 5-28.

_____(2000). “Transactions marchandes, échanges rituels, relations personnelles. Une ethnographie économique après Le Grand Partage”. In: *Genèses*, n.41, p. 85-107.

_____(2002). “Forme de l'échange, circulation des objets et relations entre les personnes”. In: *Hypothèses*, p. 287-298.

_____(2005). *Le sang, le nom, le quotidien Une sociologie de la parenté pratique*. Montreuil: Aux lieux d'être.

_____(2006). “La genèse des sentiments de filiation. Affiliation symbolique et solidarité quotidienne”. In: *Informations sociales*, nº 131, p. 30-41.

_____(2009). *O trabalho fora do trabalho. Uma etnografia das percepções*. Rio de Janeiro: Editora Garamond.

_____(2010). “Les rapports familiaux reconfigurés par la dépendance”. In: *Regards croisés sur l'économie*, nº 7, p. 139-151.

- _____ (2015). “Quelle famille pour les bénéficiaires de la protection sociale? La subsidiarité des politiques sociales en question”. In: *Informations sociales*, n° 188, p. 64-65.
- WIERZCHOWSKI, L. (2002). *A casa das sete mulheres*. São Paulo: Editora Record.
- WILSON, Willian Julius (1987). *The Truly Disadvantaged: The Inner City, The Underclass, and Public Policy*. University of Chicago Press.
- ZALUAR, Alba (1985). *A Máquina e a Revolta*. São Paulo: Editora Brasiliense.
- ZELIZER, Viviana (1989). “The social meaning of Money: special moneys”. In: *American Journal of Sociology*, p. 342-377.
- _____ (1994). *The social Meaning of Money*. Basic Books.
- _____ (2005). *The purchase of intimacy*. Princeton University Press.
- _____ (2006). “Do markets poison intimacy?”. In: *Contexts*, vol. 5, no. 2, p. 33-38.
- _____ (2009). “Dinheiro, poder e sexo”. In: *Cadernos Pagu*, p. 135-157.
- _____ (2008). “La rémunération des services d'aide à la personne”. In: *Retraite et société*, n° 53, p. 13-19.
- _____ (2010). “A economia do care”. In: *Civitas*, Porto Alegre, v. 10, n. 3, p. 376-391.
- _____ (2011). *How Culture shapes the economy*. Princeton University Press.
- _____ (2011-a). “How I became a relational economic sociologist and what does that mean?”. In: *Working Paper Series. Center for the study of social organization*. n° 5.

ANEXO 1. Lista de materiais institucionais acessados pela internet

1. Site do Ministério do Desenvolvimento Social (MDS)
2. Site do Ministério da Educação e Cultura (MEC)
3. Site do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE)
4. Site do Plano Brasil Sem Miséria (BSM)
5. Site do eixo Inclusão Produtiva Urbana do MDS
6. Site do Pronatec
7. Redes Sociais. Páginas institucionais no Facebook: Pronatec, “Brasil sem Miséria”, Ministério do Desenvolvimento Social e Ministério da Educação e Cultura
8. Canal do Plano Brasil Sem Miséria no Youtube. Vídeos institucionais sobre Pronatec e eixo Inclusão produtiva.
9. Vídeos do Seminário “Brasil Sem Miséria- Inclusão Produtiva Urbana” no Youtube:
10. Avaliações, estudos técnicos e relatórios produzidos pela Secretaria de Avaliação e Georeferenciamento de Informações do MDS (SAGI/MDS) sobre Pronatec, Inclusão produtiva, Programa Bolsa Família e Plano Brasil Sem Miséria.
11. Cartilha de Implementação do Pronatec/Brasil Sem Miséria(Material de orientação e apoio para utilização dos municípios)
12. Cartilha de Implementação de Intermediação de mão-de-obra para Assistência Social de municípios que implementam PBF e Pronatec (Material de orientação e apoio para utilização dos municípios)
13. Cartilha do ACESSUAS Trabalho (Material de orientação e apoio para utilização dos municípios)
14. Cartilha de implementação Brasil Sorridente para beneficiários do Pronatec/Brasil Sem Miséria (Material de orientação e apoio para utilização dos municípios)
15. Apostila de apoio para curso de capacitação de gestores do Brasil sem Miséria

ANEXO 2. Roteiros de entrevista e Grupos Focais

Roteiro Básico Entrevista MDS- Inclusão Produtiva- Brasil Sem Miséria Gestores Federais Brasília- 2014

- Breve Apresentação da pesquisa e da entrevistadora
 - Apresentação dos entrevistados (trajetória no MDS ou na política pública, atuação atual)
- 1) Políticas de inclusão Produtiva Urbana**

Precedentes/ Histórico

- 1) Histórico do fortalecimento das políticas de inclusão produtiva para pobres, especialmente inclusão produtiva urbana no BR. Breve histórico da construção e fortalecimento do eixo de inclusão produtiva urbana do MDS.
- 2) A experiência nacional de inclusão produtiva dos pobres é inspirada em outras experiências? Locais? Internacionais?
- 3) Qual o papel da Inclusão Produtiva Urbana no Plano Brasil Sem Miséria?

Presente

- 4) Debate sobre as Portas de saída. Qual a posição atual do MDS sobre isso hoje?
- 5) Inclusão Produtiva para pobres. Quais as principais metas/objetivos hoje? Quais as dificuldades hoje? Quais os gargalos da política pública?
- 6) Vulnerabilidades/Especificidades da população pobre frente o mercado de trabalho. As políticas de inclusão produtiva do BSM partem do pressuposto de que a população pobre é um público que tem suas especificidades, que tem dificuldades específicas frente ao mercado de trabalho e que, consequentemente, necessita de um atendimento diferenciado, de políticas públicas diferenciadas. Gostaria que você me falasse um pouco sobre A) quais são essas dificuldades específicas da população pobre frente o mercado de trabalho? Quais as vulnerabilidades? B) e no que consiste o atendimento diferenciado do BSM nessa questão? Quais são as dificuldades identificadas pelo MDS ou quais as vulnerabilidades e como a Inclusão produtiva do BSM tenta driblar essas dificuldades e construir uma política adequada às especificidades desse público?
- 7) Tipos de inclusão produtiva. As ações da inclusão produtiva tem o foco no mercado formal? Na economia solidária? No empreendedorismo? Há uma orientação prioritária sobre isso hj? Qual o tipo de inclusão que o MDS busca efetivamente? Ou qual a inserção a população pobre busca?
- 8) Intermediação de mão-de-obra: Qual o papel da intermediação na inclusão produtiva?
- 9) Como é a articulação do MDS com o M. T. E. e Sistema público de emprego?
- 10) Economia solidária e microempreendedorismo
- 11) Qual o papel do Pronatec dentro da Inclusão produtiva do BSM?

2) Pronatec BSM

- 12) Breve histórico da construção e fortalecimento do Pronatec-BSM
- 13) Retomando a questão das vulnerabilidades, como as vulnerabilidades da população pobre se expressa no caso da formulação e da implementação do Pronatec/BSM?
- 14) Dentre todos os vulneráveis, qual o público prioritário do Pronatec-BSM hoje?
- 15) Como funciona a busca ativa para o caso do Pronatec/BSM?
- 16) Como funciona o acompanhamento do Pronatec/BSM?
- 17) Articulação Pronatec/BSM com intermediação de mão-de-obra
- 18) É possível identificar casos de sucesso na implementação do Pronatec? Quais municípios? Quais razões para o sucesso?

3) O caso de São Paulo

- 19) O que há de informação sobre a implementação do Pronatec/BSM em São Paulo?
- 20) Possíveis contatos ou canais para acessar os gestores?

**Roteiro Básico Entrevista
Gestores Municipais
São Paulo 2015**

- Breve Apresentação da pesquisa e da entrevistadora

1. Apresentação e trajetória.

Cargo? Quanto tempo? Qual a trajetória na SMADS? Qual a relação com as políticas de inclusão produtiva? Qual o seu cotidiano de trabalho?

[Quem é esse ator e qual lugar ele ocupa no desenho institucional da política]

2. Inclusão Produtiva e Pronatec/BSM- Histórico

Histórico do programa no município e na SMADS. Receptividade, resistências, evolução. Atores importantes na consolidação do programa.

[Percepção sobre a construção da política no nível local]

3. Inclusão Produtiva e Pronatec/BSM-Presente

Qual o espaço do programa hoje na SMADS? Visibilidade? Apoio institucional?

Números/ estatísticas/avaliações sobre o programa no município?

[Percepção sobre a situação atual da política no nível local]

4. Operacionalização do programa e relação com atores/instituições

Como acontece a implementação? Qual o papel de cada tipo de ator/instituição do desenho institucional na implementação? Conflitos? Parcerias?

4.1. Relação com o MDS

Tem relação direta com o MDS?

Como é a relação com o MDS?

4.2. Relação com os CRAS

Como as vagas pactuadas com o MDS são preenchidas? Tem algum tipo de distribuição territorial? E com os CRAS? Todos os CRAS captam beneficiários para o pronatec?

Qual o papel dos CRAS e equipes locais? Como os CRAS procedem? Quais atividades que os CRAS tem que executar?

Quais medidas de acompanhamento? Acompanhamento funciona?

Quem estabelece parceria com os SINES, CRAS ou SMADS?

Especificidades locais em termos de sucesso na implementação? E de vulnerabilidades da população atendida? Por Bairros? Zonas? CRAS?

4.3. Relação com ofertantes de ensino

Tem relação direta com ofertantes de ensino?

Como é a relação com os ofertantes de ensino?

4.4. Relação com SINE

Como são construídas as parcerias? Via SMADS? Via CRAS? Direto com os SINES locais?

Quais as principais iniciativas existentes no que diz respeito à intermediação dos egressos do programa hoje?

Como o público Pronatec-BSM é recebido no SINE?

Dificuldades? Resistências?

5. Percepções sobre os beneficiários/ Pobreza e Vulnerabilidades da população do Pronatec/BSM

(Estimular elaboração de percepções sobre os beneficiários. Captar discursos a respeito de representações sobre “pobre”, “pobreza”, “vulnerável”, “vulnerabilidade” e como elas se articulam com as representações sobre trabalho. Como a representação sobre pobreza/vulnerabilidade é incorporada à operacionalizada da política?)

As políticas de inclusão produtiva do BSM partem do pressuposto de que a população pobre é um público que tem suas especificidades, que tem dificuldades específicas frente ao mercado de trabalho e que, conseqüentemente, necessita de um atendimento diferenciado, de políticas públicas diferenciadas. Gostaria que você me falasse um pouco sobre:

A) quais são essas dificuldades específicas da população pobre/atendida pelos CRAS frente o mercado de trabalho? Quais as vulnerabilidades?

B) E no que consiste o atendimento diferenciado do Pronatec/BSM nessa questão? Como a implementação da política (o município e os CRAS) enfrenta essa questão e tenta construir uma política adequada às especificidades desse público? Quais os principais desafios enfrentados pelo programa pelo fato de ele ser voltado para a população pobre e cadastrada no Cadunico?

6. Problemas/Barreiras/Dificuldades na implementação municipal do programa

Você identifica Problemas/Barreiras/Dificuldades na implementação municipal do programa?

7. Potencialidades? Iniciativas locais de promoção de inclusão produtiva? Boas práticas?

É possível identificar casos de CRAS que apresentam melhor desempenho na implementação? Quais? Por que?

8. Contatos de atores importantes no nível local- Pronatec e inclusão produtiva

Gestores municipais relacionados ao Pronatec e à inclusão produtiva dos pobres na SMADS ou outras secretarias

Gestores Acessuas Trabalho

Gestores SINE

Gestores Sistema S

9. Mapeamento de casos de CRAS para trabalho de campo

Tamanho/fluxo de atendimento

Localização (periferia e central)

Presença ou não de equipe Acessuas Trabalho

Vulnerabilidade da população atendida. Predominância de um ou outro tipo de beneficiário

Relação com o SINE (boa ou má relação)

Boas práticas/ iniciativas inovadoras de inclusão produtiva

Medidas de acompanhamento dos beneficiários (acompanhamento mais ou menos intenso e eficaz)

**Roteiro Básico Entrevista
Gestores e Técnicos CRAS
São Paulo 2015**

- Breve Apresentação da pesquisa e da entrevistadora

10. Apresentação e trajetória.

Cargo? Quanto tempo? Formação? Qual o cotidiano de trabalho?

[Quem é esse ator e qual lugar ele ocupa no desenho institucional da política]

11. Caracterização do CRAS

Caracterização do espaço/território

Quais os principais problemas para operação do equipamento? Infra-estrutura? Equipe?

[Quais especificidades/ particularidades deste caso]

12. Caracterização do público-alvo atendido pelo CRAS

Qual é o perfil socioeconômico do público atendido? Vulnerabilidades e/ou características particulares?

13. Inclusão Produtiva e Pronatec/BSM

Já existiam iniciativas de inclusão produtiva antes do Pronatec/BSM? Quais? Como funcionavam?

Quais diferenças em relação ao Pronatec?

E como foi quando o programa começou? Receptividade e resistências.

[Percepção sobre a construção da política no nível local e histórico de implementação]

14. Operacionalização do programa e relação com atores/instituições

Qual o papel dos CRAS e equipes locais na implementação? Como os CRAS procedem? Quais atividades que os CRAS tem que executar? Quais medidas de acompanhamento? Acompanhamento funciona?

Principais dificuldades? Potencialidades? Boas práticas?

Como é a relação com ofertantes de ensino?

Como é a relação com SINE e secretaria do trabalho?

Como são construídas as parcerias? Quais as principais iniciativas existentes no que diz respeito à intermediação dos egressos do programa hoje? Como o público Pronatec-BSM é recebido no SINE?

Dificuldades? Resistências

15. Percepções sobre os beneficiários/ Pobreza e Vulnerabilidades da população do Pronatec/BSM

As políticas de inclusão produtiva do BSM partem do pressuposto de que a população pobre é um público que tem suas especificidades, que tem dificuldades específicas frente ao mercado de trabalho e que, consequentemente, necessita de um atendimento diferenciado, de políticas públicas diferenciadas. Gostaria que você me falasse um pouco sobre:

A) quais são essas dificuldades específicas da população pobre/atendida pelos CRAS frente o mercado de trabalho? Quais as vulnerabilidades?

B) E como a implementação da política nos CRAS enfrenta essa questão e tenta construir uma política adequada às especificidades desse público? Quais os principais desafios enfrentados pelo programa pelo fato de ele ser voltado para a população pobre, vulnerável, cadastrada no Cadunico?

[Estimular elaboração de percepções sobre os beneficiários. Captar discursos a respeito de representações sobre “pobre”, “pobreza”, “vulnerável”, “vulnerabilidade” e como elas se articulam com as representações sobre trabalho. Como a representação sobre pobreza/vulnerabilidade é incorporada à operacionalizada da política?]

**Roteiro Moderação
Grupo Focal
Beneficiários Pronatec/BSM em SP**

Roteiro semiestruturado, com duração prevista para, no máximo, duas horas.

Antes do início do grupo, distribuir questionários, termo de consentimento (2 vias) e canetas para os participantes. Conduzir os participantes para as cadeiras.

INÍCIO (5 min)

- Agradecimento pela presença e participação de todos. Enfatizar que a experiência deles é importante.
- Apresentação da moderadora e da equipe da pesquisa.
- Retomar os objetivos da pesquisa apresentados pelo telefone. Entender como foi a experiência de cursar o curso de qualificação do Pronatec e como foi a procura de trabalho depois do curso.
- Autorização para gravação em áudio. Identidade dos participantes será preservada. Dados da pesquisa são confidenciais. Conversa vai durar duas horas, ao final da conversa, vamos distribuir os brindes.
- Explicar que na conversa, serão propostos alguns temas para estimular o debate, que é importante que todos participem, que podem ficar à vontade para expressar suas opiniões pessoais, que a experiência de cada participante é importante e que não tem problema se as opiniões forem diferentes.
- Evitar sobrepor as falas para que todos possam se escutar.
- Antes de começar, perguntar se alguém tem alguma dúvida.

AQUECIMENTO(max. 15 min)

Para começar, gostaria de pedir para que cada um se apresente. Falar o nome, o curso do Pronatec que realizou e porque decidiu fazer um curso de qualificação do Pronatec.

[Seguir a ordem do círculo. Anotar.]

ESCOLHA E EXPECTATIVAS (max. 30 min)

- E por que cada um escolheu esse curso especificamente (ou esses cursos)? Quais as razões? Quais as expectativas? O que cada um esperava quando escolheu esse curso?

[Deixar falarem espontaneamente. Anotar. Atenção se e como questões referentes à inserção no mercado de trabalho aparecem.]

(Se precisar estimular: Por exemplo, vocês escolheram esse curso porque queriam aprender um

ofício novo, ou se aperfeiçoar em algo que já trabalhavam, interesse em trabalhar nessa área por considerá-la promissora, etc...)

DIFICULDADES E ESTRATÉGIAS (max. 30 min)

1. Ao longo do processo, houve algum tipo de dificuldade? Quais dificuldades?

[Deixar falarem espontaneamente. Se possível, verificar se estavam trabalhando enquanto faziam o curso, se estavam procurando trabalho, se tiveram suporte familiar para organização da rotina]

(Se precisar, estimular: Pode ser algum tipo de dificuldade com a escola, com o transporte, com a família, com o conteúdo do curso, com o trabalho...)

- E quais estratégias usadas para driblar essas dificuldades?

PROCURA DE TRABALHO E INSERÇÃO NO MERCADO DE TRABALHO (max.40 min)

- Quais oportunidades de se inserir no mercado de trabalho o curso do Pronatec proporcionou a vocês? *[Deixar falarem espontaneamente]*

(Se precisar estimular: Como foi a procura de trabalho durante ou após o curso do Pronatec?)

16. Como e onde essas oportunidades surgiram? *[Deixar falarem espontaneamente]*

(Se precisar estimular: Na escola técnica/instituição de ensino? Agências de emprego (públicas/privadas)? Internet? Contatos pessoais (se sim, provenientes de onde? Curso? Família? Vizinhos?))

[Se sobrar tempo, fazer a pergunta final sobre avaliação da experiência. Se não, encerrar]

AValiação DA EXPERIÊNCIA (20 min)

- Por fim, eu gostaria de perguntar como foi a experiência de ter realizado esse curso do Pronatec, saber qual a avaliação de vocês sobre essa experiência.

[Deixar falarem espontaneamente]

[Se der tempo, dividir a pergunta em aspectos positivos e negativos]

- Primeiro, quais os aspectos positivos? *[Deixar falarem espontaneamente]*
- E, agora, me contem, quais os aspectos negativos?*[Deixar falarem espontaneamente]*

ANEXO 3. Quadros de Caracterização das Famílias

Família 4

Nome	Idade e Geração	Posição Domicílio	Estado civil e N° Filhos	Cor/ Raça	Origem e Tempo Migração	Escolaridade e Qual. Profissional
1. Ernesto	70 (1)	Chefe Dom.1	Casado (3)	Pardo	Sergipe (45 anos)	E. Fund. Completo
2. Margarida	68 (1)	Cônjuge Dom. 1	Casado (3)	Parda	SP	E. Médio Completo
3. Marcio	33 (2)	Chefe Dom.2	Casado (2)	Pardo	SP	E. Médio Completo
4. Fabiana	36 (2)	Cônjuge Dom. 2	Casada (3)	Branca	Bahia (22 anos)	E. Fundamental incompleto
5. André	17 (3)	Filho Dom.2	Solteiro (0)	Pardo	SP	E. Médio cursando
6. Flávia	28 (2)	Agregada Dom 2	Separada (3)	Branca	Bahia (25 anos)	E. Fundamental incompleto
7. Mauricio	38 (2)	Chefe Dom.3	Casado (2)	Pardo	SP	Médio Completo
8. Juliana	29 (2)	Cônjuge Dom.3	Casado (2)	Parda	Bahia (11 anos)	E. Fundamental incompleto

Família 5

Nome	Idade e Geração	Posição Domicílio	Estado civil e N° Filhos	Cor/ Raça	Origem e Tempo Migração	Escolaridade e Qual. Profissional
1. Marilene	54(1)	Chefe Dom.1	Viúva (3)	Negra	SP	E. Fundamental incompleto
2. Jeferson	34 (2)	Chefe Dom. 2	Casado (2)	Pardo	SP	E. Médio Completo
3. Bruna	29 (2)	Cônjuge Dom.2	Casada (2)	Branca	SP	E. Médio Completo
4. Junior	30 (2)	Chefe Dom. 3	Casado (2)	Pardo	Bahia (20 anos)	E. Médio incompleto
5. Andressa	23 (2)	Cônjuge Dom.3	Casada (1)	Parda	SP	E. Médio cursando
6. Joaquina	46 (1)	Agregada Dom.3	Separada (2)	Branca	SP	E. Médio incompleto

Família 6

Nome	Idade e Geração	Posição Domicílio	Estado civil e N° Filhos	Cor/Raça	Origem e Tempo Migração	Escolaridade e Qual. Profissional
1. Shirley	58(1)	Cônjuge Dom.1	Casada (4)	Parda	SP	E. Fundamental incompleto
2. Antonio	65 (1)	Chefe Dom. 1	Casado (2)	Pardo	Pernambuco (46 anos)	E. Fundamental completo
3. Larissa	20(2)	Cônjuge Dom.2	Casada (2)	Branca	SP	E. Médio Completo
4. Thiago	18(2)	Chefe Dom. 2	Casado (2)	Pardo	SP	E. Médio incompleto
5. Ligia	17(2)	Filha Dom.1	Solteira (0)	Parda	SP	E. Médio cursando
6. Laura	15(2)	Filha Dom 1	Solteira (0)	Parda	SP	E. Médio cursando
7. Leandro	24(2)	Filho Dom 1	Solteiro (2)	Branco	SP	E. Médio Completo
8. Sara	55 (1)	Agregada Dom 1	Víuva (3)	Parda	SP	E. Fundamental incompleto

Família 7

Nome	Idade e Geração	Posição Domicílio	Estado civil e N° Filhos	Cor/Raça	Origem e Tempo Migração	Escolaridade e Qual. Profissional
1. Maura	63(1)	Chefe Dom.1	Víuva (3)	Negra	Minas Gerais (33 anos)	E. Fundamental incompleto
2. Sonia	42 (2)	Chefe Dom. 2	Casado (2)	Parda	SP	E. Médio Completo
3. Bianca	22 (3)	Filha Dom.2	Casada (2)	Branca	SP	E. Médio Completo.
4. Beto	21(2)	Filho Dom. 2	Casado (2)	Branco	SP	E. Médio Completo
5. Beatriz	18(2)	Filha Dom.3	Casada (1)	Parda	SP	E. Médio cursando
6. Benedito	47 (1)	Agregado Dom.2	Separado (2)	Pardo	SP	E. Médio incompleto

Família 8

Nome	Idade e Geração	Posição Domicílio	Estado civil e N° Filhos	Cor/ Raça	Origem e Tempo Migração	Escolaridade e Qual. Profissional
1. Edson	54(1)	Chefe Dom.1	Casado (4)	Pardo	SP	E. Fundamental incompleto
2. Marinalva	47 (1)	Cônjuge Dom. 1	Casada (3)	Parda	SP	E. Médio Completo
3. Edilene	50 (1)	Agregada Dom.1	Separada (2)	Branca	SP	E. Médio Completo
4. Silmara	30 (2)	Chefe Dom. 2	Separada (2)	Pardo	SP	E. Médio Completo
5. Sandro	26 (2)	Chefe Dom.3	Casado (1)	Pardo	SP	E. Médio cursando
6. Julia	24 (2)	Conjuge Dom.3	Casada (1)	Branca	SP	E. Médio cursando

Família 9

Nome	Idade e Geração	Posição Domicílio	Estado civil e N° Filhos	Cor/ Raça	Origem e Tempo Migração	Escolaridade e Qual. Profissional
1. Patrícia	36(1)	Cônjuge Dom.1	Casada (4)	Parda	Bahia (21 anos)	E. Fundamental incompleto
2. Henrique	17 (2)	Filho Dom. 1	Solteiro (0)	Pardo	SP	E. Médio Completo
3. Katia	16 (2)	Filha Dom.1	Solteira (0)	Parda	SP	E. Médio cursando